



Anais do II Seminário de Gestão do
Patrimônio Cultural de
Ciência e Tecnologia



ANAIS do II SEMINÁRIO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

26 a 29 de novembro de 2013

Centro de Tecnologia e Geociências – UFPE

Realização:

Museu de Minerais e Rochas – UFPE
Memorial da Medicina – UFPE

Patrocínio:

Pró-reitoria de Extensão – UFPE
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico – CNPq
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado
de Pernambuco – FACEPE

Apoio Institucional:

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MCTI
Pró-reitoria de Extensão – UFPE
Memorial da Universidade Federal Rural de
Pernambuco – UFRPE

Comissão Científica:

Prof^ª. Dr^ª. Alcina Magnólia França Barreto – UFPE
Prof. Dr. Antônio Luciano Gandini – UFOP
Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda – UFPE
Prof^ª. Dr^ª. Neuvânia Curty Ghetti – UFPE
Prof. Dr. Ricardo Pacheco – UFRPE
Prof^ª Dr^ª. Sheila Maria Bretas Bittar Schulze – UFRPE
Prof^ª. Dr^ª. Suely Moraes Cerávolo – UFBA

Comissão Organizadora:

Prof^ª. Dr^ª. Emanuela Sousa Ribeiro
Prof^ª. Dr^ª. Sandra de Brito Barreto
Prof. Msc. Bruno Melo de Araújo
Prof. Msc. Anselmo Mendonça Júnior

Diagramação:

Manoela Lima

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Josely de Barros Gonçalves, CRB4-1748

S471a	Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (2. : 2013 novembro 26-29 : Recife, PE). Anais do III Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia [recurso eletrônico] / Organização: Emanuela Sousa Ribeiro, Bruno Melo de Araújo. – Recife: Editora UFPE, 2013. ISBN 978-85-415-0402-7 (online) 1. Patrimônio cultural – Encontros. 2. Arquivos – Preservação. 3. Museus – Administração da coleção. 4. Ciência e tecnologia. I. Ribeiro, Emanuela Sousa (Org.). II. Araújo, Bruno Melo de (Org.). III. Título.	
363.69	CDD (23.ed.)	UFPE (BC2015-039)

**A redação, os conceitos e as opiniões são de inteira responsabilidade dos seus autores
e não refletem necessariamente as ideias da Comissão Organizadora do evento.**

Apresentação

O **Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia** abrange um conjunto gigantesco de equipamentos, amostras, documentos, livros, materiais didáticos, apostilas, réplicas, entre outros objetos utilizados em atividades de pesquisa e de ensino em diversos níveis de escolaridade. Trata-se de acervo que retrata os diversos estágios da construção do conhecimento científico e tecnológico no Brasil e, mais ainda, simboliza a própria sociedade contemporânea.

Infelizmente, são objetos cuja relevância cultural apenas recentemente tem sido valorizada, posto que, durante muito tempo, estes objetos foram identificados apenas pelo seu valor funcional ou educacional imediato, ou seja, o seu valor de uso. Assim, a maior parte deste acervo tem permanecido invisível em laboratórios, depósitos de inservíveis ou gabinetes particulares.

Neste contexto, o **II Seminário Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia** teve como objetivo produzir conhecimento acadêmico sobre a temática, estimulando a preservação deste patrimônio cultural.

A fim de dar maior amplitude ao Seminário, nesta edição além de palestras e mesas-redondas foram promovidas sessões de apresentação de trabalhos de pesquisa em quatro grupos temáticos diferentes, a saber:

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1: Instrumentos científicos e coleções de ensino

Este simpósio agregou pesquisadores que estudam os instrumentos científicos na perspectiva da cultura material ou da coleção museológica, assim como seu uso no amplo espectro de disciplinas relacionadas ao patrimônio científico, à história das ciências e à museologia. Foram encorajados trabalhos centrados na cultura material da C&T ou dirigidos pela cultura material da C&T, tal como os diferencia Herman (1992).

Foram apresentados os seguintes trabalhos:

O PATRIMÔNIO CULTURAL
UNIVERSITÁRIO RELACIONADO À
CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Ethel Rosemberg Handfas e Marcus Granato

IN-FÓLIOS VOLTADOS À DISCIPLINA
ANATOMIA E FISIOLOGIA DAS PAIXÕES
DA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS
ARTES: A COLEÇÃO DIDÁTICO-
PEDAGÓGICA DO ACERVO DE OBRAS-
RARAS DO MUSEU D. JOÃO VI/UFRJ

Maria de Fátima do Nascimento Alfredo

A COLEÇÃO DE QUÍMICA DO MUSEU DE
CIÊNCIA E TÉCNICA DA ESCOLA DE
MINAS: UMA EXPERIÊNCIA DINÂMICA NA
DENOMINAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
CIENTÍFICOS

Naelcy Cristiana Barroso, Gilson Antônio Nunes
e Edson Fialho de Rezende

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO
AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: ANÁLISE E APLICAÇÃO NO
ENSINO E PESQUISA

Pedro Louvain e Marcus Granato

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DO
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO
RIO DE JANEIRO (ISERJ): UM OLHAR
SOBRE AS COLEÇÕES DE ENSINO

Vânia Maria Siqueira Alves, Adriana Conti de
Rezende e Maria Amélia Gomes Souza Reis

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2: Conservação de Patrimônio de Ciência e Tecnologia

Os bens materiais têm um tempo limitado de vida. Para prolongar a sua existência e integridade, a conservação tem como meta estabelecer estratégias de preservação. Nesse sentido, este Simpósio reuniu trabalhos que refletiram sobre os princípios teóricos da preservação e sua aplicação em instrumentos científicos, como também as experiências práticas e dificuldades na conservação de bens desta natureza.

Os trabalhos apresentados foram:

INSTRUMENTOS ALTERNATIVOS
APLICADOS A CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL: METODOLOGIA
PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Danielle Alves de Oliveira e Eutrópio Bezerra

AÇÕES DE PRESERVAÇÃO NO MUSEU DE
CIÊNCIA E TÉCNICA DA ESCOLA DE
MINAS DA UFOP: ENTRE CONCEITOS E
PRÁTICAS

Edson Fialho de Rezende, Gilson Antônio Nunes
e Sergley de Matos

CONSERVAÇÃO INTEGRADA E
CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA: UMA
ABORDAGEM PARA A PRESERVAÇÃO E
SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Neuvânia Curty Ghetti

RESERVA TÉCNICA MUSEOLÓGICA DO
MUSEU DA MEDICINA DE PERNAMBUCO:
ANÁLISE ESTRUTURAL DO ESPAÇO

Rebecka Borges da Nóbrega Chaves
e Bruno Melo de Araújo

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3: História e Instituições do Patrimônio Científico

O presente Simpósio teve como objetivo congregar trabalhos voltados para a história de instituições científicas e suas coleções. Compreende-se que museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios, centros de pesquisa e outras instituições que produzem ou realizam a salvaguarda do patrimônio cultural de C&T precisam ser analisadas tanto do ponto de vista da sua memória institucional quanto da perspectiva da sua relação com o campo científico em geral.

Foram apresentadas as seguintes comunicações:

A IDEIA DE ARQUIVO: A ORGANIZAÇÃO
DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA
SECRETARIA DE GOVERNO DA
CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Josemar Henrique de Melo

HEMEROTECA DA FACULDADE DE
DIREITO DO RECIFE: UM CASO DE
FENÔMENO SOCIAL DO ESQUECIMENTO

Tony Bernardino de Macedo

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4: Gestão de Museus de Ciência e Tecnologia

Vivenciamos uma agenda política para os museus. A elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) representou um novo momento das políticas públicas voltadas para os bens culturais e sua preservação. Essa política se configura como um instrumento de fortalecimento e amadurecimento do setor no intuito de planejar atividades no campo museal. Nesse sentido, esse simpósio teve a finalidade de refletir sobre a gestão de instituições que preservam o patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia (museus, centros de ciências, laboratórios, bibliotecas especializadas, entre outros). Refletiu-se sobre suas estratégias internas de funcionamento e suas articulações institucionais, bem como sobre a valorização do patrimônio relacionado com a Ciência e Tecnologia.

Sobre esta temática foram apresentados:

COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS
OBRAS DE ARTE PERTENCENTES À UFPE:
SUBSÍDIOS PARA A VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

Albino Barbosa de Oliveira Junior

O LABORATÓRIO DE GEOMENSURA
THEODORO SAMPAIO DA UFBA:
ARROLAMENTO CONCLUÍDO, BANCO DE
DADOS IMPLANTADO. E AGORA?

Ana Regina Torres Ferreira Teles

OS ACERVOS CIENTÍFICOS DO MUSEU DE
MINERAIS E ROCHAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO: PATRIMÔNIO
PÚBLICO A SER PRESERVADO

Arlindo Francisco da Silva Filho,
Maria da Conceição Santos Wanderley
e Tiago Rodrigues da Silva

MEMORIAL, LOCAL DE HISTÓRIA E
MEMÓRIA: AÇÕES DE MONITORIA NO
MEMORIAL DA UFRPE 2012-2013

José Diego da Silva Albuquerque
e Ricardo de Aguiar Pacheco

PRESERVAR E PROTEGER A MEMÓRIA
INSTITUCIONAL: UMA QUESTÃO DE
GESTÃO DO CONHECIMENTO

Simone Rosa de Oliveira

Conforme as regras do Seminário, apenas estão aqui publicados os resumos e textos completos dos trabalhos que foram efetivamente apresentados.

Acreditamos que o **II Seminário Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia** foi uma excelente oportunidade para troca de conhecimentos e experiências de gestão de acervos e museus do patrimônio cultural de ciência e tecnologia em nosso país. Contudo, sabemos que ainda há muito por fazer tanto no campo da pesquisa quanto no âmbito das práticas de gestão.

Deste modo, esperamos que a presente publicação possa difundir o conhecimento produzido ao longo deste II Seminário e que sirva de estímulo para que novos pesquisadores e gestores se juntem a este grupo e participem do próximo Seminário, que acontecerá na Universidade Federal de Pernambuco, em 2015.

Agradecemos às agências de fomento – CNPq, FACEPE e Pró-reitoria de Extensão da UFPE – que financiaram o evento e, à direção do Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE que nos forneceu toda a infra-estrutura física necessária para a sua realização.

Por fim, queremos deixar consignados nossos sinceros agradecimentos aos professores que ministraram palestras e mini-cursos, que participaram de mesas-redondas e que apresentaram trabalhos – obrigada por terem deixado seus afazeres para, generosamente, compartilharem conosco seu conhecimento.

Da mesma forma, agradecemos a todos os participantes, cujo conhecimento também foi partilhado, ainda que informalmente, ao longo do evento.

Esperamos encontrá-los todos em 2015!

Comissão Organizadora

SUMÁRIO

Apresentação	2
<i>Comissão para Avaliação das Obras de Arte Pertencentes à UFPE: subsídios para a valorização do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia.</i> Albino Barbosa de Oliveira Junior	9
<i>O Laboratório de Geomensura Theodoro Sampaio da UFBA: arrolamento concluído, banco de dados implantado. E agora?</i> Ana Regina Torres Ferreira Teles	29
<i>Os Acervos Científicos do Museu de Minerais e Rochas da Universidade Federal de Pernambuco: patrimônio público a ser preservado.</i> Arlindo Francisco da Silva Filho, Maria da Conceição Santos Wanderley e Tiago Rodrigues da Silva	52
<i>Instrumentos alternativos aplicados à conservação do patrimônio cultural: metodologia para a preservação da memória.</i> Danielle Alves de Oliveira e Eutrópio Pereira Bezerra	53
<i>Ações de preservação no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP: entre conceitos e práticas.</i> Edson Fialho de Rezende, Gilson Antônio Nunes e Sergley de Matos	75
<i>O patrimônio cultural universitário relacionado à ciência e tecnologia no Brasil.</i> Ethel Rosemberg Handfas e Marcus Granato	106
<i>Memorial, local de história e memória: ações de monitoria no Memorial da UFRPE 2012-2013.</i> José Diego da Silva Albuquerque e Ricardo de Aguiar Pacheco	133
<i>A ideia de Arquivo: a organização do sistema de Informação da Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco.</i> Josemar Henrique de Melo	135
<i>In-Fólios voltados à disciplina Anatomia e Fisiologia das Paixões da Academia Imperial de Belas Artes: a coleção didático-pedagógica do Acervo de Obras-Raras do Museu D. João VI/UFRJ.</i> Maria de Fátima do Nascimento Alfredo	158
<i>A Coleção de Química do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas: uma experiência dinâmica na denominação dos instrumentos científicos.</i> Naelcy Cristiana Barroso, Gilson Antônio Nunes e Edson Fialho de Rezende	171

<i>Conservação Integrada e Conservação Arqueológica: uma abordagem para a preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia.</i> Neuvânia Curty Ghettil _____	185
<i>Legislação brasileira de proteção ao patrimônio cultural de ciência e tecnologia: análise e aplicação no ensino e pesquisa.</i> Pedro Louvain e Marcus Granato _____	187
<i>Reserva Técnica Museológica do Museu da Medicina de Pernambuco: análise estrutural do espaço.</i> Rebecka Borges da Nóbrega Chaves e Bruno Melo de Araújo _____	225
<i>Preservar e proteger a memória institucional: uma questão de gestão do conhecimento.</i> Simone Rosa de Oliveira _____	239
<i>Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife: um caso de fenômeno social do esquecimento.</i> Tony Bernardino de Macedo _____	250
<i>Museu de História Natural do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ): um olhar sobre as coleções de ensino.</i> Vânia Maria Siqueira Alves, Adriana Conti de Rezende e Maria Amélia Gomes Souza Reis _____	288

COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE PERTENCENTES À UFPE: SUBSÍDIOS PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Albino Barbosa de Oliveira Junior*

Resumo:

No ano de 2003, a partir de uma demanda da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, foi instituída, através da portaria de pessoal nº1425/2003, a *Comissão Para Avaliação das Obras de Arte Pertencentes à UFPE*. A Comissão foi formada pelo Museólogo da Pró-Reitoria de Extensão, autor deste resumo e à época Presidente da Comissão, e por seis Professores do Departamento de Teoria da Arte, do Centro de Artes e Comunicação, e tinha como principal objetivo atualizar a avaliação financeira de um inventário existente das obras de arte tombadas e patrimonializadas pela Universidade, assim como ampliá-lo a partir da realização de um levantamento das peças preservadas nos diversos Centros Acadêmicos. Concluído em 2004, junto com o trabalho foi realizado um parecer técnico reiterando a importância da salvaguarda dos acervos da UFPE e propondo a criação de uma Coordenação de Patrimônio Cultural com a finalidade de desenvolver normas e fomentar e coordenar ações visando à identificação, qualificação, proteção e valorização dos bens culturais da UFPE, desenvolvendo atividades em cinco linhas básicas: 1- identificação dos bens culturais da UFPE (pesquisa, inventário, documentação); 2- proteção (normativa, física, aprimoramento profissional correspondente); 3- valorização (estabelecimento de critérios para salvaguarda e ampliação responsável); 4- qualificação do uso (destinação e utilização dos bens culturais); e 5) extroversão (difundir conhecimentos sobre bens culturais). Passados quase uma década, a ampliação das universidades públicas em geral, e da UFPE em particular, é uma realidade, tornando-se prioritário o controle sobre seus bens culturais. Nesse sentido o resgate da proposta de criação da referida

* Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNI-RIO, mestrando em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste/UFPE, foi servidor concursado da UFPE entre 1999 e 2008, ocupando o cargo de museólogo da Pró-Reitoria de Extensão. Desde dezembro de 2008 é servidor concursado da Fundação Joaquim Nabuco, atualmente lotado no Museu do Homem do Nordeste.

coordenação se sustenta na necessidade de alargamento do raio de ação e abrangência das atividades de controle dos acervos da UFPE, incluindo, em seu bojo, todo o conjunto do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia espalhado pelo campus e na maior parte das vezes desprotegido e subutilizado.

Palavras-chave: política de acervo; coleções de ciência e tecnologia; museus universitários.

COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE PERTENCENTES À UFPE: SUBSÍDIOS PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Albino Barbosa de Oliveira Junior*

Introdução

Considerando que o patrimônio cultural é um bem destinado ao usufruto da sociedade, é papel fundamental das instituições responsáveis pela sua salvaguarda, pesquisar e divulgar as coleções e acervos sob sua responsabilidade.

Heloísa Barbuy (2008, p. 34) destaca que os objetos, se tratados por uma vertente histórica são poderosos portadores de informações, visto que ao pensarmos o passado, os modos de vida e mentalidades, naturalmente o relacionamos com a dimensão material da cultura.

*Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNI-RIO, mestrando em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste/UFPE, foi servidor concursado da UFPE entre 1999 e 2008, ocupando o cargo de museólogo da Pró-Reitoria de Extensão. Desde dezembro de 2008 é servidor concursado da Fundação Joaquim Nabuco, atualmente lotado no Museu do Homem do Nordeste.

Nesse sentido, os objetos constituem um repositório de significados que necessitam de complexos mecanismos de gestão da informação, exigindo não só o trabalho com o potencial direto que eles fornecem, mas também com dados associados, de modo a ampliar seu universo de compreensão.

Levando em conta que a realização da gestão da informação necessita de regras escritas, estudos e pesquisas eficientes sobre o objeto e muita disciplina e atenção no trabalho, apresentamos as atividades desenvolvidas pela *Comissão para avaliação das obras de arte pertencentes à UFPE*, entre os anos de 2003 e 2005.

Com base em documentos institucionais relacionados, sobretudo a correspondência interna da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) relativa à execução dos trabalhos da Comissão, além do *Projeto de implantação do sistema de documentação do Acervo Museológico do Departamento de Cultura da UFPE*, desenvolvido em 1999, o artigo apresenta alguns aspectos relacionados à formação do patrimônio cultural da Universidade e explica a metodologia aplicada às atividades da Comissão e seus resultados.

Aspectos da formação do patrimônio cultural da UFPE

A UFPE foi criada pelo Decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946, tendo sido instalada em 11 de agosto do mesmo ano, sob a denominação de Universidade do Recife, e passou a ser a primeira Universidade do Norte e Nordeste do País, constituindo-se no grande centro universitário dessas duas regiões, a partir da reunião de Escolas Superiores então existentes: Faculdade de Direito (fundada em 1827),

Escola de Engenharia (criada em 1895), Escola de Farmácia (fundada em 1903), Faculdade de Medicina (originada em 1915), Escola de Belas Artes de Pernambuco (fundada em 1932) e a Faculdade de Filosofia do Recife (criada em 1946). A partir de 1965 passa a denominar-se como hoje é conhecida (UFPE, 2013, página internet).

Detentora de um rico e variado patrimônio cultural, destacamos o edifício onde a Faculdade de Direito está instalada desde 1912. De estilo eclético com traços marcadamente neoclássicos, construído especialmente para abrigá-la, o prédio é uma referência para a cidade do Recife, um marco da nova paisagem que se erguia no início do século XX, que conta com um rico acervo formado por coleções de mobiliário, pintura, fotografia, documentos, material didático, além da coleção de obras raras da Biblioteca. A Faculdade possui ainda um museu criado imediatamente após a mudança para o atual edifício com o intuito de preservar a memória da instituição que aquela altura já fazia quase um século (UFPE, 2008, p. 2).



Prédio da Faculdade de Direito do Recife. Fonte: <<http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos>> Acesso em: 10/11/2013.

Destacamos também o rico acervo em obras de arte da coleção de pintura e mobiliário da antiga Escola de Belas Artes do Recife, primeira do gênero criada no nordeste, em 1932. Nesta importante coleção podem ser apreciados trabalhos de Balthazar da Câmara, Murillo La Greca, Vicente do Rego Monteiro, Telles Júnior, Francisco Brennand, Reynaldo Fonseca, entre outros que tiveram uma participação como professores e/ou alunos (OLIVEIRA JR., 1999, p. 1).



Francisco Brennand. Retrato de mulher, óleo s/ madeira, 1953. Fonte: UFPE. Sistema de Catalogação do Acervo Museológico do Departamento de Cultura.

A UFPE conta ainda com uma coleção de obras e objetos referentes à Arte Popular, destacando-se, na cerâmica, obras de Lídia de Tracunhaém, Mestre Vitalino,

Ciça Loiceira, Zé Caboclo, Porfírio Faustino e Zé Antônio, entre outros, coleção de folhetos de Cordel e importantes registros de músicas tradicionais da região. Compõe ainda o acervo obras representativas do Movimento Armorial. Essas coleções começaram a ser organizadas a exatamente quarenta e dois anos, época em que foi criado o antigo Serviço de Extensão Cultural da Universidade e por onde passaram diretores de grande importância no meio cultural como o educador Paulo Freire, o teatrólogo Hermilo Borba Filho, os escritores Ariano Suassuna, Marcus Accioly e Jomard Muniz de Brito, entre outros (OLIVEIRA JR., 1999, p. 1).



Mestre Vitalino. Família de retirantes, cerâmica, sem data.
Fonte: UFPE. Sistema de Catalogação do Acervo
Museológico do Departamento de Cultura.

O acervo da Antiga Escola de Belas Artes e de Arte Popular é preservado no Departamento de Cultura da UFPE, no Centro Cultural Benfica. Situado próximo ao

centro da cidade, está instalado em um casarão construído na segunda metade do século XIX tombado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco em 1981 e agrega além do setor de Acervo Museológico, o Instituto de Arte Contemporânea, que divulga a produção de artistas locais e estimula a discussão do pensar contemporâneo e o Teatro Joaquim Cardozo, que abre espaço a grupos experimentais da cidade e do interior do Estado.

O sistema de documentação do Acervo Museológico conta com uma ficha catalográfica¹ que atende a todo o acervo, onde são definidos os campos de informação que constituem a base de dados do sistema. Para a implantação deste padrão de registro foram seguidas às normas recomendadas pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, pesquisados trabalhos bem sucedidos como o desenvolvido pelo Museu Nacional de Belas Artes desde 1992, o SIMBA – Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

15

A ficha catalográfica (OLIVEIRA JR, 1999, p. 3, 4) foi organizada de forma a apresentar um formato resumido, mas que ao mesmo tempo abarcasse o maior número de informações sobre cada obra do acervo, resultando em uma composição de 20 campos a serem preenchidos:

¹ Dentre as etapas da decodificação denomina-se catalogar o ato de identificar e relacionar bens culturais ou espécimes naturais através do seu estudo que poderá ter maior ou menor profundidade em sua análise e posterior fichamento. Este, com uma descrição completa e a localização da peça no tempo e no espaço, objetiva uma forma de identificá-la. É denominada, genericamente, ficha de catálogo ou ficha catalográfica, qualquer ficha relativa à ordenação, análise ou classificação de peças de um acervo. Não sendo este nome específico a nenhum tipo determinado de ficha (CAMARGO-MORO, 1986, p. 79).

1. Número de registro: Número com o qual a obra é registrada.
2. Classe: Referência genérica dos objetos.
3. Subclasse: Subdivisão da classe principal, onde o acervo é reunido por classe funcional.
4. Autoria: Nome das pessoas físicas ou jurídicas que contribuíram para o conteúdo criativo e intelectual da obra. Neste campo é acrescentada data de nascimento e morte dos autores e o código da localização de assinatura.
5. Título: Pode ser transcrito da fonte principal de informação ou de outras fontes, ou ainda ser atribuído pelo catalogador.
6. Data de execução: Ano em que a obra foi executada.
7. Local de execução: Local onde a obra foi executada.
8. Editor / distribuidor: Este campo atende somente às coleções de gravura e de folhetos de cordel, sendo o editor o responsável pelo ato de publicar, podendo ser uma pessoa física ou jurídica (tipografia, livraria, editora, etc.), e o distribuidor um agente ou agência que detem os direitos de comercialização de uma obra, com exclusividade ou de forma partilhada.
9. Número da edição: Número que consta na fonte principal de informação. Este campo também atende somente às coleções de gravura e de folhetos de cordel.
10. Técnica / material: Registro de características físicas preenchido de acordo com tabelas específicas.
11. Dimensões: A medição das obras é uma atividade de extrema importância. As medidas devem ser registradas com os objetivos de identificação e

segurança; dimensionamento do espaço para sua exposição, guarda em reserva técnica e transporte; e confecção de embalagem. As dimensões são registradas em centímetros, na seguinte ordem: altura, largura e profundidade. No caso específico de obras circulares é registrado apenas o diâmetro e nas obras irregulares são registradas a altura e a largura máximas.

12. Descrição: Características e/ou detalhes que particularizam e distinguem a peça.
13. Tema: Termo(s) pré-estabelecidos que possa(m) descrever o conteúdo temático da obra.
14. Concursos, exposições e premiações: Concursos, exposições e premiações que fazem parte do histórico da obra.
15. Modo de aquisição: Forma pela qual a peça passou a pertencer ao acervo (transferência, compra, doação, incorporação).
16. Ano de aquisição: Ano em que a peça foi adquirida.
17. Procedência: Ex-proprietário(s) ao(s) qual(uais) a peça pertenceu.
18. Estado de conservação: Estado de conservação em que se encontra a peça (bom, regular ou ruim).
19. Localização: Código correspondente ao local de guarda da peça.
20. Observações: Informações de natureza diversa tais como outros números, restaurações realizadas, outros títulos.

Paralelamente ao trabalho de catalogação, foi elaborado um banco de dados informatizado estruturado de forma a apresentar todas as informações relativas a cada ficha catalográfica e a respectiva imagem da obra, permitindo os mais diversos

cruzamentos dos campos da ficha, possibilitando aos usuários variados tipos de pesquisa. Com o apoio de professores e alunos do Departamento de Informática da Universidade Federal de Pernambuco, foi desenvolvido o programa SICAM – Sistema de Catalogação do Acervo Museológico. Sua versão contém todos os campos da ficha de catalogação mais um campo destinado a imagem, dispostos em três janelas diferentes. A primeira, Identificação, apresenta o que denominamos informações básicas das obras: número de registro, classe, subclasse, autoria, título, data de execução, local de execução, editor/distribuidor, número da edição, técnica/material e dimensões. A segunda, Complemento, apresenta os campos: descrição, tema, concursos/exposições, modo de aquisição, ano de aquisição, procedência, estado de conservação, localização e observações. A terceira, Imagem, apresenta as fotografias digitais das obras.

18



Imagem da tela do computador apresentando a tela de acesso do Sistema de Catalogação do Acervo Museológico do Departamento de Cultura. Fonte: UFPE. Sistema de Catalogação do Acervo Museológico do Departamento de Cultura.

O programa permite o acesso às informações através de uma listagem das obras apresentadas em ordem numérica ou a partir de dois comandos: Pesquisa Simples e Pesquisa Avançada. Na Pesquisa Simples o usuário pode resgatar as informações a partir dos seguintes campos: classe, subclasse, autoria, data de execução (estipulando um período), tema, concursos / exposições, procedência e estado de conservação. Na Pesquisa Avançada o resgate da informação pode ser realizado através de quinze diferentes cruzamentos dos campos da ficha de catalogação, tais como: subclasse e autoria; subclasse e estado de conservação; subclasse, autoria e estado de conservação. Instalado na rede de computadores do Centro Cultural Benfica, o programa está disponível a todos os visitantes, permitindo o acesso a três tipos de usuários: Administrador, exclusivo da coordenação do Acervo Museológico e do administrador do banco de dados; Operador, destinado aos responsáveis pela inclusão dos dados das obras; e Pesquisador, para o público geral.

Estes exemplos mostram uma pequena parte do Patrimônio Cultural da UFPE. À lista podem ser acrescentados o Memorial da Medicina, o Museu de Minerais e Rochas, o acervo de discos em 78 rotações por minuto da Rádio Universitária, a Coleção de Numismática em comodato com o Museu de Valores do Banco Central (unidade Recife), como também, uma grande quantidade de coleções científicas, encerradas nos laboratórios da instituição, desconhecidas por grande parte dos estudantes e da população em geral.

Comissão para avaliação das obras de arte pertencentes à UFPE

No ano de 2003, foi organizada, a pedido da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), a *Comissão Para Avaliação das Obras de Arte Pertencentes à UFPE*, com a incumbência de realizar um levantamento das peças preservadas nos diversos Centros Acadêmicos da Universidade, visando à atualização da avaliação financeira de um inventário existente das obras de arte tombadas e patrimonializadas (UFPE, Portaria de Pessoal nº1425/2003).

A Comissão contou com o museólogo da PROEXT Albino Oliveira, como Presidente, e mais seis professores do Centro de Artes e Comunicação (CAC): Profa. Ana Elizabete de Gouveia, Prof. Fernando Lúcio Barbosa, Prof. Dinauro Esteves Filho, Profa. Madalena Zacara, Profa. Rosa Maria Bezerra de Vasconcelos e Prof. Sebastião Pedrosa.

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma ficha catalográfica (UFPE, 2004) seguindo o princípio metodológico da ficha catalográfica utilizada para o Acervo Museológico do Departamento de Cultura, no entanto mais resumida, contando com 10 campos:

1. N° de Patrimônio;
2. Classe;
3. Autoria;
4. Título;
5. Data de execução;
6. Técnica/Material;

7. Dimensões;
8. Estado de Conservação;
9. Localização;
10. Valor.

É importante destacar que, em sistemas de gestão da informação, o controle da terminologia é essencial para tornar sua recuperação mais eficiente. No levantamento realizado contamos com o campo Classe para este uso. Para tanto, foi utilizado o *Thesaurus para acervos museológicos*^{*}, produzido por Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchini.

Visando uma correta e atualizada atribuição dos valores apresentados, foram realizadas consultas externas para o cumprimento da tarefa, como podemos verificar:

Informo que no inventário das Obras de Arte pertencentes à UFPE, entregue dia 08/11/2004 a V.Sa. e a Auditora Interna da UFPE, Marluce Maria Carvalho de Souza, consta um item referente ao valor da obra na ficha de catalogação utilizada para o registro das peças.

^{*} Um thesaurus é um conjunto de conceitos ordenados, de modo claro e livre de ambiguidade, a partir do estabelecimento de relações entre os mesmos e que pode ser definido segundo sua função ou estrutura. Do ponto de vista de sua função, é um instrumento de controle terminológico adotado por sistema e/ ou centros de informação e bibliotecas com o objetivo de tornar a indexação do conteúdo temático de documentos textuais/bibliográficos mais consistentes e, conseqüentemente, garantir maior precisão na recuperação de informações. Quanto à sua estrutura é um vocabulário controlado e dinâmico de termos que têm entre si relações semânticas e genéricas, e que se aplica a uma área particular do conhecimento (FERREZ e BIANCHINI, 1987, p. 17).

Visando uma correta e atualizada atribuição dos valores apresentados, foram consultados a Galeria de Arte Ranulpho, para a cotação das obras da Antiga Escola de Belas Artes e do mobiliário antigo, artistas locais para a cotação de obras de arte contemporânea e a Diretoria de Documentação e Patrimônio Cultural do Município de Caruaru para a cotação das obras de Arte Popular (UFPE, Comunicação Interna, 2004).

Conforme Relatório da Comissão (UFPE, 2004) foram preenchidas 1.477 fichas catalográficas, em 13 unidades da UFPE:

1. Departamento de Cultura – 550;
2. Faculdade de Direito – 444;
3. Reitoria – 39;
4. Hospital das Clínicas – 13;
5. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE) – 12;
6. Prefeitura do Campus – 03;
7. Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) – 03;
8. Centro de Ciências Biológicas (CCB) – 02;
9. Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) – 04;
10. Centro de Convenções – 01;
11. Centro de Artes e Comunicação (CAC) – 399;
12. Centro de Educação – 06;
13. Biblioteca Central – 01.

Concluída a fase de preenchimento das fichas catalográficas, elas foram encaminhadas a PROPLAN, que ficou responsável pela organização dos dados em formato de tabela.

Encaminhamos a V.Sa. o inventário das Obras de Arte pertencentes à UFPE, onde foram listados 1.477 itens distribuídos em seis encadernações contendo as fichas de catalogação elaboradas e preenchidas por esta Comissão. Alertamos que este material é original, ficando a PROPLAN responsável pela execução das cópias e devolução dos originais a Comissão (UFPE, Comunicação Interna, 2004).

Neste mesmo momento, a Comissão alerta ainda sobre algumas questões de grande importância para a futura continuidade do trabalho:

Aproveitamos para informar que o levantamento realizado priorizou as obras de arte e o mobiliário antigo, ficando de fora importantes coleções pertencentes à Universidade como a de numismática, que se encontra em comodato com o Museu de Valores do Banco Central e a de discos de vinil da Rádio Universitária (cerca de 3.000 exemplares). Durante o período de realização do inventário pudemos também constatar o precário nível de conservação e guarda em que se encontram grande parte das obras listadas. Para sanarmos os problemas citados acima sugerimos a adoção de novos critérios e responsabilidades para esta Comissão, os quais gostaríamos de discutir em breve com a PROPLAN e a Auditoria Interna (UFPE, Comunicação Interna, 2004).

Percebendo a importância e magnitude do trabalho, a Comissão encaminhou documento (UFPE, Comunicação Interna, 2004) ao Gabinete do Reitor comunicando que os trabalhos foram concluídos, reiterando a importância da salvaguarda do valioso patrimônio artístico cultural e propondo novas idéias para continuidade das atividades, visando ampliar sistematicamente o número de obras inventariadas, garantindo a preservação dos bens culturais da UFPE. Nesse sentido, foi sugerida a criação de uma Coordenação de Patrimônio Cultural aos moldes da existente à época na Universidade de São Paulo (USP), com a finalidade de propor normas, fomentar e coordenar ações visando à identificação, qualificação, proteção e valorização dos bens culturais da UFPE, desenvolvendo atividades em cinco linhas básicas:

- identificação dos bens culturais da UFPE (pesquisa, inventário, documentação);
- proteção (normativa, física, aprimoramento profissional correspondente);
- valorização (estabelecimento de critérios para salvaguarda e ampliação responsável);
- qualificação do uso (destinação e utilização dos bens culturais);
- difusão (difundir conhecimentos sobre bens culturais).

A proposta de criação de uma Coordenação de Patrimônio Cultural sustentava-se na necessidade de ampliação do raio de ação e abrangência das atividades da então Comissão. Com a implantação da coordenação poderiam ser inseridos no patrimônio da UFPE coleções como a de numismática, a coleção de discos de vinil da Rádio Universitária, com cerca de 3.000 exemplares, a coleção do Museu de Minerais e Rochas do Departamento de Geologia, entre outras. Somado a isso, previa-se também como ação da coordenação a qualificação dos servidores responsáveis pelas respectivas

coleções, preparando-os para desenvolver atividades de conservação e dando suporte à organização de projetos destinados a programas de financiamento na área de Patrimônio.

Considerações finais

O Patrimônio Cultural é compreendido por setores da intelectualidade, da política e da economia como uma prática complexa, que envolve a criação, a comunicação, a produção de conhecimentos e preservação de bens, entre outras questões.

Os objetivos da *Comissão para avaliação das obras de arte pertencentes à UFPE* estavam voltados exclusivamente para a atualização dos valores monetários das obras de arte tombadas e patrimonializadas.

No entanto, o trabalho realizado pela Comissão ampliou o número de itens listados e apresentou, junto aos órgãos gestores da UFPE, demandantes da ação, propostas para a realização continuada de uma atividade que deve seguir ininterruptamente.

Contando com a participação de um museólogo da PROEXT e mais seis professores do CAC, naturalmente envolvidos com as questões do patrimônio cultural em geral, e da arte em particular, foram sugeridas recomendações que não estavam na proposta de atividades.

Sensíveis a importância da preservação do rico patrimônio artístico cultural da UFPE, foram lançadas algumas propostas visando às melhorias do seu controle e gestão, na intenção de aprimorar as ações sobre sua salvaguarda.

Infelizmente as propostas não chegaram a ser discutidas e as ações de identificação, qualificação, proteção e valorização dos bens culturais da UFPE continuaram a ser pontuais, carecendo de uma visão mais abrangente, longe da busca pela eficiência, eficácia e efetividade, essenciais para a boa gestão pública.

Entendemos que, numa estrutura de grande porte como é a UFPE, torna-se especialmente complexa a estruturação de normas que abarquem uma diversidade tipológica de acervos e coleções. Contudo, sem ter a pretensão de desenvolvermos modelos ideais de gestão, reiteramos a importância de se criar, no organograma da instituição, uma Coordenação de Patrimônio Cultural.

REFERÊNCIAS

BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 28/8/2013.

CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museu: Aquisição-Documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

ICOM. CIDOC. *CIDOC Fact Sheet No. 1: Registration step by step*. 1993. Disponível em:

<http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/CI_DOC_Fact_Sheet_No_1.pdf>. Acesso em: 10/11/2013.

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. *Manual de catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras*. Rio de Janeiro, 1995.

_____; BIANCHINI, Maria Helena. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, Museu Histórico Nacional, 1987.

OLIVEIRA JR., Albino Barbosa de. *Projeto de implantação do sistema de documentação do Acervo Museológico do Departamento de Cultura*. UFPE, Recife, 1999.

UFPE. *Portaria de Pessoal n° 1425/2003*. Recife, 2003.

UFPE; Comissão para avaliação das obras de arte pertencentes à UFPE. *Comunicação Interna n. 1*. Recife, 2003.

- _____. *Ficha Catalográfica*. Recife, 2004.
- _____. *Relatório etapa 5/11/2004*. Recife, 2004.
- _____. *Comunicação Interna n. 1*. Recife, 2004.
- _____. *Comunicação Interna n. 2*. Recife, 2004.
- _____. *Comunicação Interna n. 3*. Recife, 2004.
- _____. *Comunicação Interna n. 4*. Recife, 2004.
- _____. *Comunicação Interna n. 5*. Recife, 2004.
- _____. *Comunicação Interna n. 6*. Recife, 2004.
- _____. *Comunicação Interna n. 1*. Recife, 2005.
- _____. *Comunicação Interna n. 2*. Recife, 2005.
- _____. *Comunicação Interna n. 3*. Recife, 2005.

UFPE; Comissão Especial de Reestruturação do Patrimônio da Faculdade de Direito. *Museu Ruy Barbosa – Núcleo de Preservação, Identificação e Valorização do Patrimônio Cultural da Faculdade de Direito do Recife – Projeto de Requalificação*. Recife, 2008.

UFPE. *Home*. Disponível em: <<http://www.ufpe.br>>. Acesso em: 10/11/2013.

O LABORATÓRIO DE GEOMENSURA THEODORO SAMPAIO DA UFBA: ARROLAMENTO CONCLUÍDO, BANCO DE DADOS IMPLANTADO. E AGORA?

Ana Regina Torres Ferreira Teles*

Resumo:

A Escola Politécnica da UFBA, a quinta do Brasil, juntamente com a Escola de Pernambuco, eram as únicas existentes no Norte e Nordeste. Seus diversos laboratórios foram sendo formados ao longo da sua existência (desde 1897), geralmente vinculados aos antigos “gabinetes” - no presente caso, aos Gabinetes de Geodésia e Astronomia, Topografia e Estradas - responsáveis pela guarda e manutenção dos materiais e equipamentos usados nas aulas. A partir de 1985, apesar de não contar com os recursos necessários, passaram a ser protegidos, havendo controle de empréstimos e devoluções, do descarte (peças e fragmentos). Nas primeiras tentativas de ordenação e cadastro e, nesses inventários, os objetos foram agrupados por “famílias”, características de uso – finalidade – e evolução tecnológica dos componentes e metodologias de uso apesar de continuarem incluídos no mesmo rol dos demais bens móveis do Departamento. Em 2011, com o apoio institucional do Programa Permanecer, o Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas uniu-se ao Departamento de Transportes (DT) com o objetivo de dar o tratamento adequado à Coleção, incluindo ações que contemplaram um novo levantamento e a aplicação dos princípios de documentação de museus. Atualmente, os objetos encontram-se acomodados numa sala de 21,50 m² no DT, devidamente catalogados e armazenados num banco de dados. Para esse trabalho foi necessária uma higienização preliminar. A pesquisa documental encontra-se em andamento e já foi instalada a primeira exposição em ambiente externo ao Departamento (espaço de eventos da Escola Politécnica) contemplando 24 instrumentos. Além da apresentação desses primeiros resultados, agora são levantadas questões para discussão acerca das próximas etapas a serem galgadas, principalmente diante da falta de recursos (humanos e materiais) e, principalmente, espaço físico tanto para a guarda quanto para a exposição da Coleção.

* Mestre, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia.

Palavras-chave: coleção; instrumentos científicos; inventário; documentação.

O LABORATÓRIO DE GEOMENSURA THEODORO SAMPAIO DA UFBA: ARROLAMENTO CONCLUÍDO, BANCO DE DADOS IMPLANTADO. E AGORA?

Ana Regina Torres Ferreira Teles*

Pequeno histórico da Escola Politécnica

Em 12 de julho de 1896, foi criado o Instituto Politécnico com o fim de criar e manter com os seus próprios recursos e outros que conseguisse junto aos poderes públicos, sob o nome de Escola Politécnica, uma escola de engenharia prática e teórica para formar engenheiros civis e agrimensores, admitindo posteriormente, cursos especiais de engenheiros industriais, mecânicos e de minas.

Oito meses mais tarde, em 14 de março de 1897, foi instalada a Escola Politécnica da Bahia com dois cursos: de engenheiros civis e de engenheiros geógrafos. No início de 1901 diplomou-se a primeira turma de engenheiros geógrafos e no final deste mesmo ano, a de engenheiros civis.

A Escola Politécnica, a quinta do Brasil, juntamente com a Escola de Pernambuco, eram as únicas existentes no Norte e Nordeste. Seus diversos laboratórios foram sendo formados ao longo da sua existência (desde 1897), geralmente vinculados

* Mestre, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia.

aos antigos “gabinetes” que eram os responsáveis pela guarda e manutenção dos materiais e equipamentos usados nas aulas.

Atualmente a Escola Politécnica integra a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O Laboratório de Geomensura Theodoro Sampaio - LGTS

Inicialmente, dentre muitos outros, haviam os Gabinetes de Geodésia e Astronomia, Topografia e Estradas que, na década de 60 do século passado, passaram a constituir o atual Departamento de Transportes (Figuras 1 e 2).



Figura 1 - Vista do Gabinete de Topografia

Em 1938, a Escola Politécnica recebeu em doação, vários instrumentos que haviam pertencido ao engenheiro Theodoro Sampaio, o que levou a Congregação, em

reconhecimento, por unanimidade de seus membros, dar o seu nome ao Gabinete de Topografia, que passaria também a fundir-se com o de Geodésia. Originalmente batizado de Laboratório Theodoro Sampaio, o termo "geomensura" foi agregado na década de 90.



Figura 2 - Vista do Gabinete de Astronomia

Para que se possa entender a importância desse legado assim como da homenagem prestada, faz-se necessário apresentar brevemente o engenheiro Theodoro Sampaio. Nasceu na zona rural (Engenho Canabrava) de Santo Amaro da Purificação, na Bahia, em 1855. Filho de escrava e sem pai declarado, foi adotado pelo capelão do Engenho que o enviou para o Rio de Janeiro onde foi educado, inicialmente no Colégio São Salvador. Posteriormente ingressou na Escola Central de Engenharia Militar sob a jurisdição do Ministério da Guerra e que passou a ser a Escola Politécnica do Rio de

Janeiro sob a jurisdição do Ministério do Império, graduando-se em 1876, aos 21 anos, em Engenharia Civil. Trabalhou no Rio de Janeiro como Engenheiro do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1876-1886) e em São Paulo (1886-1904) como membro da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, Planejamento Territorial e Urbano e Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo. Voltou para a Bahia em 1904, montando um escritório de engenharia juntamente com seu filho e executando serviços relevantes em Salvador e interior da Bahia vindo a falecer em 1937. A figura 3 apresenta um Taqueômetro meio-círculo Baker, que pertenceu a Theodoro Sampaio e a figura 4, Theodoro operando esse instrumento em localidade próxima a Salvador, em março de 1916.



Figura 3 - Taqueômetro pertencente a Theodoro



Figura 4 - Theodoro em trabalho de campo

Além de engenheiro, Theodoro foi geógrafo, cartógrafo, historiador, linguista, planejador urbano, etnógrafo e empresário. Como legado, deixou monografias, artigos, livros, mapas, cartas e atlas, destacando-se: *O Tupi na geografia nacional* (1901), *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (1905) e o *Atlas dos Estados Unidos do Brasil* (1908). De acordo com Santos (2010), no livro **Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades**, *“Theodoro Sampaio foi um dos brasileiros que*

mais se destacaram nos trabalhos de reconhecimento do território nacional (1889-1930) e na construção da infra-estrutura urbana de serviços”.

A formação da Coleção

A formação da Coleção objeto do presente trabalho se deu, portanto, ao longo da existência da própria Escola Politécnica, através da aquisição de instrumentos novos por dotações orçamentárias e recursos provenientes de atividades de extensão, e com a recepção de equipamentos provenientes de convênios, acordos e doações tal como aconteceu com a proveniente de Theodoro Sampaio. Um grande número de instrumentos é oriundo de convênio firmado entre a Escola Politécnica e a DSG – Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, tendo vários deles sido usados em serviços relevantes, com destaque para aqueles usados na Comissão da Carta Geral do Brasil (1903) - figuras 5 e 6 apresentam dois desses exemplares.

35



Figura 5 - Taqueômetro Springer auto-reduzor



Figura 6 - Taqueômetro Charnout

Existem também instrumentos adquiridos pelo acordo firmado entre o Brasil e as Repúblicas Democrática Alemã e Popular da Hungria. Além desses, o LGTS recebeu também instrumentos pertencentes originalmente a outros gabinetes da própria Escola Politécnica ou mesmo de outras Unidades de Ensino da atual Universidade Federal da Bahia, em decorrência de reorganizações administrativas pelas quais as Unidades passaram.

Essa característica é um dos motivos que fazem a coleção do LGTS ter uma característica ímpar no cenário nacional, não apenas pela quantidade de equipamentos mas também pela diversidade e importância de patrimônio, já que comporta instrumentos de Topografia, Geodésia, Estradas, Astronomia, Fotogrametria, Meteorologia, Hidrologia e Desenho e que foram utilizados tanto no âmbito acadêmico para ensinar práticas utilizadas nas Engenharias como também em serviços relevantes

como os do Projeto Rondon, Fundação Gonçalo Moniz, Instituto Regional de Pesquisas de Recursos Naturais, Prefeitura de *Campus* da UFBA, apenas para citar alguns.

A guarda e o controle dos equipamentos

Como já citado anteriormente, os instrumentos pertenciam aos gabinetes correspondentes, neles eram guardados e havia um controle do que era retirado para as aulas, para empréstimo e para reparos. Foram encontrados documentos que mostram o controle dessas retiradas sem, entretanto, registrar todas as devoluções. Existiam números e siglas (dos gabinetes) associados aos equipamentos e foram encontradas algumas listas de levantamentos feitos, para cada um dos gabinetes. Em 1977, a Universidade passou a centralizar o inventário dos bens móveis, nesse rol incluídos, de igual maneira, objetos do mobiliário, ferramentas, de apoio didático e os instrumentos científicos. Nessa ocasião, os objetos receberam novos números, desta feita nominados número de tomo UFBA, em numeração contínua para toda a Universidade.

Iniciativas de proteção - 1985 - 2010

Com o tempo, muitos instrumentos tornaram-se obsoletos e outros tantos apresentaram defeitos. Além disso, o espaço reservado para acomodá-los foi se tornando cada vez mais insuficiente, implicando numa situação de descontrole e desconhecimento do conjunto existente, assim como da sua própria condição de conservação. Em 1983, quando do nosso ingresso como docente de Topografia no Departamento de Transportes, a situação estava quase que totalmente fora de controle e, à essa altura, já existiam aparelhos totalmente canibalizados, amontoados pelo chão

ou simplesmente largados dentro de armários, sem qualquer sinal de organização, salvo aqueles que estavam sendo usados para as atividades práticas dos cursos. A sensação resultante do primeiro contato passou rapidamente de um grande susto inicial para, logo em seguida, uma tomada de consciência de que estávamos diante de um patrimônio de valor inestimável e da decisão de tomar alguma providência para evitar a perda irreparável e irreversível daqueles bens.

Em paralelo com as atividades docentes e assumindo a Chefia do Departamento, não houve tempo para, de imediato, cumprirmos nosso objetivo. Entretanto, em 1985, foi elaborado e proposto o primeiro projeto de recuperação, organização e estudo dos instrumentos do LGTS, já constando nesse documento, a intenção de criar um museu e sendo feita a primeira checagem das listagens de 1977, já que não havia sido feito novo inventário desde então.

Essa primeira iniciativa não recebeu qualquer retorno, tendo sido preparado novo projeto em 1987, também sem sucesso. Além dos equipamentos que estavam nas dependências do Departamento, foi encontrada uma Câmara Escura lotada de instrumentos que foram "resgatados" e devidamente cadastrados, já que não haviam sido localizados em 1985, resultando num arrolamento em 1988, desta feita contendo informações, mesmo que de forma tímida, acerca do estado de conservação, localização além das existentes (números de tombo e nomes).

Em 1992 a Universidade implantou um novo sistema de numeração, ocasião em que foram feitos novo inventário, nova avaliação e nova arrumação. Em 1998 foi feito o primeiro registro em planilha eletrônica. Situações análogas foram se apresentando ao longo dos anos, alternando momentos de controle e arrumação com

novas situações de canibalismo e desaparecimento de instrumentos a cada vez que, por razões administrativas da própria Universidade ou de aprimoramento acadêmico, não foi possível estar presente e à frente da proteção do patrimônio, como observados nas figuras 7 e 8.



Figura 7 - Situação em 1985



Figura 8 - Situação em 2002

Mais uma vez os equipamentos e fragmentos foram resgatados, inventariados e arrumados, por "famílias" e em uma nova sala do DT (21,50m²), que embora sem ventilação natural, representava a melhor situação de proteção até aquela data. É nessa sala que, ainda hoje, encontra-se a coleção. Ainda em 2002, após a situação apresentada na figura 8, o inventário foi registrado num banco de dados e testadas as primeiras fichas de identificação em meio informatizado, além de nova arrumação (figura 9). Por conta de novo afastamento, a situação se repetiu por algumas vezes culminando com a condição documentada no final de 2010 (figura 10).



Figura 7 - Situação em 2002



Figura 8 - Situação em 2010

A grande mudança - parcerias em 2010

No final de 2010, por uma feliz "conjunção de astros", alguns caminhos se cruzaram ou melhor, levaram as duas grandes parcerias ao LGTS. A Prof^ª Suely Ceravolo do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA) ministrava aulas na Escola Politécnica e o seu olhar especialista foi despertado por alguns objetos que encontravam-se acomodados numa vitrine na antesala da Congregação. Nessa mesma época, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), estava a visitar as Instituições de Ensino por necessidade do Projeto de Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro, tendo chegado até a Prof^ª Suely que lembrou-se dos instrumentos vistos na Politécnica. O resultado é o que será apresentado adiante, fruto de apenas três anos desta parceria entre o Departamento de Transportes, o Departamento de Museologia e o MAST.

Em 2011, com o apoio institucional do Programa Permanecer da UFBA, o Departamento de Museologia uniu-se ao Departamento de Transportes (DT) com o objetivo de dar o tratamento adequado à Coleção, incluindo ações que contemplaram

um novo levantamento e a aplicação dos princípios de documentação de museus com a participação de alunos bolsistas do Curso de Museologia.

Para tal, foram tomadas providências preliminares que permitissem acesso e circulação dentro da sala, além de mesa para trabalhar e fazer o registro fotográfico. Foi discutida também a metodologia do trabalho, adequada às condições reais de trabalho, um partido para a numeração a ser adotada e um modelo preliminar de ficha a ser preenchida para cada objeto. A partir da listagem fruto do último inventário e após algumas "aulas" de Topografia, Astronomia e afins para museólogos, os trabalhos de arrolamento começaram. Para cada objeto era feita uma higienização básica, acompanhado de observação cuidadosa do objeto sob vários ângulos. Em seguida fazíamos uma breve explicação sobre os componentes básicos, seu manuseio e funções, afim de permitir uma descrição adequada. Todos os procedimentos eram feitos de forma bastante cuidadosa, com o uso de luvas, pincéis apropriados e máscara. Em pouco tempo as alunas já dominavam alguns termos do jargão próprio das nossas ciências, sendo capazes de reconhecer elementos constituintes e elaborar descrições com bastante propriedade. Cada objeto era medido e fotografado sob vários ângulos, embora apenas um fosse o escolhido para a inserção na ficha. A cada um também foi atribuído um número marcado em etiqueta e preso com cordão. As figuras 11 a 14 mostra alguns momentos desse processo, que culminou, em março de 2013, com a conclusão de uma primeira etapa do arrolamento, tendo sido inventariadas 720 peças, nestas incluídas 294 entre acessórios e peças avulsas.



Figura 11 - Higienização

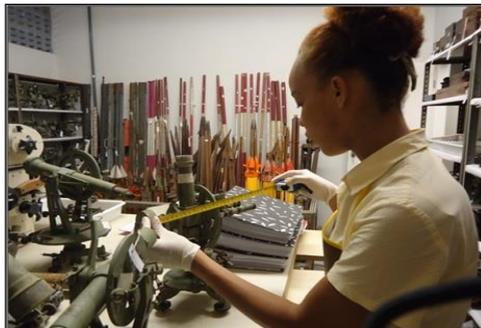


Figura 12 – Medição



Figura 13 - Registro fotográfico



Figura 14 - Etiquetagem

Convém salientar que esse total exprime apenas os instrumentos manufaturados até o final da década de 60 do século passado, tendo em vista ser este o recorte estabelecido pelo projeto do MAST. Na figura 15, uma das fichas. Na figura 16, a estrutura da ficha desenvolvida para o banco de dados, contendo outros atributos que serão objetos de ações futuras.

Ficha de registro	
Numero atual do objeto: LITS. 2011.0041	Números anteriores: 150.353-O/5930/636
Nome: Tequeômetro	
Fabricante: Outey	Dimensões: Comprimento 27cm Altura 23 cm Diâmetro 42 cm
<p>Descrição: Tequeômetro composto de três órgãos, sustentação, orientação e visada. O órgão de sustentação é composto por uma base circular sobreposta por quatro parafusos calantes, que está fixado na coluna central, próximo à dois parafusos um de movimento principal e um de encaixe da coluna. O órgão de orientação está fixado a um disco que dá suporte para o limbo horizontal, e é composto de uma bússola, um nível de bolha, e dois botões de movimento do limbo horizontal. Próximo à bússola estão fixadas duas hastes de metal, que sustenta o limbo vertical, a luneta e seus acessórios, que são: os parafusos de movimento e o botão de foco. Na parte inferior da luneta há um nível tubular de bolha.</p>	
Observação:	
Foto:	

Figura 14 - Ficha de registro

The image shows a web-based data entry form for 'ACERVO LGTS'. The form is organized into several columns and rows of input fields. The fields are as follows:

- Identification:** Identification: 1, número LGTS, número tomo UFBA atual, número segundo tomo UFBA, número tomo UFBA original.
- Technical Specifications:** NOME, MARCA/FABRICANTE, MODELO, NOME POPULAR, número de série, DATAÇÃO, FONTE, Procedência, Localização, Estado de Conservação, Descrição, Observação, Dimensões (cm) L x C x A, Peso (kg), Cadastro.
- Administrative/Status:** Data cadastro, Revisão, Data revisão, Situação 1, Situação 2, 1985, 1988, 1992, 1999, 2002, Sistema de Apoio, Sistema de Centragem, Sistema de Catagem, Sistema de Visada.
- Measurement Tools:** Bússola, Declinatoria, Vernier, Micrômetro.

Ficha 15 - Ficha desenvolvida para o banco de dados

A primeira mostra

Em março de 2013 ainda, por ocasião do 116º aniversário da Escola Politécnica, após contar com o apoio da atual diretoria com a cessão de uma vitrine usada para expor troféus e medalhas de torneios esportivos estudantis, decidiu-se por escolher alguns dos exemplares mais representativos (relevância histórica, antiguidade, raridade, características plásticas) - 24 - para apresentar à comunidade acadêmica, em especial, parte do precioso acervo. (figuras 16 e 17).



Figura 16 - Vitrine da 1ª mostra – 2013



Figura 17 - Vista de um conjunto da 1ª mostra

Na mesma oportunidade, foi lançado o *site* do LGTS (www.lgts.eng.ufba), abrigado no domínio eng.ufba, página da Escola Politécnica, com links para fichas e imagens de 40 objetos, além de textos que relatam, de forma semelhante ao atual, um histórico da coleção (figura 18).



Figura 16 - Vitrine da 1ª mostra - 2013

A pesquisa documental

Concomitante com o processo de arrolamento, devido à necessidade de entender o funcionamento de alguns deles, identificar ou aferir prováveis datações, foram feitas várias consultas tanto ao arquivo do DT quanto ao da Escola Politécnica. Concluído o arrolamento, deu-se início à pesquisa documental de forma mais regular, com o objetivo principal de construir a história do maior número de objetos, rastreando documentos de compras, notas de empenho e atas, dentre muitos outros. Essa pesquisa já extrapolou os limites da Escola, tendo sido localizados documentos que se reportam ao conjunto no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (figuras 17 e 18).



Figura 17 - Bolsistas no arquivo da EP

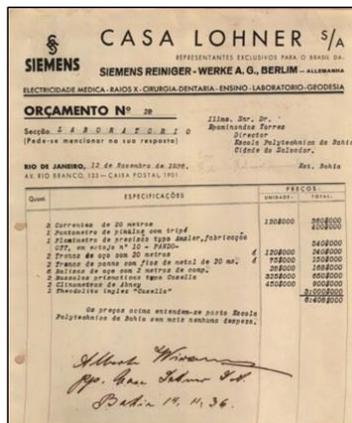


Figura 18 - Nota fiscal datada de 1938

O que há por vir

Além das pendências inerentes àquela que consideramos a primeira etapa (publicação de um catálogo, revisão do site e outra(s) alternativa(s) para marcação dos objetos - se existirem e publicação de um documento com o registro de todas as etapas do arrolamento, desde as tomadas de decisão até os resultados preliminares), preocupamos garantir não apenas novos retrocessos mas, sobretudo, o avanço do trabalho à caminho de uma possível musealização.

Com relação a retrocessos semelhantes às situações descritas anteriormente, acreditamos que com o atual estágio do envolvimento institucional da Escola com a cessão do espaço da mostra e uma promessa de um novo espaço num prédio em construção e com o controle rigoroso de acesso à sala dos equipamentos e a presença frequente dos bolsistas, essa possibilidade é remota. Entretanto, não se vislumbrou

ainda, dentre os demais docentes do DT ou mesmo da Escola, pessoas interessadas em dar continuidade a esse trabalho, daí a nossa constante e quase que perpétua preocupação.

Não se desconhece que as Instituições de Ensino, especialmente, carecem de políticas de preservação do patrimônio cultural e científico, limitando-se a controlar e registrar os bens móveis do ponto de vista administrativo apenas.

Espera-se, portanto, que possam vir a ser implementadas pelo menos, as seguintes ações: manutenção da documentação, ações de preservação, ações de restauração e, sobretudo, ações de divulgação.

A figura 19 apresenta um gráfico da distribuição dos equipamentos conforme o material predominante, levando-nos a afirmar que as ações de preservação são, inicialmente, as mais importantes, tendo em vista uma quantidade razoável de equipamentos e acessórios ainda em condições de serem devidamente preservados através de ações simples evitando que, com o tempo, passem a necessitar de intervenções de restauração

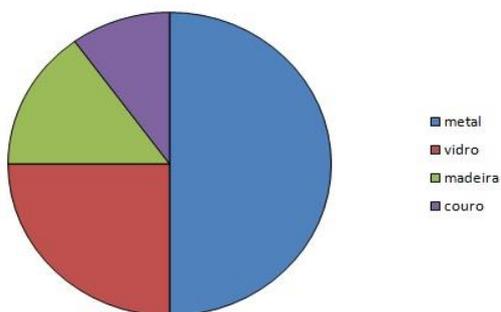


Figura 19 - Distribuição dos equipamentos de acordo como material predominante. Fonte: OLIVEIRA, 2013.

As figuras 20 e 21 mostram dois exemplos de caixas de madeira: uma totalmente deteriorada e outra ainda em razoável estado de conservação.



Figura 20 - Caixa de madeira deteriorada



Figura 21 - Caixa de madeira ainda em boas condições

As figuras 22 e 23 apresentam, de forma análoga, instrumentos em metal e as figuras 24 e 25, objetos em couro.



Figura 22 - Luneta de teodolito degradada



Figura 23 - Nível Berthelemy em perfeitas condições



Figura 24 - Peças em couro ressecado



Figura 25 - Caixa em couro em boas condições.

Pretende-se, em março de 2014, aproveitando de novo o aniversário da Escola por se tratar de uma excelente oportunidade de dar visibilidade à coleção a outras pessoas distintas daquelas da comunidade da Politécnica, renovar os conjuntos expostos para uma nova mostra, mantendo em quadro, informações sobre a primeira, de forma a despertar o interesse também pelo *site* que conterà ambas as situações.

A depender do interesse de novos bolsistas em participarem do projeto, poderão ser continuados os trabalhos de arrolamento dos equipamentos pós 1960 que já encontram-se fora de uso mas devidamente protegidos.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Daiana Soares de. Relatório Final de Estágio Supervisionado. Salvador: UFBA, 2013

SANTOS, Ademir Pereira dos. Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades. Rio de Janeiro: Versal, 2010.

OS ACERVOS CIENTÍFICOS DO MUSEU DE MINERAIS E ROCHAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: PATRIMÔNIO PÚBLICO A SER PRESERVADO.

Arlindo Francisco da Silva Filho*
Maria da Conceição Santos Wanderley†
Tiago Rodrigues da Silva‡

Resumo:

Os autores entendendo o museu como sendo um espaço com capacidade de contribuir de forma positiva para a geração, divulgação e aquisição de conhecimento científico, além de importante divulgador cultural e, tendo a coleção de instrumentos científicos do Museu de Minerais e Rochas da Universidade Federal de Pernambuco como fonte de pesquisa, após realizarem levantamento bibliográfico relacionado a temática que envolve o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia, objetivam discutir a importância deste acervos como capital simbólico não apenas do Centro de Tecnologia e Geociências, mas de toda a Universidade e, a pertinência de serem alvo de apropriadas e especializadas ações gerenciais que visem a preservação e adequado aproveitamento cultural desse patrimônio, uma vez que, consideram os autores, sua importância ultrapassa os muros que limitam a Universidade, além de constituírem patrimônio público de interesse de toda a sociedade.

Palavras-chave: patrimônio cultural de ciência e tecnologia; instrumentos científicos; gestão de acervos.

*UFPE, Mestre em Gestão Pública, Turismólogo, Bacharel em Museologia.

†UFPE, Arte Educadora, Bacharel em Museologia.

‡UFPE, Graduando de Engenharia de Minas, Bolsista do Museu de Minerais e Rochas.

INSTRUMENTOS ALTERNATIVOS APLICADOS A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: METODOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Danielle Alves de Oliveira*
Eutrópio Pereira Bezerra**

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo discutir as práticas de conservação e preservação em documentos (papel), através de instrumentos/mecanismos alternativos. O alto custo das máquinas tradicionais inviabiliza os restauradores em desempenhar as atividades inerentes a recuperação dos dispositivos informacionais custodiados nas instituições públicas e privadas. Diante deste cenário e acreditando no potencial da informação no processo de ressignificação da memória, desenvolvemos um trabalho exploratório, no qual aponta estratégias e mecanismos alternativos que foram desenvolvidos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para sanar a dificuldade nos procedimentos corriqueiros de preservação/restauração. Temos ciência que a criação dos processos alternativos não significa a substituição de um procedimento por outro, mas a coexistência de tecnologias na ação do restauro, proporcionando assim, a manutenção dos suportes e conseqüentemente, a disponibilização dos documentos para o acesso.

* Técnica em Arquivo na Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da informação na Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. daniellealvs@gmail.com.

** Professor do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba na área de Política de preservação e conservação de acervos documentais. Servidor da Universidade Federal de Pernambuco responsável pelo laboratório de Conservação, encadernação e restauração do Departamento de Antropologia e Museologia. Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Patrimônio documental, bibliográfico e artístico pelo laboratório de Restauração Barbachano&Beny S.A (Espanha). Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Professores de Nazaré da Mata. eutropiobezerra@yahoo.es.

Palavras-chave: conservação/preservação/restauração; processos alternativos; conservação do patrimônio; preservação da memória.

**INSTRUMENTOS ALTERNATIVOS APLICADOS A CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL: METODOLOGIA PARA A PRESERVAÇÃO DA
MEMÓRIA**

Danielle Alves de Oliveira *

Eutrópio Pereira Bezerra **

INTRODUÇÃO

Seduzidos pela Memória é o título do livro de Andreas Huyssen (2000), em que ele traz a tona o fenômeno cultural e político da contemporaneidade no que tange a emergência da memória como uma das preocupações centrais das sociedades ocidentais. Neste sentido, cada vez mais os centros de informação vem ganhando notoriedade pelo potencial estratégico e pela necessidade de evocação das lembranças de outrora.

Nestes espaços as formas ou maneiras de acesso à memória se dão a partir dos documentos armazenados, já que ela se cristaliza no traço, pelo vestígio, na materialidade do registro. Aquiescendo desta vertente Nora (1993) afirma ainda que a constituição da memória é de fato a construção gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que é possível lembrar: estoques armazenados nas instituições-memória.

* Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Arquivologia e em História. Técnica em Arquivo da Universidade Federal de Pernambuco. Professora do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: daniellealvs@gmail.com.

** Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Patrimônio Documental, bibliográfico e artístico pelo Laboratório de Restauração Barbachano & Beny S.A (Cercedilla, Espanha). Graduado em Pedagogia. Restaurador e coordenador do Laboratório de conservação, encadernação e restauração do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) da Universidade federal de Pernambuco. Professor do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: eutropiobezerra@yahoo.es.

Entretanto, os suportes de informação que corroboram com a cristalização da memória são constituídos, na maioria dos casos, em materiais perecíveis, ou seja, produtos orgânicos, a exemplo dos documentos em papel. Estes suportes são naturalmente afetados pelas variações da umidade relativa e de temperatura, provocando assim a sua expansão e conseqüentemente a sua deterioração estrutural, principalmente quando exposto a raios ultravioletas e à incidência de luz mecânica.

Todavia, por mais paradoxal que possa parecer, os seres humanos são os maiores agentes de degradação das nossas lembranças individuais e coletivas. O descaso com o passado ocasiona na falta de identidade do sujeito com sua comunidade, já que a memória possibilita a consolidação identitária e conseqüentemente na formação da consciência cidadã. É a partir da construção e do compartilhamento das lembranças que os sujeitos se reconhecem como parte integrante de um grupo e luta contra a invisibilidade de sua classe.

Reflexões acerca desta temática vêm permeando diversos campos do conhecimento. No rol de áreas, emerge a Ciência da Informação que tem ampliado o interesse pelos estudos memorialísticos, como assinala Rodrigues e Oliveira (2011) em seu estudo intitulado “*O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil*”. Para as autoras, no âmbito da CI há uma tendência majoritária em relacionar o binômio informação e memória, especificamente, quando se considera a informação materializada nos vários suportes, sobretudo quando estes se apresentam relevantes para a memória social, em vários níveis espaciais: local, regional ou estadual. “Essa relevância é justificada pela possibilidade de (re)construção da memória e da formação de identidade a partir desses

registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação”. (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2011, p. 325).

É nesse campo que se justifica pensar estratégias ou mecanismos de preservação como forma de contribuir para minimizar as situações de esquecimentos a que são submetidos os documentos de arquivos e bibliotecas podendo chegar ao que Ricouer (2007) denomina de “sepultamento da memória”. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir as práticas de conservação de obras em papel, apontando a incidência de equipamentos alternativos como estratégia de preservação da memória da Universidade Federal de Pernambuco.

Os instrumentos alternativos se configuram como uma solução (a curto prazo) para o desenvolvimento das atividades de acautelamento dos acervos, porém, ela pode ser vislumbrada ainda, como potencial criativo já que muitas máquinas foram industrializadas a partir de criações de profissionais inquietos com a situação de paralisia frente a falta de recursos financeiros.

O ARQUIVO COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA

Conforme remonta a História, os arquivos surgiram da necessidade dos homens pré-históricos em transmitir a memória aos seus sucessores. A priori, Fernandes (2006) afirma que a memória era transmitida palavra por palavra. Com o surgimento da escrita, “essa nova memória sai da esfera biológica do ‘homem memória’, passando a formar instituição-memória, já que o suporte [da mesma] está

materializado em uma estrutura perene demandando novas formas de organização e de uso”. (MARTINS, 2002 *apud* FERNANDES, 2006, p. 18).

Perante a gênese dos arquivos, podemos perceber claramente a sua relação indissociável com a memória. Para tanto, o desenvolvimento político-científico-social, presenciado no século XXI, apresenta uma nova postura entre estes entes, onde, os arquivos não podem ser considerados unicamente, como lugares reservados a salvaguarda da memória, mas, sobretudo, devem ser compreendidos como espaços de referencia da produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada. (BARROS; NEVES, 2009).

Como podemos inferir pelo discurso supracitado, a ciência não é inerte, diariamente os seus paradigmas e teorias vão sendo discutidas e, posteriormente, modificadas a fim de torná-las coerentes com as práticas contemporâneas. Consubstanciando Paes (2006, p. 53) assevera “assim como a humanidade vem evoluindo técnicas, científicas e culturalmente através dos séculos, também os conceitos [...] sofrem modificações para atender aos desafios de um mundo em mudanças”.

Portanto, buscando acompanhar essas novas concepções e comungando com a Ciência da Informação, corroboramos com a aceção de Barros e Neves (2006, p. 58), ao delinarem como os arquivos devem ser conceituados na atualidade:

[...] arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse

modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva.

Vale enfatizar, portanto, que a memória carece ser vislumbrada para além da compreensão de substrato científico, haja vista a sua condição inerente ao homem. A memória é fundamental para a manutenção da vida em sociedade, já que ela propicia a coesão social através da identidade. Colaborando com a reflexão, Montenegro (1994) afirma que atualmente a memória é compreendida pelo seu caráter livre, onde lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com idéias de hoje as experiências do passado, com o senso de preservação para garantir a sua disseminação às próximas gerações, levando em consideração sua cultura e identidade.

Portanto, percebe-se que a memória se apresenta como uma questão fundamental na sociedade da informação, uma vez que deixa de ser compreendida de forma genérica para ser vivenciada como inerente a manutenção da coletividade, e para a identificação individual dos sujeitos. Neste contexto, destacam-se os espaços representativos de informação que comumente são denominados de “lugar de memória”.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama porque ela a ignora [...]. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...]. Os lugares de

memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea. (NORA, 1993, p.13).

A expressão “lugares de memória” foi criada por Pierre Nora, historiador Francês do século XX. Ele acreditava que os lugares de memória deveriam ser compreendidos a partir de uma tríplice acepção, no que tange: *lugares materiais*, *lugares funcionais* e *lugares simbólicos*. Para Nora (1993), os lugares de memória não são produtos espontâneos; são, portanto, uma construção histórica, onde o interesse em seu estudo advém do seu valor representativo nos processos sociais.

Os arquivos na sua concepção de difundir a memória através dos seus documentos, configuram-se como lugar de memória para os pesquisadores a fim de realizarem suas pesquisas históricas e, por conseguinte, gerar conhecimento através da socialização da informação.

Nesta perspectiva Barros e Neves (2009, p. 59), asseguram que os arquivos como lugar de “construção do saber é o mediador que permite o acesso do pesquisador ao objeto da pesquisa ampliando, dessa forma, as possibilidades de avanço para o exercício da produção do conhecimento”.

Faz-se necessário ressaltar, porém, que os Centros informacionais, na atualidade, buscam ampliar a sua posição unilateral de guardiões da memória a espera dos cientistas e de suas respectivas pesquisas. Estes espaços servem a toda sociedade, independentes de interesses particulares. Consubstanciar a relação arquivo e sociedade é um dos grandes desafios para os profissionais de informação do século XXI.

Neste processo, torna-se essencial buscar meios de elevar a visibilidade das instituições-memória, para que a população se reconheça como partícipe da historia

coletiva registrada e conservada nos arquivos e tenha interesse em sua utilização ou até mesmo na sua manutenção. Disseminar e apresentar a sociedade o poder informacional de tal espaço é uma das formas de torná-lo cada vez mais tangível a sociedade, haja vista que quando não temos conhecimento sobre o valor de determinado bem, ignoramos e deixamos de valorar a sua existência.

PATRIMÔNIO CULTURAL: a preservação dos dispositivos informacionais

O Patrimônio Cultural é composto por objetos materiais e imateriais de excepcional valor histórico e social, tombado por órgãos competentes, com o intuito de consubstanciar o estabelecimento da memória, identidade e a criatividade dos povos (UNESCO, 200-). Apesar da sua relevância, a preservação destes bens vem encontrando dificuldades de conservação face à escassez de recursos e a falta de vontade política para a sua efetivação.

Esta situação de descaso ocorre no contrafluxo das novas demandas sociais da contemporaneidade, uma vez que a preocupação com a história e com a memória tem sido um aspecto bastante salientado nas últimas décadas, haja vista a necessidade de (re)conhecer o passado e (re)significar a memória coletiva. Nesse sentido, algumas ações têm sido realizadas quanto à necessidade de elucidação de conceitos e de conscientização sobre a importância do patrimônio, mostrando à coletividade os valores históricos, artísticos e científicos para manter viva a identidade da nossa cultura. Esta conscientização da importância de um bem cultural é condição primordial para a sua

preservação e conservação. A partir deste discernimento, cada indivíduo pode e deve praticar sua parcela de responsabilidade sobre um patrimônio cultural que é de todos.

Aquiescendo desta vertente, e propondo novas perspectivas, Regina Abreu e Mário Chagas (2003, p. 65) asseguram que a função de memória do Patrimônio Cultural só será deflagrada quando “(...) a ação de proteger for precedida pelas ações de identificar e documentar, seguida pelas ações de promover e difundir, que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados”. Eles afirmam ainda, que

Todas essas ações encontram-se fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas também políticos, visto que a “representatividade” dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório. [...]. É necessário, além disso, uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural. (ABREU; CHAGAS, 2003, p.65)

Nesse sentido, a sociedade tem um papel fundamental para preservar a memória, já que a preservação é considerada uma prática social “(...) que implica um processo de interpretação da cultura, como produção não apenas material como também simbólica, portadora, no caso dos patrimônios nacionais, de referência á identidade, á ação, á memória dos diferentes grupos (...)”. (ABREU; CHAGAS; 2003, p.67).

Outrossim, vale ressaltar a relevância da informação no processo de preservação do Patrimônio Cultural, pois tanto os elementos simbólicos quanto o material necessitam de representações que ajudem a identificar o bem preservado para consubstanciar a partilha de experiências, que ocasionará na construção da memória coletiva. Em outros termos, a memória necessita de referentes para a sua cristalização e disseminação.

Deste modo, os documentos de arquivo são essenciais neste processo, por configurar-se como um importante dispositivo informacional. Todavia, a sua pericuidade ocasionada pela sua composição e as péssimas condições de armazenamento geram sérios problemas no que concerne a salvaguarda da memória.

Todavia, ao contrário do que muitos profissionais destacam, a digitalização não resolve o problema em sua totalidade, pois o suporte também carrega consigo informações relevantes e não pode ser descartado/abandonado pelo seu estágio avançado de deterioração. Sem dúvida, a preservação digital é uma grande aliada neste contexto contemporâneo de imersão tecnológica, entretanto, deve ser combinada dentro de um plano de ações que envolva as técnicas de conservação e restauro para a manutenção dos suportes originais.

Esta perspectiva está presente no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) que é subordinada ao Arquivo Nacional e tem a função de normatizar as práticas de acautelamento de arquivos públicos e privados no Brasil. Segundo eles, a digitalização desempenha função essencial no acesso aos documentos, pois auxilia a sua preservação e é capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos representantes digitais de diferentes gêneros documentais. Além disso, é uma das ferramentas

fundamentais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos sem o manuseio do original, o que resulta na sua longevidade. No entanto, não se pode privilegiar as ações de digitalização em detrimento das ações de conservação uma vez que os originais são únicos e insubstituíveis, e por isso carece de atenção e cuidados constante. (CONARQ, 2009).

EQUIPAMENTOS ALTERNATIVOS COMO OPÇÃO NA PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS.

Apesar da importância das ações de acautelamento dos acervos arquivísticos, poucos estudiosos tem se preocupado com a investigação sobre as técnicas aplicadas, abrangendo as questões teóricas e práticas que envolvem a ação do restaurador. Na literatura científica, percebe-se a predominância de abordar temas relacionados às tessituras conceituais, as ações preventivas, os agentes de degradação, e até mesmo, a preservação digital, desfocado assim, a prática de restauro em documento em papel.

Ao tratar da existência de discussões acerca de equipamentos alternativos e a apresentação destes materiais à sociedade, essa realidade é ainda mais atenuante. Podemos elencar dois motivos centrais para este contexto: o desinteresse em compartilhar este conhecimento por parte de alguns profissionais e a falta de uma unanimidade sobre o uso destes instrumentos.

Percebendo esta carência, a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), inicia algumas pesquisas nas quais, elenca as técnicas alternativas de conservação documental. A investigação se pautou nas técnicas

tradicionais de restauração em papel, e na percepção de novas alternativas que permitissem a utilização de materiais inócuos e mais estáveis, e que fossem ao mesmo tempo econômicos (GOMES; MOTTA, 1997).

Entretanto, segundo pesquisadores da UFMG, as técnicas alternativas devem ser utilizadas apenas em materiais de uso corrente, ou seja, devem voltar-se aos processos de conservação de documentos e livros que não estejam configurados como obras raras, haja vista que este tipo de material necessita de um bom laboratório e produtos específicos para garantir a eficácia do tratamento*.

Nas ações de intervenção nos laboratórios, existem dificuldades quanto à aquisição de equipamentos de ponta que se refletem no trabalho de restauração, uma vez que os equipamentos são onerosos para as instituições e, principalmente, para restauradores autônomos. Vale salientar que muitas vezes esse problema ocorre ainda na formação dos profissionais dentro das universidades, deixando lacunas no aprendizado.

Devido essa situação, muitos documentos raros acabam passando por tratamentos equivocados, comprometendo assim, a originalidade da obra e, com isto, perdendo vestígios e testemunhos históricos para sempre. Nesse sentido, acreditamos que é necessário repensar alternativas para a fabricação de equipamentos eficazes, baratos e práticos.

Aquiescendo com esta perspectiva, o restaurador Eutrópio Bezerra da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) passou a investigar o processo dos

* Esta indicação decorre das especificidades dos suportes fabricados antes do século XVIII.

equipamentos formais de restauração e, conseqüentemente, investir em materiais alternativos para atingir a mesma finalidade nas intervenções dos documentos em papel. A intenção do pesquisador era popularizar os equipamentos de modo a viabilizar o tratamento das obras em toda a região.

Os materiais passariam por um sistema de ensaio com objetivo na consolidação, eficácia e funcionalidade de fabricação artesanal, estudando a forma operacional dos dispositivos, buscando maneira de enquadrar de acordo com as necessidades de cada elemento inserido nos equipamentos.

Existem poucas empresas no Brasil destinadas a fabricação de equipamentos de restauração e conservação de documentos, as primeiras surgem apenas na década de 80 através de parcerias formadas com os profissionais de restauração. Em 2005 o professor Eutrópio Pereira Bezerra criou **Laboratório de Conservação, Restauração e Encadernação - LACRE** da UFPE, com o apoio da DCI e Biblioteca Central. O LACRE tinha como objetivo principal a preservação, conservação, restauração de acervos documental, bibliográficos e obras de arte sobre papel e principalmente a pesquisa dos equipamentos alternativos, basicamente equipamentos como: Multifuncional. Máquina reenfibadora de papeis alternativos, mesa de higienização por sucção ou saco plástico.

Um dos equipamentos criado em 2006 e que hoje é produzido em massa é o conjunto Multifuncional para Água deionizada, filtrada e Hidróxido de Cálcio, mostrando assim, que os processos alternativos podem se transformar em máquinas de baixo custo e de fabricação em série.

O equipamento criado pelos pesquisadores da UFPE é conectado à rede de água para o abastecimento. A água coletada do sistema de abastecimento passará obrigatoriamente pelo filtro rápido e pelo filtro de carvão ativado, devido a necessidade de retirar todas as impurezas. O resultado dessa filtragem é canalizado para o deionizador que se encontra localizado entre os barriletes. Este deionizador abastecerá os barriletes 1 e 2.

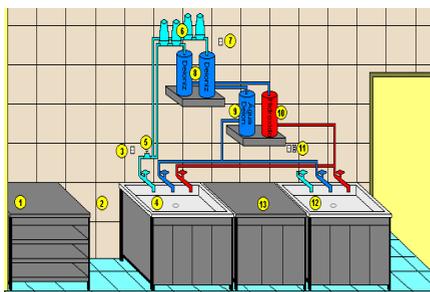


IMAGEM 1 e 2 – Conjunto Multifuncional para Água e Hidróxido de Cálcio. Fonte: Acervo Eutrópio Bezerra.

Através das pesquisas desenvolvidas na UFPE, percebeu-se a necessidade de criação de outros instrumentos alternativos para a realização das atividades do dia-a-dia. Deste modo, foram criadas técnicas para a fabricação de folhas artesanais, secagem de documentos, reenfibragem de papel (obturação), tratamento aquosos, higienização de documentos/obras, desacidificação etc.

O processo de reenfibragem atua na recuperação e conservação de livros e documentos antigos, normalmente de valor cultural incalculável, é uma atividade de suma importância e consiste no restauro das folhas degradadas. Esta etapa se caracteriza pela adição de solução celulósica ao material a ser restaurado.

Esse processo reconstitui a estrutura do papel degradado por agentes físicos, químicos e biológicos, permitindo que as folhas a serem reenfibradas possam ser fixadas a uma nova solução celulósica. Porém, a reenfibragem alternativa se procede pelo mecanismo de queda livre diferente da tradicional que é por sucção. Entretanto, todos os equipamentos alternativos realizam as mesmas atribuições dos equipamentos tradicionais (ver imagens abaixo).



IMAGEM 3 - Equipamento MOP (Maquina obturadora de Papeis - Tradicional).

Fonte: Acervo Eutrópio Bezerra.



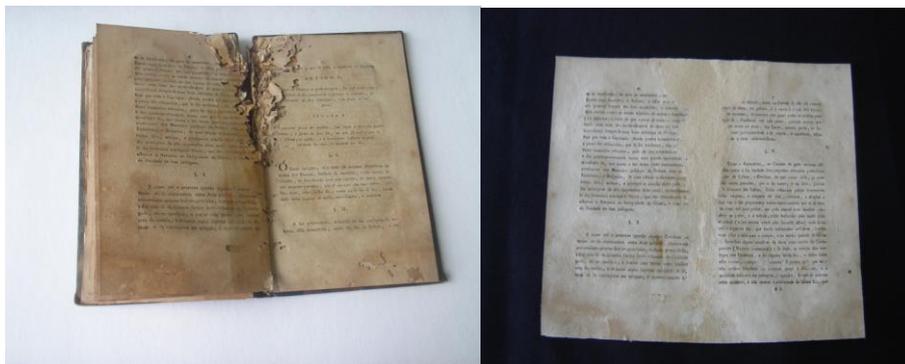


IMAGEM 5 e 6– Restauração de documento/livro por técnica alternativa.

Fonte: Acervo pessoal de Eutrópio Bezerra.

A fabricação do papel artesanal é uma atividade criativa onde utilizamos papel de fibra longa para uma finalidade específica, e pode ser utilizado em laminação, enxerto, remendo e obturação. O papel artesanal tem uma maleabilidade, transparência, maior qualidade em sua superfície e resistência.



IMAGEM 7 e 8 - Fabricação de papel artesanal (alternativo).

Fonte: Acervo Eutrópio Bezerra.

A imagem a abaixo apresenta a confecção da mesa de higienização por sucção ou saco plástico. Este equipamento é de suma relevância na limpeza dos documentos/livros e custa cerca de R\$ 6.000,00; na fabricação alternativa o custo fica por volta de R\$100,00.

70

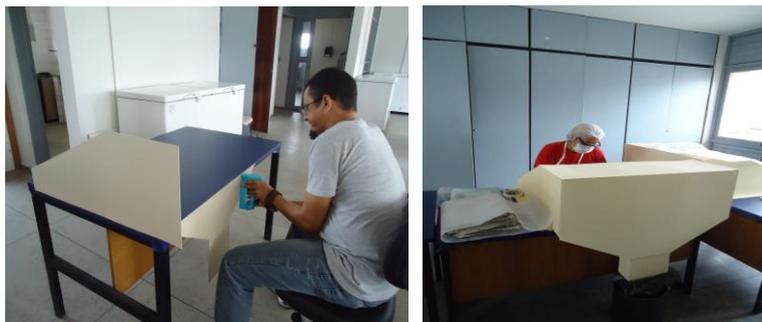


IMAGEM 10 e 11 - Equipamento de Higienização de documentos e livros (alternativo).

Fonte: Acervo Eutrópio Bezerra

transparece a estrutura social e institucional de um determinado período histórico, por

isso, ele deve ser entendido como lugar de memória destinado à preservação de documentos que possui um caráter valorativo dentro do contexto.

A materialização da informação em estrutura perene veio contribuir para a socialização, uma vez que limitou os danos causados pelo esquecimento humano, todavia, outras formas de esquecimento atuam na contemporaneidade, conforme ressalta Paul Ricoeur na obra “A memória, a história e o esquecimento” (2007). Entretanto, apesar de aquiescer do autor quando ele salienta que não há memória sem esquecimento, acreditamos que o papel do profissional da informação deve estar assentado na tentativa de recuperar os documentos que sofreram com o desgaste do tempo e torná-los acessíveis aos pesquisadores/usuários. Neste sentido, reafirmamos a importância de buscar métodos alternativos para cessar a degradação dos acervos perante a inocuidade do tempo, haja vista a dificuldade das instituições em adquirir equipamentos e laboratórios específicos para este tratamento.

O objetivo principal destes equipamentos alternativos de baixo custo é facilitar aos técnicos envolvidos um conhecimento específico tornando-se eficaz no uso das técnicas e critérios de intervenção de obtenção e ações de cunho rápido, para a solução de acidentes de pequenas, médias e grande gravidade. Entretanto, a criação dos equipamentos alternativos não significa a substituição de um procedimento por outro, mas a coexistência de tecnologias na ação do restauro, proporcionando assim, a manutenção das fontes de informação. Cabe ressaltar, que a maioria dos documentos custodiados nos arquivos e bibliotecas, estão aptos ao tratamento alternativo, o que falta é a ação de profissionais capacitados a desenvolver estes procedimentos.

Destarte, é necessária a divulgação de técnicas alternativas para a comunidade científica de modo a fortalecer a base destes procedimentos e consubstanciar em novas perspectivas na área de restauração. Pensar na preservação está além da transferência de suporte, deve está assentado em um contexto que envolve uma verdadeira política de conservação, quem preserva, conserva, quem conserva, não necessita de restauração.

Após anos de desenvolvimento das atividades com métodos alternativos, o Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) acaba de abrir um laboratório, em parceria com o curso de graduação em Museologia, visando à capacitação dos seus alunos e a formação de novos restauradores no Estado. Todavia, os cursos ministrados no local, têm o objetivo de mesclar as técnicas tradicionais com as alternativas, uma vez que o intuito desta formação é capacitar profissionais tanto para o trabalho com os equipamentos de alta tecnologia, como os instrumentos alternativos como forma de garantir um aprendizado amplo e respaldado no fundamento aplicado a cada técnica. Além disso, temos ciência da limitação financeira de muitas instituições, logo, é essencial capacitar os profissionais para a atividade e não apenas para o uso de máquinas.

Acreditamos que o caminho a ser percorrido deve está pautado no diálogo, a UFPE por muitos anos desenvolveu suas atividades de restauro sem os equipamentos necessários, mas visando a responsabilidade social de preservar os espaços de memória. Temos ciência que a melhor opção são os equipamentos tradicionais, mas não devemos nos prender a este discurso e deixar o patrimônio institucional se perder por falta de

ações de acautelamento. Deste modo, insistimos na divulgação e criação de métodos alternativos para suprir a necessidade dos restauradores pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARROS, Dirkene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Revista TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1 p. 55-61, 2009.

CONARQ. Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos. Disponível em: < http://www.unesp.br/ccad/mostra_arq_multi.php?arquivo=6968>. Acesso em 15 jun. 2013.

FERNANDES, Maria do Socorro Cavalcante. **Artefatos arquivísticos como elemento de memória no arquivo Afonso Pereira**. 2006. 58 f. Trabalho de Conclusão Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

GOMES, Sônia de Conti; MOTTA, Rosemary Tofani. *Técnicas alternativas de conservação*: recuperação de livros, revistas, folhetos e mapas. 2 ed. Minas Gerais: UFMG, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Tradução: Sérgio Alcides, 2ª edição. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311 – 328, 2011.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo Teoria e Prática*. 3ª Ed. Rio de Janeiro. FGV. 1997

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

UNESCO. **Patrimônio Cultural no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>.
Acesso em: 15 jun. 2013.

Edson Fialho de Rezende*

Gilson Antônio Nunes†

Sergley de Matos‡

Resumo:

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o desafiador papel de uma instituição universitária e seu segmento museológico no desenvolvimento de uma política preservacionista para as suas coleções científica e tecnológica. Como objeto de estudo, abordaremos o Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (Lacor/ Demul/ UFOP) que, em parceria com o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da mesma universidade (MCT/EM/UFOP) vem buscando desenvolver e aplicar, desde 2010, ações de preservação, conservação e restauração nas mais diversas tipologias de acervos que compõem as coleções da instituição. Para tanto, partiremos da análise sobre a complexidade do acervo do MCT/EM/UFOP, composto por mais de 30 mil itens, com materiais diversificados que se inicia no mineral e caminha pelo metal, madeira, vidro, papel, couro, tecido, fósseis e muitos outros; a contextualização histórica do acervo; os espaços de exposições e de Reservas Técnicas; a trajetória no processo do colecionismo e sua inserção no conjunto museológico; os reduzidos investimentos financeiros e a limitada equipe técnica; e, o cumprimento dessa instituição no primordial papel em salvaguardar o patrimônio sob sua tutela. Perpassaremos pelos experimentos realizados e pelos conhecimentos adquiridos perante os limites e as possibilidades para efetuar essa política de preservação junto aos anseios de uma sociedade contemporânea, que vem cada vez mais apropriando e difundido sua evolução científica e tecnológica presente na cultura material. Frente a essa realidade, pretendemos difundir as experiências positivas vivenciadas pelo Lacor/ Demul/ UFOP diante das práticas e dos conceitos teóricos nas ações de recuperação de acervo, organizações de Reservas Técnicas e exposições. Com o mesmo intuito,

* Coordenador do Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia e membro do Conselho Acadêmico-administrativo do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP.

† Professor do Departamento de Museologia e membro do Conselho Acadêmico-administrativo do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP.

‡ Conservador do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP.

pretendemos abordar as experiências adquiridas nos estágios supervisionados e projetos específicos pelos alunos de graduação em Museologia e a contribuição Lacor/ Demul/ UFOP para a formação de futuros museólogos-conservadores.

Palavra-chave: Museu de Ciência e Técnica; Preservação e Conservação; Museologia.

**AÇÕES DE PRESERVAÇÃO NO MUSEU DE CIÊNCIA E TÉCNICA DA
ESCOLA DE MINAS DA UFOP: ENTRE CONCEITOS E PRÁTICAS**

Edson Fialho de Rezende*
Gilson Antônio Nunes†
Sérgley de Matos Neves‡

Este artigo propõe relatar alguns procedimentos práticos realizados no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), doravante denominado MCT/EM, para desenvolvimento de uma política preservacionista de suas coleções museológicas. A discussão inicial contempla uma contextualização histórica da Escola de Minas de Ouro Preto, abordando a formação do seu acervo, suas especificidades, os desafios no âmbito da salvaguarda e a contribuição do Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia, (LACOR/ DEMUL) que, em parceria com o MCT/EM, busca desenvolver e aplicar, desde o ano de 2010, ações de recuperação dos acervos que compõem as coleções da unidade. A partir de uma realidade própria das instituições públicas da área museológica, pretende-se apresentar uma análise sobre a diversidade e complexidade do acervo do MCT/EM, composto por mais de 30 (trinta) mil itens, com os mais variados suportes; móveis e imóveis; as principais causas de degradação; e pontuar

77

* Coordenador do Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia e membro do Conselho Acadêmico-administrativo do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP.

† Professor do Departamento de Museologia e membro do Conselho Acadêmico-administrativo do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP.

‡ Conservador do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP.

algumas ações realizadas no âmbito da conservação que têm contribuindo com a afirmação da política de preservação do museu junto aos anseios da UFOP que cada vez mais busca apropriar e difundir as suas coleções C&T junto à sociedade brasileira.

A Escola de Minas de Ouro Preto e o museu: um breve contexto histórico

Implantada na região central de Minas Gerais no terceiro quartel do século XIX, a Escola de Minas de Ouro Preto, hoje unidade acadêmica da Universidade Federal de Ouro Preto, foi um dos relevantes investimentos apoiados pelo Imperador Dom Pedro II para o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira. Inaugurada em 12 de outubro de 1876 na então capital da província, a primeira escola de engenharia voltada para a área da mineralogia tinha o objetivo de alavancar o Brasil por meio do ensino e da pesquisa, no reconhecimento e na garantia de exploração da sua riqueza mineral e potencializar a nação frente à América e ao continente europeu. A exploração mineral, estagnada após o período aurífero dos séculos XVII e XVIII, ganha o interesse do Imperador em virtude das variedades, abundâncias e raridades de rochas metamórficas encontradas nos solos do Império as quais poderiam contribuir significativamente para a transformação do Brasil junto à corrente científica e econômica que moviam o mundo a época.

Como afirma Santos (2005)^{*} sobre o perfil do imperador e seu investimento pessoal no processo que,

^{*} In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0370-44672005000300014&script=sci_arttext

na criação da Escola de Minas de Ouro Preto teve papel principal o Imperador Dom Pedro II. Membro da Academia de Ciências de Paris e de outras Sociedades Científicas, Dom Pedro II realizou, entre 1871 e 1872, uma viagem pela Europa, na qual entrou em contato com cientistas, entre eles Auguste Daubrée (também membro da Academia de Ciência de Paris). O Imperador do Brasil solicitou ao cientista um documento com recomendações sobre a melhor maneira de conduzir a descoberta e a exploração dos recursos minerais no Brasil. Daubrée sugeriu a elaboração de uma carta geológica e o ensino da geologia por estrangeiros ou por brasileiros treinados no exterior. Dessa forma, por indicação do Diretor da Escola de Minas de Paris, D. Pedro II contratou, em 1874, o mineralogista francês Claude Henri Gorceix para organizar, no Brasil, o ensino de mineralogia e de geologia. Após excursões pelo território brasileiro, para a escolha da sede da nova instituição, H. Gorceix optou pela cidade de Ouro Preto, que oferecia boas condições para os trabalhos práticos que os estudos mineralógicos requeriam. Em 1876, Ouro Preto também era a sede do Governo Provincial de Minas Gerais, abrigando a estrutura burocrática e de poder político da Província de Minas.

O mineralogista francês Claude Henri Gorceix transplanta para o Brasil a experiência adquirida na Escola de Minas de Paris e elege Minas Gerais, mais especificamente Ouro Preto, para abrigar essa instituição, uma vez que a região possui a série quase completa das rochas que constituem todo o território brasileiro. Com isso, não seria instalada apenas uma escola de ensino superior nos moldes franceses, que

transformaria a exploração mineral, comprovadamente arcaica para um método industrial e com parâmetros científicos. Mas confirmaria o reconhecimento, que prevalece até os dias atuais, da região como uma das maiores reservas minerais comercializáveis do mundo.

Com o advento da República em 1889, findado o apoio do Imperador e com a transferência da capital do estado de Minas Gerais de Ouro Preto para a recém-inaugurada cidade de Belo Horizonte, em 1897, a Escola de Minas passa por períodos difíceis em sua história. Questões políticas, ideológicas e financeiras; ausência de professores qualificados e alunos; além da persistência de uma cultura nacional voltada à economia agrícola e pecuária, geraram conflitos e limitações à instituição no final do século XIX e XX. De acordo com Carvalho (2010, p. 9):

As dificuldades aumentaram, e Gorceix preferiu voltar a seu país, em 1891. Com a República, faltou a proteção de D. Pedro II; vários professores eram políticos e ocuparam postos no Executivo e no Legislativo do Estado de Minas; a capital se transferiria para Belo Horizonte. Se antes era possível à Escola superar as dificuldades, às vezes adaptando-se com concessões não-desfiguradoras de suas características, tem agora de vencer os embaraços do meio, o isolamento de Ouro Preto, a falta de professores qualificados.

Mesmo com os embaraços políticos, a Escola de Minas deixa a sua sede inicial e passa a ocupar as dependências do antigo Palácio dos Governadores da Capitania de Minas Gerais no ímpeto de afirmação e busca de melhores condições de existência. O prédio, datado do início do século XVIII, foi projetado pelo engenheiro

português José Fernandes Pinto Alpoim, e contém obras integradas de Manoel Francisco Lisboa, pai do Mestre Antônio Francisco Lisboa o *Aleijadinho*. Localizado no centro histórico da cidade, o prédio monumento permanece com traços originais, sendo indicado como exemplo ímpar da arquitetura colonial em estilo de fortificação.

Entre prosperidades e crises, a Escola de Minas de Ouro Preto, ao longo de sua existência, buscou inserir em seu processo de ensino-aprendizagem as inovações tecnológicas coetâneas, procedimento que contribuiu para a formação de uma cultura material derivada do acúmulo de um expressivo patrimônio de Ciência e Tecnologia. Gabinetes de Estudos equipados com instrumentos científicos, oficinas de trabalho, amostras mineralógicas, modelos de ensino e equipamentos diversos utilizados como materiais didáticos nas aulas práticas e teóricas remontam a trajetória de uma instituição que buscava permanentemente se equiparar às melhores escolas congêneres da Europa e América do Norte.

O professor Dr. Domingos José da Rocha, na publicação *Memória Historica* da Escola de Minas, relativa aos anos de 1903-1904, descreve a preocupação em equipar a instituição, e pontua:

em vez, pois, de pensar-se em simplificar os cursos da Escola, para dar-lhe maior frequência, julgo que dever-se-á ampliar o ensino, não na parte theorica, já sufficientemente desenvolvido, mas no lado pratico, augmentando as horas de trabalho nos laboratórios, gabinetes e oficinas cuja instalação é uma inadiável necessidade para instrução technica dada nos nossos

institutos, que devem ser mantidos ao nível dos estabelecimentos congêneres da Europa e Estados Unidos. (1905, p.10)



Conjunto de imagens dos Laboratórios da Escola de Minas de Ouro Preto. Os mais

Autoria/ Fotógrafo: desconhecido. Início do Século XX. rios, a

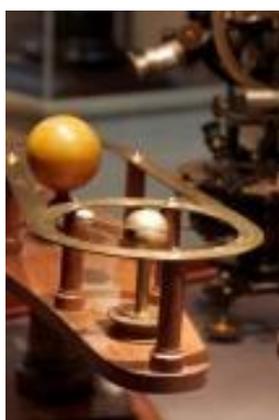
saber: aquisição por doação ou compra, transferência, coleta e pesquisa de campo. Além da aquisição de equipamentos originários da Europa, identifica-se na coleção da Escola de Minas uma razoável quantidade de produção local efetivada por professores e alunos que construíam ou coletavam materiais para subsidiar a metodologia do

ensino, como exemplo, citamos os desenhos manuais, os animais taxidermizados, dentre outros.

Sobre a constituição do patrimônio material da Escola de Minas de Ouro Preto durante os anos de 1900, acredita-se que não se deu apenas pelos indicados acima. O século XX foi marcado pela necessidade de satisfazer as expectativas de uma humanidade em expansão, geradas pela modernidade pós Revolução Industrial e pelos anseios de uma ciência em mutação. Esses aspectos, possivelmente, incentivaram comportamentos comuns de substituição dos equipamentos pertencentes à escola considerados obsoletos e transformados em inservíveis. Com isso, o acúmulo de uma série de equipamentos e outros objetos em depósitos e espaços insalubres se tornou inevitável. Por outro lado, também cabe ressaltar sobre a proteção de objetos gerada pela relação afetiva de professores e funcionários. Outra indicação a ser considerada sobre a formação desse patrimônio alude à proteção dos objetos simbólicos, ou seja, aqueles que representam todo o conceito de glória e conquistas dessa instituição. Frente a essas colocações, encontram-se algumas das justificativas que contribuíram positivamente para a preservação e, conseqüentemente, para a formação de aproximadamente 30 (trinta) mil objetos que abrangem diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico, denominado, atualmente, acervo museológico do MCT/ EM.

A coleção Museológica do MCT/ EM, iniciada com os primórdios da Escola de Minas de Ouro Preto, quando Claude Henry Gorceix, traz do Laboratório de Mineralogia e Geologia do Rio de Janeiro amostras de minerais para estudos (NUNES, RAINHO, REZENDE, GANDINI, DELICIO, JOTTA, ROFFMAN, 2010, p. 72), ampliou-se consideravelmente e hoje é preconizada como uma das maiores e mais

importantes coleções de mineralogia do Brasil. Além dessa coleção, fazem parte do conjunto museológico os exemplares de equipamentos científicos utilizados nos gabinetes de estudos ou laboratórios, documentos, maquetes e outros modelos de ensino que caracterizam o papel preponderante dessa instituição nos estudos das engenharias de Minas, Metalurgia e Geologia ao longo do século XX.



Detalhes de acervos do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP.

Fotógrafo: Inês Rabelo, 2006.

exj

tra-se

seu e

abrange as áreas de Mineralogia, Metalurgia, Siderurgia, História Natural, Astronomia, Desenho, Topografia, Transporte Ferroviário, Eletrotécnica, Física e Química. A outra parcela da coleção encontra-se armazenada em depósitos denominados de Reservas Técnicas I, II, III e IV.



Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP

Setores de História Natural e Metalurgia Autoria/ Fotógrafo: Antônio Laia, 2012.

No que diz respeito ao patrimônio imóvel, ou mais precisamente ao prédio e aos bens integrados, ressalta-se a sua adaptação ao longo do século XX para atender às necessidades acadêmicas da instituição. Construções labirínticas aderidas à forma original do Palácio e de diferentes aspectos construtivos fazem, hoje, parte do conjunto arquitetônico. Em meados da década de 1990, a unidade Escola de Minas transferiu, quase que na totalidade, as atividades acadêmicas para o campus da UFOP e atualmente, a ocupação do prédio e seus anexos é feita pelo MCT/ EM com o circuito expositivo de longa duração, Reservas Técnicas e espaços de apoio, além da Capela Imperial, Arquivo Histórico, Biblioteca de Obras Raras, secretarias de unidades acadêmicas, laboratórios, sedes de Empresas Júnior, programas de pós-graduação e algumas salas de aula.

Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas: algumas realidades no desafio da preservação

Ao contextualizar o MCT/EM, compete pontuar alguns fatores pertinentes à gestão e preservação da coleção museológica no sentido de compreender melhor a sua realidade no que diz respeito aos desafios colocados à museologia contemporânea e à universidade pública.

Denominado como um setor da UFOP, o MCT/EM é um segmento da tradicional Escola de Minas de Ouro Preto, primeira instituição de ensino superior na área de mineralogia no Brasil, hoje unidade acadêmica da Universidade Federal de Ouro Preto. Como um procedimento recorrente desde a sua criação, a Escola de Minas foi criando em suas dependências, como dito anteriormente, espaços de acúmulo com seus objetos didáticos e equipamentos, ora expressivos e únicos, ora obsoletos e inservíveis. Assim constitui algumas das inestimáveis coleções museológicas nas áreas de engenharias de Minas, Metalurgia, Geologia e Civil que originaram o Museu de Mineralogia, que no ano de 1995 foi denominado Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP (NUNES, RAINHO, REZENDE, GANDINI, DELICIO, JOTTA, ROFFMAN, 2010, p. 72), com seus espaços expositivos revitalizados e setorizados, caracterizando, desse modo, a influência da escola na composição dos temas ali contemplados.

Localizado à Praça Tiradentes em Ouro Preto, importante centro histórico turístico e Patrimônio Cultural da Humanidade, o museu recebe diariamente a visitação de um público diversificado; de várias regiões brasileiras e nacionalidades; de todas as idades, classes sociais e culturas; conhecedores do assunto ou leigos; e, interessados ou meros observadores. Administrativamente, o museu funciona com autonomia limitada diante dos seus anseios e potencialidades. Vinculado à burocracia da administração

pública, sem um recurso financeiro próprio e sem uma equipe técnica especializada compondo o quadro de funcionários, atua com uma reduzida equipe de profissionais terceirizados nas áreas de segurança, limpeza, secretaria e conservação de acervos. Possui uma Direção e um Conselho Acadêmico-administrativo composto por professores e técnicos da instituição que vêm, persistentemente, trabalhando na construção de uma política de gestão para a coleção de C&T do museu.

No que tange ao acervo, complexidade é um termo pertinente ao conjunto. As coleções são formadas por diversos tipos de objetos em várias áreas do conhecimento científico e tecnológico. Os materiais ou suportes dessas coleções podem ser tanto um mineral como metal, madeira, vidro, cerâmica, papel, couro, plumagem, tecido, fóssil e muitos outros. Tamanhos e pesos também tornam as coleções complexas, visto que algumas amostras mineralógicas ou equipamentos científicos são de difícil movimentação, exigindo espaços definitivos para a sua exposição, guarda e manutenção.

Ao longo dos últimos anos, o MCT/EM recebeu investimentos para a revitalização dos espaços e para a recuperação de uma parcela do acervo. Foram projetos aprovados e financiados pelo poder público e privado, principalmente por empresas das áreas de mineração parceiras do museu. Esses acervos, tratados e em condições de serem apreciados, compõem alguns dos setores da exposição de longa duração. A outra parcela do acervo, que em sua maioria necessita de intervenção, está armazenada nas Reservas Técnicas I, II, III e IV ocupando antigos depósitos ou laboratórios da Escola de Minas, distantes e com acessos limitados pelos corredores labirínticos e escadarias que são características do histórico prédio. Normalmente,

localizados em subsolos, esses espaços não oferecem condições físicas e climáticas adequadas, exigindo maiores esforços para adaptações.

As ações de manutenção dos acervos em exposição, seja a conservação ou alguma intervenção invasiva, são realizadas de acordo com as causas emergenciais ou condições de pessoal, materiais e equipamento para o seu cumprimento. Uma significativa quantidade de objetos expostos encontra-se com proteção de vitrines ou estruturas similares, o que faz da exposição, no que tange à preservação da coleção, algo positivo. No entanto, ações constantes de higienização, desinfestação de ataques por insetos e reparos exigem do MCT/EM a permanente atenção e se torna rotineira uma difícil realidade em função da reduzida mão-de-obra disponível e qualificada para essas atividades.

Outra preocupação que se tem com as coleções diz respeito ao processo de documentação dos acervos. Sem um profissional com uma dedicação exclusiva para essa função, o museu vem buscando sistematizar, por meio de projetos e participação de alunos em graduação, formas de tratar e garantir as informações referentes ao seu acervo. Algumas experiências realizadas a partir de 2010 podem ser citadas, como os projetos de revisão do inventário da Coleção de Mineralogia e a realização do inventário das coleções de Paleontologia, Taxidermia e Modelos de Ensino em suporte de gesso, sendo as duas últimas experiências sob a orientação/supervisão do Labcor/Demul. Outra experiência positiva e elogiável, que chama a atenção pelo cuidado e entendimento sobre a importância da documentação, é a secretaria do museu, que nos últimos anos vem sistematizando, em editor de texto digital, uma tabela com dados dos objetos adquiridos, principalmente aqueles adquiridos por doação. Essa

tabela possui os seguintes dados: nome do objeto, doador, data, imagens e outras informações relevantes do objeto.

A ausência de uma política institucionalizada de aquisição, descarte ou encaminhamento também é uma latente preocupação para a gestão das coleções do MCT/EM. O crescimento acelerado de objetos no museu é intrínseco à sua existência e o acúmulo é natural. São indicados para a inserção na coleção museológica do MCT/EM objetos sem uso nos departamentos da universidade, equipamentos ícones ou de afetos das empresas privadas e objetos particulares. Salienta-se a importância dessa frente a uma realidade preocupante em função dos inúmeros fragmentos e objetos não identificáveis, somado ao estado de degradação avançado ou até mesmo, interdito. A permanência desses objetos compromete em muito o tratamento dado às coleções, pois ocupam espaços em falta nas RTs e exigem dedicação para a sua manutenção no sentido de evitar o comprometimento generalizado das coleções.

Para tanto, algumas considerações sobre a realidade do MCT/EM e sobre o desenvolvimento de uma política de gestão para esse museu universitário são merecedoras de atenção, principalmente no que tange aos projetos de acesso ao público e educativos. Compreender um museu universitário sob uma gestão pública é inseri-lo em sua análise com condições de existência e regras de funcionamento específicas para atender suas expectativas perante a universidade e a sociedade em geral.

Para a compreensão sobre o papel do museu universitário citamos Gil (2005, p.49) *apud* Ribeiro (2013, p. 91):

deve estar integrado numa universidade [...];

Deve ter a preocupação de estudar, conservar e apresentar convenientemente as coleções que possui, usando-as em ações científico-pedagógicas[...];

Tem como uma das suas missões constituir a “face visível” da universidade para o grande público [...];

Os museus universitários deverão constituir um meio [...] com que a universidade pode contar para levar sua ação de sensibilização dos jovens pré-universitários para as atividades científicas, bem como de divulgação cultural (no sentido mais amplo) às populações que não a frequentam;

Tem o dever de proteger e valorizar o seu patrimônio histórico-artístico, facilitando a fruição dele pelo grande público e favorecendo o seu estudo pelos especialistas da própria universidade ou exteriores a ela;

Distinguem-se dos seus congêneres dependentes de outros organismos no fato das atividades enumeradas serem realizadas numa perspectiva universitária, dando origem a uma instituição híbrida que projeta a universidade nas populações que não a frequentam – influenciando na sua qualidade de vida – bem como nos jovens que nela pretendem ingressar.

Em seu artigo, Ribeiro (2013) desenvolve uma análise sobre as facetas de um museu universitário nos limites da administração pública e suas atuações nos campos da ciência, do ensino, da pesquisa e extensão, além de problematizar a relação universidade *versus* sociedade. Para a autora, a universidade por meio do seu programa de extensão poderá desenvolver mecanismos de gestão dos acervos museológicos que garantam a sua exploração, transformando os seus museus em um verdadeiro mecanismo de diálogo para o reconhecimento dos valores culturais junto à sociedade

em que estão inseridos. A autora ainda transcorre pelos museus universitários no âmago da academia e seus reflexos tal como está configurada a universidade no Brasil nas lógicas e práticas dos campos científicos.

Sob esse olhar o MCT/EM compreende o seu papel, seu compromisso e as sua condição inesgotável de exploração e contribuição para o desenvolvimento de uma cultura. Frente aos desafios acima elucidados, trabalha, na medida do possível, no sentido de desenvolver a sua política de gestão para as coleções sob sua tutela. A administração do museu possui plena certeza sobre a importância das ações de preservação, conservação e restauração dos seus acervos, assim como dos processos de documentação, comunicação e educação. Reconhece que uma política de gestão compatível com a missão da instituição significa o reconhecimento e apropriação do acervo e que, garantindo a qualidade das coleções e seus acessos, contribui efetivamente para o real papel do museu junto à educação formal e não formal da sociedade brasileira, função primordial de sua existência.

As coleções do MCT/EM, suas diversidades e as principais causas de degradação.

A preservação de uma coleção museológica deve ser determinada por aspectos que a classificam como patrimônio e que justificam a permanência a partir de sua importância para a sociedade ou o grupo que representa. Um patrimônio pode ser qualificado como material ou imaterial; de âmbito público ou privado; histórico, artístico, científico e tecnológico, arqueológico ou antropológico; construído pelos fazeres humano ou natural. Os motivos que justificam a sua salvaguarda são o

reconhecimento dos valores dessa coleção para a construção e o fortalecimento de uma identidade cultural provida de experiências, indagações, descobertas e conquistas- individuais ou coletivas- da sociedade. Segundo Tessitore (2003, p.11):

A experiência humana, em sua diversidade, tem produzido um grande número de registros que a testemunham e indicam os caminhos trilhados, possibilitando o seu conhecimento e reavaliação. Esse conhecimento é essencial para que cada pessoa, segmento social ou instituição construa sua identidade e defina sua atuação, individual ou coletiva, na sociedade em que vive.

As coleções do MCT/EM são representações de uma cultura material que se refere ao conhecimento gerado pela Escola de Minas desde o final de século XIX; seus valores estão inseridos em um contexto social, cultural e econômico gerado por essa instituição de ensino superior e pesquisa na área da mineralogia, metalurgia e geologia. São objetos representativos de um processo evolutivo tecnológico da sociedade e que necessitam da sua salvaguarda enquanto testemunho de uma determinada época para as gerações futuras.

Para tanto, a conservação de uma coleção de C&T, diversificada em tipologias e materiais, exige parâmetros de intervenção que parte dos anseios de uma visão contemporânea associada à pretensão de uma gestão institucional e ao pensamento crítico dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente ao objeto. Com

esse pensamento, o MCT/EM junto com o Labcor/Demul vem buscando desenvolver, por meio de um diálogo objetivo e legítimo, mecanismos pertinentes para diagnosticar as coleções e suas causas de degradação e, assim, definir uma política de intervenção mais abrangente, condizente com os princípios da preservação e com uma realidade específica tão comum às instituições públicas.

De acordo com a definição de conservação estabelecida por Maia e Granato (2010),

a conservação é também um ato crítico, pois envolve questões que são frutos de valores contemporâneos e da relação existente entre o presente e o passado. Essa relação é seletiva e envolve aspectos pessoais e coletivos, reforçando a idéia de que o profissional da conservação deve ser crítico. A codificação de princípios universais na intervenção do patrimônio trouxe um reconhecimento dos bens que tivessem valor histórico e cultural significativos, implicando no respeito á autenticidade, historicidade e integridade física.

93

A seguir apresenta-se uma amostragem sobre as diversidades dos acervos pertencentes ao MCT/EM, os principais materiais constitutivos das coleções e as principais causas de degradação, a saber:

Setor/ Tipologia	Composição dos acervos	Principais causas de degradação
Mineralogia	Minerais	Ação mecânica

Metalurgia	Metal, madeira, cerâmica, vidro e tinta	Ataques de insetos xilófagos, ação mecânica, oxidação, poluição atmosférica, radiação solar, temperatura e umidade
Siderurgia	Metal, madeira, vidro e tinta	Poluição atmosférica, oxidação, radiação solar, oscilação de temperatura e umidade, ataques de insetos xilófagos e ação mecânica
História Natural	Mineral, gesso, animal, resina e tinta	Poluição atmosférica, radiação solar, oscilação de temperatura e umidade, ataques de insetos dermestés e microrganismos
Astronomia	Metal, mineral, madeira, vidro e tinta	Poluição atmosférica, oxidação, oscilação de temperatura e umidade, ataque de microrganismos
Desenho	Metal, madeira, vidro e gesso	Poluição atmosférica, oxidação, oscilação de temperatura e umidade, ataque de microrganismos, ação mecânica
Topografia	Metal, madeira, vidro e tinta.	Poluição atmosférica, oxidação, oscilação de temperatura e umidade, ataque de microrganismos, ação mecânica

Transporte Ferroviário	Metal, madeira, vidro e tinta	Poluição atmosférica, oxidação, radiação solar, oscilação de temperatura e umidade e insetos xilófagos
Eletrotécnica	Metal, madeira, vidro e tinta	Poluição atmosférica, oxidação, radiação solar, oscilação de temperatura e umidade, ação mecânica
Física	Metal, madeira, vidro e tinta	Poluição atmosférica, oxidação, radiação solar, variação de temperatura e umidade ação mecânica, ataque de microrganismos
Química	Metal, madeira, cerâmica e vidro	Poluição atmosférica, oxidação, variação de temperatura e umidade, ação mecânica
Fotografia, Mapas e Documentos diversos	Papel, tecido, tinta, emulsão fotográfica	Poluição atmosférica, oxidação, radiação solar, oscilação de temperatura e umidade ação mecânica, ataques de microrganismos e de insetos xilófagos
Capela Imperial	Madeira, tinta e metal	Poluição atmosférica, ação mecânica, temperatura e umidade e radiação solar

O Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia

Instituído em meados de 2010, o Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia (Labcor/Demul) fez parte da concepção estrutural do

curso de graduação em Museologia da UFOP, criado em 2008 por meio do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – REUNI – do Ministério da Educação. De acordo com o plano político-pedagógico do DEMUL a finalidade do Labcor/Demul é subsidiar as disciplinas teóricas nas áreas de preservação e conservação de acervos móveis e possibilitar aos discentes experiências conceituais e práticas por meio da realização dos estágios supervisionados e projetos de pesquisas e extensões. Outra finalidade acordada para o setor é buscar sempre que possível uma consonância com os projetos desenvolvidos pelos museus da UFOP, no sentido de contribuir com a dinamização dessas unidades museológicas.

Com o intuito de definir parâmetros próprios que atendessem as necessidades didáticas do Departamento de Museologia, foi acordado que as suas ações contemplassem os princípios da conservação preventiva de acervos móveis e que a estrutura física do Labcor/Demul estivesse localizada nas dependências do MCT/EM.

Para tanto, foi traçado uma parceria de interesse bilateral entre o Departamento de Museologia e o MCT/EM. De acordo com essa parceria, o museu, além de ceder o espaço físico para a implantação do Laboratório, abre as portas de suas exposições de longa duração e Reservas Técnicas, disponibilizando os acervos que demandam intervenções para serem aplicados como objetos de estudos e pesquisas em disciplinas práticas nos âmbitos das ações interventivas, segurança do acervo, organização de Reservas Técnicas, climatização e documentação da coleção museológica. Do outro lado, o Departamento de Museologia, por meio do Laboratório, contribuiria com as reflexões para o desenvolvimento e aplicação de uma política de

salvaguarda e gerenciamento para as coleções em questão, por meio, como dito anteriormente, de projetos específicos e dos estágios.

Assim, o Labcor/Demul dinamiza o seu espaço físico a partir das experiências proporcionadas pelos desafios encontrados nos objetos e na instituição, estimulando as reflexões sobre os conceitos teóricos e sua aplicabilidade para garantir a qualificação e a formação do profissional museólogo-conservador. Fundamentos e procedimentos técnicos são os mecanismos aplicados na prática através dos conteúdos introduzidos pelas disciplinas teóricas de preservação e conservação de bens culturais móveis. O que permeia as reflexões postas pelo Labcor/Demul junto ao MCT/EM e aos discentes do DEMUL é o papel fundamental da conservação preventiva diante das ressignificações dadas às coleções museológicas. Além disso, o sentido mais profícuo do profissional da conservação é a busca por uma garantia da identidade do patrimônio sob sua responsabilidade diante dos mais diversificados anseios institucionais.

Entre as ações que norteiam as atividades do Labcor/Demul em parceria com o MCT/EM no desenvolvimento de uma política de gestão das coleções museológicas, pode-se citar algumas que trouxeram resultados positivos no âmbito de uma acentuada reflexão sobre os contextos preservacionistas, como: acervos e suas diversidades; instituição pública e museu universitário; Reserva Técnica; conservação e documentação.

No que tange à Reserva Técnica, o Labcor/Demul vem desenvolvendo junto ao MCT/EM e aos discentes, uma compreensão mais apurada sobre esse espaço, sua organização, utilização e importância na instituição para o desenvolvimento de uma

política de gestão para as coleções museológicas. Como coloca Mirabile (2010) ao afirmar que

as reservas, assim como os espaços de exposição, são partes do museu e não devem ser consideradas como espaço secundário, muito menos serem projetadas com os bastidores de um palco principal. As reservas não representam o relicário dos objetos apresentados, mas sim o fundamento e a evolução do museu (Joul, 1995), que é o que justifica o valor dos objetos em exposição. A reserva é o museu.

A seguir, são apresentadas algumas das ações realizadas no Labcor/Demul com suas respectivas ilustrações que foram projetos de pesquisa, investigação e práticos.

98

1. Organização da Reserva Técnica II – Coleção de Taxidermia

Antes de realizar a ação: Espaço inadequado para o acondicionamento da Coleção de Taxidermia em função do acúmulo de materiais diversos e incompatíveis com o acervo, ambiente com ar estagnado e alto índice de umidade relativa, infiltração nas paredes, falta de estantes para a organização da coleção, presença de infestação por insetos xilófagos, dermestres e microrganismos, poluição atmosférica.

Ação: Remoção dos materiais diversos e incompatíveis com a coleção, aquisição de desumidificadores, circuladores de ar e equipamentos para registro de controle climático - *Datalogger*, revisão estrutural de paredes, teto e piso para conter infiltração, aquisição de estantes de aço e desinfestação geral da coleção.

O Labcor/Demul coordena o projeto de extensão *Taxidermia: Preservação, Educação e Prática* o qual contempla ações de conservação e educativas voltadas para a preservação da coleção. Com o projeto, são realizadas ações de vistorias permanentes do acervo, intervenções no âmbito da higienização, acondicionamento, reparos e apresentação estética, além do processo de inventário – já concluído. A ação educativa é, metodologicamente, estruturada para os alunos de ensino fundamental da rede pública e privada de educação. Como reflexão sobre a relação entre os conceitos teóricos e a prática de salvaguarda da coleção trabalhou-se os princípios da preservação e os desafios colocados pela singularidade dessa coleção. Desse modo, criou-se um mecanismo de diálogo entre a prática e o objeto, de forma a realizar não apenas a recuperação, mas também a apropriação, o reconhecimento e uso correto dessa coleção.



Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP - Coleção de Taxidermia Reserva Técnica II – Antes e depois do projeto. Autoria/ Fotógrafo: Edson Fialho, 2010/11.

2. Organização da Reserva Técnica I - Acondicionamento de acervo

São as ações realizadas a partir dos Estágios Supervisionados, voluntariados ou projetos específicos desenvolvidos pelos alunos do curso de Museologia sob a orientação ou supervisão do Labcor/Demul. Entre essas ações, citam-se alguns exemplos:

Acondicionamento da Coleção Modelo de Ensino/ Suporte em gesso: Coleção representativa da metodologia de ensino de algumas áreas da engenharia, essa coleção encontra-se, parcialmente, exposta no Setor de Desenho e outra parcela encontrava-se dispersa pelo prédio da Escola de Minas até ser contemplada pelo projeto de *Acondicionamento da Coleção Modelo de Ensino/ Suporte em gesso* e receber o tratamento de acondicionamento e armazenamento na Reserva Técnica II. Além da higienização e pequenos reparos, toda a coleção foi acondicionada em placas de polietileno rígido - *Ethafoam*, garantido assim a sua proteção de guarda, movimentação e acesso. Essa coleção também foi objeto de Estágio Supervisionado na área de documentação museológica, gerando o inventário da mesma e possibilitando novas condições de investigação.



Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP - Coleção Modelo de Ensino Reserva Técnica I – Acervo após tratamento de acondicionamento. Autoria/ Fotógrafo: Edson Fialho, 2011.

Acondicionamento da Coleção de Química: Projeto iniciado em 2010 com a implantação do Setor de Química no circuito expositivo do MCT/EM, no qual parte do acervo compõe a exposição de longa duração e parte da coleção encontra-se armazenada em Reserva Técnica. O acervo destinado à Reserva Técnica recebeu tratamento de identificação, higienização, acondicionamento em placas de polietileno rígido – *Ethafoam* e armazenamento em estrutura deslizante.

Tratamento Individual: Tratamento de acervo que demanda intervenção com a finalidade de estagnar o processo de degradação. Segue o exemplo ilustrado abaixo do acervo *Equipamento de Segurança – Mineração*, possuindo como suporte fibra têxtil, couro e metal; ele se encontrava com sujidade generalizada, oxidação, presença de microrganismos e deformação estrutural. Para o tratamento foi realizada uma limpeza

mecânica com trincha macia e pó de borracha, hidratação do couro, limpeza do metal, pequenos reparos das costuras e confecção de suporte para o acondicionamento.



Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP

Acervo: *Equipamento de Segurança*/ antes e depois do tratamento. Autoria/ Fotógrafo: Edson Fialho, 2011.

Conclusão

Para concluir esse trabalho, alimenta-se a ideia de que o papel da preservação e da conservação está intimamente relacionado ao gerenciamento das coleções, seja nas exposições, nas ações educativas, na documentação, na formação da equipe técnica e administrativa, nas definições de investimentos e nas políticas de atuação do museu junto à sociedade. A preservação não é uma área distinta e isolada, ela é parte de um conjunto capaz de realizar transformações representativas para a defesa da identidade de um povo. O importante é garantir a salvaguarda e a permanência do patrimônio material e possibilitar as significações ou ressignificações para que gerações futuras possam interpretá-lo. Para isso, o museu necessita extrapolar, conscientemente, seus

limites e não esgotar as suas potencialidades de investigação. A preservação de acervo se torna um meio que contribui com a museologia nas reflexões do presente, por meio da qual o futuro poderá ver visto, de forma mais otimista e com um olhar mais apurado sobre a importância da nossa identidade cultural.

Desse modo, o papel dos museus universitários está intimamente atrelado a essas reflexões, pois é um espaço de pesquisa, ensino e extensão. É fato que temos muito que aprender e muito que compartilhar para afirmar uma condição mais segura e propícia na proteção das nossas coleções de ciência e tecnologia. O MCT/EM em parceria com o Labcor/ Demul configura-se, por meio de seus projetos, uma iniciativa positiva que vem somar-se à de outras instituições na busca para o reconhecimento da memória científica e tecnológica nacional.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória.** 2ª Edição. Rio de Janeiro, Centro Edeistem de Pesquisas Sociais, 2002.

MAIA, Elias da Silva; GRANATO, Marcus. A Conservação de Objetos de C&T: Análise e discussão das práticas utilizadas no Memorial Carlos Chagas Filho. *Revista Museologia e Patrimônio, Vol. 3, Nº 2 (2010)*. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewArticle/96>. Acesso em 16.11.2013

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Rejâne Maria Lira da. O Reflexo das políticas universitárias nas imagens dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. *Revista Museologia e Patrimônio, Vol. 4, No 1 (2011)*. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/149>. Acesso em 17.11.2013

MIRABILE, Antonio. A reserva técnica também é museu. *Boletim Eletrônico da ABRACOR – Número 1. Junho de 2010*. Disponível em: <http://www.abracor.com.br/boletim/062010/ArtigoAntonio.pdf>. Acesso em 18.11.2013

NUNES, Gilson Antônio; RAINHO, Mercedes Estela; REZENDE, Edson Fialho, GANDINI, Antonio Luciano; DELICIO, Maria Paula; JOTTA, Carlos Augusto; HOFFMAN, Felipe Eleutério. **As coleções do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP. Coleções Científicas Luso-Brasileiras: Patrimônio a ser descoberto.** Marcus Granato e Marta Lourenço (org.) Rio de Janeiro: MAST, 2010.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão.* *Museologia & Interdisciplinaridade.* Vol.11, nº4, maio/junho de 2013. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/museologia/article/view/9630>. Acesso em 12.11.2013.

ROCHA, Domingos José da. **Escola de Minas Memória Historica relativa ao anno escolar de 1903-1904**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1905. p. 10

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto, a "Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes" e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX. *Revista da Escola de Minas. Vol.58 N.º.3 Ouro Preto. Julho/Setembro 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0370-44672005000300014&script=sci_arttext. Acesso em 10.11.2013.*

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

O PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO RELACIONADO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Ethel Rosenberg Handfas*

Marcus Granato**

Resumo:

A presente comunicação pretende abordar questões acerca do patrimônio cultural universitário relacionado à Ciência e Tecnologia no Brasil, enfocando a necessidade de se localizar, conhecer e pesquisar a natureza dos conjuntos e coleções de objetos associados que há muito permanecem sem os estudos apropriados para a compreensão de sua formação, utilização passada e aproveitamento futuro. A motivação para a abordagem do tema surge da inquietação sobre o desconhecimento e destino atual incerto desses artefatos, que se revestem de interesse particular não somente por sua vulnerabilidade, como, principalmente, pelo que podem trazer como contribuição para as reflexões sobre a ciência, a produção do conhecimento e suas implicações nas sociedades modernas. Serão apresentados resultados parciais do levantamento de objetos de C&T efetuado no âmbito do projeto “Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro”. A pesquisa tem um recorte em relação a áreas do conhecimento e período histórico, envolvendo aquelas referentes às ciências exatas, às diferentes especialidades da engenharia, bem como geografia, geologia e oceanografia, e que foram fabricados até 1960. Uma ficha de registro foi elaborada a partir da adaptação de um formulário usado em pesquisas similares em Portugal. Conjuntos de objetos foram identificados em museus, universidades e institutos de pesquisa e os resultados apontam para a magnitude e importância desse patrimônio. Nesse trabalho, serão apresentados e discutidos resultados relacionados mais especificamente às universidades, onde se percebe a ausência de políticas para sua preservação e mesmo o

* Economista pela UFRJ (1976) e Mestre em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO/MAST (2013), bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins, ethelhandfas@gmail.com.

** Engenheiro Metalúrgico e de Materiais pela UFRJ (1980), Mestre (1993) e Doutor (2003) em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela COPPE/UFRJ. Atualmente é Coordenador de Museologia do MAST, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) e pesquisador ID do CNPq, marcus@mast.br.

desconhecimento sobre seu valor e possibilidades de utilização. Uma aproximação desses conjuntos e coleções permitirá verificar e atestar sua importância como elementos fundamentais para utilização como fontes primárias de pesquisa para a história da ciência, além de possibilitar sua divulgação de forma contextualizada para a sociedade como um todo.

Palavras-chave: patrimônio científico; patrimônio cultural; ciência e tecnologia; coleções científicas; objetos de C&T.

Ethel Rosenberg Handfas *

Marcus Granato **

INTRODUÇÃO

Em uma abordagem mais geral sobre o tema do patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia é possível afirmar que, em tempos recentes, a importância da ciência e da tecnologia e suas implicações no cotidiano das pessoas determinaram uma nova maneira de empreender os estudos históricos que passaram a valorizar a história social, abrindo novos caminhos para se pensar a história das ciências, ampliando o conceito da prática científica, entendendo-a como construção social e cultural.

A incorporação dos conceitos de ciência e tecnologia como produção cultural do homem possibilita entender que o patrimônio cultural de uma sociedade possui um papel relevante para a melhor compreensão da maneira pela qual o homem se insere no mundo ou de como pode, a partir do conhecimento das práticas e das descobertas científicas do passado entender melhor o momento presente, imaginar as condições do futuro próximo, se conhecer melhor e transformar-se.

* Economista pela UFRJ (1976) e Mestre em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO/MAST (2013), bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins, ethelhandfas@gmail.com.

** Engenheiro Metalúrgico e de Materiais pela UFRJ (1980), Mestre (1993) e Doutor (2003) em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela COPPE/UFRJ. Atualmente é Coordenador de Museologia do MAST, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) e pesquisador ID do CNPq, marcus@mast.br.

Nesse sentido, o patrimônio cultural de ciência e tecnologia, contribui, significativamente, para a análise de contextos sociais que possibilitam a compreensão da história política, social e cultural e, conseqüentemente, o papel estratégico da ciência nos processos de modernização das sociedades.

A historiografia das ciências no Brasil, desde os anos 1980, seguindo a tendência das transformações conceituais que estavam ocorrendo com os estudos da história das ciências no mundo, ao assumir a compreensão da ciência como fato cultural¹ avança na consideração e análise dos contextos sociais para a compreensão da história social, política e cultural brasileira. De acordo com Lopes, os processos constitutivos das ciências tornaram-se elementos importantes de análise e, assim,

as histórias das ciências puderam ampliar seu alcance, incorporando não mais de forma exclusiva momentos de produção, contextualizados espacial e temporalmente, para passar a considerar também seus processos constitutivos de comunicação de idéias, práticas e tradições culturais (LOPES, 2001: 81).

A recente atenção dedicada pelos historiadores aos estudos dos museus de ciência e às coleções de objetos de C&T² se alinha à busca pela compreensão da

¹ A questão da contraposição entre a cultura científica e a cultura humanística tem em C. P. SNOW, químico e romancista inglês nascido em 1905, um de seus principais formuladores. Em “As duas culturas e um segundo olhar”, publicação de 1959, Snow aponta as diferenças entre as visões e incompatibilidades entre cientistas e não cientistas. Segundo o autor, “os humanistas não conhecem conceitos básicos da ciência e os cientistas não tomam conhecimento das dimensões psicológicas, sociais e éticas dos problemas científicos”. Fonte: Resenha publicada na Revista Em Aberto, Brasília, ano II, nº 55, Jul/Set, 1992.

² Ver item 2 – Instrumentos Científicos e a Historiografia das Ciências no texto: “Objetos de Ciência e Tecnologia como fontes documentais para a história das Ciências: Resultados Parciais” de autoria de GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; FURTADO,

trajetória da ciência e das relações sociais, humanas, temporais e espaciais que nela se corporificam. Como importante elemento para a construção da história das ciências, o estudo sobre as instituições científicas, os museus, as coleções e objetos científicos e técnicos, tem provocado discussões acerca da necessidade de compreensão desses espaços e objetos para uma reflexão mais ampla sobre a produção de conhecimento, a prática científica, seus sucessos e fracassos, dúvidas e questionamentos, contribuindo, decisivamente, para o entendimento dos contextos sociais, culturais e científicos onde foram produzidos.

Nesse sentido, os estudos das coleções e objetos que compõem o patrimônio cultural relacionado à Ciência e Tecnologia permitem aprofundar o conhecimento da história das idéias e do pensamento científico, alargando as possibilidades de entendimento da história social e das ciências.

Assim, observa-se hoje que os objetos e as práticas científicas e suas relações com as demais atividades culturais e sociais ocupam cada vez mais um lugar de destaque na historiografia das ciências. De acordo com Lopes, nos últimos 40 anos iniciou-se um movimento de percepção da importância de se problematizar os instrumentos científicos, deixando de vê-los apenas como objetos quantificadores e confirmadores de teorias científicas para entendê-los como legítimos repositores e geradores de conceitos e ideias acerca da ciência e dos princípios científicos. Por essa razão, a autora ressalta que

devolver às coleções a sua proeminência nos processos construtores das ciências tem implicado romper, para ampliar seus alcances, com as histórias das ciências tradicionalmente orientadas para o estudo dos textos e pelo descaso à iconografia e às coleções de qualquer tipo como possíveis geradores de investigações (LOPES, 2008:309).

O crescente número de estudos sobre coleções de instrumentos científicos é apontado por Brenni³ como uma “redescoberta das coleções científicas”. Para o autor,

o interesse desenvolvido em torno dos instrumentos científicos nos últimos trinta anos foi determinado por numerosos fatores. É correto afirmar que a redescoberta das coleções científicas e a modernização dos museus técnico-científicos foram muito influenciadas e favorecidas pelas novas tendências da história da ciência a partir da década de 1980 (BRENNI, 2009:169).

O autor se refere ao contexto europeu, mas é fácil perceber, nos últimos anos também aqui no Brasil, um crescente interesse no tema visível através da produção de estudos e publicações acerca do patrimônio cultural da ciência brasileira.

O PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO RELACIONADO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

A partir do enquadramento inicial dessas questões relacionadas ao patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia, esse texto trata, dentro do universo dos conjuntos de objetos de ciência e tecnologia, especificamente, dos conjuntos de objetos e coleções

³ Paolo Brenni é pesquisador do Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR) da Fondazione Scienza e Tecnica, e do Istituto e Museo di Storia della Scienza (Florença).

que se encontram sob guarda das instituições de ensino superior, notadamente, nas universidades públicas brasileiras⁴. Vale distinguir que esses conjuntos de objetos, que raramente se constituem como coleções, encontram-se nos museus universitários e, em sua maior parte, de acordo com os resultados das pesquisas realizadas e apresentados mais adiante, como “coleções informais” ou “grupos de objetos” dispersos e guardados sob a proteção de professores, funcionários e servidores nos departamentos ou institutos a que pertencem na hierarquia universitária.

Os conjuntos de objetos de C&T sob guarda das instituições universitárias se revestem de interesse particular não só pela falta de estudos no assunto e por sua vulnerabilidade, mas, e, principalmente, pelo que podem trazer como contribuição para as reflexões sobre a ciência, a produção do conhecimento e suas implicações nas sociedades modernas. Afinal, desde sempre e, principalmente nos dias de hoje, quando se pretende uma aproximação entre a pesquisa básica realizada na academia e sua aplicação prática, a pesquisa científica realizada no âmbito das universidades brasileiras contribui, significativamente, para o avanço do conhecimento nos processos de desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

O objetivo da aproximação desses conjuntos de artefatos reflete a intenção de atestar sua importância como elementos fundamentais para a utilização dos objetos científicos como fonte primária para a história das ciências e para sua adequada preservação e divulgação.

⁴ Pesquisa realizada no site do e-MEC do Ministério da Educação e Cultura em novembro de 2013 contabilizou o registro de 99 instituições de ensino superior de caráter público no Brasil.

Os artefatos constitutivos do patrimônio cultural universitário relacionado à ciência e tecnologia podem ser de duas categorias distintas que incluem aqueles produzidos e utilizados na prática da pesquisa científica e outros que são destinados ao ensino das ciências. Os primeiros, usados na experiência prática dos laboratórios são, talvez, mais complexos do que aqueles produzidos e utilizados para as práticas curriculares e pedagógicas. Na verdade, os dois tipos de objetos se caracterizam por percursos muito distintos e essas diferenças fazem com que suas trajetórias dentro da universidade se reflitam em diferentes aspectos relacionados à sua guarda, preservação e divulgação.

Os objetos de ensino, enquanto são produzidos para demonstração/exposição de idéias, fenômenos ou conceitos possuem uma finalidade mais marcada e por isso quase não sofrem alterações durante o percurso de sua utilização. Já os objetos produzidos para fins de pesquisa são mais intensamente sujeitos a adaptações e alterações que acompanham o desenvolvimento das pesquisas e, portanto, para conhecê-los e entendê-los são necessárias informações mais adensadas sobre sua história e memória que quase sempre já se perderam nos meandros de seu uso até seu abandono ou patrimonialização quando deixam de ser usados na pesquisa.

O patrimônio cultural de uma nação inclui todos os bens tangíveis e intangíveis que possuem valores culturais (estético, artístico, científico, arquitetônico, histórico, etc.) para a sua sociedade. A proteção desses bens garante sua perpetuação para usufruto das gerações futuras⁵.

De acordo com estudiosos de objetos e coleções de C&T, os itens constitutivos desses conjuntos encontram-se, em grande parte, por serem descobertos (GRANATO e LOURENÇO, 2009). Nesse sentido, vale destacar, a iniciativa pioneira de realização, desde 2009, no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), do projeto “Valorização do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico Brasileiro”. A ideia original da pesquisa surgiu a partir das reflexões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em Preservação de Acervos Culturais – GPAC no âmbito da Coordenação de Museologia do MAST/MCTI e também em estudos empreendidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST).

O projeto, que contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, tem como meta principal a realização de um panorama que delimite o tamanho, localização e as condições de preservação dos conjuntos de objetos de C&T existentes no país. Para tanto, a equipe do projeto tem

⁵ A Declaração de Caracas define, de forma ampla, esse conceito: “ O Patrimônio Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural”. (Declaração de Caracas - 1992). Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp. Acesso em: 26 Jun. 2013.

realizado atividades com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre esses conjuntos de objetos com a expectativa de inventariá-los, estudá-los e proceder à ações que contribuam para sua preservação, incluindo a realização de estudos teóricos sobre os mais diferentes aspectos do patrimônio cultural de C&T brasileiro. De fato, só será possível preservar aquilo que se conhece e, nesse sentido, o projeto se constitui em ferramenta essencial para o planejamento de ações, políticas e pesquisas sobre esses importantes acervos da ciência brasileira.

Para o levantamento de informações para o projeto, a busca por grupos de objetos e seus locais de origem obedeceu a uma metodologia que definiu como recorte cronológico objetos produzidos até a década de 1960 e como áreas de conhecimento aquelas relacionadas com a atuação do próprio Museu de Astronomia e Ciências Afins e das áreas que podem contribuir para a sua coleção museológica: Ciências Exatas e da Terra (Matemáticas, Física, Química e Geociências) e as Engenharias (Civil, Sanitária, Transporte, Minas, Materiais e Metalurgia, Química, Nuclear, Mecânica, Produção, Naval e Oceânica, Aeroespacial e Elétrica).

O levantamento realizado para a definição do universo da pesquisa levou em consideração objetos de ciência e tecnologia do patrimônio cultural pertencentes aos museus brasileiros (MUS), instituições de pesquisa científica e tecnológica (ICT) e de instituições de ensino superior (IES) localizadas em todo o território nacional identificados a partir de consulta, respectivamente, ao Cadastro de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ao Cadastro do Programa de Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PROSSIGA / IBICT) e do cadastro de universidades brasileiras

constantes da Base de Dados do Ministério da Educação - E-MEC. Além disso, algumas instituições de ensino médio (IEM) foram incluídas nesse levantamento, apesar desse perfil não ter sido priorizado nesse primeiro momento.

Em razão do grande desconhecimento acerca desses bens, o projeto tratou de realizar um extenso levantamento de âmbito nacional para identificar instituições que ainda possuem objetos carentes de serem preservados e em que condições e quantidade se encontram. O resultado identificou que a maior parte dos objetos científicos e tecnológicos anteriores ao século XX já foi descartada ou se perdeu. O que ainda resta está protegido nos museus. Por outro lado, existe um número considerável desses objetos que são mais recentes e que estão em situação de abandono, especialmente, nas universidades e institutos de pesquisa.

A pesquisa já apresenta resultados relevantes sobre os conjuntos de objetos de C&T no país com informações importantes que começam a compor um inventário nacional desenhando um panorama que tem contribuído para delimitar o tamanho, a localização e as condições de preservação desses conjuntos.

A seguir, são apresentados alguns dos principais resultados obtidos nos levantamentos sobre o patrimônio cultural universitário relacionado à ciência e tecnologia no Brasil.

A DIMENSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO RELACIONADO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

As pesquisas realizadas no âmbito do projeto “Valorização do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico Brasileiro” identificaram um universo constituído de 1491 instituições com potencial de interesse para o projeto. Na Figura 1, pode-se ver que desse universo, 56% são Instituições de Ensino Superior (IES), 32% são Museus (MUS), 11% são Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICT) e 1% são Instituições de Ensino Médio (IEM).

Vale esclarecer que as Instituições de Ensino Superior (IES) abrangem institutos, departamentos, escolas ou outras instâncias de ensino no âmbito da universidade. A categoria Museus (MUS) inclui os museus tradicionais e os museus universitários. Em relação às Instituições de Ensino Médio (IEM), os números não são conclusivos pois o levantamento não priorizou esses locais que ainda precisam ser melhor identificados e avaliados.

Do universo total de Museus (MUS) identificados na pesquisa, 15% estão constituídos sob a forma de museus universitários. Embora esse perfil de instituição represente apenas 5% do total das instituições pesquisadas, esse número somado ao de Instituições de Ensino Superior (IES) indica que o universo de Instituições Universitárias identificadas no levantamento representa 61% do universo da pesquisa, ou seja, a maior parte do número de instituições do universo pesquisado.

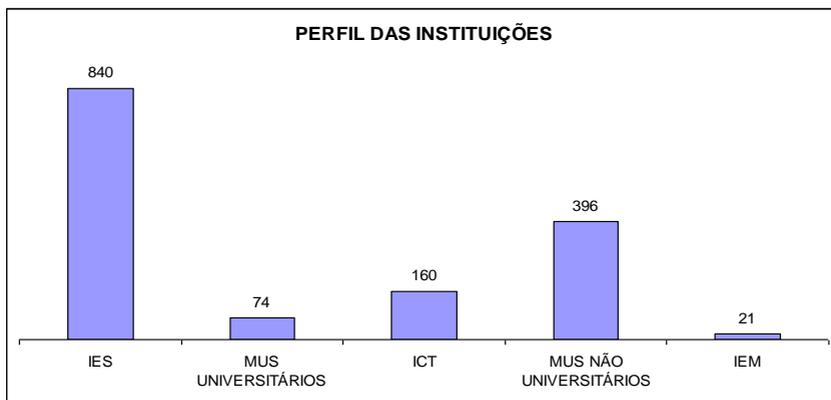


Figura 1 – Perfil das instituições identificadas na composição do universo da pesquisa.

No que diz respeito às informações relacionadas à existência de conjuntos de artefatos de interesse para o projeto nas instituições pesquisadas, a Figura 2 mostra que 62% dos objetos encontrados estão nas Instituições Universitárias, sendo 20% sob guarda de museus universitários e 42% estão nas Instituições de Ensino Superior, guardados nos institutos, departamentos, escolas e outras instâncias de ensino nas universidades.

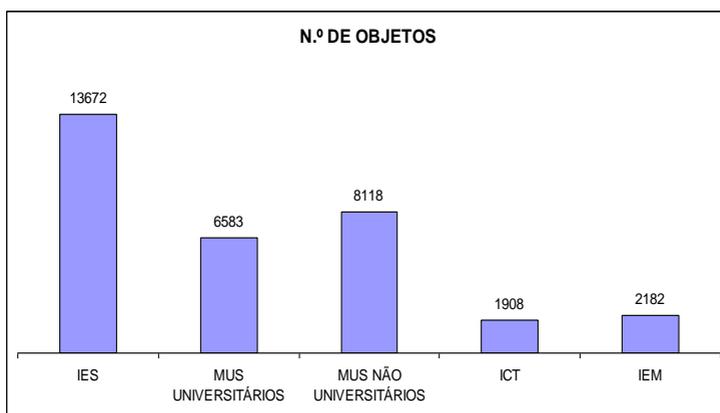


Figura 2 - Total de objetos identificados no país, por tipo de instituição: IES – Instituição de Ensino Superior; ICT – Instituições de Pesquisa; MUS Universitários – Instituições Museológicas Universitárias; MUS Não Universitárias – Instituições Museológicas Não Universitárias e IEM – Instituições de Ensino Médio).

O número expressivo de conjuntos de objetos de C&T encontrados nas instituições universitárias reforça sua importância no cenário dos debates acerca da preservação do patrimônio universitário. Para efeito de comparação, o levantamento mostra ainda que os museus não universitários guardam 25% dos objetos encontrados e os restantes 13% encontram-se nos Institutos de Pesquisa Científica e Tecnológica (6%) e nas Instituições de Ensino Médio (7%). Do ponto de vista da proteção desses conjuntos de objetos, os números da pesquisa mostram que somados os objetos sob guarda de museus universitários e não universitários, 45% estão nos museus, onde, acredita-se, estejam melhor abrigados.

Esses dados são um indicativo de que as instituições de pesquisa fazem descarte mais regularmente e tem uma facilidade maior de renovar sua infraestrutura de instrumentos e equipamentos, por isso, nessas instituições a presença de artefatos antigos e de interesse para o projeto resultou em menor número. Vale ressaltar que em relação às Instituições de Ensino Médio, os números não são conclusivos, pois, como já mencionado, o levantamento não as priorizou. Ainda assim, é interessante verificar que o potencial desse perfil de instituição parece ser muito elevado uma vez que com apenas 1% de locais de interesse potencial, os objetos encontrados representam 7% do total de objetos identificados no projeto.

Uma análise mais pormenorizada sobre a existência de objetos de interesse para a pesquisa nas Instituições de Ensino Superior e Museus Universitários, perfis de

maior interesse na análise do patrimônio de C&T tratada nesse texto, mostra que do total das instituições pesquisadas, 22% delas confirmaram a existência de objetos de C&T. A maior parte delas, 61% já não possuem mais quaisquer objetos relacionados ao recorte da pesquisa e 16% das instituições ainda carecem de confirmação quanto à existência ou não de objetos sob sua guarda. Esses números revelam que grande parte dos objetos científicos, que no passado serviram à pesquisa e ensino nas universidades, já foi descartada o que aponta para a grande vulnerabilidade dos conjuntos de objetos ainda guardados já que essas instituições, em sua maioria, não possuem políticas de preservação para esse tipo de patrimônio. Vale ressaltar que do universo de instituições universitárias pesquisadas, 16% estão classificadas como contatos indefinidos pois não foi possível obter e-mails e/ou telefones que permitissem um resultado conclusivo sobre a existência de objetos de C&T, ou, às vezes, os contatos não resultaram na identificação de responsável que poderia fornecer dados para o registro de informações precisas na ficha.

Na Figura 3 a seguir, visualizam-se também as informações acima tratadas separadamente para museus universitários e instituições de ensino superior. Pode-se ver que 20% das instituições de ensino superior ainda possuem objetos de C&T de interesse para a pesquisa e 65% confirmaram a inexistência de objetos. Dos 74 museus universitários pesquisados, 58% guardam esse tipo de objetos e 39% não possuem objetos de C&T sob sua guarda.

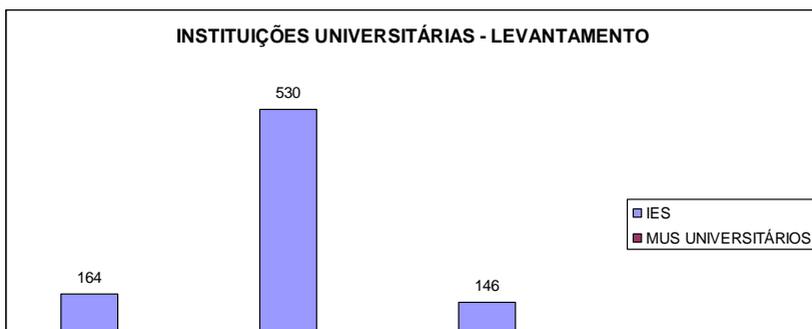


Figura 3 - Resultados referentes à existência de objetos nas instituições universitárias identificadas (Museus universitários e Instituições de Ensino de Superior).

Outro indicador de interesse sobre os objetos de C&T encontrados nas instituições universitárias dá conta de que 65% dos conjuntos identificados nessas instituições estão em situação de conservação boa ou regular. Os resultados da avaliação sobre o estado de conservação dos objetos e as condições dos acervos encontrados podem ser visualizados na Figura 4, apresentada a seguir. Vale ressaltar que esses resultados, porém, devem ser analisados com alguma relatividade, pois naqueles locais em que esse parâmetro foi avaliado por membro da equipe do projeto em visita ao local, o resultado deve ser mais confiável do que aqueles obtidos a partir da avaliação realizada por pessoal da própria instituição, na maioria das vezes sem experiência com esse tipo de abordagem. Também por esse motivo resultaram tantos conjuntos com avaliação indefinida sobre o estado de conservação.

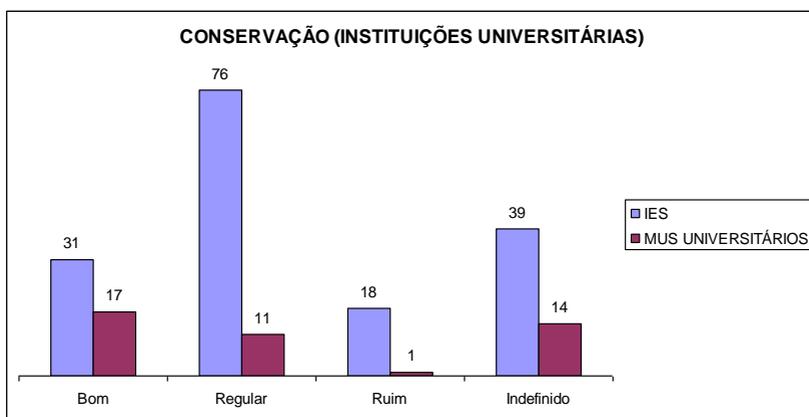


Figura 4 - Resultados da avaliação do estado de conservação dos conjuntos identificados nas instituições universitárias (Instituições de Ensino Superior e Museus Universitários).

Por último, a Figura 5 mostrada a seguir, permite visualizar a distribuição geográfica das instituições pesquisadas e o número de objetos encontrados. O gráfico revela que a região com maior percentual de instituições que detém a posse de conjuntos de objetos de interesse é a Sudeste (50% do total de instituições que contém objetos), em seguida estão as regiões Nordeste (20%), Sul (13%), Norte (9%) e Centro-Oeste (8%). Esses números apresentam certa coerência, pois a região Sudeste concentra o maior número de instituições de ensino superior mais antigas no Brasil. Em seguida, situam-se as demais regiões que se caracterizam com um histórico cada vez mais recente de ocupação e desenvolvimento.

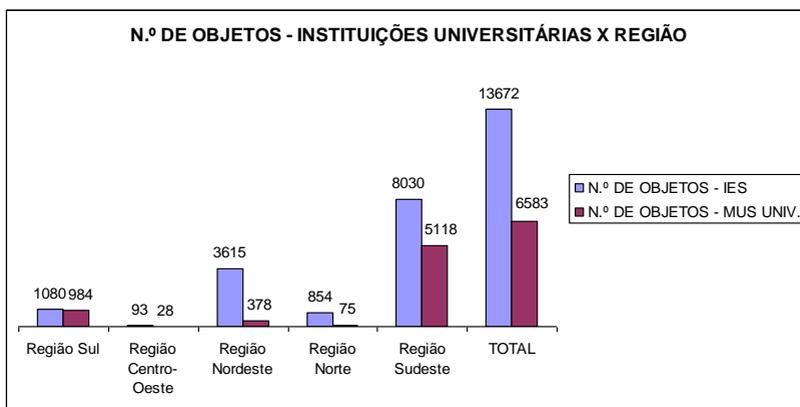


Figura 5 - Distribuição geográfica do número de objetos encontrados nas instituições universitárias (Instituições de Ensino Superior e Museus Universitários).

UM OLHAR SOBRE OS CONJUNTOS DE OBJETOS DE C&T UNIVERSITÁRIOS

Os números apresentados no item anterior, que identificam uma grande quantidade de objetos de C&T ainda guardados nas instituições universitárias brasileiras, confirmam a importância da realização de estudos e pesquisas sobre esses conjuntos de objetos de ciência e tecnologia que compõem parte significativa do patrimônio cultural relacionado à Ciência e Tecnologia no Brasil.

Mais que isso, grande parte dos conjuntos de objetos de C&T no Brasil, por estarem nas universidades, encontra-se em situação de grande vulnerabilidade e abandono e, por isso, necessitam de ações para sua preservação. Embora se saiba que muitos objetos já foram descartados, ainda se pode encontrar instrumentos e artefatos que sobreviveram ao tempo e à modernização dos laboratórios científicos de ensino e pesquisa. Esses artefatos são de inestimável interesse e importância para o estudo da história e da memória do ensino superior brasileiro e do desenvolvimento científico e tecnológico realizado a partir da pesquisa científica empreendida no âmbito da universidade brasileira.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de ações imediatas para a preservação desses acervos. Mais problemáticas que as coleções de objetos de

C&T sob guarda dos museus tradicionais de ciência e técnica, as coleções, objetos ou ainda grupos de objetos de C&T guardados nas universidades brasileiras encontram-se ainda menos protegidos, documentados e acessíveis do que os primeiros. Lourenço, que há muitos anos desenvolve estudos sobre as coleções científicas europeias, ao se referir ao patrimônio de C&T das universidades portuguesas, faz menção ao importante papel das coleções de objetos de ciência e tecnologia para a história das ciências e revela indignação quanto ao descaso aos cuidados com grande parte desse patrimônio científico que se encontra fora dos museus tradicionais. Nas palavras da autora:

à exceção das coleções que se encontram nos museus, 90% do patrimônio da ciência encontra-se em instituições que não possuem nem vocação, nem missão, nem orçamento, nem pessoal qualificado, nem, muitas vezes, sensibilidade para a sua preservação e divulgação. A esmagadora maioria das coleções, bibliotecas, arquivos e espaços edificadas de relevância históricocientífica, encontra-se disperso por universidades, politécnicos, antigos liceus e escolas técnicas, institutos e laboratórios de investigação, hospitais, sociedades científicas. Este patrimônio, do ponto de vista da tutela, encontra-se órfão, em situação vulnerável, de abandono, sujeito à arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis ou mesmo de perda irremediável (LOURENÇO, 2009:47).

Sem dúvida, essa realidade descrita pode também ser verificada no Brasil, onde, a partir das visitas e contatos realizados para o levantamento de informações da pesquisa, identificou-se situação similar de dificuldades e riscos por que passa grande parte do patrimônio de C&T remanescente das pesquisas empreendidas nas escolas de ensino superior e nas instituições museológicas vinculadas as universidades brasileiras.

A preocupação com a integridade desses conjuntos de objetos coloca em debate questões instigantes e desafiadoras que se pode formular quando o interesse é o estudo dos objetos de C&T sob guarda das universidades. Esses objetos que abarcam uma diversidade de áreas de conhecimento, encontram-se dispersos e, em grande parte, sequer se constituem em coleções. Muitos objetos isolados e pequenos grupos de objetos prescindem da organização mínima necessária para que possam compor coleções adequadamente documentadas para a divulgação ao público e para a pesquisa.

Os contatos e visitas efetuados para o levantamento de informações para a pesquisa realizada revelou que a existência de objetos históricos nas universidades relaciona-se a algumas situações recorrentes. De um lado alguns objetos ou grupos de objetos são guardados em salas ou laboratórios da universidade por iniciativas pessoais de professores ou técnicos que possuem, normalmente, algum vínculo emocional com os artefatos, por terem feito parte da sua vida profissional. Em outras situações, objetos são esquecidos em armários, gavetas e salas nas universidades, às vezes por muitos anos, até serem reencontrados em oportunidades específicas que se dão desde o momento em que o descarte é a solução para atender a necessidade de espaço para a instalação e manuseio de novos equipamentos mais modernos ou em algumas vezes, pela transferência da universidade, ou da unidade, para outro local ou mudança na distribuição de espaços no setor. Uma última situação mais singular que concorre para o reencontro de objetos históricos ocorre quando da comemoração de efemérides na universidade e exemplares de objetos antigos utilizados na pesquisa e ensino são revalorizados para ilustrar fatos e feitos do passado (GRANATO, 2013: 9-10).

De fato, dada a dispersão e, por vezes, o descaso no cuidado aos conjuntos de objetos, percebe-se a necessidade de se problematizar o conceito de coleção e aguçar o olhar curatorial sobre esses objetos que, quase sempre, encontram-se sem qualquer processamento documental, museológico e arquivístico. Muitas vezes os objetos, por não serem tratados no âmbito de coleções, se perdem isoladamente ou na impossibilidade de serem confrontados no conjunto de outros objetos.

Na verdade, sabe-se que são muitas as dificuldades em se realizar a gestão de coleções e objetos de C&T no âmbito das universidades. Os problemas vão desde a falta de vínculo acadêmico dessas coleções que as torne visíveis até a falta de uma instância responsável pelo zelo do patrimônio universitário. Outras dificuldades apontam para problemas de ordem financeira, falta de espaço para armazenamento e exposição dos objetos e a carência de profissionais especializados para tratar desses objetos e coleções de forma adequada. Mais que tudo, a falta de percepção do que seja patrimônio cultural por parte dos gestores da universidade e a falta de políticas culturais que estabeleçam um tratamento integrado dos patrimônios universitários impedem o adequado tratamento do patrimônio de C&T ainda guardado nas universidades brasileiras.

Esses e outros temas e questões relacionados à preservação do patrimônio cultural universitário relacionado à ciência e tecnologia fazem notar que a dimensão e urgência de se preservar esses conjuntos de objetos e coleções, de se entender suas especificidades e a natureza das instituições que as guardam têm suscitado discussões em fóruns próprios desse perfil de patrimônio de C&T. Em nível internacional, foi criado, em 2001, no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM), o UMAC –

University Museums and Collections. Trata-se de um fórum de discussão que reúne profissionais que trabalham, em associação com museus acadêmicos, galerias e coleções (incluindo herbários e jardins botânicos). O Comitê tem por objetivo oferecer aos seus membros a possibilidade de discutir temas que ajudem na identificação de oportunidades relacionadas às pesquisas em coleções além de troca de experiências e acesso a coleções. O objetivo do Comitê é a proteção do patrimônio sob guarda das universidades. Outra iniciativa similar, que atua, ainda, de forma incipiente no Brasil é o Fórum Permanente de Museus Universitários. Criado em 2006, a instituição, com sede em Belo Horizonte, congrega algumas instituições universitárias que guardam acervos e coleções de diversas naturezas e promove seminários e simpósios para discussões de temas relacionados aos museus universitários. O simples advento dessas instituições identifica a ampliação do interesse pela preservação desse tipo de patrimônio e a articulação entre profissionais da área pela troca de experiências e apoio para projetos que determinem a mudança do atual panorama.

Brenni, ao relatar as transformações dos estudos relacionados a história dos instrumentos nos últimos 30 anos na Europa, afirma que

pouco espaço era atribuído aos instrumentos utilizados na pesquisa em laboratórios e, menos ainda, aos muitos difundidos instrumentos utilizados no ensino da ciência. Esta parte do patrimônio instrumental, apesar de ser extremamente valiosa, não só era desconsiderada como, no início dos anos 1980, estava praticamente toda ela abandonada nos depósitos dos museus, nos porões ou sótãos de escolas, universidades e observatórios astronômicos (BRENNI: 2007:163).

De fato, aqui como lá, ou, também em Portugal, conforme a afirmação de Lourenço

as coleções de ciência das instituições de ensino superior são de uma extrema vulnerabilidade. São vulneráveis, desde logo, na sua constituição. Tipicamente os instrumentos, máquinas e modelos são utilizados até à exaustão num contexto laboratorial de investigação e ensino, depois passam por uma fase de semi-abandono em que partes podem ser canibalizadas, reutilizadas etc e, finalmente, passam à fase de obsolescência e esquecimento total – em geral, numa cave ou num sótão de um departamento. Não tenhamos ilusões, o destino final e natural deste equipamento nunca foi no passado, nem é no presente, outro senão o lixo (LOURENÇO, 2010: 59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

128

A aproximação com a problemática dos conjuntos de objetos e coleções universitárias relacionadas à C&T enriquece o debate sobre o tema e traz novos elementos para a discussão sobre a importância da preservação do Patrimônio Cultural relacionado à Ciência e Tecnologia uma vez que parte bastante expressiva desse patrimônio encontra-se nas universidades.

O ensino, a prática das ciências e a pesquisa científica no Brasil realizadas no âmbito das universidades são partes constitutivas do processo de desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Os estudos sobre esses desenvolvimentos abrem perspectivas importantes para formulações teóricas e políticas no campo da relação patrimônio de C&T e preservação de coleções científicas.

Como foi mostrado aqui, a iniciativa pioneira de produção de um inventário nacional de conjuntos de objetos de C&T no Brasil pelo projeto “Valorização do Patrimônio Cultural de C&T no Brasil”, para além dos resultados já alcançados e que permitem concluir que esse universo é muito amplo e até desconhecido em sua potencialidade, abre possibilidades de sensibilização para a importância do patrimônio da ciência através da sua (re)descoberta e (re)valorização e perspectivas de proposições de ações que contribuam para ampliar os mecanismos para a sua preservação.

Outros desdobramentos do projeto permitiram a realização de estudos e pesquisas sobre a legislação vigente sobre a proteção do patrimônio científico e sobre a construção da trajetória de alguns desses conjuntos de objetos.*

As ações até aqui desenvolvidas se complementam com a perspectiva de divulgação dos conjuntos de objetos de C&T encontrados através de publicações, palestras e exposições. O comprometimento com os estudos e ações que ampliam o conhecimento e a divulgação desse patrimônio científico é o caminho para o reconhecimento de sua importância e para a constituição de diretrizes capazes de orientar aqueles que querem preservar mas não sabem como fazer e para sensibilizar os atores sociais e políticos na direção da criação de linhas de financiamento que viabilizem a permanência desses objetos no tempo.

* Até o momento, foi finalizado o estudo sobre a trajetória da coleção de objetos do Observatório do Valongo, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (OLIVEIRA; GRANATO), e está em fase final a construção da trajetória do conjunto de objetos do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) (GRANATO e colaboradores, 2013).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Samuel .J. M. M. Objects and the museums. *Isis*, 96, 2005, 559-571.
- ALMEIDA, Adriana. M.. *Museus e Coleções Universitários: Por que museus de arte na Universidade de São Paulo? Tese de Doutorado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011,238p.*
- BRENNI, Paolo. Trinta anos de atividades. Instrumentos científicos de interesse histórico. In: ANDRADE, Ana Maria R. (Org.) *Caminho para as estrelas: reflexões em um museu*. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p.162-179.
- DANTES, Maria Amélia M. *As ciências na história brasileira*. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 57, n.1, mar. 2005.
- GRANATO, Marcus. *Preservação do Patrimônio Universitário Brasileiro - Ciências Exatas e Engenharias*. In: *I Congreso Latino-Americano de Museos Universitarios, 2013, La Plata, Argentina. Anais do I Congreso Latino-Americano de Museos Universitarios*. La Plata: Universidad de La Plata, 2013. p. 1-19.
- GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia P.; FURTADO, Janaína L.; GOMES, Luiz P. *Objetos de ciência e tecnologia como fontes documentais para a história das ciências: Resultados Parciais*. In: *VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Salvador: ENANCIB; 2007. p. 1-16.
- GRANATO, Marcus. *As exposições e o uso de acervos em museus de ciência e tecnologia*. In: *Museus e Comunicação - Exposições como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p.237-257.
- GRANATO, Marcus; MAIA, Elias S.; SANTOS, Fernanda P.; OLIVEIRA, Pedro L. C.; SANTOS, Liliane B.; HANDFAS, Ethel R. *Valorização do Patrimônio Científico e*

Tecnológico Brasileiro: Resultados de Pesquisa. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Florianópolis: ENANCIB; 2013. p. 1-21.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta (Orgs). Coleções Científicas Luso-Brasileiras: Patrimônio a ser descoberto. Rio de Janeiro. MAST, 2010. 382p.

GRANATO, Marcus; CÂMARA, Roberta. Patrimônio, Ciência e Tecnologia: inter-relações. In: CARVALHO, Claudia. S. R; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Z, BENCHETRIT, Sarah F. In: Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. 172-200.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Cadastro Nacional de Museus: conheça os museus brasileiros: estatísticas*. Brasília, DF, 2009-2011. Disponível em: http://www.museus.gov.br/sbm/cnm_estatistica.htm. Acesso em: 23 Ago. 2013.

LOPES, Maria Margaret. Trajetórias museológicas, biografias de objetos, percursos metodológicos. In: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema R. (Orgs). Ciência, história e historiografia. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Via Lettera. Rio de Janeiro, 2008. p. 305-318.

LOURENÇO, Marta C. Between two worlds: the distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe. Tese de Doutorado apresentada ao Conservatoire National des Arts et Métiers – Paris, 2005.

LOURENÇO, Marta C. Patrimônio da Ciência e da Técnica nas Universidades Portuguesas: Breve panorama europeu. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.) – Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia – Livro Eletrônico, Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009. p. 53-63.

LOURENÇO, Marta. C. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.47-53, jan-jun 2009. Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewPDFInterstitial/45/25>.

LOURENÇO, Marta C.; GESSNER, Samuel. Documenting collections: Cornerstones for more history of science in museums. *Science&Education*, v.15, n.1, Feb. 2013.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

UNIVERSITY MUSEUMS AND COLLECTIONS. *UMAC: University Museums and Collections*. [http://publicus.culture.hu-](http://publicus.culture.hu-berlin.de/umac/pdf/UMACFlyerPortuguese.pdf)

[berlin.de/umac/pdf/UMACFlyerPortuguese.pdf](http://publicus.culture.hu-berlin.de/umac/pdf/UMACFlyerPortuguese.pdf)>. Acesso em: 25 Ago. 2013.

e-MEC – Ministério da Educação – MEC – Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados – [HTTP://emec.mec.gov.br](http://emec.mec.gov.br). Acesso em novembro de 2013.

MEMORIAL, LOCAL DE HISTÓRIA E MEMÓRIA: AÇÕES DE MONITORIA NO MEMORIAL DA UFRPE 2012 - 2013.

José Diego da Silva Albuquerque*

Ricardo de Aguiar Pacheco**

Resumo:

O Memorial da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) foi criado pela resolução 65/84, do conselho universitário, e instituído como unidade administrativa vinculada a Pró-Reitoria de Ações de Extensão da Universidade pela Resolução 80/90 do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão). Com o objetivo de ser uma forma de apoio para uma das tarefas de guarda, divulgação e pesquisa de objetos relacionados à memória da UFRPE, mais especificamente com a intenção de captação e divulgação do memorial da instituição para a comunidade acadêmica, ao mesmo tempo de sua exposição permanente no salão principal “UFRPE: 100 anos de ensino, pesquisa e extensão” que foi elaborada pelo, Prof.º Ricardo Pacheco e orientandos, para a comemoração dos 100 anos da instituição. A atividade de monitoria realizada no memorial da UFRPE foi extremamente positiva, o grupo de visitantes foi bastante ativo no dialogo sobre a exposição e suas peças, questionando se a presença de alguns objetos, levantando a uma boa troca de ideias sobre a organização dos objetos, demonstrando a assimilação das informações transmitidas durante toda a visita, o êxito da monitoria, deve se ao aproveitamento dos jogos pedagógicos, que foram fundamentais para o envolvimento dos visitantes com a exposição, que ocorreu após a visita guiada. O trabalho de monitoria se mostrou interessante para o ensino da história da instituição para diversos públicos, dos cursos de graduação mais variados da comunidade acadêmica da UFRPE.

Palavras-chave: monitoria; memória; Memorial da UFRPE.

*Graduando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Bolsista de Extensão UFRPE.

** Doutor em História; Professor Adjunto do Dep. de Educação da UFRPE.

A IDEIA DE ARQUIVO: A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Josemar Henrique de Melo*

Resumo:

A escrita permitiu a formação de vários arquivos, não só na metrópole como também a estruturação de congêneres nas colônias. Estes primeiros núcleos documentais tiveram percursos peculiares, perdendo muitas vezes a estrutura original que tinham no momento de criação. Assim, o processo de organização hoje desses acervos deve levar em conta a necessidade de entender e estudar as entidades produtoras em seu período inicial, pois, os sistemas de informação devem ser organizados dentro da lógica dos ambientes institucionais que os geraram. Diante desta situação deparamo-nos com uma lacuna nos que se refere à literatura sobre o tema. É raro encontrar trabalhos que estude instituições coloniais a partir dos seus acervos e as formas de produção documental. Neste sentido, o presente artigo versa sobre os resultados da pesquisa realizada para a nossa tese de doutorado em que dispusemos a correta estrutura em que os diversos documentos pertencentes à Secretaria do Governo deveriam se encontrar para que possam refletir a instituição produtora. Nosso trabalho fundamentou-se principalmente na perspectiva sistêmica da Arquivologia e no levantamento documental realizado em instituições arquivísticas de Pernambuco e de Portugal. Estes dados foram capazes de fornecer considerações importantes para a montagem das séries documentais da Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco.

Palavras-chave: administração; colônia; arquivo; organização.

* Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, professor Doutor.

A IDEIA DE ARQUIVO: A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Josemar Henrique de Melo*

1 - Introdução

A estrutura administrativa colonial possuía um caráter descentralizado entre as partes que a compunham. Portanto, os governos das capitanias e todas as demais autoridades implantadas nas possessões Ultramarinas, como partes integrantes do Império português, também produziram e acumularam informações escritas, tornando-se bases documentais que auxiliaram a administração local e central.

Cabia desta forma, a cada uma das autoridades (governo, ouvidoria, provedoria, bispado, Câmaras, exército, etc.), manter e organizar os seus cartórios, os quais por sua vez formavam sistemas de informações distintos, pois era indispensável, tanto para a metrópole quanto para as instâncias de poder na colônia, não só o despacho dos vários assuntos, como também a manutenção e organização dos seus arquivos. Assim, para o governo das capitanias esta tarefa competia aos Secretários do Governo que ora temos como objeto de estudo.

Portanto, o Conselho Ultramarino, como órgão de consulta no que se refere aos assuntos do Ultramar, reforça, por provisão no ano de 1709, “*que em todos os governos das conquistas hajam secretários cujos os procedimentos são de sua real*

* Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, professor Doutor.

grandeza (...) onde é muito mais preciso que haja para dar forma aos papéis que hão de obrar no governo”¹.

O interesse por esta função também foi notado em um projeto datado de 1794, sobre a formação de novos governos para as capitanias do Piauí, que era subordinada ao Pará, e do Ceará, subordinada a Pernambuco, onde se observa a necessidade em “*ter secretário como os outros capitães gerais do Brasil, percebendo os direitos e emolumentos de secretaria os mesmo que estão estabelecidos nas referidas duas capitanias*”². Desta forma, a importância deste cargo se manifesta principalmente pelo controle da documentação produzida e recebida e pelo acesso que se teria aos papéis de governo.

Outro caso acerca da estruturação de uma Secretaria do Governo nos é contado em um requerimento escrito pelo Secretário da Capitania de São Paulo, Gervásio Leite Rebelo, que, após servir no mesmo cargo no Estado do Maranhão entre os anos de 1711 a 1716, foi nomeado para o referido emprego de Secretário do Governo da Capitania de São Paulo e cuja ocupação exerceu por mais de dez anos (1721 a 1734). Conta-nos que

“(...) chegando à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro procurar na secretaria daquele governo, ouvidoria geral e provedoria da fazenda real todas as ordens, regimentos e mais papéis necessários para o estabelecimento daquele governo [São Paulo] no que

¹ AHU_ACL_CU_Registro de Decretos – Códice 1 f. 54 v.

² AHU_ACL_CU, Brasil Geral, Cx. 22, D. 1959.

não só teve grande trabalho mais fez considerável despesa (...) chegando a capitania de São Paulo fez todos os regimentos, escrevendo inúmeras cartas e livros (...) acompanhando o governador (...) transportando a secretaria a sua custa.”³.

Denota-se nas palavras de Gervásio Leite Rebelo que o secretário, em alguns casos, deveria reunir toda a documentação administrativa sobre a respectiva capitania ao qual iria servir. Reunindo, assim, todas as tipologias documentais que especificassem o estabelecimento da governação, levantando principalmente os regimentos dos cargos essenciais e também as ordens régias que para lá foram direcionadas.

2. Estrutura orgânica e atividades da Secretaria

A organização burocrática da Secretaria do Governo possuiu, como muitos outros órgãos do período colonial, um cariz individualizado e configurado na pessoa do Secretário, tendo-se também em consideração que a constituição e estabelecimento de um órgão com estrutura hierárquica, organograma, divisões e subdivisões, instituiu-se, na maioria das vezes, a partir da pessoa que recebia os regimentos, pois estes eram passados de maneira individualizada e dirigidos a quem fosse ocupar os cargos da administração colonial; não é, pois, possível evidenciar uma estrutura física com um organismo definido onde pudesse haver a operacionalização do espaço de trabalho.

³ AHU_ACL_CU_Registo de Consultas de Mercês Gerais, Cód. 88, f. 98.

Ao ser nomeado, o Secretário passava a estar ligado diretamente ao Governador da Capitania de Pernambuco. Porém, não lhe estava subordinado numa perspectiva de hierarquização como a compreendemos contemporaneamente, mas sim de ‘interdependência’, pois, as autoridades coloniais se estabeleceram no âmbito de uma ‘hierarquização descentralizada’, podendo manter contacto direto com Lisboa a fim de resolver disputas das mais variadas ordens.

Obrigatoriamente, tinham que possuir boa letra, ‘serem homens de segredo’ e ‘limpos de sangue’⁴. Observamos também estas recomendações nas palavras do Secretário do Registo Geral das Mercês: “(...) *é preciso que saiba escrever, (...) e de uma verdade tão incontestável que se possa fiar dele crédito*”⁵. Todavia, não se encontravam entre os requisitos básicos exigidos para o cargo, os conhecimentos elementares, seja sobre o expediente e o despacho que iriam servir, seja sobre a organização dos papéis que teriam em mãos.

Ao assumirem as suas funções, os secretários deviam servir por espaço de três anos, que quase sempre eram ultrapassados até nomeação do sucessor, acontecendo por esta maneira que muitos deles trabalhavam durante os mandatos de dois ou mais

⁴ Entre os requisitos básicos para se concorrer a qualquer um dos cargos oferecidos pelo Estado era necessário mostrar que não possuíam sangue judeu ou mouro ou mesmo ter aprendido ou ocupado de “ofícios mecânicos”. Este aspecto pode ser notado em quase todos os requerimentos quando expressavam que eram ‘limpos de sangue e de mãos’ Como é o caso do Requerimento de José Joaquim Pinheiro: “*Nunca aprendeu nem ocupou ofícios vis, nem ainda mecânicos, é limpo de sangue, (...) e limpo de mãos*”. AHU_ACL_CU, Rio de Janeiro, Cx. 158, D. 11928.

⁵ BN – PBA 653, f. 484.

governadores. Isto acontecia também em decorrência do “*tempo administrativo*”⁶ causado pela lentidão que separava os dois polos do império português.

Além dos secretários, trabalhavam na secretaria um oficial maior e um oficial menor, podendo este número aumentar com um oficial papelista e ocorrendo também a contratação de ajudantes que possuíssem boa escrita, principalmente nos períodos das frotas, quando os despachos dos documentos para a Corte eram realizados em maior número.

Dentro de suas competências e responsabilidades, os secretários exercitavam uma série de atividades básicas para a administração, nos diferentes níveis do ato de produzir, circular e organizar a informação. Num primeiro momento, trabalhavam no despacho com o Governador, ou seja, tornavam o ato governativo em forma escrita, dentro da estrutura diplomática corrente, como os ofícios, as provisões, as certidões, etc. Para isto, deveriam estes funcionários conhecer as estruturas de cada documento que elaboravam⁷, a fim de estabelecer as formas diplomáticas correctas que davam aos mesmos o seu valor político-jurídico-administrativo.

Além disso, eram pessoas revestidas de fé pública para poderem validar e conferir legitimidade aos documentos produzidos e/ou recebidos no gabinete

⁶ “*Considere-se este como a duração de uma operação de autoridade, isto é, o tempo que transcorre entre a emanação de uma ordem real e o seu conhecimento pelos súbditos ou autoridades a quem é destinada*” – (BELLOTTO, 1986: 265.)

⁷ O conjunto de actividades para elaboração dos documentos é conhecido na Diplomática como processo documental que se divide em duas partes básicas **acio** “(...) *acción encaminhada ao otorgamiento del acto o negócio jurídico*” e **conscription**, que é a “*redacción por escrito de aquel acto o negócio jurídico*”. Acrescente-se que esta redacção deve cumprir com as formalidades que a lei exige para um determinado tipo documental – (TAMAYO, 1996: 61.)

do Governador bem como legitimar os traslados que faziam a partir dos documentos originais da sua Secretaria. Acrescente-se ainda que, no âmbito de toda a correspondência que seguia para a Corte, era obrigação de o Secretário enviar uma lista das ordens que eram dirigidas ao Governador, com indicações de quais haviam sido cumpridas e as que não foram.

Eram também os secretários que davam o termo de posse aos governadores, registrando tudo em livros específicos: “*livro primeiro em que se lançam os termos da posse que se dá e entrega que se faz do governo destas capitanias, na Sé da cidade de Olinda, aos senhores governadores que nele sucedem por sua Majestade que Deus guarde (...)*”⁸.

Num segundo momento, organizavam os papéis do mesmo Governo, através do registro, que era uma transcrição integral de todos os documentos que recebiam e os que produziam, como podemos verificar numa certidão passada pelo Secretário António José Correia (1749-1763) “(...) *revendo o livro 5º que serve nesta secretaria do registo das provisões reais*”⁹.

Elaboravam também instrumentos de acesso à informação como os inventários, criados a partir da acumulação dos documentos¹⁰, e que serviam também de ‘banco de dados’ quando os documentos eram transferidos de uma pessoa para outra, como podemos observar no requerimento dos porteiros do Conselho

⁸ APEJE – Livro de posse (termo de abertura), sem cota.

⁹ BN - PBA 121, f. 475 (grifo nosso).

¹⁰ Consistiam basicamente “*numa enumeração, em forma de lista dos títulos reais, dos livros e ‘papéis’ soltos existentes, por forma a serem facilmente identificados e localizados*” (RIBEIRO, 2003:636).

Ultramarino, em que “*recorrem a Vossa Majestade para efeito de mandar que os mesmos livros lhe sejam entregues por inventário pelo escrivão da executoria (...), para deste modo evitar-se qualquer descaminho que pode haver por omissão alheia*”¹¹.

A exigência dos inventários fazia parte das obrigações dos secretários, tendo em vista o processo de transferência dos documentos para os seus sucessores. Porém, e de acordo com as informações pesquisadas, ocorria muitas vezes tomar posse da Secretaria sem que os livros e papéis lhe fossem entregues sem o respectivo inventário “*(...) que na conformidade do Regimento devia existir e não existia nem constava que jamais existem*”¹².

E por fim os alfabetos que consistiam em dados para pesquisas da própria secretaria, sendo “*uma sucessão de palavras ou termos de entrada (...) com uma ordenação quase sempre cronológica*” (RIBEIRO, 2003: 637).

Todos estes elementos produzidos pelos secretários e seus oficiais permitiam o controlo e acesso às informações produzidas e recebidas, conservando a memória das informações não só para a administração, mas também para elaborar traslados e segundas vias quando documentos originais se tinham perdido.

A necessidade em manter em boa ordem não só os livros de registros, mas também de elaborar alfabetos é observada em uma carta régia de 22 de Outubro de 1713 dirigida ao então Governador Félix José Machado (1711-1715). Nesta carta ele é felicitado pelo bom trabalho em “*emendar os erros dos cadernos (...) e descuidos da secretaria de governo (...) e por em boa regra o registo das cartas dessa secretaria*”,

¹¹ AHU_ACL_CU_Conseho Ultramarino, Cx. 9, D. 1875.

¹² AHU_ACL_CU, Registro de Consultas Mistas, cód. 28, fl. 34

visto que estava o secretário obrigado a remeter ao Reino listas das ordens que foram enviadas para a capitania “*e não será fácil na confusão em que isto está*”. E na resposta a esta carta podemos notar a obrigatoriedade em se fazerem os alfabetos

“(...) que daqui em diante se seja ordem que lhes tendes dado encomendado a esta diligência a alguns oficiais dessa secretaria mais inteligente e cuidadoso que faça esta letra a qual se dará ajuda de custo que se entender poderá merecer por este trabalho”¹³.

Podemos observar nos documentos por nós pesquisados as lacunas existentes entre o ideal, projetado nos regimentos e ordens régias e o real, que acontecia diariamente nestas repartições ou mesmo a destruição gradativa causada pelo tempo. Desta forma, algumas faltas ou negligências perceptíveis nos arquivos atualmente deve-se, em alguns casos, pela forma como estes mesmos documentos foram tratados no seu período inicial.

Outro elemento para análise das atividades realizadas pelo secretário consta do seu regimento, o qual foi passado pela primeira vez para a capitania de Pernambuco a 13 de Fevereiro de 1689. O regimento dos secretários tinha como mote principal o estabelecimento dos emolumentos que deveriam receber pelas suas atividades, mas também, são bastante enunciativos de outras nuances. Nota-se, claramente, que as funções do secretário acompanham as do Governador.

Além disto, devia secretariar também a Junta das Missões, onde o principal tipo documental produzido foi as atas das reuniões como podemos observar neste

¹³ AHU_ACL_CU_Registo de Cartas Régias, Cód. 258, f. 23.

protocolo final: “(...) e de como assim votarão e assinarão este termo. E eu Joaquim Mendes de Alvarenga secretario de governo e das Missões o mandei escrever subscrevi e assinei”¹⁴.

No que se refere às tipologias ou tipos documentais são, como explana Camargo, expressão da vontade do monarca ao gerir os negócios públicos que “(...) vinha expressa através de fórmulas preestabelecidas que resultam na constituição de conjuntos documentais homogêneos e repetitivos” (CAMARGO, 1993: 9). Estas, por sua vez, definiam-se e diferenciavam-se entre si no endereçamento e nas formas em que eram colocadas as vontades dos príncipes aos seus súbditos.

Conseqüentemente, cada diploma obedecia a formalidades específicas e que, de acordo com as suas disposições internas, teria diferentes alcances e durações. Entre as principais tipologias temos: cartas, carta de lei, lei, carta patente, cartas régias, alvarás, alvarás de lei, provisões, regimentos, decretos, resoluções, consultas, avisos, portarias, ofícios.

De um modo geral, conseguimos obter através do Regimento do Secretário do Governo um panorama das tipologias documentais básicas produzidas na secretaria:

- Cartas Patentes,
- Provisões dos ofícios (justiça e fazenda),
- Cartas Sesmarias,
- Despachos dos navios e sumacas,
- Mensagens dos capitães-mores.

¹⁴ BN-PBA 115 f. 35 v.

Temos ainda as cartas e ofícios despachados do Governador para a Corte e para as demais autoridades coloniais e os documentos produzidos e recebidos pela Junta das Missões. Enquanto arquivo corrente, estas tipologias eram dispostas em ordem cronológica e registradas nos respectivos livros:

- de cartas e ordens régias recebidas;
- das patentes e provisões (justiça e fazenda) régias;
- das patentes e provisões (justiça e fazenda) do Governo-geral do Estado do Brasil;
- das cartas, ofícios e bandos emitidos pelo governador e
- de posse.

Entre os elementos que compõem a estrutura básica que deviam ter os livros de registros da secretaria encontram-se numeração de páginas, a rubrica e, principalmente, fazerem-se os termos de abertura e encerramento, cada livro estava individualizado e de certa forma identificado como também o seu conteúdo. Além disto, estes dados são importantes indicadores de informações como os nomes de secretários, para que serviam os livros e o que continham, como podemos observar a título de exemplo no seguinte termo de encerramento de um outro códice:

“Comprehende este livro 112 avisos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Ultramar e Erário Régio aos quais estão anexas os seus respectivos documentos, os quais foram mandados

*encadernar pelo meu antecessor D. António Pio de Lucena e Castro e porque não tenham encerramento eu, Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro, secretário deste governo fiz este. Recife, aos 14 de Julho de 1801*¹⁵.

No Quadro I, que se apresenta a seguir, poderemos observar as tipologias documentais produzidas e/ou recebidas e também os emolumentos estabelecidos a partir dos dois regimentos dos secretários.

Atividades	Regimento de 1689	Regimento de 1718
Elaborar carta de sesmaria (certidão)	9 mil réis do qual se tira 1.280 réis para os dois oficiais	8 mil réis do qual se tira a terça parte para os dois oficiais
Elaborar patente (coronel, capitão-mor, capitão das ordenanças)	8 mil réis do qual se tira 1.280 réis para os dois oficiais	6 mil réis do qual se tira a terça parte para os dois oficiais
Elaborar patente de ajudante de Infantaria	4 mil réis do qual se tira 1.280 para os dois oficiais	6 mil réis do qual se tira a terça parte para os dois oficiais
Elaborar provisão (ofício de justiça ou fazenda)	2.640 réis do qual se tira 640 para os dois oficiais	3.970 mil réis do qual se tira a terça parte par os dois oficiais
Registrar patente régia	1.280 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais	1.920 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais
Registrar provisão régia para ofício de justiça ou fazenda	640 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais	970 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais

¹⁵ APEJE OR 18, termo de encerramento.

Registrar provisão do governador do Estado do Brasil	640 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais	970 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais
Elaborar despacho de cada sumaca	8 vinténs	3.600 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais
Mensagem dos capitães-mores	6 mil réis	---
Elaborar traslado dos livros de registo	640 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais	970 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais
Preparar os maços de papéis para despachá-los	---	9.120 réis do qual se tira a metade para os dois oficiais
Fazer buscas que se pedir nos livros da secretaria	---	120 réis para os dois oficiais

QUADRO I – Emolumentos dos Secretários e Oficiais da Secretaria do Governo da capitania de Pernambuco Fonte: AHU_ACL_CU, Registo de Provisões, cod. 93, f. 430; AHU_ACL_CU, Registo de Regimento do Conselho Ultramarino, cod. 169, f. 142 a 144.

3 – A estruturação do acervo da Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco

Através da gerência dos papéis administrativos da governança, não apenas no que diz respeito ao despacho, mas também a tutela deste material transformou a secretaria e a pessoa do seu titular em um centro privilegiado de difusão das informações jurídico-político-administrativa, não só para o governo local como também para o poder central em Lisboa, pois além de serem obrigados a remeter todos os anos para o Reino listas das ordens que foram para a Capitania eram eles que, no

controle do arquivo, detinham e repassava aos sucessivos governadores as informações básicas à administração.

A tramitação de toda esta tipologia formou de uma maneira esquemática, duas estruturas documentais básicas: os documentos avulsos e os documentos registrados. No primeiro caso se enquadravam os documentos que transitavam do Reino para as colônias, das colônias para o Reino e entre as diversas autoridades, seja na Metrópole, seja nas colônias. Já os registros, que são, em sua maioria, cópias integrais dos documentos avulsos lançadas em livros específicos, ficavam nos respectivos cartórios dando subsídio aos processos político-jurídico-administrativos e facultavam as cópias no caso de extravios dos documentos avulsos.

Estas idas e vindas dos documentos coadunam-se com a própria linguagem utilizada nos Tribunais e Conselhos régios onde ‘subiam’ para assinatura ou ‘baixavam’ assinadas ou para pedido de novas informações. No caso do trâmite entre a Metrópole e a Colônia este caminho administrativo dependia também da velocidade e segurança com que as naus e demais embarcações transitavam no Atlântico, originando, muitas vezes, um longo percurso entre o súbdito e o rei e vice-versa.

No que toca a tramitação destes documentos, a professora Bellotto (2008: 27) classifica-a como vertical e horizontal:

“(...) a circulação dos documentos (...) terá diferentes direções segundo se trate dos que descem do rei e das autoridades metropolitanas; ou dos que vão dos súditos às instâncias superiores; outros têm a

circulação horizontal, uma vez que acontecem entre as autoridades do mesmo nível”.

Esta tramitação também ocorre de maneira mais reduzida dentro da própria colônia: “*documentos que ‘baixam’ das autoridades delegadas aos súditos e documentos que ‘sobem’ destes até as autoridades locais*” (BELLOTTO, 2008: 27), ocorrendo da mesma forma na Metrópole.

Tendo por base estudos feito pelo espanhol Joaquín Real-Díaz sobre ‘documentos indianos’, Bellotto (2008:25) destaca ainda que:

“Os documentos luso-brasileiros dispositivos podem ser expedidos em Portugal (pelo Rei, Conselho Ultramarino, Secretários do Estado, Tribunais, Desembargo do Paço) ou podem ser expedidos no Brasil (por capitães gerais, pelas Relações da Bahia e do Rio de Janeiro, câmaras, etc.); já os peticionários e os testemunhais/comprobatórios partirão, praticamente em sua maioria dos súditos ou de autoridades menores, dirigindo-se aos seus superiores”.

Assim, no caso do acervo produzido pela Secretaria do Governo da Capitania de Pernambuco, para organizá-la hoje foi necessário remontar e compreender toda esta estrutura acima descrita, pois os sistemas de informação devem ser organizados a partir do ambiente institucional que os geraram e não apenas confinados às informações que possuem. Porém, o que foi observado no processo da história custodial deste acervo

foram organizações que não levavam em consideração seu contexto de produção, além de catástrofes naturais e humanas como a destruição de parte do acervo durante a reforma do Palácio do Governo em 1922 em que “carroças e mais carroças jogaram ao rio Capibaribe a maior parte do Arquivo do Governo” (ESTADO DE PERNAMBUCO, 1937).

No que se refere à situação do arquivo da Secretaria do Governo, este foi descrito em 1857 como contendo “833 livros de *ofícios originais, dos quais os mais antigos são de 1693 (ordens régias) e 422 novos registros de ofícios dirigidos pelo Governador da Província a todas as autoridades, sendo o mais antigo de 1686*” (MELLO, 1951: 56), sendo que este conjunto fora transferido em data não indicada¹⁶ para a Biblioteca Provincial, fazendo parte da sua secção de manuscritos. Atualmente, tendo como base o Catálogo Geral e o Catálogo de Registros do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, identificamos 305 volumes divididos em 96 séries documentais alguns em muito mau estado e outros são cópias transcritas dos códices mais antigos que se degradaram totalmente, e em alguns casos, as transcrições não estão completas, ressaltando-se que nem todos as séries indicadas são da Secretaria de Governo, pois, como afirmamos anteriormente, o processo de organização não realizou uma história administrativa e de custódia para fazer a correspondência correta entre as séries documentais e as atividades e/ou funções dos organismos pelos quais foram produzidos e recebidos os documentos.

¹⁶ Podemos, entretanto, ter a noção que esta transferência deve ter ocorrido ainda durante o século XIX, pois refere Pereira da Costa nesse mesmo período que “(...) *incorporada a Biblioteca Pública onde permanece em completo desprezo (...) e cujos livros (...) se viam, até bem pouco tempo, aos montões atirados ao chão*” (COSTA, 1965, vol 9: 265).

De um modo geral, a documentação encontrada no APEJE e que faz parte deste sistema de informação arquivo, é formada em sua maioria pela correspondência entre a Metrópole e os Governadores da Capitania, como também entre as autoridades locais e os referidos Governadores, diferenciada entre si pelas tipologias documentais produzidas repetitiva e uniformemente. Vale ressaltar que os códices foram formados pela documentação avulsa original e pelos registros.

Portanto, é em decorrência das atividades e funções do Governador (dos seus atos informacionais), que surge a Secretaria e a figura do Secretário do Governo, juntamente com os oficiais, como responsáveis pelo despacho e organização dos papéis. Ou seja, possuindo competências que iam da produção (de séries informacionais fixadas em um suporte, produzidas homogênea e repetitivamente em decorrência das funções de uma determinada entidade, incluindo-se neste processo a elaboração dos registros dos documentos) à armazenagem do acervo relativos a governação da Capitania.

O entendimento deste fato nos permite ver a separação que deve existir entre seus documentos e que, em muitos casos, foram incorporados num mesmo conjunto sem levar em conta esta característica de sua organicidade. Como é o caso dos livros de Ordens Régias 3 e 11, o livro 7º de Registro de Provisão (1791-1792) e o livro 1 das Patentes Provinciais (1773-1790), que foram produzidos pela Provedoria de Itamaracá e pelo Senado da Cidade de Olinda, respectivamente, e que se encontram dentro do acervo da Secretaria do Governo.

A investigação realizada nos códices de maneira individual permitiu-nos entender a amálgama das séries que existem e delas localizar quais seriam as da

Secretaria do Governo da capitania de Pernambuco. Nos respectivos volumes destas séries realizamos a análise, tendo como base a história institucional e a análise do fluxo informacional (a partir das indicações que advieram não só da observação de elementos essenciais dentro de cada códice – termo de abertura e de encerramento, os protocolos iniciais e finais dos documentos, as assinaturas dos secretários ou dos seus oficiais; como também das informações que nos foram passadas de maneira pessoal por um dos funcionários daquela instituição). Assim, conseguimos identificar o acervo que forma este Sistema de Informação a partir das séries já levantadas.

Primeiramente reunimos as séries documentais para fazê-las corresponder às atividades e funções administrativas da referida secretaria. Para tal, fizemos um depuramento de todas as outras que não dizem respeito àquele órgão e também trouxemos, para este sistema, as séries que antes estavam afastadas como, por exemplo, alguns códices que se localizavam em Diversos I (Sesmarias, Termos de Arrematação de Ofícios e Termos de Despachos de Navios), bem como todos os que se encontravam no ‘Catálogo de Registros’.

Neste sentido, temos também de reunir, como uma referência relacionada, os dois códices que foram por nós encontrados na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa: o primeiro referente às ‘Actas da Junta das Missões’ (1712-1715) – e o outro é um livro de ‘Portarias, bandos, ordens e editais’ (1690-1693).

Consequentemente, após esta análise, conseguimos levantar, dentre as diversas séries que compõem a secção de manuscritos do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, e das pesquisas efetuadas em outras instituições, os seguintes

documentos pertencentes a Secretaria do Governo, perfazendo o acervo que se pode ver no Quadro II:

Séries	Volumes	Datas Extremas
01 - Correspondência para a Corte	34	1784 – 1834
02 - Ministério da Marinha	2 ¹⁷	1800 – 1819
03 - Ofícios do Governo	55	1769 – 1837
04 - Ordens Régias	43	1534 ¹⁸ – 1835
05 - Presidentes de Províncias	1 ¹⁹	1802 – 1817
06 - Registro de Passaporte	6	1761 – 1868
07 - Patentes Provinciais e Reais	20	1773 – 1821
08 – Registro de Provisões Régias	5	1710 – 1824

¹⁷ Referente a esta série só os dois primeiros volumes estão dentro do corte cronológico desta pesquisa.

¹⁸ A data a que se refere este primeiro volume corresponde a cópia dos documentos feita a partir dos livros originais.

¹⁹ Referente a esta série só o primeiro volume está dentro do corte cronológico desta pesquisa.

09 - Registro de Provisões passadas pelo Governador	10	1688 – 1811
10 – Registro de Portarias, Ordens e Bandos	13	1711 – 1821
11 – Diversos I: Sesmarias	4	1689 – 1829
12 – Diversos I: Termos de Arrematações de Ofícios	1	1760 – 1802
13 – Diversos I: Termos de Despachos de Navios	2	1808 – 1837
14 – Livro de Acta da Junta das Missões	1	[1711 – 1713]
15 – Termo de Posses	1	1718 – 1945

QUADRO II – Listagem dos documentos pertencentes à Secretaria do Governo. Fonte: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO – *Catálogo Geral. Recife.* (Texto policopiado).

4 – Conclusão

A intenção deste trabalho de pesquisa que se corporifica neste texto demonstrou, primeiramente, que a organização arquivística de qualquer acervo deve levar em consideração a estrutura das instituições e, principalmente, a forma como elas

definiram a produção documental. Isto posto, evitaria as desarticulações que geraram, para o acervo ora trabalhado, as reorganizações equivocadas.

Este conjunto documental, na forma em que se encontra hoje em dia, é incapaz de fazer refletir a estrutura orgânica da respectiva entidade produtora, ou seja, deixar clara a sua integridade interna, bem como fazer entender o fluxo documental entre todas as “séries-coleções” que se encontram aglomeradas nos atuais ‘catálogos’ onde estão inscritas.

Por conseguinte, o desconhecimento da ordem interna dos arquivos ou a desordem que no decorrer do tempo se fez nos seus acervos, pode levar os pesquisadores e estudiosos a não encontrarem as informações que desejam. A perda de informações pode ocorrer se os documentos não estiverem ordenados correctamente²⁰. Sendo que, para o próprio arquivo, demais estudiosos e o cidadão em geral, a correcta organização de um acervo deve representar a maneira lógica do funcionamento dos organismos que produziram os documentos e suas interrelações, facilitando desta forma entender as funções e actividades pertinentes a estes órgãos dentro de uma contextualidade própria, como também ter acesso, de maneira inteligível, a qualquer informação que nele tenha sido produzida e/ou recebida.

Foram recolhidas também, de maneira exaustiva, literaturas publicadas nas áreas que esta tese referencia. Assim, pesquisamos não só uma

²⁰ Entre os principais motivos que levaram as desarticulações nos arquivos em nível mundial podemos destacar: as grandes incorporações em massa dos documentos de diferentes instituições para um único centro armazenador; as organizações temático-funcionais feitas, principalmente nestes núcleos no período iluminista, acrescente-se a isto o próprio tempo e as pragas que infestam os acervos e vão, paulatinamente, destruindo-os.

bibliografia referente a Arquivística, cujo material em sua maior parte encontra-se em periódicos e que nem sempre é de fácil acesso, como também enveredamos em uma bibliografia da área da História, permitindo-nos a contextualização do ambiente que envolveu a criação e a evolução da Secretaria do Governo da Capitania de Pernambuco, permitindo-nos entender também sua posição na política e na administração colonial.

Neste sentido ressaltamos a pouca produção de estudos sobre o tema das Secretarias de Governo das capitanias do Brasil, seja na área da Arquivologia – Ciência da Informação, seja na área da História. Neste sentido é importante destacar o trabalho de dissertação de mestrado da professora Marta Eloísa Melgaço Neves que analisou, para o estado de Minas Gerais, o acervo da Secretaria de Governo daquela capitania.

Consideramos importante destacar que os resultados obtidos nesta nossa pesquisa devem ser vistos como mais um contributo, a fim de lançarmos novos olhares sobre os arquivos, pois sabemos que a realidade arquivística necessita cada vez mais de investigações a fim de produzir um maior conhecimento, não só sobre si mesma, como também sobre os vários conjuntos documentais gerados ao longo da nossa história.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas

Biblioteca Nacional de Lisboa

Coleção Pombalina

BN – PBA 653, f. 484

BN - PBA 121, f. 475

BN-PBA 115 f. 35 v.

Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa

AHU_ACL_CU_Registro de Decretos – Códice 1 f. 54 v.

AHU_ACL_CU, Brasil Geral, Cx. 22, D. 1959.

AHU_ACL_CU_Registro de Consultas de Mercês Gerais, Cód. 88, f. 98.

AHU_ACL_CU, Rio de Janeiro, Cx. 158, D. 11928.

AHU_ACL_CU_Conselho Ultramarino, Cx. 9, D. 1875.

AHU_ACL_CU, Registro de Consultas Mistas, cód. 28, fl. 34

AHU_ACL_CU_Registro de Cartas Régias, Cód. 258, f. 23.

AHU_ACL_CU, Registro de Provisões, cod. 93, f. 430

AHU_ACL_CU, Registro de Regimento do Conselho Ultramarino, cod. 169, f. 142 a 144

Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE

APEJE – Livro de posse (termo de abertura), sem cota.

APEJE OR 18, termo de encerramento.

Fontes Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Estado Português no Brasil : sistema administrativo e fiscal. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira, dir. **Nova História da**

Expansão Portuguesa : o Império Luso-Brasileiro : 1750-1822. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. vol. 8.

____. **Diplomática e tipologia documental em Arquivos.** Brasília. Briquet de Lemos. 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, R. Borba de. **Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822).** São Paulo : Edusp; Kosmos, 1993.

COSTA, F. A: Pereira da. **Anais Pernambucanos.** Recife : APEJE ; Secretaria do Interior e Justiça, 1965. vol. 9.

ESTADO DE PERNAMBUCO. **Documentos do Arquivo do Governo: correspondência de 1835.** Recife: Secretaria de Governo, 1937.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. Pereira da Costa e suas fontes históricas: acervo de documentação utilizados nos Anais Pernambucanos. In COSTA, F. A. Pereira da – **Anais Pernambucanos.** Recife : Secretaria do Interior e Justiça, 1951, 10 vol.

RIBEIRO, Fernanda. **O Acesso à Informação nos Arquivos.** Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. 2 vol.

TAMAYO, Alberto. **Archivística, Diplomática y Sigilografía.** Madrid. Cátedra, 1996.

IN-FÓLIOS VOLTADOS À DISCIPLINA ANATOMIA E FISIOLOGIA DAS PAIXÕES DA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES: A COLEÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO ACERVO DE OBRAS-RARAS DO MUSEU D. JOÃO VI/UFRJ.

Maria de Fátima do Nascimento Alfredo*

Resumo:

O estudo do corpo humano nas aulas de *Anatomia e Fisiologia das Paixões*, na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, dava-se com vias a sua representação e é o ponto comum entre a arte e a ciência num período em que as áreas procuravam especializar-se, e não interligar-se com seus estudos distintos. Mas, mesmo antes da divisão de responsabilidade com as câmeras fotográficas sobre o registro da imagem que tornasse possível a identificação de um grupo social, incluindo nela seus sentimentos, pensamentos e outros valores que pertenciam àqueles indivíduos, coube ao artista esse papel importante de registro da ação humana. Basta um breve olhar para a produção artística brasileira do século XIX para se constatar que o corpo humano dominou o conceito da arte acadêmica do período. Deve-se isso, em grande parte, ao comprometimento da Academia com a estética francesa trazida por seus integrantes iniciais, mais a bagagem artística e cultural com a forte influência de seu idealizador, Lebreton. Este tomava o ideal grego de beleza como referencial para o estudo do corpo, fazendo com que o ensino artístico realizado pela Academia seguisse regras rígidas que deveriam ser respeitadas. Como material de apoio às aulas, os alunos da A.I.B.A tinham as cópias francesas que eram, por sua vez, cópias de originais gregos ou romanos que obedeciam aos cânones e proporções da geometria para esse tipo de representação, além dos inúmeros In-Fólios de Anatomia do séc. XVII e XVIII, cujo início do acervo deu-se com a vinda da Missão Artística Francesa em 1816, e que viabilizou o projeto do ensino artístico no Brasil.

Palavras-chave: corpo humano; coleção de ensino; academia; século XIX; artes.

* Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Artes Visuais e Professora Substituta da Disciplina de Modelo Vivo.

**IN-FÓLIOS VOLTADOS À DISCIPLINA ANATOMIA E FISILOGIA DAS
PAIXÕES DA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES: A COLEÇÃO
DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO ACERVO DE OBRAS-RARAS DO MUSEU D.
JOÃO VI/UFRJ.**

Maria de Fátima do Nascimento Alfredo*

O corpo humano sempre despertou grande interesse de estudo, e saber representá-lo bem é objetivo, por excelência, dos artistas desde que o Renascimento inaugurou a exploração da sua representação a um nível quase científico.

A criação dos métodos e processos de representação que expunham a necessidade de estabelecer regras floresceu com os desenhos de Leonardo da Vinci e as teorias das proporções de Leon Battista Alberti e de Albrecht Dürer e se tornaram material de apoio para os diversos atlas e epítomes referentes ao estudo da anatomia artística que passaram a fazer parte da Biblioteca das Academias de Artes.

Outro fator de importância atribuído às representações do corpo é o fato de que essas, conforme discurso proferido por Taunay quando da premiação aos alunos na terceira exposição em 1839, davam à Academia Imperial das Belas Artes a honra de ser um lugar de significação simbólica e comprometida com a construção do imaginário nacional. Imaginário este, que segundo SANTOS “comportaria a adaptação do meio aos padrões estéticos de procedência europeia” (1997). Naquele momento, os ditames acadêmicos neoclássicos eram o investimento voltado à implantação da nacionalização

* Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Artes Visuais e Professora Substituta da Disciplina de Modelo Vivo.

e, em especial, valendo-se de um corpo inscrito como fator simbólico na criação desse imaginário brasileiro. Afinal, o corpo brasileiro era tipicamente constituído pela miscigenação de diversas raças.

Dentro da Academia permitiu-se ensinar a morfologia do corpo humano em bases comparativas. Tais conhecimentos eram entendidos como essenciais para o campo artístico, pois no período do Oitocentos também conhecido como período do cientificismo, o estudo da representação da figura humana compreendia o objetivo mais elevado da aprendizagem acadêmica, um tema indispensável nos discursos científicos (BATISTA, 2011). A ciência orientava o artista na realização de um desenho, garantindo que a composição estrutural e formal do corpo ficasse relativamente bem articulada, incluindo a representação de seu escorço¹. O conhecimento científico da forma humana embasava as representações do corpo em movimento, dando-lhe realismo, ao passo que permitia explorar as diversas variações anatômicas.

Para uma representação ideal, o artista precisava de determinados ‘saberes’ que conjugavam a técnica mais a percepção visual e o ideal clássico exigido, à época, pela Academia (OSINSKI, 1998). Assim, eles deveriam primeiro, observar e copiar as obras dos grandes mestres, adquirindo o hábito de desenhar bem as partes de um corpo, passariam depois a desenhar o modelo ao natural, apenas para confirmar as lições aprendidas. Este método de ensino foi trazido da Academia Francesa que por sua vez seguiu exemplo da Academia de Roma, através do pintor francês Nicolas Poussin.

¹ Em desenho, escorço é a representação da figura seguindo as regras da perspectiva.

Os temas abordados por Nicolas Poussin ficavam entre a mitologia e os motivos históricos, aliados obedientemente às regras da expressividade neoclássica². Era esse sentimento que Charles Le Brun e Jean-Baptiste Colbert precisavam para renovar, em 1663, aquela que nos serviu de modelo de academia de Arte.

O papel do artista na relação entre a ciência e a representação do corpo, não só como obra de arte, permeia os tempos em que se proibia a dissecação para estudo deixando em falta alguns memoriais médicos do século XIX. É o caso do primeiro atlas de anatomia descritiva do Brasil, de José Maurício Nunes Garcia Júnior (LEITÃO, 1937)[†]. Neste livro, este cirurgião, Membro honorário da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro e Correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e do Instituto Histórico do Brasil, descreve, em detalhes, a sutura nas amputações e defende o método utilizado por Ambroise Parré que, sem ilustração alguma, não permite explorar, imageticamente, os discursos anatómicos contidos nele (FORRAI, 2006).

Diga-se também, que as soluções visuais conseguidas pelos artistas na representação do horror diante do corpo dissecado, tornava-o menos agressivo ao olhar e mais didático de ser estudado pelo recém-acadêmico da ciência médica e outros interessados.

O desenho é disciplina e exercício de observação e representação, adestra o olhar e

² <http://educacao.uol.com.br/biografias/nicolas-poussin.jhtm>. Acessado em 25/08/2013.

habilita a uma interpretação mais interiorizada daquilo que os sinais exteriores revelam³.

Em 1831, o ensino da Academia Imperial de Belas Artes já se tornara mais tendente ao científico desde que o Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, Jose Lino Coutinho fez a Reforma e, cabia a Felix-Emile Taunay, a direção da Academia. Mudanças aconteceram em relação às disciplinas, procurando dar às aulas de arte esse caráter mais voltado às ciências. Os alunos ganharam novas matérias com amplo fundamento voltado às ciências naturais, como: Osteologia, Miologia e Fisiologia das Paixões e Aula de Desenho de Modelo Vivo. E, para que o desenho da figura humana pudesse ser representado em toda a sua expressividade artística de forma evidente, a grade curricular de alguns cursos da Academia, foram diferenciadas em três cadeiras de desenho obrigatórias: o Desenho Linear de Figuras, o Desenho de Geometria elementar e o Desenho de Geometria descritiva (FERNANDES, 2001).

162

Essa visão de formação artística amparada pelas ciências transcorreu mesmo após a Reforma Pedreira, quando em 1855, Manuel Araújo de Porto-Alegre se tornaria o diretor da Academia Imperial de Belas Artes e o epítome sobre anatomia, publicado por Taunay em 1837, ainda seria material didático obrigatório, nas aulas, junto a outros tratados e pranchas anatômicas.

Evidência da aliança entre a arte e a ciência, incluindo o estudo teórico da osteologia e miologia, fica mais claro quando se considera que essas aulas de anatomia eram ministradas por médicos do Imperador, no Hospital da Santa Casa da

³ http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/657/2/21727_ulsd057917_td_tese.pdf. Acessado em 28/07/2013.

Misericórdia, com direito, inclusive, a práticas de dissecação. FERNANDES (2001) diz que o médico José Pereira do Rego, por exemplo, deu aulas práticas em 1871, naquele hospital como professor honorário.

O Acervo de Obras Raras do Museu D. João VI/EBA/UFRJ dão prova dessa imbricação arte-ciência que influenciou o mundo acadêmico do século XIX.

Este Acervo teve o início da sua formação com a vinda da Missão Artística Francesa em 1816 e como iniciadores alguns dos importantes artistas que participaram e exerceram funções na Academia Imperial de Belas Artes, como Augusto Taunay, Jean Batiste Debret, Nicolau, Simon Pradier e Grandjean de Montigny.



Detalhe do Acervo do EBAOR - Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes

O acervo foi composto também por alguns dos livros que aqui chegaram com o Cortejo de D. João VI, doações dos Imperadores, professores amadores da arte e Ministros de Estado que aqui já residiam, e mais os livros que foram adquiridos com a

verba da Academia. Porém, foi na direção de Félix Émile Taunay, a partir de dezembro do mesmo ano, que a biblioteca foi organizada como tal.

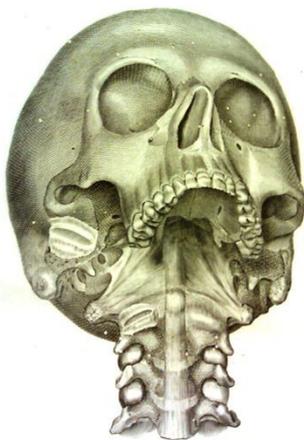
Durante a direção de Manuel de Araújo Porto-Alegre (1854-1857), a biblioteca foi organizada e equipada com o mobiliário adequado. Como afirma Galvão (1957), “Dos antigos diretores, Araújo Porto-Alegre e Félix Émile Taunay salientam-se pela máxima importância que deram à biblioteca da Academia”.

Este acervo veio organizado da forma como se encontra atualmente, com suas obras raras e valiosas separadas. De acordo com relatos de bibliotecários, a separação deve ter ocorrido no final do século XIX.

O Acervo Geral conta com cerca de 5900 volumes dispostos em in-fólios e livros. São obras que se estendem cronologicamente dos séculos XVI a meados do século XX. Entre os diversos in-fólios⁴ guardados pelo EBAOR⁵, pelo menos 30 se referem ao estudo do corpo humano e são oriundos da Bélgica, Paris, Londres, Veneza, Lisboa, Roma e Alemanha. Alguns contem pranchas em grandes formatos e feitas em técnica Buril ou Água forte.

⁴ Diz-se de um livro em que as folhas de impressão apenas são dobradas em duas. NASCENTES, Antenor. Dicionário da Língua Portuguesa, 1988.

⁵ Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes/UFRJ.

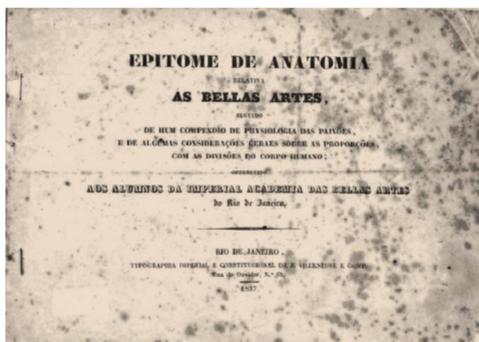


Prancha de Estudos Anatômicos – *Tábula XI*. Acervo de Obras Raras do Museu D. João VI/EBA/UFRJ.

O próprio Taunay com intuito de ajudar os alunos quanto às leituras dos livros estrangeiros, traduziu e editou um compêndio de vários autores chamando-o de “Epítome de anatomia relativo às belas-artes seguido de um compêndio de fisiologia das paixões e de algumas considerações gerais sobre as proporções com as divisões do corpo humano; oferecido aos alunos da Imperial Academia das Belas-Artes do Rio de Janeiro”. Esta tradução, na parte dedicada à osteologia e miologia - ossos e músculos, reproduz textos de Roger de Piles (1635-1709); na parte relativa à fisiologia das paixões reproduz estudos de Charles Le Brun (1619-1690); e sobre o tópico das proporções retira as ideias de Aubin Louis Millin de Grandmaison (1759-1818), e a parte mais prática é traduzida de um manual do “Graveur en taille douce” Gérard Audran (1640-1703).



Prancha de Estudos Anatômicos – *Tábula LXXXIV.*
Acervo de Obras Raras do Museu D. João VI/EBA/UFRJ.



Capa do Epítome de Anatomia traduzido por Félix Émile Taunay para os alunos da A.I.B.A (1837).

Este compêndio contém quatro camadas sobrepostas: da primeira metade do século XVI, Vesalius e Ticiano; do final do século XVII, De Piles, Le Brun e Audran; do início do século XIX, Milin de Grandmaison; por fim, de 1837, a própria iniciativa de Taunay de juntar tudo isso e recolocar em funcionamento no âmbito da academia no Rio de Janeiro.

Outra série que é comum à formação dos alunos artistas é a que trata de anatomia e fisiologia das paixões, como “Anatomie de formes extérieures du corps humain, appliquée à la peinture, à la sculpture et à la chirurgie”, do médico P.-N. Gerdy; e “Études des passions appliquées aux beaux-arts”, de J.-B. Delestre. O livro de Gerdy tem caráter bastante prático, voltado para a descrição das formas exteriores e de seus fundamentos anatômicos. Já o livro de Delestre é mais filosófico. É um tratado sobre as paixões com o objetivo de instruir os artistas para lidar com as expressões de desejo, inquietude, cólera, ódio, amor, dor física, dor moral, satisfação, medo, coragem, furor, raiva, desespero; e o livro se completa com dois longos estudos sobre o gesto e o caráter. Mas, apesar de ter como objetivo servir ao artista para a representação gráfica das formas pelas quais as paixões se expressam no homem, não possui qualquer tipo de exemplificação, é um livro exclusivamente de texto. Seu esforço intelectual remonta aos antigos, particularmente a Aristóteles, e vai ao encontro do materialismo psicológico dos ideólogos, que tiveram em Destutt de Tracy (1754-1836), seu principal formulador no início do século XIX.

Esses dois livros se alinham com “Les proportions du corps humain, mesurées sur les plus belles figures de l'Antiquité”, de Gérard Audran, já referido

acima, que é um guia prático de estudo da anatomia baseado nas principais esculturas da Antiguidade.



Detalhe da prancha "*Icones Anatomicae...*" de Leopoldus Marcus Antonius e Florianus Caldanis.

Alguns projetos para execução de grandes monumentos ou pinturas comemorativos eram de maneira geral, de caráter oficial (de instituições ou grupos diversos que os patrocinavam), cuja representação complexa, era elaborada a partir de elementos simbólicos e alegóricos, todos voltados ao sentido moralizador e formador dos sentimentos nacionalistas. A representação de alguns monumentos públicos, por sua vez, requeria a elaboração da escultura em pleno vulto e em relevo aplicado, seja entalhada em pedra ou moldada em bronze e o artista necessitava de outros recursos para conseguir o efeito desejado, como o uso de modelo e o conhecimento de Anatomia, por exemplo. Nesse sentido, as aulas de ‘Anatomia e Fisiologia das Paixões’

foram fundamentais para a execução de suas peças de pleno vulto, uma vez que o estudo da figura humana é, pedagogicamente, parte da formação do artista, principalmente de um artista escultor figurativo.

Conclui-se que, representando visualmente o corpo humano, o artista permite que este se torne um lugar para diversas implicações, seja como objeto artístico onde as manchas ou linhas iniciam um repertório plástico, seja no tom que conferem ao discurso anatômico de interesse científico e, com isso, os diversos in-fólios referentes ao estudo de Anatomia do EBAOR permitiu e ainda permite a aplicação pelos alunos desses subsídios teóricos e práticos, dando-lhes consistência na elaboração e moldagem de obras bi ou tridimensionais e combinando arte e ciência.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Stephanie Dahn. *O corpo falante: as inscrições discursivas do corpo na pintura acadêmica brasileira do século XIX*. Curitiba: Tese de Doutorado da Universidade Federal do Paraná, 2011.

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. *Os caminhos da arte: o ensino artístico na Academia Imperial de Belas Artes – 1850-1890*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2001.

FORRAI, Judit. Ambroise Paré. *The Father of Surgery*. Clin. Pesq. Odontol., Curitiba, v.2, n.5/6, p. 447-450, jul./dez., 2006.

FROES, Maira Monteiro. *Entre a arte e a ciência*. INTERFACES AISTHE, nº 4. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2009.

GODOY, Rosani, SODRÉ, Selma e OLIVEIRA, Wanessa. *EBAOR: arte, cultura e informação*. Revista Arquivos da EBA/UFRJ, 2013.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 1988.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. *Ensino da arte: os pioneiros e a influência estrangeira na arte-educação em Curitiba*. Curitiba: Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Paraná, 1998.

SANTOS, Afonso Carlos Marques. *A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto Civilizatório do Império*. In: PEREIRA, Sonia Gomes (Coord.). 180 Anos de EBA. Anais do Seminário EBA 180. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Site consultado:

GOMES JUNIOR, Guilherme Simões. *Biblioteca de arte: circulação internacional de modelos de formação*. São Paulo: CEBRAP, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000200012&script=sci_arttext.

Acesso em: 25 nov. 2013.

LEITÃO, Cândido de Melo. *A Biologia no Brasil*. 1937. <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-biologia-no-brasil/pagina/294/texto> (último acesso em 08/09/2013).

A COLEÇÃO DE QUÍMICA DO MUSEU DE CIÊNCIA E TÉCNICA DA ESCOLA DE MINAS: UMA EXPERIÊNCIA DINÂMICA NA DENOMINAÇÃO DOS INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS

Naelcy Cristiana Barroso *

Gilson Antônio Nunes **

Edson Fialho de Rezende ***

Resumo:

Pretende-se com este trabalho apresentar a experiência do projeto “Levantamento do Acervo do Setor de Química utilizando a Metodologia do Thesaurus”, ainda em andamento, desenvolvido pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Tal projeto tem como finalidade tratar o acervo de instrumentos científicos, denominado Coleção de Química, pertencente ao Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT/EM/UFOP) e contribuir com o papel museológico na difícil tarefa de processar tecnicamente acervos dessa tipologia ainda não identificados e inventariados por instituições nacionais. Nesse sentido, têm possibilitado a identificação de instrumentos científicos e tecnológicos que vêm, recentemente, sendo reconhecidos e apropriados pelas instituições museológicas como documentos que comprovam o desenvolvimento tecnológico e industrial da nossa sociedade. A metodologia aplicada em tal projeto, apresentada neste trabalho, foi desenvolvida a partir de um projeto precursor, desenvolvido por uma rede de instituições portuguesas e brasileiras da qual o MCT/EM/UFOP participou, e que teve como objetivo elaborar um instrumento de controle terminológico denominado “Thesaurus de Instrumentos Científicos em Língua Portuguesa”. Tendo em vista a importância desta metodologia e seus resultados positivos, o MCT/EM/UFOP investiu em ações para as coleções ainda não contempladas. Contudo, o resultado primaz da experiência adquirida durante o trabalho foi o desenvolvimento de uma autonomia intrínseca no processo de identificação e validação de termos dados à coleção. Assim, propõe-se, por meio da participação no II

* Aluna de graduação do Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, bolsista do Programa PROBIC/FAPEMIG/UFOP.

** Professor do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, orientador.

*** Coordenador do Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, co-orientador.

Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia, apresentar não somente o processamento técnico utilizado no trabalho, mas estimular e propiciar um diálogo a partir dessas experiências adquiridas em processamentos técnicos de coleções de instrumentos científicos e, dessa forma, contribuir com a articulação entre instituições que possuem semelhante tipologia de acervo no âmbito da documentação museológica, visando a garantir o fortalecimento do pensamento de salvaguarda dessas coleções.

Palavras-chave: metodologia thesaurus; documentação; acervos científicos.

A COLEÇÃO DE QUÍMICA DO MUSEU DE CIÊNCIA E TÉCNICA DA ESCOLA DE MINAS: UMA EXPERIÊNCIA DINÂMICA NA DENOMINAÇÃO DOS INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS

Naelcy Cristiana Barroso *

Gilson Antônio Nunes **

Edson Fialho de Rezende ***

Apresentação

Este trabalho apresentará a experiência do projeto *Levantamento do Acervo do Setor de Química utilizando a Metodologia do Thesaurus*, ainda em andamento, desenvolvido pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Tal projeto tem como finalidade tratar o acervo de instrumentos científicos pertencente ao Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT/EM/UFOP), denominado Coleção de Química, normatizando as terminologias de identificação da coleção por meio das definições e determinações dos objetos, a partir de descritores e notas explicativas para, desse modo, estabelecer a sua classificação.

A importância desse projeto é a possibilidade de colaborar com o papel museológico na difícil tarefa de processar tecnicamente acervos dessa tipologia ainda

* Aluna de graduação do Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, bolsista do Programa PROBIC/FAPEMIG/UFOP.

** Professor do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, orientador.

*** Coordenador do Laboratório de Conservação e Restauração do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, co-orientador.

não identificados e inventariados por instituições nacionais. Nesse sentido, pretendemos contribuir com a identificação de instrumentos C&T que vêm nos últimos anos sendo reconhecidos e apropriados por instituições museológicas como documentos que comprovam o desenvolvimento tecnológico histórico-cultural da nossa sociedade.

Dessa forma, o trabalho propõe não apenas estabelecer um processamento técnico do acervo, mas também estimular e propiciar um diálogo a partir dessas experiências adquiridas. Além disso, pretende-se contribuir com a articulação entre instituições que possuem semelhante tipologia de acervo no âmbito da documentação museológica, garantindo os parâmetros de salvaguarda das coleções de C&T.

O projeto: definições e parâmetros

174

O projeto *Levantamento do Acervo do Setor de Química utilizando a Metodologia do Thesaurus* foi desenvolvido no âmbito do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (MCT/EM/UFOP), com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica –(PROBIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais –(FAPEMIG). O projeto é orientado pelo Prof. Gilson Antônio Nunes, e co-orientado pelo técnico Edson Fialho de Rezende do Laboratório de Conservação e Restauração, ambos vinculados ao Departamento de Museologia (DEMUL/UFOP), com previsão para o período correspondente a março de 2013 a fevereiro de 2014.

O desenvolvimento desta pesquisa seguiu a metodologia desenvolvida pelo projeto *Thesaurus de acervos científicos em língua portuguesa*, realizado entre os anos de 2006 e 2011, sob a coordenação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT) do Rio de Janeiro e o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa (MCUL), em articulação com uma rede de museus de ciência e tecnologia do Brasil e Portugal, com a participação do MCT/EM/UFOP.

De acordo com o site oficial do projeto *Thesaurus de acervos científicos em língua portuguesa*¹, o objetivo fundamental desse projeto é:

...desenvolver um thesaurus terminológico para instrumentos científicos que possa constituir um instrumento de trabalho e de recuperação da informação, facilitando a comunicação entre os museus de ciência e técnica da esfera lusófona, sobretudo Portugal e Brasil. [...] Terá acesso gratuito e universal.

175

Essa ferramenta propicia que o reconhecimento e a valorização dos acervos de C&T sejam cada vez mais apropriados pelas instituições de guarda e difundidos enquanto patrimônio material, representativos de uma sociedade em permanente modificação. Nesse sentido, justifica-se a importância da construção de um instrumento terminológico uniforme. Ainda de acordo com os parâmetros do *Thesaurus*:

¹ THESAURUS DE INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA. In: <http://chcul.fc.ul.pt/thesaurus/project.htm>. Acessado em 18/11/13.

A uniformização terminológica em museus de ciência e técnica é importante para facilitar a comunicação, promover a pesquisa e a valorização do patrimônio científico. Acresce que essa uniformização é cada vez mais relevante devido às bases de dados em suporte informático, à gestão moderna e eficiente de coleções e à acessibilidade das coleções online. Apesar disto, não existiu até hoje nenhuma tentativa de construir um thesaurus de equipamento histórico-científico em língua portuguesa.

Desse modo, o trabalho realizado no MCT/EM/UFOP em pareceria com o curso de Museologia vem preencher essa demanda por uma “uniformização terminológica”, auxiliando na “historicidade” de objetos de C&T e no arquivamento de informações decisivas para pesquisa científica.

O Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas e o Setor de Química: breve contextualização

A Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1876, é a primeira instituição de ensino superior nas áreas de engenharias de Minas, Metalurgia, Geologia e Civil do Brasil, acumulando ao longo de sua existência um expressivo acervo referente às respectivas áreas de conhecimento.

De acordo com Nunes, Rainho, Rezende, Gandini, Delicio, Jotta e Hoffman (2011, p. 04):

ao longo da sua história, a Escola de Minas reuniu um valioso acervo constituído por amostras mineralógicas, antropológicas, de paleontologia e zoologia, maquetes didáticas e aparelhos de topografia, de física, de metalurgia, de mineração, objetos da construção civil, além de equipamentos para estudo e observação astronômica.

Ainda de acordo com os autores supracitados, o acervo iniciou a sua formação nos primórdios de implantação da instituição, quando o idealizador francês Claude Henri Gorceix transfere amostras mineralógicas do Laboratório de Mineralogia e Geologia do Rio de Janeiro para a Escola de Minas de Ouro Preto. Atualmente, a coleção está sob a guarda do MCT/EM/UFOP e é constituído por cerca de 30 (trinta) mil objetos, sendo a maioria expostos no circuito de visitação permanente nos seguintes setores: História Natural, Mineração, Mineralogia I e II, Física/Ciência Interativa, Metalurgia, Topografia, Desenho, Astronomia, Observatório Astronômico e Química. O prédio está localizado na Praça Tiradentes, no centro histórico da cidade de Ouro Preto.

A coleção contemplada para esse estudo faz parte do acervo de instrumentos científicos denominado Coleção de Química, atualmente em exposição de longa duração no Setor de Química do MCT/EM/UFOP. Ressalta-se que o setor foi inserido ao circuito expositivo do museu no ano de 2010, por iniciativa do MCT/EM/UFOP em parceria com o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas –(ICEB), através do

Departamento de Química (DEQUI), contando com a liderança dos professores Gilmar Pereira de Souza e Rute Figueiredo, além de alunos do Curso de Química.

Os objetos que hoje compõem a coleção originam-se da coleta realizada em várias unidades acadêmicas da UFOP, sendo esses encontrados em desuso, acumulados em depósitos por serem considerados obsoletos, cujo destino poderia ser a sua recolha ou até mesmo o seu descarte definitivo. A coleta desses objetos teve como destino não apenas a implantação de mais um setor no circuito expositivo do MCT/EM/UFOP, mas a salvaguarda do patrimônio material da instituição e a criação de mecanismos para a investigação, pesquisa e geração de novos conhecimentos. Com isso a instituição museológica fortalece o cumprimento de sua função no papel junto ao processo de educação, visto que um dos pilares desse setor são as ações educativas.

O setor possui em exposição cerca de 120 (cento e vinte) instrumentos científicos com as seguintes classificações: medição, pesagem, observação e reações químicas – a seguir, há uma ilustração do Setor de Química e Reserva Técnica apresentando a coleção em exposição e em tratamento de acondicionamento. O restante da coleção, ainda não quantificada, encontra-se armazenada na Reserva Técnica I do MCT/EM/UFOP em processo de higienização e acondicionamento para, posteriormente, ser realizado o arrolamento e devido tratamento técnico.



Figuras 1 , 2 e 3:Setor de Química. Autor Foto: Naelcy Cristiana



Figuras 4,5 e 6: Reserva Técnica. Autor Foto: Edson Fialho de Rezende

A metodologia: entre conceitos e práticas

Uma das práticas que incentivou a concepção do projeto foi a realização de um *workshop* ocorrido no final do ano de 2012 que ilustrou sobre a estrutura metodológica utilizada no projeto *Thesaurus de acervos científicos em língua portuguesa*, já mencionado anteriormente. Assim, tendo em vista a sua importância e seus resultados positivos, o MCT/EM/UFOP investiu em ações para as coleções ainda não contempladas.

Como metodologia, faz-se necessário observar que as etapas seguiram uma orientação da experiência sistematizada pelo *Thesaurus de acervos científicos em língua portuguesa*, que consistiu no caso específico desse trabalho nas seguintes etapas:

1. Arrolamento da coleção, quantificando e realizando uma listagem manual com o levantamento de dados primários contidos em etiquetas e textos explicativos presentes na exposição do Setor de Química, como Nome, Fabricante e Data de Fabricação;
2. Consulta prévia nas listas de instrumentos de C&T fornecidas pelas instituições parceiras de rede do projeto *Thesaurus de Instrumentos Científicos* para identificação e cruzamento de informações correspondentes ao acervo da Coleção de Química;
3. Pesquisa em endereços eletrônicos de instituições nacionais e internacionais detentoras de instrumentos de C&T que disponibilizam informações e imagens de acervos dessa tipologia, além de catálogos;
4. Pesquisas em catálogos de compras de instrumentos científicos da Escola de Minas, além de pesquisas à Biblioteca de Obras Raras e ao Arquivo Histórico da Escola de Minas da UFOP. Os catálogos utilizados foram encontrados na instituição sem os devidos cuidados, após serem resgatados foram higienizados e acondicionados adequadamente e puderam então servir com fonte de pesquisa para este trabalho;
5. Entrevistas com Prof. Gilmar Pereira de Sousa do DEQUI, afim de obter informações pertinentes à origem do acervo;
6. Realização do registro fotográfico digital da coleção, seguido de pesagem e medição;

7. Alimentação da planilha, ver ilustração abaixo, com dados de designações corretas dos objetos/ Nome de identificados, notas explicativas/ função, fabricante/ ano de fabricação, localização e observações.

Resultados positivos do projeto

As informações obtidas até o momento serviram para dar suporte para realização de um estágio curricular² realizado no Laboratório de Preservação e Conservação do DEMUL. O estágio trabalhou no inventário, na catalogação (ver ficha em anexo) dos objetos da coleção em questão. Partindo das informações obtidas no projeto foi possível alimentar a ficha de catalogação elaborada para este fim.

Percebe-se que desta forma o projeto começa a gerar resultados significativos para a documentação museológica complementando os bancos de dados do MCT/EM/UFOP. Além de fornecer textos e notas explicativas para o setor em que a coleção está inserida, neste caso, o Setor de Química do MCT/EM/UFOP.

Desse modo, este trabalho não apresenta discussões conceituais mais complexas pois sua proposta é o relato de uma experiência bem sucedida no que se refere ao tratamento técnico de coleções de C&T. Esses objetos são parte de uma memória patrimonial cultural brasileira, tornando-se uma fonte imprescindível para os estudos e por isso devem ser preservados e tratados seguindo os parâmetros da documentação museológica.

² Realizado pela aluna Naelcy Cristiana Barroso, do curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, bolsista do Programa PROBIC/FAPEMIG/UFOP

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, M. H. Bianchini; FERREZ, H. D. **Thesaurus para acervos museológicos**. MINC/SPHAN/Pró-Memória, Rio de Janeiro, 2006.

NUNES, Gilson Antônio; RAINHO, Mercedes Estela; REZENDE, Edson Fialho, GANDINI, Antonio Luciano; DELICIO, Maria Paula; JOTTA, Carlos Augusto; HOFFMAN, Felipe Eleutério. As coleções do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP. In **Coleções Científicas Luso-Brasileiras: Patrimônio a ser descoberto**. GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. (org.) Rio de Janeiro: MAST, 2010.

SANTOS, Claudia Penha dos; BRASIL, Zenilda F. **Panorama histórico da energia nuclear no Brasil: inventários dos objetos de C&T**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007.

THESAURUS DE INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA. In: <http://chcul.fc.ul.pt/thesaurus/project.htm>. Acessado em 18/11/13.

CONSERVAÇÃO INTEGRADA E CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA: UMA ABORDAGEM PARA A PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Neuvânia Curty Ghetti*

Resumo:

A ampliação dos conceitos de preservação e de conservação para aplicação interdisciplinar nos estudos do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (C&T) requer uma transposição de definições, sendo necessária a construção exata de parâmetros a partir dos subsídios oferecidos pela legislação patrimonial, museologia, educação e arqueologia determinando as intervenções possíveis numa abordagem integrada na condução dos processos de preservação, conservação e gestão dos acervos arqueológicos, uma vez considerados acervos culturais de C&T. Preocupações com a preservação e salvaguarda no âmbito da Conservação Arqueológica e da Conservação Integrada demandam não somente o conhecimento dos processos técnicos de produção e de criação, como revelam ricas informações sobre o artefato como sua origem, data de fabricação e procedência. No que se refere à Conservação Arqueológica aplicada ao patrimônio cultural de C&T, esta ocupa uma parcela considerável da pesquisa arqueológica, revelando muitas informações que não podem ser perdidas ou deixar de ser exploradas, com conhecimento das ciências dos materiais e modernas tecnologias, além de senso estético e ético apurados. O material arqueológico não fornece todas as suas informações de uma só vez, devendo ser preservado de modo confiável e seguro para futuros estudos ou exposição. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é elaborar um arcabouço teórico/metodológico que aborde as categorias de conservação em níveis de priorização e as operações de conservação preventiva, curativa, restauro e salvaguarda úteis para o tratamento do patrimônio originado no crescente acervo proveniente das pesquisas arqueológicas, que ora se encontra depositado no interior das instituições. Como resultado, espera-se subsidiar a elaboração de planos de gestão

* Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora no Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

integrada para os acervos culturais considerados patrimônio cultural de C&T, em especial o acervo arqueológico.

Palavras-chave: conservação integrada; conservação arqueológica; preservação; salvaguarda; acervos arqueológicos.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ANÁLISE E APLICAÇÃO NO ENSINO E PESQUISA

Pedro Louvain*
Marcus Granato**

Resumo:

O patrimônio cultural de ciência e tecnologia é constituído por testemunhos das diversas conjunturas do desenvolvimento da história das ciências no Brasil, em suas múltiplas facetas, e participaram, em seu conjunto, diretamente da influencia científica nos rumos dos processos econômicos e político do país. Entretanto, como a reflexão sobre sua valorização vem sendo aprofundada somente muito recentemente, os mecanismos legais de proteção deste tipo específico de bem cultural ainda são muito tímidos no Brasil, assim como as iniciativas de tombamento federais. Além de constituir um imenso desafio, a preservação do patrimônio cultural de C&T e sua reinserção na vida social dependem de amparos legais que normatizem seu manuseio em todo território nacional. Discussões transdisciplinares devem ser promovidas entre profissionais dos campos das ciências humanas, exatas e biológicas, de maneira a propiciar a percepção de sua relevância, que nem sempre é realizada com harmonia. Principalmente em uma época marcada pelo “presenteísmo”, onde a demasiada valorização do novo desenvolve-se em detrimento do passado e do antigo, influenciando desde os contextos escolares até os laboratórios científicos. Através de uma análise consistente sobre a legislação cultural brasileira e seu impacto, ou não, nos livros de tomo, levando em conta os compromissos firmados internacionalmente pelo país, o trabalho a ser apresentado pretende fazer proposições para a preservação do patrimônio

*Bacharel em História pela UFF (2012), Mestrando com bolsa CAPES no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS (UNIRIO/MAST), pedrolouvain@gmail.com.

** Formado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela UFRJ (1980), Mestre (1993) e Doutor (2003) em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela COPPE/UFRJ. Atualmente é Coordenador de Museologia do MAST, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) e pesquisadorID do CNPq, marcus@mast.br.

de C&T, especialmente nos aspectos relacionados à legislação. A necessidade de um processo consciente e sistemático de preservação dos vestígios materiais da memória científica, assim como sua reinserção nos programas de ensino, em diversos níveis de escolaridade, e de pesquisa, em sua mais diversa relação entre o campo profissional e a sociedade, é premente para a sociedade contemporânea. Políticas públicas eficazes e sólidas balizas legais podem contribuir para alterar a situação identificada nas pesquisas realizadas para esse trabalho e serão aqui discutidas e propostas.

Palavras-chave: patrimônio científico; legislação cultural; ciência e tecnologia.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ANÁLISE E APLICAÇÃO NO ENSINO E PESQUISA

Pedro Louvain*

Marcus Granato**

1. Introdução

Apenas recentemente podemos ver um aprofundamento na reflexão, no Brasil e em alguns outros países, em torno da preservação e valorização do que chamamos de Patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia. Isso após o campo científico ter atravessado diversas conjunturas durante o século XX, quando a ideia positivista proveniente do século antecedente, de que a ciência traria invariavelmente o progresso moral e humano, passa a ser contestada (CAUNE, 2006, p.124). Ao mesmo tempo em que atualmente a tecnologia avança de forma tão rápida e inédita, o passado perde sua importância, e seus oriundos, conseqüentemente, são considerados obsoletos.

O patrimônio cultural de C&T encontra-se em quadro alarmante no Brasil (GRANATO e colaboradores, 2013), com diversos objetos espalhados e abandonados

* Bacharel em História pela UFF (2012), Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS (UNIRIO/MAST), bolsista CAPES, pedrolouvain@gmail.com.

** Formado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela UFRJ (1980), Mestre (1993) e Doutor (2003) em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela COPPE/UFRJ. Atualmente é Coordenador de Museologia do MAST, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) e pesquisador 1D do CNPq, marcus@mast.br.

pelo vasto território nacional, em instituições de ensino e pesquisa, e muitas vezes sem recurso financeiro para sua proteção e pessoal qualificado para fazê-lo. Estamos em uma época marcada pelo “presenteísmo”, onde a demasiada valorização do novo desenvolve-se em detrimento do passado e do antigo, desde os contextos escolares até o dos laboratórios científicos (BITTENCOURT, 2002, p. 69). O patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia¹ é constituído por testemunhos de diversas conjunturas relacionados à atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico do desenvolvimento, objetos de estudo da história das ciências no Brasil, em suas múltiplas facetas, e participaram, em seu conjunto, diretamente da influencia científica nos rumos dos processos econômicos e políticos do país.

Como a reflexão sobre sua valorização vem sendo aprofundada somente muito recentemente, os mecanismos legais de proteção deste tipo específico de bem cultural ainda são muito tímidos no Brasil, assim como as iniciativas de tombamento federais. A necessidade de um processo consciente e sistemático de preservação dos vestígios materiais da memória científica, assim como sua reinserção nos programas de ensino, em diversos níveis de escolaridade, e de pesquisa, em sua mais diversa relação entre o campo profissional e a sociedade, é premente para a sociedade contemporânea.

Identifica-se, assim, um espaço de conhecimento a ser explorado em diversas de suas facetas e, nesse trabalho, buscar-se-á uma compreensão ampla em relação à

¹ Em relação ao que constitui patrimônio de C&T, consideramos o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico, aqui incluídas as construções arquitetônicas produzidas e com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos (GRANATO; CAMARA, 2008, p. 173).

proteção que a legislação nacional, expressa por seus mais diferentes instrumentos legais, oferece a esse objeto de estudo. Pretende-se, a partir dessa análise, propor ações que venham a contribuir para a preservação desse patrimônio de maneira satisfatória e articulada com a comunidade.

Por essência o patrimônio é algo mutável e dinâmico, e os termos ciência e tecnologia possuem diversas definições e abordagens. Para Granato e Câmara (2008, 175), os instrumentos científicos são os objetos científicos mais facilmente identificados em relação ao patrimônio de C&T, porém como o uso do termo atende a um recorte cronológico relativamente curto, do século XIX ao início do século XX, os autores preferem utilizar o termo objetos de C&T.

Tais objetos poderiam estar inseridos em programas de pesquisa e ensino, e a legislação deveria dar o suporte necessário para estimular a sua preservação em amplo espectro. Em trabalho anterior (LOUVAIN; GRANATO, 2013), na pesquisa por mecanismos de proteção ao patrimônio de C&T na legislação internacional, foi possível identificar que a legislação italiana, por exemplo, incentiva de maneira interessante o uso do patrimônio cultural científico nos programas de educação de todas as esferas (Decreto Legislativo nº490 de 1999, art. 111, nº 1). Igualmente relevante, a legislação britânica prevê a construção de reproduções e réplicas de objetos relacionados à ciência e a tecnologia, assim como sua aplicação na pesquisa e no ensino, constando ainda a possibilidade de sua venda como souvenirs, a exemplo do que ocorre no *Science Museum* (Ato do Patrimônio Nacional de 1983, art.11, nº 2, letras "b" / "c").

Ter acesso aos conhecimentos produzidos pela cultura científica é uma entre várias práticas de exercício da cidadania, e sua divulgação torna-se uma alternativa a elitização da ciência quando esta se afasta perigosamente do domínio público (LOUREIRO, 2009), pois como sabemos, séculos atrás, o público que possuía formas de acessá-la era composto por uma elite erudita (GOUVÊA, 2009). Uma boa base legislativa, que possibilite a proteção e valorização do patrimônio de C&T, reinserindo-o socialmente, faz-se de suma importância, contribuindo para que este tipo de patrimônio venha a possuir o que Reginaldo Gonçalves denomina de ressonância, situação na qual o patrimônio cultural encontra eco na sociedade e passa a fazer parte em seus processos de construção de identidade (GONÇALVES, 2005).

Desenvolvido no âmbito da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciência Afins, o projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro se propôs, entre outros objetivos, a fazer um levantamento nacional dos objetos a serem incluídos nessa categoria. Localizados em sua grande maioria nos centros de pesquisa, nas universidades e nas escolas secundárias, pode-se constatar que a maioria dos bens anteriores ao século XX está extinta, os raros exemplares existentes estão musealizados (GRANATO e colaboradores, 2013). Até então, muito pouco se sabia sobre tais bens, como sua condição e quantidade. Não obstante, a pesquisa revelou um panorama vasto e alarmante, onde milhares de bens do século XX encontram-se em precária situação de guarda e muitas vezes desconsiderados em seus valores culturais.

Devido ao desconhecimento sobre a situação no país, é igualmente necessário fazer um levantamento sistemático dos mecanismos de proteção ao patrimônio cultural

de C&T, tanto móvel quanto imóvel, nos principais instrumentos da legislação brasileira, bem como os compromissos internacionais assinados por nosso país que balizam o pensamento patrimonial e museológico, que contemplam nosso objeto de estudo. Poderemos então ter uma noção do panorama internacional e sua relativa influencia, ou não, no contexto nacional. Um dos objetivos específicos da presente pesquisa é prestar subsídio para outros pesquisadores do campo interessados na preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia. Sem tentar esgotar o assunto, pretende-se levantar, analisar e disponibilizar os mecanismos jurídicos relacionados para que outros pesquisadores possam se utilizar desses referenciais de base legislativa em seus trabalhos, bem como em suas relações burocráticas institucionais cotidianas, colaborando para a preservação deste tipo de patrimônio em suas realidades locais.

2. Metodologia

A Constituição de 1988 confere a um espectro relativamente amplo de bens culturais a preservação necessária para a garantia dos direitos culturais, como um dos pressupostos do exercício da cidadania. Dentro desse espectro de defesa federal, também está presente o Patrimônio cultural de C&T. Porém, sabemos historicamente que a relação republicana federalista é desenvolvida por uma série de relações entre o poder federal e os poderes estaduais comprometidos com diversos agentes locais, e que, portanto, em um jogo de forças, nem sempre é de interesse dos estados reproduzirem as normativas federais, quando estas não forem de interesse das tais forças locais, ou por simplesmente por tais normativas não possuírem ressonância. Devido a esse fato, num

primeiro momento será realizada uma análise sobre a influência da redação da Carta Magna de 88 sobre as cartas constitucionais das demais unidades federativas, promulgadas a partir de 1989, no que tange a proteção e preservação do Patrimônio de C&T. Por mais que a legislação não determine em caráter absoluto a vida cotidiana, ela é indubitavelmente um reflexo da relação dialética existente na sociedade.

Além da Carta Magna brasileira e dos documentos das 27 unidades federativas, diversas leis e decretos, configurados dentro do escopo da legislação cultural, foram minuciosamente analisados em suas possibilidades de proteger nosso objeto de estudo. Alguns desses instrumentos legais ratificam tratados internacionais que o contemplam. Como parte deste patrimônio encontra-se musealizado, e, portanto, submetido à legislação de museus, é necessário analisar igualmente este corpo específico de leis, para além apenas da legislação cultural geral.

De forma complementar, foram pesquisados diversos instrumentos jurídicos relacionados com a legislação cultural presentes no banco de dados do Ministério da Cultura e no banco de dados da legislação cultural nacional dos estados membros da UNESCO. Foram analisadas 28 Leis, 57 Decretos, totalizando 85 documentos da legislação cultural brasileira. Todas as fontes utilizadas na pesquisa são instrumentos legais que podem ser encontradas nos endereços eletrônicos oficiais dos poderes legislativo e executivo, das esferas estaduais e federal, dando-se prioridade à utilização de versões atualizadas em suas emendas o mais recentemente possível.

3. Resultados

3.1 - A Carta Magna Brasileira e as Constituições Estaduais

Como é de fato relativamente conhecido por interessados do campo, a Carta Magna brasileira menciona, em sua Seção de Cultura, as criações científicas e tecnológicas, além dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e científico, como patrimônio cultural (art. 216, Incisos 3 e 5). Por entendê-los como portadores de referência à identidade, à ação, à memória da sociedade brasileira, o Poder Público, em parceria com a comunidade, está responsabilizado legalmente em protegê-lo através de inventários, registros, vigilância, entre outras formas de proteção, incluindo seu tombamento e, quando for o caso, sua desapropriação. Entretanto, não há no documento nenhuma menção ao patrimônio de C&T em sua Seção de Ciência e Tecnologia, o que de fato seria pertinente, pois não restringiria sua salvaguarda legal devida apenas à sua dimensão histórico-cultural, e complementaria sua valorização envolvendo uma gama de instituições que não são regidas por estatutos culturais, o que poderia contemplar suas dimensões científicas e tecnológicas, assim como possibilitar um canal estável para sua inserção pedagógica. Por outro lado, não se pode deixar de destacar que a carta magna brasileira é a única, até o momento, dentre as diversas legislações de outros países pesquisados, que menciona esse tipo de patrimônio, mostrando seu caráter inovador.

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, as Constituições Estaduais seguem-na como parâmetro básico para diversas matérias, e vêm gradualmente reatualizando-se através de Emendas Constitucionais. Porém, como

mencionado anteriormente, nem sempre as cartas estaduais reproduzem o texto da redação federal, e muitas vezes possuem peculiaridades desenvolvidas localmente, algumas delas de certa forma até pioneiras, pela originalidade de sua redação em relação ao documento nacional.

No que se refere à reprodução do texto federal, na Região Sudeste, os Estados de Minas Gerais (art. 208, incisos III e V) e São Paulo (art. 260, incisos II e IV) reproduzem fielmente a redação federal. Já no Rio de Janeiro identifica-se proteção genérica de ambos tipos de patrimônio em um mesmo inciso (art. 322, inciso VIII). Na Região Sul, apenas o Estado do Rio Grande do Sul segue o parâmetro federal (art. 221, inciso V, alíneas “c” e “e”). Na Região Centro-Oeste, o Distrito Federal em sua Lei Orgânica faz menção à preservação do Patrimônio de C&T móvel idêntico ao texto da Constituição Federal, porém não cita os conjuntos urbanos de valor histórico e científico (art. 246, § 1º, inciso III). Em Goiás o Artigo 163, incisos II e IV, reproduz os respectivos incisos III e V do Artigo 216 da CF de 88.

Na Região Norte, o Estado do Acre (art. 202, inciso III), assim como o Estado de Roraima (art. 159, inciso III), protege as criações científicas e tecnológicas, seguindo o inciso III da Art. 216, mas não segue seu Inciso V, de bens imóveis. Ainda na Região Norte, o Estado do Amazonas (art. 206, incisos III e V), assim como o Estado do Amapá (art. 295, incisos III e V), o Estado do Pará (art. 286, incisos III e V), o Estado de Tocantins (art. 138, § 1º, incisos III e V) e o Estado de Rondônia (art. 206, incisos III e V), seguem os moldes de ambos incisos da CF. Já a constituição de Rondônia, além do texto padrão, possui um parágrafo reiterando que os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e científico “são considerados integrantes do

patrimônio público, devendo, para sua proteção e preservação, a administração pública incentivar a colaboração da comunidade” (art. 206, § 1º).

Na Região Nordeste, a Bahia reproduz de forma relativa e parcial o inciso III federal (art. 270, inciso IX), mas o Estado de Sergipe além de reproduzir a Carta Maior (art. 226, incisos III e V), possui mais outro artigo, com dois incisos, protegendo o patrimônio imóvel de valor histórico e científico, e envolvendo mais uma vez o Estado na função de promover e amparar as criações e promoções científicas e culturais sergipanas (art. 225, incisos II e III). Os Estados de Alagoas (art. 206, incisos III e V), da Paraíba (art. 216, incisos III e V), do Maranhão (art. 228, incisos II e V) e do Rio Grande do Norte (art. 144, incisos III e V) também reproduzem os incisos III e V do Artigo 216 da Constituição Federal. No Quadro 1, apresentado a seguir, é apresentado um panorama geral sobre o que foi identificado.

Estados que reproduzem os incisos III e V do Artigo 216 da Constituição de 1988	
Região Sudeste	MG, SP e RJ
Região Sul	RS
Região Centro-Oeste	GO
Região Norte	AM, AP, RO, PA e TO
Região Nordeste	SE, AL, PB, MA e RN
Estados que só reproduzem o Inciso III (patrimônio móvel)	
DF, AC, BA, RR e SC	
Estados que não fazem nenhuma menção ao Patrimônio de C&T	
ES, PR, MT, MS, PE, CE e PI	

Quadro 1 – Resultados gerais da pesquisa sobre a legislação brasileira.

Dos 27 estados da Federação analisados, sete não mencionam nosso objeto de estudo em suas constituições. Isso se deve basicamente ao fato de tais documentos não seguirem nem ao menos os moldes do Artigo 216 da Constituição Federal, no que tange o Patrimônio de C&T.

3.2 - Estados que desenvolveram mecanismos próprios de defesa do Patrimônio de C&T em sua Constituição para além da Carta Magna

Certos estados desenvolveram mecanismos para além da reprodução da redação federal. Na Constituição do estado do Rio de Janeiro temos a seguinte redação:

Art. 322 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, estadual e municipal, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, através de:

(...)

VIII - proteção dos *documentos*, das obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e *científico*, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, espeleológicos, paleontológicos e ecológicos;

Na Constituição Fluminense, além das obras e bens de valor histórico e científico estarem amparados juridicamente, é interessante notarmos que os documentos de valor histórico e científico também são mencionados, englobando, portanto os “manuais de instrução” e catálogos que acompanham os objetos de C&T de valor histórico, assim como suas respectivas notas fiscais, e outros documentos gerados que possam ter, diretamente ou indiretamente, ligações com o Patrimônio de C&T.

Analisando a seção de cultura da Constituição do estado de São Paulo, podemos ver no

Artigo 262:

Artigo 262 - O Poder Público incentivará a livre manifestação cultural mediante:

(...)

VIII - preservação dos *documentos*, obras e *demais registros* de valor histórico ou *científico*.

A Constituição Paulista responsabiliza o Poder Público pela preservação dos documentos e demais registros de valor histórico e científico, considerando a preservação de documentos correlatos ao Patrimônio C&T, como incentivo à manifestação cultural, similar, portanto, com a Constituição Fluminense. Ainda na região Sudeste, no artigo 207 da carta mineira:

Art. 207 - O Poder Público garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais, para o que incentivará, valorizará e difundirá as manifestações culturais da comunidade mineira, mediante, sobretudo:

(...)

IV - adoção de medidas adequadas à *identificação, proteção, conservação, revalorização e recuperação* do patrimônio cultural, histórico e *científico* do Estado;

(...)

VI - *adoção de ação impeditiva da evasão, destruição e descaracterização* de obras de arte e de outros bens de valor histórico, *científico*

Pode-se concluir que Minas Gerais é um dos estados onde fica mais explícita a preservação do Patrimônio de Ciência e Tecnologia. A identificação, conservação, revalorização e recuperação do patrimônio cultural científico estão perfeitamente descritas em sua redação constitucional original. Assim como o impedimento da evasão, destruição e descaracterização, também chamado de “canibalismo” (SOARES,

2009), ou seja, a descaracterização de um artefato para reaproveitamento de peças, algo muito comum nesse tipo de patrimônio, são citados claramente como funções do Poder Público. Assim como o Rio de Janeiro e São Paulo, Santa Catarina também ampara as obras, os objetos e os documentos de valor histórico e científico (art. 173, Inciso III), protegendo, portanto não apenas o objeto, mas sua documentação correlata.

No caso do Pará, como já visto, além de seguir o Artigo 216 da Carta Maior, é possível identificar mecanismos interessantes para assegurar a patrimonialização de um determinado bem de valor histórico em geral mediante uma triagem sistemática. Debruçando-nos sobre os parágrafos sétimo e oitavo, do artigo 286 da carta paraense, localizado ainda na seção de cultura, temos a seguinte redação:

§ 7º. É dever do Estado resgatar, manter, preservar, conservar, restaurar, pesquisar, expor e divulgar, bem como garantir os meios de ampliação do patrimônio documental, fonográfico, audiovisual, plástico, bibliográfico, museológico, histórico, artístico e arquivístico das instituições culturais, sem fins lucrativos e de utilidade pública.

§ 8º. O Estado, na preservação dos bens culturais móveis, obrigatoriamente, fará a *coleta* e proteção da documentação gerada pela administração pública direta e indireta, recolhendo-os ao arquivo público do Estado, e os *objetos* e *documentos* históricos e artísticos ao museu do Estado, que *após triados serão tombados*.

O documento responsabiliza o Estado por resgatar, manter, preservar, conservar, restaurar, pesquisar, expor e divulgar uma gama de tipos de patrimônios, exceto infelizmente, o científico, mas apesar de nenhuma menção específica aos bens científicos ser feita, identifica-se um interessante mecanismo de preservação, quando é

citada a obrigatoriedade da coleta e proteção não só da documentação gerada pela administração pública, mas também dos objetos históricos, que após passarem por uma triagem sistemática, serão tombados e encaminhados aos museus. Esse parágrafo fornece um modelo de mecanismo legal relevante para uma possível proteção sistemática de objetos científicos, identificando-os em seu lugar de origem. Se houvesse uma Emenda Constitucional que ampliasse a proibição da destruição e descaracterização dos instrumentos científicos pelas instituições científicas, e que submetesse tais instrumentos a uma triagem especializada, estaria constituído um mecanismo mais eficiente de preservação do patrimônio de C&T, pelo menos do ponto de vista legal.

Interessante notar que o Estado do Ceará, também possui um artigo em sua Seção de Cultura que impede a destruição de documentação histórica, sem antes passar igualmente por uma triagem do Estado, porém, não chega a mencionar a coleta dos objetos culturais:

Art. 235. Nenhuma repartição pública estadual ou municipal destruirá ou desviará sua documentação, sem antes submetê-la ao *setor de triagem, instituído pelo Estado*, para fins de preservação de documentação de valor histórico, jurídico ou administrativo, assegurando amplo acesso aos interessados.

O Estado da Bahia curiosamente possui um inciso que garante de forma explícita a preservação e o livre acesso da sociedade aos documentos de valor histórico e científico, incluindo, portanto, fontes textuais. Entretanto a Constituição do Estado da Bahia não faz qualquer outra menção ao patrimônio C&T, como apresentado a seguir:

Art. 270 - A política cultural do Estado deverá facilitar à população o acesso à produção, distribuição e consumo de *bens culturais*, garantindo:

(...)

IX - o *livre acesso* à *documentação* pública de valor histórico, artístico, cultural e *científico*, assegurada a sua preservação e o interesse público, na forma da lei;

Na ausência de uma legislação específica de defesa do Patrimônio cultural de Ciência & Tecnologia, os Conselhos Estaduais de Cultura poderiam fornecer uma solução imediatista para a questão, constituindo fóruns deliberativos da política de preservação cultural. O estado do Paraná (art.194), por exemplo, que não faz menção alguma ao Patrimônio C&T, organiza seu Conselho Estadual de Cultura como um possível espaço de emissão de pareceres técnicos específicos, com a participação de diferentes profissionais. Isso também pode ser visto na constituição de outros estados, como no Mato Grosso (art. 250) e no Rio Grande do Sul (art. 225), havendo a possibilidade, pelo menos teórica, de que objetos de Ciência e Tecnologia pudessem vir a receber uma análise técnica e serem valorizados, tombados, e inseridos nos programas de ensino e pesquisa.

Tais coletivos deveriam estar em geral organizados na sociedade civil por uma articulação entre poder público e privado, envolvendo a participação de diversos setores da sociedade, e poderiam ser elementos estruturais das diretrizes políticas nacionais relacionadas ao campo cultural. Isso pelo fato desse espaço ter uma posição privilegiada de convergência entre Poder Público e outros setores da sociedade civil, podendo ser utilizados como ferramenta de diálogo e entendimento, reunindo-se em um fórum de articulações de redes culturais.

Os Conselhos Estaduais de Cultura, além de responsáveis em fiscalizar a distribuição e a aplicação de verbas culturais de um Estado, têm a responsabilidade de tutelar a ética entre as atividades por ele desenvolvidas, como mencionado na Constituição do Acre (art. 202, o § 2º). O Amapá incumbe seu conselho de função de regulamentar, no sentido de acompanhar e orientar a política cultural do Estado, bem como deliberar sobre ela (art. 292, § único). Roraima (art. 161), Rondônia (art. 209) e Pará (art. 287) também constituem conselhos para fins similares. Entretanto, como tais conselhos são entendidos como consultivos, para que suas diretrizes tornem-se deliberações muitas vezes é necessária certa dose de vontade política do poder executivo ou a intervenção da sociedade através de grupos que a representem.

A Constituição da Bahia determina que seja criado um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia composto por cientistas, representantes de entidades da sociedade civil ligadas à pesquisa básica aplicada, sendo uma das funções desse conselho deliberar sobre a alienação e transferência de patrimônio das instituições de pesquisa do Estado, como vemos na redação a seguir:

Art. 266 - Será criado um *Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia* composto, na sua maioria, por cientistas representantes de entidades da sociedade civil, ligadas à pesquisa básica aplicada, na forma da lei.

(...)

IV - deliberar sobre a *alienação e transferência de patrimônio* das instituições de pesquisa do Estado.

Apesar da menção ao patrimônio das instituições científicas, o termo é demasiadamente amplo, porém é interessante registrarmos aqui que o Conselho

Estadual de Ciência e Tecnologia da Bahia também tem a responsabilidade de alienar, entre outros tipos de patrimônios, o patrimônio cultural científico, já entrando na questão das próximas análises no item seguinte.

3.3 - Análise das Seções de C&T nas Constituições Estaduais

Após o objeto ser entendido como superado tecnologicamente em um centro de pesquisa, universidade ou laboratório científico, poderá eventualmente ser musealizado, ou patrimonializado, após triagem qualificada, e seria importante que a seção “De Ciência e Tecnologia” contemplasse mecanismos para a adequada preservação desses bens. Portanto, seria necessário que a Legislação de Ciência & Tecnologia fosse congruente com a Legislação Cultural, para que tal processo pudesse acontecer de maneira prática e satisfatória. Como grande parte dos objetos de interesse para a essa pesquisa é proveniente de instituições de ensino superior e muitas preservam seus acervos com fins expositivos, o patrimônio ganha ambiência quando conservado em seu local de origem, pela melhor contextualização e ressonância.

Como mencionado anteriormente, na Seção de Ciência e Tecnologia da Constituição Federal, não há nenhuma menção à preservação do patrimônio cultural científico e tecnológico. Isso é um mau sinal, pois a maioria das seções estaduais, a partir de 1989, seguem a federal como modelo. Possivelmente, vários estados não teriam mecanismos de proteção do patrimônio científico em suas Seções de Cultura, se tais mecanismos não estivessem descritos anteriormente na Carta Maior, pois vários estados copiam explicitamente, muitas vezes parcialmente, a redação federal no que tange o patrimônio aqui estudado.

A partir dos levantamentos realizados no Projeto Valorização do patrimônio de C&T, verifica-se que grande parte do patrimônio científico se encontra amontoado em depósitos obscuros nas diversas instâncias de ensino superior do país. Por isso é interessante notarmos que, por várias vezes a cooperação da comunidade na preservação dos bens materiais, em diálogo com o Estado, é citada em diversas Constituições Estaduais. Isso mostra a importância da conscientização da comunidade acadêmica, principalmente daqueles que lidam com tais objetos, por mais que a preservação do patrimônio científico não esteja implícita consensualmente nos valores culturais contemporâneos.

Em diversas constituições há a menção comum de que a política da ciência & tecnologia tem como obrigação prescrita respeitar os valores culturais do povo. A partir da análise a Seção de C&T da carta amazonense, em seu artigo 221:

Art. 221. O Estado se encarregará de manter e estimular a estruturação e sistematização de uma base de informação necessária ao desenvolvimento das atividades de planejamento e execução relativa ao segmento de ciência e tecnologia, bem como incentivar a formação de bancos de dados, acervos bibliográficos, estruturação de laboratórios, bancos genéticos, arquivos, serviços de mapeamento, viveiros e outros mecanismos, tendo em conta a consecução desses propósitos.

O Estado do Amazonas possui a maior Seção de Ciência e Tecnologia do país, provavelmente por razões geográficas, históricas, econômicas, políticas e biológicas. Como prevê o artigo acima, o Estado é incumbido de manter e estimular a estruturação e sistematização de uma base de informação necessária ao

desenvolvimento das atividades relativas à ciência e tecnologia. Por mais que não faça uma menção explícita ao patrimônio cultural, podemos incluir aí coleções universitárias, depositárias de rico patrimônio científico, necessárias ao desenvolvimento da pesquisa científica e dos programas de ensino em diversas esferas.

Continuando a pesquisa, agora destacando um trecho da Constituição do Maranhão:

Art. 235 - A política científica e tecnológica deverá proteger os patrimônios arqueológicos, paleontológicos e históricos, ouvida a comunidade científica.

O mencionado artigo maranhense diz que a política de C&T deve proteger o “patrimônio histórico”, em concordância com a comunidade científica. Esse artigo é interessante por pautar uma proteção para além dos marcos da legislação cultural. Por isso, identifica-se aqui uma rara menção constitucional a proteção do patrimônio histórico científico dentro da política de C&T estadual brasileira. O estado de Rondônia também possui um mecanismo interessante em sua carta legislativa, que merece ser destacada.

Art. 199. É obrigação do Estado, sem prejuízo da iniciativa privada, promover e incentivar o desenvolvimento da ciência e tecnologia, o estímulo à pesquisa, disseminação do saber e o domínio e *aproveitamento adequado do patrimônio universal*, mediante:

I - *incentivo às instituições de ensino superior, aos centros de pesquisa*, e às indústrias com destinação de recursos necessários;

Na passagem é especificada a obrigação do Estado em, além de promover e incentivar o desenvolvimento da C&T, estimular o aproveitamento adequado do

patrimônio, mediante o incentivo às instituições de ensino superior, aos centros de pesquisa e às indústrias, com destinação de recursos necessários. Apesar da menção ao patrimônio universal e a determinação do aproveitamento adequado desse patrimônio na disseminação do saber, a concepção de patrimônio universal é demasiadamente genérica para os nossos objetivos, não deixando claro o que compreende e se insere como tal nessa categoria. Porém, a redação traz a necessidade de haver uma política pública de aproveitamento adequado do patrimônio, o que pode incluir sua coleta, conservação, documentação e comunicação, mediante a alocação de recursos aos principais tipos de instituições detentoras do nosso objeto de estudo.

Se os demais Estados da Federação possuem menções demasiadamente amplas e ambíguas, o Estado de São Paulo, entretanto, faz uma rara e pioneira menção específica ao patrimônio cultural científico em sua Seção de Ciência e Tecnologia. Talvez seja o Artigo 272 da Constituição do Estado de São Paulo o mais específico mecanismo de proteção desse patrimônio, nas Seções de Ciência e Tecnologia de todo o Brasil. Nesse artigo, o patrimônio cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa é declarado inalienável e intransferível, ou seja, é impossibilitada a sua transferência para o domínio alheio, seja pela troca, venda ou doação, sem audiência prévia da comunidade científica e do Poder Legislativo.

Artigo 272 - O *patrimônio físico, cultural e científico* dos museus, institutos e centros de pesquisa da administração direta, indireta e fundacional são inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica à doação de equipamentos e insumos para a pesquisa, quando feita por entidade pública de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, para outra entidade pública da área de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia.

É importante destacarmos que não se trata do patrimônio histórico ou científico, mas sim, do patrimônio histórico e científico. Além disso, também é citado o patrimônio físico, englobando, portanto, os conjuntos urbanos científicos, estruturas especialmente construídas para a condução da ciência, incluindo laboratórios, observatórios, planetários, linhas meridianas e até os próprios museus. O parágrafo único do Artigo 272 ressalva que o artigo não se aplica à doação de equipamentos feita por entidade pública de ensino e pesquisa científica e tecnológica, para outra entidade pública da área de ensino e pesquisa. Então pode-se concluir que por mais que o patrimônio cultural científico seja inalienável e intransferível, fica permitida sua circulação entre entidades públicas de ensino e pesquisa.

Analisando a Constituição do Amapá, uma passagem chama atenção pela sua peculiaridade (art.296):

§ 6º É defesa a saída do território do Estado, sem autorização prévia da Assembléia Legislativa, de produtos da fauna e da flora, bem como peças arqueológicas ou históricas do Amapá, para fins de pesquisa.

É no mínimo curioso o caso do estado do Amapá. No estudo das Constituições Estaduais, pode-se perceber o caráter centralizador das Assembleias

Legislativas, no que tange a sua autorização prévia para a execução de vários tipos de ações. Não no caso do Amapá. No caso paulista analisado anteriormente, é mandatória a autorização do Poder Legislativo para a transferência e alienação do patrimônio cultural. Já no caso do Amapá, percebe-se que além de peças históricas, também é permitida a saída do estado de produtos da fauna e da flora. Casos de pirataria genética em estados situados na vasta e riquíssima área da Amazônia Legal são bastante conhecidos. Seria, portanto, de se esperar que a legislação dos estados da Amazônia incluíssem mecanismos que impedissem ou controlassem de forma muito eficiente essa questão. Como foge da proposta da presente pesquisa e na falta de documentos substanciais que confirmem tais práticas, identifica-se aqui um espaço para desenvolvimento de novas pesquisas.

Podemos concluir que nas cartas estaduais, tais mecanismos estão marcados pela descontinuidade. No caso das Seções de Ciência e Tecnologia, temos São Paulo praticamente como o único estado a fazer alguma menção explícita dentro da seção constitucional analisada.

3.4 - Leis e Decretos da Legislação Cultural

Das 28 leis e 57 decretos sobre patrimônio cultural analisadas, que abarcam o período de 1961 à 2010, encontram-se poucas menções ao patrimônio de C&T. A seguir, alguns deles foram selecionados devido à sua relevância.

3.4.1 - Lei Nº 9610, de fevereiro de 1998

Esta lei altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, mencionando as obras e criações, tangíveis e intangíveis,

inventadas ou que serão inventadas no futuro, como textos científicos, assim como os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à ciência, a engenharia e a topografia, entre outros. Além disso, descreve que no domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem a propriedade imaterial. O conteúdo cultural esta sendo levado em consideração de certa forma, para as obras, tangíveis e intangíveis, relacionadas à ciência e a técnica. Para possibilitar o leitor uma crítica direta a fonte, foi selecionado o trecho apresentado a seguir:

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - *os textos de obras* literárias, artísticas ou *científicas*;
(...)

X - *os projetos, esboços e obras plásticas* concernentes à geografia, *engenharia*, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e *ciência*;

(...)

§ 3º No *domínio das ciências*, a proteção recairá sobre a forma *literária ou artística*, não abrangendo o seu *conteúdo científico ou técnico*, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.

Não há um livro específico para o patrimônio imaterial de C&T, entre os Livros de Registro do IPHAN do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Para Granato e Camara (*op.cit.*), isso se deve pelo fato de esse tipo de patrimônio já ser objeto de registro sistemático, por meio de suas diversas formas de publicação, como

registros de patente, relatórios, artigos científicos, caderneta de trabalho, pareceres, entre outros.

3.4.2 - Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991

Esta lei dispõe sobre a política Nacional de arquivos Públicos e Privados, onde pode-se identificar a determinação de proteger documentos de arquivos, considerando-os como instrumento de apoio a cultura e ao desenvolvimento científico. Além disso, determina que os arquivos privados possam ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional. Portanto, nosso objeto de estudo, principalmente em sua forma tangível, documental e arquivística, tanto público quanto privado, com relevância histórica e cultural, esta contemplado nesta lei, como destacado no trecho a seguir:

Art. 1º É dever do Poder Público a gestão documental e a de *proteção especial a documentos de arquivos*, como instrumento de *apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico* e como elementos de prova e informação.

(...)

Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como *conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional*.

3.4.3 - Lei Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998

Nesta lei, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas a atividades lesivas ao ordenamento urbano e ao patrimônio cultural, podemos ver mencionadas as penas contra a destruição, inutilização ou deteriorização das instalações científicas relacionadas com o patrimônio cultural, prevendo reclusão, de um a três anos, e multa.

Seção IV

Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

*II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, **instalação científica** ou **similar protegido por lei**, ato administrativo ou decisão judicial:*

Portanto, os bens imóveis relacionados com o patrimônio cultural de C&T são contemplados. Esta lei faz lembrar a Lei Nº 26.319, de 27 de maio de 1994, do Peru, por também determinar penas contra lesões a bens de valor científico e que integrem o patrimônio cultural. Interessante notar que outro instrumento jurídico brasileiro anterior, o Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, também estipula pena a dano a bens de valor artístico, arqueológico ou histórico, porém não menciona o critério científico.

3.4.4 - Lei nº 10.413, de 12 de março de 2002

Esta lei talvez seja uma das mais intrigantes:

Art. 1o Os bens culturais móveis e imóveis, assim definidos no art. 1o do Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, serão tombados e

desincorporados do patrimônio das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização de que trata a Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997, passando a integrar o acervo histórico e artístico da União.

Ela determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Segundo Paiva, no processo de privatização não houve uma explicitação de justificativas de ordem econômica e/ou estratégica para a escolha de determinado setor e/ou empresa a ser privatizada. De acordo com a economista:

A linha de atuação seguiu a lógica de incluir no Programa as empresas estatais de setores em que não havia qualquer impedimento legal para sua privatização (como siderurgia, petroquímica e fertilizantes), ao mesmo tempo em que o Governo fazia gestões junto ao Legislativo para suspender os obstáculos de ordem legal, em setores relativos aos serviços públicos (lei de concessões), e de ordem constitucional, referentes aos monopólios estatais (telecomunicações e petróleo), por meio de emendas constitucionais. A estratégia adotada de privatização de empresas e setores com menor carga de obstáculos jurídico-institucionais explica a escolha do setor siderúrgico para se deslanchar o Programa. A opção pelo início da privatização do setor pela USIMINAS teve como motivação básica criar um fato político importante com a privatização de uma empresa estatal eficiente e de grande porte (PAIVA, 1994, p.106-107).

Utilizando como principal critério inicial para privatização de empresas estatais, a facilidade jurídica para desestatizá-las, até março de 1994, foram incluídas 66 empresas estatais no PND, sendo que 25 destas foram privatizadas. A maioria das empresas incluídas pertencia às áreas de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. As demais empresas eram de diversos outros setores, destacando-se a Lloyd (transporte marítimo), a EMBRAER (aeronaves), a Cobra (computadores), bem como outros empreendimentos industriais. Foram também adicionadas à lista de empresas a serem privatizadas algumas da área de serviço público, como a Light e a Escelsa (distribuição de energia elétrica) e a RFFSA (transporte ferroviário).

Com tantas empresas ligadas a ciência e tecnologia sendo privatizadas, seria pertinente a seguinte reflexão: onde se encontram nos Livros de Tombo do IPHAN os tombamentos dos bens culturais supostamente desincorporados do patrimônio das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, como estabelece o primeiro artigo da lei nº 10.413 de 12 de março de 2002? Pode identificar nesses livros os tombamentos ligados ao setor ferroviário, porém, são insuficientes os tombamentos de bens culturais de empresas ligadas aos outros setores da ciência e da tecnologia, se comparados com a dimensão de tais empreendimentos produtivos. Muitas das empresas privatizadas desenvolviam pesquisa científica e tecnológica, e muitas delas tinham décadas de existência, portanto, provavelmente detinham, e talvez ainda detenham, objetos de C&T fora de uso, que deveriam ser encarados como patrimônio cultural de ciência e tecnologia, e fonte para a história do desenvolvimento científico do país.

O Programa Nacional de Apoio à Cultura, o PRONAC, foi implementado pela Lei Rouanet para incentivar a produção e circulação de produtos culturais, para entre outras funções, proteger e conservar o patrimônio histórico, através do estabelecimento de mecanismos de apoio². O Decreto Nº 455, de 26 de fevereiro de 1992, regulamenta o Programa, estabelecendo sistemáticas definições:

Seção II

Das Definições Operacionais

Art. 3º. Para os exclusivos efeitos da execução do Pronac, consideram-se:

VIII - Patrimônio Cultural - conjunto de bens materiais e imateriais de interesse para a memória do Brasil e de suas correntes culturais formadoras, abrangendo o patrimônio arqueológico, arquitetônico, arquivístico, artístico, bibliográfico, científico, ecológico, etnográfico, histórico, museológico, paisagístico, paleontológico e urbanístico, entre outros;

215

Está definido como patrimônio cultural, o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse para a memória do Brasil, abrangendo o patrimônio científico e histórico, entre outros, para fins de obter linhas de financiamento através do programa.

3.4.6 - Decretos brasileiros ratificando Convenções

Podemos ver na legislação cultural brasileira diversos decretos que ratificam instrumentos internacionais, como as Cartas Patrimoniais, que basicamente

² MINISTÉRIO DA CULTURA, Programa Nacional de Apoio à Cultura, O que é? Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>> Acesso em: Nov de 2013.

contemplam nosso objeto de estudo em diferentes graus e contextos. O Decreto Nº 26.675/49 promulga a Convenção Interamericana sobre os direitos de autor em obras literárias, científicas e artísticas, firmada em Washington em 1946, assim como o Decreto Nº 44.851/58, promulga o Protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, firmado em Haia, 1954. O Decreto Nº 72.312/73 promulga a Convenção de Paris de 1970, sobre as medidas para proibir atividades ilícitas envolvendo bens culturais, e o Decreto nº 80.978/77, promulga a Convenção de Paris de 1972. Anos depois temos o Decreto N.3166/99 promulgando a Convenção da UNIDROIT firmada em Roma em 1995, sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados, como os bens relacionados com a história das ciências e da técnica, bem como à vida dos pensadores e sábios, e as fontes textuais com interesse histórico e científico, isolados ou em coleções (anexo, alíneas “b” e “h”).

3.5 - O Patrimônio de C&T na Legislação Brasileira de Museus: breve análise

A legislação brasileira de museus é composta por alguns poucos instrumentos legais. A análise pode ser iniciada pela Lei Nº 7.287, de 18 de Dezembro de 1984, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo, regulamentada no ano seguinte pelo Decreto Nº 91.775/85 que autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Museologia. No rol taxativo que lista as 14 atribuições profissionais do museólogo, podemos ver uma breve menção à valoração de caráter científico:

Art. 3º - São atribuições da profissão de Museólogo:
(...)

XII - realizar perícias destinadas a **apurar o valor histórico**, artístico ou **científico** de bens museológicos, bem como sua autenticidade;

Portanto, uma das funções do museólogo é periciar o bem musealizado para apurar seu valor histórico ou científico e sua autenticidade. Apesar de o museólogo dever contemplar o valor científico de um bem cultural, isso não significa necessariamente que este seja visto pelo prisma tecnológico.

Analisando a lei que institui o Estatuto de Museu (Lei Nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009), é possível verificar a seguinte redação disposto logo no início do instrumento jurídico:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as **instituições** sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, **conjuntos e coleções de valor histórico**, artístico, **científico, técnico** ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Na definição de museu do estatuto, podemos ver instituições que promovem a salvaguarda de conjuntos e coleções de valor histórico, científico e técnico, contemplando nosso objeto de estudo.

Outras leis e decretos da legislação brasileira de museus também foram analisadas como: a Lei Nº 11.906/09, que cria o Instituto Brasileiro de Museus; o Decreto Nº 5.264/04, que cria o Sistema Brasileiro de Museus; a Lei Nº 11.328/06, que institui o ano de 2006 como Ano Nacional de Museu; o Decreto de 31 de Maio de

2004, que institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo; e o Decreto N° 6.845/09, que regulamenta questões estruturais do IBRAM. Entretanto, nenhum desses instrumentos legais menciona especificamente o patrimônio cultural de C&T.

4. Considerações Finais

Pelas análises realizadas, pode-se concluir que apesar da existência de menções ao patrimônio cultural de ciência e tecnologia, tanto na Constituição Federal, como na legislação federal cultural, tais menções são por vezes genéricas e não atendem plenamente às especificidades deste tipo de patrimônio, sendo pertinente o aprofundamento de tais mecanismos jurídicos.

Além de constituir um imenso desafio, a preservação do patrimônio cultural de C&T e sua reinserção na vida social dependem, além da iniciativa dos profissionais da preservação, de amparos legais que normatizem seu manuseio em todo território nacional. Discussões transdisciplinares devem ser promovidas entre profissionais dos campos das ciências humanas, exatas e biológicas, de maneira a propiciar a percepção de sua relevância, o que nem sempre acontece. Políticas públicas eficazes e sólidas balizas legais podem contribuir para alterar a situação identificada, ou desenvolver coletivamente uma proposta de novos instrumentos legais, para a eficaz e sistemática proteção do Patrimônio Cultural de Ciência & Tecnologia.

O Estado deve ser responsabilizado, em comunhão com a sociedade, em resgatar, manter, preservar, conservar, restaurar, pesquisar, expor e divulgar, bem como garantir os meios de ampliação do patrimônio cultural tangível da Ciência e Tecnologia. Porém, além disso, o Poder Público, na preservação dos bens culturais

móveis, obrigatoriamente, deveria fazer uma coleta dos objetos científicos gerados pelas instituições nacionais, que após triagem, seriam tombados ou protegidos e recolhidos à instituição pública competente voltada a preservação, próximas ou não de seu lugar de origem, da forma mais coerente e legítima possível, ou preferencialmente permanecerem preservados em seus locais originais (preservação *in situ*). Tal triagem deveria ser realizada por um conselho técnico heterogêneo, de membros rotativos, provenientes de setores da sociedade civil ligados à cultura, à ciência e à tecnologia.

Além disso, é possível constatar claramente a necessidade de diferentes tipos de legislação dialogarem para proteger o Patrimônio Cultural de C&T e diferentes organismos compartilharem a responsabilidade e trocar informações para atingir tal fim, para além do setor de cultura.

Outra iniciativa importante para a preservação desse tipo de patrimônio seria a criação de um Banco de Dados Virtual Nacional de Patrimônio Cultural de C&T, e incentivos das agências de fomento para viabilizar a disponibilização de espaço físico adequado para instituições que detiverem coleções desse tipo, de forma a permitir sua melhor preservação e fomentar a visitação pública. Finalmente, sugere-se, a exemplo do que ocorre na Europa, a criação do Dia Nacional do Patrimônio Universitário Brasileiro, onde diversas instituições de ensino superior celebrariam, através de diversas atividades com a sociedade, o patrimônio sob sua salvaguarda.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Livros Didáticos entre Textos e Imagens. In: BITTENCOURT, Circe, e colaboradores (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 69.

CAUNE, Jean, La Culture Scientifique et Technique à L'ère de L'Imformation, de la communication et de la Connaissance, In: **Culture et Communication, Convergences théoriques et lieux de médiation**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006. p.124.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, v.11, n.23, p.15-36, jan. / jun. de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. 2012

GOUVÊA, Guaracira. A Cultura Material e a Divulgação Científica. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (orgs.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**, Livro eletrônico, Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.327-344. Disponível em: http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf. Acesso em: 25 Nov. 2013.

GRANATO, Marcus, CAMARA, Roberta, Patrimônio, Ciência e Tecnologia: Inter-relações, In: CARVALHO, Claudia; GRANATO, Marcus; BENCHETRITI, Srara (Org.) **Um Olhar Contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.175-204.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires; OLIVEIRA, Pedro Louvain de Campos; SANTOS, Liliane Bispo dos; HANDFAS, Ethel R.. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO: RESULTADOS DE PESQUISA. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2013, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/8/395>. Acesso em: 20 de Nov. 2013.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Notas Sobre O Papel das Coleções Museológicas na Divulgação da Ciência; In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio

F. Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia, Livro eletrônico, Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.351-356 .

LOUVAIN, Pedro; GRANATO, Marcus, Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural de Ciencia e Tecnologia: Legislação, Tombamentos e Propostas. In: IV Seminário Internacional – Políticas Culturais, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Pedro-Louvain-et-alii.pdf>. Acesso em: 20 deNov. 2013.

PAIVA, Sílvia Maria C. A Privatização no Brasil: Breve Avaliação e Perspectivas. **Revista da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**, v.22, n.2, p. 104-117,1994. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/821/1086>> Acesso em: Julho de 2012.

SOARES, Maria Celina. ARQUIVOS DE LABORATÓRIO: O cientista e a preservação de documentos. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**, Livro eletrônico, Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.104-119. Disponível em: http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf . Acesso em 20 de Nov. 2013.

TAUB, Liba. On Scientific Instruments. **Studies in History and Philosophy of Science**, n.40, p.337-343, 2009. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/shpsa> Acesso em: 15 de Mar. 2011

Fontes Primárias

ARQUIVO NORONHA SANTOS, IPHAN, Ministério da Cultura, Governo Federal; Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>> Acesso em: Maio de 2012

ACRE, Constituição do Estado do, de 3 de outubro de 1989. Assembleia Legislativa do Acre. Disponível em: <http://www.aleac.net/sites/default/files/Constituicao_Estadual.pdf> Acesso em: Janeiro de 2011

ALAGOAS, Constituição do Estado de, de 05 de Outubro de 1989. Gabinete Civil do Governo de Alagoas. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/Constituicao%20do%20Estado%20de%20Alagoas.pdf>> Acesso em: Janeiro de 2011

AMAPÁ, Constituição do Estado do, 20 de dezembro de 1991. Assembleia Legislativa do Amapá. Disponível em: <<http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=indconst>>
Acesso em: Janeiro de 2011

AMAZONAS, Constituição do Estado do Amazonas, de 5 de outubro de 1989, Biblioteca Virtual do Senado. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70430/17/CE_A Amazonas.pdf>
Acesso em: Março de

BAHIA, Constituição do Estado da, de 05 de Outubro de 1989. Assembleia Legislativa da Bahia Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/PublicitaoPHP/Uploads/04092012143627000000_constituicao Estadual_04112009.pdf> Acesso em: Janeiro de 2011

BRASIL, Constituição do, de 5 de outubro de 1988, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos; Brasília, 2011 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: Fevereiro de 2011

CEARÁ, Constituição do Estado do, de 05 de Outubro de 1989. Governo Estadual do Ceará. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/simbolos-oficiais/constituicao-do-estado-do-ceara>> Janeiro de 2011

DISTRITO FEDERAL, Lei Orgânica do, de 8 de junho de 1993. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Disponível em: < <http://www.cl.df.gov.br/pesquisa-de-leis-e-proposicoes;jsessionid=326D050E0D407CAABD2A3B705901D4B3.liferay2>>
Acesso em: Janeiro de 2011

ESPÍRITO SANTO, Constituição do Estado do, de 5 de outubro de 1989. Assembleia Legislativa de Espírito Santos. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf> Acesso em: Janeiro de 2011

GOIÁS, Constituição do Estado de, de 05 de Outubro de 1989. Gabinete Civil do Governo de Goiás. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/constituicoes/constituicao_1988.htm> Acesso em: Janeiro de 2011

MARANHÃO, Constituição do, de 05 de Outubro de 1989. Assembleia Legislativa do Maranhão. Disponível em: <<http://www.al.ma.gov.br/constituicao/constituicaoma.pdf>>
Acesso em: Janeiro de 2011

MATO GROSSO DO SUL, Constituição do Estado do, de 05 de Outubro de 1989. Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.al.ms.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=vY9Gt9a1ypw%3D&tabid=220>>

Acesso em: Janeiro de 2011

MATO GROSSO, Constituição do Estado do, de 05 de Outubro de 1989. Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/TNX/storage/constituicao-de-mato-grosso.pdf>> Acesso em:

Janeiro de 2011

MINAS GERAIS, Constituição do Estado de, 21 de setembro de 1989. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>> Acesso em: Janeiro de 2011.

PARÁ, Constituição do Estado do Pará, 5 de outubro de 1989. Disponível em: <<http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaoDoParaateaEC48.pdf>> Acesso em: Janeiro de 2011.

PARAÍBA, Constituição do Estado da Paraíba, de 05 de Outubro de 1989. Biblioteca Virtual do Senado. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70448/13/CE_Paraiba.pdf> Acesso em:

Janeiro de 2011.

PARANÁ, Constituição do Estado do, de 5 de outubro de 1989. Assembleia Legislativa do Paraná Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtoAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&retiraLista=true>> Acesso em: Janeiro de 2011.

PERNAMBUCO, Constituição do Estado de, de 05 de Outubro de 1989. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/downloads/legislativo/ConstituicaoEstadual.pdf>> Acesso em: Janeiro de 2011.

PIAUÍ, Constituição do, de 05 de outubro de 1989. Biblioteca Virtual do Senado. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70447>> Acesso em: Janeiro de 2011.

RIO DE JANEIRO, Constituição do Estado do, de 5 de outubro de 1989. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo6.htm>> Acesso em: Janeiro de 2011.

RIO GRANDE DO NORTE, Constituição do Estado do, de 03 de Outubro de 1989. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/legislacao/constituicao_estadual/constituicaoestadual.pdf>

Acesso em: Janeiro de 2011.

RIO GRANDE DO SUL, Constituição do Estado do, de 3 de outubro de 1989. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=0jpsfTIZnoo%3d&tabid=3683&mid=5359>>

Acesso em: Janeiro de 2011.

RONDÔNIA, Constituição do Estado de, de 28 de setembro de 1989. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_rondonia.pdf>

Acesso em: Janeiro de 2011

RORAIMA, Constituição do Estado de Roraima, 31 de dezembro de 1991. Assembleia Legislativa de Roraima. Disponível em: <http://www.al.rr.gov.br/publico/setores/000/2/download/constitui%C3%A7%C3%A3o_estadual.pdf>

Acesso em: Janeiro de 2011.

SANTA CATARINA, Constituição do Estado de, de 5 de outubro de 1989. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/CESC%202012%20-%2063%20e%2064%20emds.pdf>>

Acesso em: Janeiro de 2011.

SÃO PAULO, Constituição do Estado de, de 5 de outubro de 1989. Assembleia Legislativa de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/constituicao%20de%2005.10.1989.htm>>

Acesso em: Janeiro de 2011.

SERGIPE, Constituição do Estado de, de 05 de Outubro de 1989. Assembleia Legislativa de Sergipe. Disponível em: <http://www.al.se.gov.br/cese/constituicao_do_estado_de_sergipe_2007.pdf>

Acesso em: Janeiro de 2011.

TOCANTINS, Constituição do Estado do, de 5 de outubro de 1989. Assembleia Legislativa de Tocantins. Disponível em: <<http://www.al.to.gov.br/>>

Acesso em: Janeiro de 2011.

RESERVA TÉCNICA MUSEOLÓGICA DO MUSEU DA MEDICINA DE PERNAMBUCO: ANÁLISE ESTRUTURAL DO ESPAÇO

Rebecka Borges da Nóbrega Chaves*

Bruno Melo de Araújo**

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar a análise dos aspectos físicos da reserva técnica do Museu da Medicina de Pernambuco (MMP) evidenciando os aspectos estruturais e arquitetônicos deste espaço. Nossa metodologia de trabalho consistiu na identificação dos principais fatores de deterioração na reserva técnica do MMP, a avaliação dos riscos mediante o conhecimento detalhado da situação e, por fim, o estabelecimento de normas e procedimentos que garantam a preservação e proteção do patrimônio cultural. A partir de leituras específicas em Toledo (2010), Froner (2008) delineamos nossa linha de atuação e reflexão no intuito de propor reformulações do espaço e proporcionar sua otimização.

225

Palavras-chave: Conservação preventiva; Preservação; Reserva Técnica.

RESERVA TÉCNICA MUSEOLÓGICA DO MUSEU DA MEDICINA DE PERNAMBUCO: ANÁLISE ESTRUTURAL DO ESPAÇO

Rebecka Borges da Nóbrega Chaves*

Bruno Melo de Araújo**

Introdução

Os museus possuem atividades de funcionamento que se desdobram entre a conservação, documentação, pesquisa e a comunicação dos seus objetos e coleções. Estas atividades que por muitos podem ser consideradas antagônicas, devem e estão totalmente interligadas. Sendo assim, para que o museu desempenhe suas atribuições de forma satisfatória, deve-se realizar um plano de conservação do seu acervo. Este plano garantirá tanto a mitigação dos fatores de deterioração, como também o acesso aos bens culturais.

Dentre as diretrizes de planejamento, os museus devem pensar em espaços projetados, planejados, monitorados a partir dos preceitos da Conservação Preventiva. Designamos este espaço como Reserva Técnica. Segundo Froner (2008):

A reserva técnica deve ser prevista não como uma área inferior, de menor importância em relação às áreas expositivas, de pesquisa ou administrativas. Seu valor é estratégico, demanda planejamento de segurança e controle climatológico estrito.

Seguindo esta proposição, nosso estudo consiste na realização de um

* Graduada em Museologia, Universidade Federal de Pernambuco.

** Professor do Departamento de Museologia e Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

diagnóstico das condições estruturais da reserva técnica do Memorial da Medicina de Pernambuco. A avaliação deste espaço se construiu no sentido de possibilitar um norteamento das atividades de conservação dos acervos encontrados na instituição e consequentemente fornecendo dados que subsidiem o processo decisório.

A Reserva Técnica do Memorial da Medicina: A demarcação de um espaço

Para realização do diagnóstico da Reserva Técnica do Memorial da Medicina, foi construído um plano de trabalho que visou à identificação dos padrões climáticos externos e internos do museu, direcionados a R.T., avaliando a interação entre os meios e identificando os principais agentes que possibilitam a variação de climática. Em um segundo momento, avaliamos a estrutura do prédio e sua constituição material. Assim, com estes dados, discutimos as possibilidades do seu redimensionamento.

O Memorial da Medicina é um edifício tombado em nível estadual, realizado pela FUNDARPE. Sua solicitação de tombamento foi feita em 1984, pela Universidade Federal de Pernambuco, com o intuito de preservar o seu valor arquitetônico, artístico e sentimental. O mesmo foi projetado pelo arquiteto Giacomo Palumbo, que também projetou o atual Palácio da Justiça de Pernambuco ^[1].

Em um dos trechos que compõem a solicitação de tombamento, o Professor George Browne Rego ^[2], nos relata a importância deste espaço para o estado pernambucano:

A história do nosso Estado não pode ser escrita sem se reservar espaço para a Faculdade de Medicina, seus Diretores, seus Professores, não se podendo apagar o

marco que representa o prédio onde funcionou o Curso Médico, durante três décadas aproximadamente.

A sua importância foi exaltada, no entanto, um fator de extrema relevância pode ser lido a partir do seu tombamento. Trata-se da dificuldade de se realizar alterações estruturais no edifício. Soma-se a este fator, que esta construção não foi dedicada a um museu, não apresentando requisitos necessários para a coleta e guarda de acervos.

Atualmente o MMP, é um espaço que abriga diversas instituições, dentre elas o Museu da Medicina de Pernambuco. O acervo desta instituição, pertence ao Instituto Histórico da Medicina Pernambucana e está locado em três salas expositivas. Visando a construção de um espaço adequado para a guarda de parte do acervo, visto que, toda a coleção estava exposta, foi desocupada uma sala administrativa do Instituto Histórico da Medicina de Pernambuco para a recepção da reserva técnica.

Percebemos que a reserva técnica deve ser prevista não como uma área inferior, de menor importância em relação às áreas expositivas, de pesquisa ou administrativas. Seu valor é estratégico, demanda planejamento de segurança e controle climatológico estrito (FRONER, 2008).

Salientamos a importância deste espaço para o museu. A demarcação de um local específico em que os objetos sofram o mínimo de intervenção e que responda as exigências mínimas de conservação que antecipem os riscos de degradação, substituindo-os por condições favoráveis de conservação foi um movimento importante na construção de uma política de conservação no museu.

Nesta etapa posterior a esta demarcação, nossa ação consistiu no

mapeamento e análise deste espaço que foi designado como reserva técnica. Iniciamos com a identificação dos aspectos estruturais e arquitetônicos do espaço, levando em consideração a localização geográfica do Museu e os fatores de meio externo, pontuando suas as condições atmosféricas (índices de temperatura e umidade do ar) através de medições de curto período que apresentaram dados que comprovam a presença de agentes que corroboram para a aceleração da deterioração do acervo existente na reserva, que por sua vez deixaria de cumprir com sua função de acondicionar corretamente os objetos e assim, teriam seu tempo de duração reduzida. Como aponta Toledo (2010):

Sabemos que condições atmosféricas inadequadas (no nosso caso, altos valores de temperatura e umidade do ar) aceleram o processo de degradação e perda da matéria. [...] O controle ambiental é feito para retardar o processo natural de degradação da matéria e depende da coleção (suas características e necessidades físicas), do edifício (suas características físicas, materiais construtivos, idade, tipo de uso etc.), dos recursos institucionais (humanos e financeiros), do clima local e do acesso à documentação pelo visitante (características, número e frequência etc.).

Nesse sentido, vislumbramos com essa pesquisa subsidiar um aprimoramento deste espaço maximizando as suas possibilidades de uso, pensando no redimensionamento estrutural e espacial que consiga lidar com o acervo e as dificuldades ambientais (internas e externas) do Museu.

O Memorial da Medicina: entre o ideal e o real

Para entender melhor a construção do estudo é necessário definir o que é uma reserva técnica, como se estrutura, como se dá sua organização e quais os equipamentos que a constitui. Segundo Froner (2008):

É fundamental que esta área seja projetada, planejada, organizada, monitorada e mantida a partir de princípios, conceitos, modelos e paradigmas da Conservação Preventiva. Do projeto arquitetônico aos programas de controle ambiental (monitoramento do clima, da luz, das pragas); da concepção do mobiliário ao desenho dos invólucros; do acesso à segurança; do manuseio à consulta, todas essas questões devem ser levadas em conta na prática institucional de salvaguarda das coleções.

Percebemos assim que existe todo um planejamento para construção de uma reserva técnica ideal, como também espaços que a envolve, como laboratório de higienização do acervo e áreas de movimentação das peças para pesquisa. Também é necessário saber qual tipo de acervo ela irá receber, pois isso determinará os possíveis mobiliários e equipamentos adequados, tais como *Traineis*, *Armários deslizantes*, *mapotecas*, para assim melhor dimensionar o espaço da reserva. Porém, existem disparidades entre o que é dito ideal é o que se possui nos museus pelo fato da construção dos espaços não estarem ligados a sua finalidade atual.

No processo de diagnóstico da reserva técnica do Museu da Medicina de Pernambuco, encontramos uma condição distante do que se entende como ideal.

Para melhor entendimento desta dinâmica, estudamos os aspectos físicos da

reserva técnica tais como, suas condições ambientais, estruturais e financeiras; visto que “algumas patologias são consequências da ação de intempéries; do desgaste natural dos materiais que foram utilizados na sua concepção; da falta de manutenção periódica e adequada de alguns elementos da construção” (VERÇOZA. 1991).

A nossa análise teve como foco inicial o Macro-ambiente do Museu, com estudos dos aspectos externos a instituição, mas que interferem na sua estrutura e no acervo. O primeiro elemento de grande relevância está na proximidade do museu ao Rio Capibaribe.



Edifício do Memorial da Medicina de Pernambuco



Localização geográfica do Memorial da Medicina de Pernambuco.

Compreendemos que esta proximidade promove um desgaste estrutural pela umidificação da alvenaria que serve de alicerce para sua fundação. A água em contato com as bases da construção tem provocado o aparecimento de sais solúveis (como cloretos, nitratos e sulfatos). Somando-se a este observamos o aparecimento de micro-organismos que dentro da reserva técnica vêm acelerando o desgaste do acervo. Como aponta-nos Cóias (2006):

A presença da umidade nas paredes ou em outros componentes da construção pode conduzir, por exemplo, à deterioração estrutural, à perda de revestimentos decorativos, às alterações das condições de habitabilidade e conforto, e ao desenvolvimento de microrganismos que podem ser prejudiciais à saúde.

Sabemos que o material que constitui a alvenaria é do final da década de vinte do século XX, compostas por tijolos de barro e pedra com argamassa de assentamento e argamassa de revestimento, cujas características são higroscópicas¹, que

¹ É a capacidade que um material tem, em função da umidade do ar, de absorver água.

nos revelou problemas de percolação² ou umidade ascendente do solo, da eflorescência³ e criptoflorescências⁴.

Além dos fatores já indicados, devemos salientar que a sala designada para se construir como reserva técnica apresenta em seu interior instalações hidráulicas de um sanitário que se encontra desativado (FIGURA 01). “A fim de eliminar os riscos de inundação, não deve existir nas áreas da reserva técnica qualquer tipo de tubulação ou encanamento hidráulico” (MIRABILE. 2010). O que entra em direto atrito com as condições necessárias para uma reserva técnica segura.

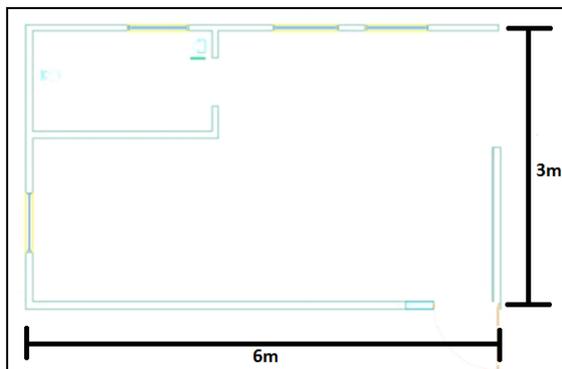


Figura 1: Planta simples da Reserva Técnica

Como muitas construções da época, foram construídas paredes de larga

² Passagem de um líquido por um corpo com poros, no caso, infiltração através do telhado.

³ (São depósitos cristalinos de cor branca que surgem na superfície do revestimento, como pisos cerâmicos ou não), paredes e tetos, resultantes da migração e posterior evaporação e soluções aquosas salinizadas.

⁴ Cristalização de sais no interior de elementos construtivos (paredes, lajes, etc). Os cristais formados têm grande dimensão e aderem à superfície interior do elemento construtivo, vindo aumentar de volume e causando a desagregação dos materiais.

espessura que se constituíam de blocos onde a incidência de sódio era grande, além de sua proximidade com o rio, que como já dito permite a maior incorporação de cristais de salinos e assim, aumentando a absorção da umidade, ocasionando infiltrações e enfraquecendo a estrutura, que sofre ação de outros intempéries, como a incidência solar, agentes corrosivos e a própria poluição, como a fuligem, poeiras e fumaças que são transportadas pelo ar.

Estes elementos somados formam camadas e crostas sobre a pintura do prédio, ocasionando também sua corrosão e erosões progressivas que agridem a estrutura. Não só é prejudicial à salinização das paredes, mas como mostra a Figura 1, a reserva possui três janelas que medem entre 120 cm x 230 cm, onde possibilitam a incidência solar em horários que os raios estão mais intensos, sendo assim, janelas são “portas de entrada” para os agentes que são prejudiciais causando danos em curto prazo ao acervo, e a própria estrutura do espaço, no caso em questão, da reserva.

“A deterioração da madeira pode não ser consequências de ação biológica e sim, resultado de ações físicas e químicas (...) a umidade faz a madeira dilatar e contrair muito mais que o efeito da temperatura (...).” (VERÇOZA. 1991.). Abordando assim o que Verçoza nos apresenta, temos mais uma vez danos causados pela umidade que vem do rio, como já dito, as janelas apresentam fissuras que são a porta de entrada pra agentes biológicos e infiltrações, foram detectados bactérias (através de testes simples pela coloração e resistência da madeira e o “teste do canivete”), que facilitam a penetração de outros agentes como os fungos e até mesmo insetos, que corroem internamente a madeira, permitindo achar que ela está saudável quando na verdade está apodrecendo, o que poderá vir a causar mais problemas em caso de chuvas fortes ou

com ventos.

Como a análise estrutural e ambiental ainda está no começo, os dados relacionados à temperatura e a umidade ainda são um tanto incertos, para a produção deste artigo, foram feitas medições de curto prazo utilizando o *higrômetro* e o *dataloggers*, onde obtivemos gráficos de dentro da reserva e relacionando a outras medições realizadas durante uma cadeia do Curso de Bacharelado em Museologia, que trata da Conservação de Bens, tornando possível uma estimativa do Macro x Micro Ambiente (considerando, Macro-Ambiente o Claustro do Memorial x Micro-Ambiente a Reserva Técnica).

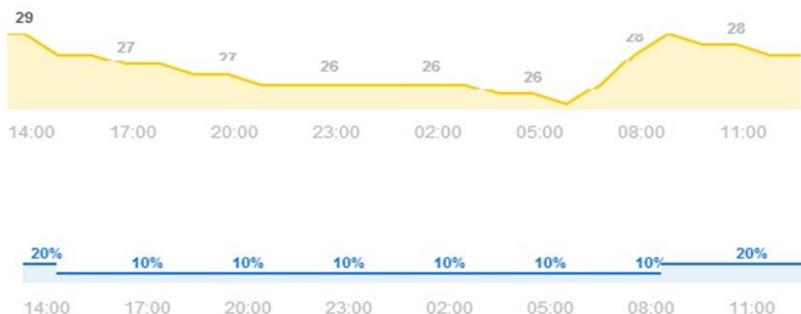


Figura 2: Medição de temperatura e umidade do Claustro do Memorial

Os gráficos a baixo apresentam a temperatura e a precipitação medidos durante uma semana no mês de janeiro.

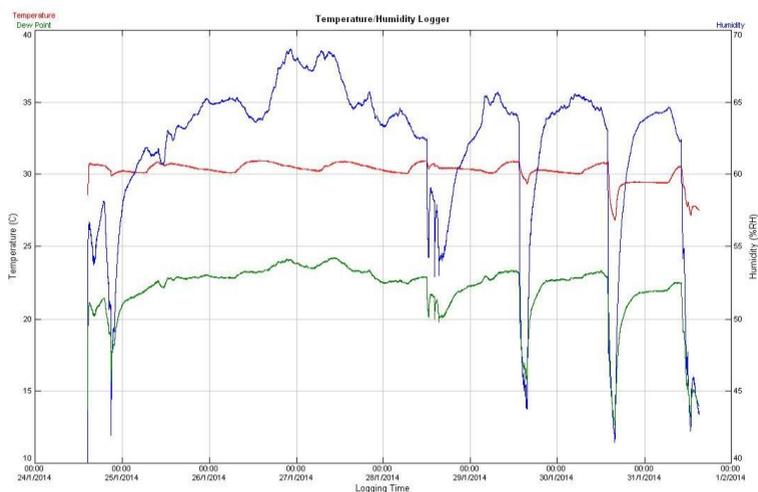


Figura 3: Gráfico de medição de temperatura e umidade da Reserva Técnica. Período de 24.01 a 01.02.

Com base nesses dados, observamos que mesmo em curto prazo, as variações são críticas, que terminam por expor o acervo encontrado na reserva, que deveriam variar entre 21° C e 50% de umidade, aqui entra as condições financeiras da instituição, que teria dificuldades de manter esse ambiente estável, devido ao alto consumo de energia em longo prazo, mas também entra outra questão crítica, pois o acervo já sofre nessas condições há pelo menos dez anos, modificá-las de um instante para outro poderia causar um choque, ou o que Toledo chama de *Proofed Fluctuation*, que é o stress devido à modificação brutal de temperatura e umidade em curto espaço de tempo.

“Nos trópicos quentes e úmidos, é difícil reduzir os valores de temperatura e umidade relativa do ar, sendo melhor evitar ganhos de calor e umidade pelo edifício. É preciso avaliar a sustentabilidade dos sistemas de controle climático, antes de optar por um determinado modelo.” (TOLEDO. 2010)

Toledo apresenta uma possibilidade de solução para as condições ambientais com relação à historicidade do prédio, que consistiria em fazer o controle da luz natural e a ventilação que se daria por meio de filtros nas janelas e a abertura das janelas, onde permitiria a circulação de vento, porém, a segurança e a localização do prédio não permitem que isso se aplique dessa forma, dado que não existem grades e nem seguranças fazendo rondas em torno do prédio, e a abertura das janelas ainda ocasionaria a entrada de outros dois agentes de deterioração, que são a maresia do rio e a poluição da via que passa ao lado da reserva.

De acordo com análise que resultou na detecção de agentes físico-químicos e biológicos, salientamos a as dificuldades de lidar com um acervo tão variado, pois o mesmo é orgânico e inorgânico, e realizar o controle de pragas e de ambientes torna a situação mais delicada se tratando de um espaço tão pequeno, logo, para o redimensionamento da reserva, haveria a necessidade de tocar em vários pontos, tais como a neutralização do encanamento do banheiro presente no espaço da reserva, e uma posterior modificação, fazendo daquele espaço uma possível sala para guardar apenas acervos documentais, permitindo assim controlar todos os aspectos ambientais dentro dele. E a atual reserva técnica, caberia o redimensionamento do espaço (e a possibilidade do seu aumento) junto ao mobiliário, e a separação por tipologia de materiais, facilitando assim a movimentação dentro dela, e criando um mapeamento que deverá ficar disponível a todos os que trabalham no museu, facilitando a localização de cada peça, e evitando que as pessoas passem muito tempo junto ao acervo e venham a modificar umidade, temperatura e diminuindo os riscos de choque

com algum objeto ou mobiliário, evitando assim, acidentes posteriores.

Resultado

Nossas ações contribuíram para minimizar os danos ao acervo com ações emergenciais, tais como a separação dos objetos da superfície que servem de suporte, com a utilização de papéis de livres de acidez. O início do processo de limpeza mecânica dos objetos que se encontram na reserva técnica, para que haja uma diminuição nas sujidades presentes em parte do acervo, impossibilitando assim contaminação do resto do acervo.

A manutenção da reserva auxilia também as atividades dentro do Museu que termina por realizar a função de “laboratório”, através de algumas disciplinas oferecidas pelo curso de Bacharelado em Museologia da UFPE, que utilizam o Museu da Medicina de Pernambuco como referência.

238

O desenvolvimento do projeto de reformulação da reserva técnica busca dar continuidade a todas as ações já realizadas no Museu da Medicina de Pernambuco, permitindo uma maior organização do espaço, e aumentando a visibilidade do espaço e facilitando a elaboração de projetos científicos referentes ao acervo e ao espaço que está o Museu.

Notas

[¹] Fonte: <http://www.tjpe.jus.br/judiciario/desembargadores/historia.asp>

[²] Reitor da Universidade Federal de Pernambuco em novembro de 1983 a novembro de 1987.

(Fonte: http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=190)

^[3] Museólogo responsável pela reserva técnica do Museu Histórico Nacional

REFERÊNCIAS

TOLEDO, Franciza. Preservação Através do Controle Ambiental. In: **Boletim Eletrônico da ABRACOR – Número 3**. Rio de Janeiro, 2011.

FRONER, Yacy-Ara. Reserva Técnica. In: **Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções 8**. Belo Horizonte: LACICOR - EBA - UFMG, 2008.

VERÇOZA, Enio José. **Patologia das Edificações**. Porto Alegre: Sagra, 1991.

CÓIAS, Vítor. **Inspeção e ensaios na reabilitação de edifícios**. Lisboa. IST PRESS, 2006.

GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

MIRABILE, Antônio. **Boletim Eletrônico da ABRACOR – Número 1**. Junho de 2010.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apego devorador?** *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 74-80, Brasília, DF: MINC/IPHAN, 2005.

PRESERVAR E PROTEGER A MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UMA QUESTÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Simone Rosa de Oliveira*

Resumo:

Os trabalhos acerca da memória vêm ganhando importância nas organizações por atender às necessidades de comunicação, uso e recuperação da informação de modo a fornecer uma melhor compreensão da trajetória histórica de uma instituição. No entanto, relacionar memória com instituição quase sempre é bem complicado, pois demanda um conhecimento do todo, a respeito das regras e das normas que determinam o funcionamento das instituições, além de trazer à tona a questão do esquecimento induzido, intencional, que deixa para trás, nomes, processos, documentos importantes que separam os tempos. Em 2012, a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, indicou como melhor prática de gestão do Instituto de Tecnologia de Pernambuco, o setor Memória Técnica. Sendo assim, encontrar-se-á neste trabalho a boa prática como forma de contribuir para a gestão de conhecimento.

240

Palavras-chave: memória; gestão do conhecimento; Instituto de Tecnologia de Pernambuco.

* Mestre em Ciência da Informação. Assessora de gestão do conhecimento no Instituto de Tecnologia de Pernambuco. E-mail: simone.rosa@itep.br

PRESERVAR E PROTEGER A MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UMA QUESTÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Simone Rosa de Oliveira*

1 Introdução

Devido ao grande número de massa documental gerada diariamente dentro de uma instituição, tem-se em vista uma necessidade de gerenciamento informacional para facilitar o processo de busca, armazenamento e recuperação das informações, e com isso contribuir para a construção da memória institucional. Essa gestão pressupõe, portanto uma intervenção no ciclo de vida dos documentos desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para guarda permanente: "considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente." (BRASIL, 2012)

Importante mensurar a oportunidade de se observar procedimentos metodológicos referentes ao uso da informação para o bem estar social da instituição e especialmente contribuir para o fortalecimento da memória; bem como oportunizar e tornar forte as linhas de pesquisas, especialmente a memória posta como insumo da atualidade, atrelada ao desenvolvimento sócio econômico local.

* Mestre em Ciência da Informação. Assessora de gestão do conhecimento no Instituto de Tecnologia de Pernambuco. E-mail: simone.rosa@itep.br

Considerando os critérios para se estabelecer um uso adequado das informações numa instituição que apresenta como propósito a salvaguarda do patrimônio, cabe ressaltar o papel da memória e informação que tanto podem representar instrumentos de dominação e domesticação dos indivíduos quanto apresentar-se como ferramenta imprescindível à sua libertação. (LE GOFF, 2003)

As práticas de Gestão do Conhecimento (GC) são fundamentais para a sobrevivência das instituições no mercado competitivo. O conhecimento gerado nas pessoas se dá através da compreensão das informações apreendidas no rol das experiências vivenciadas. No entanto, para que ocorra o processo de gestão do conhecimento é imprescindível que as informações sejam disseminadas e compartilhadas entre os colaboradores de uma instituição. Mas, o que vem a ser GC? Para a Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC), a gestão do conhecimento é o processo sistemático, integrado e transdisciplinar que promove atividades para criação, identificação, organização, compartilhamento, utilização e proteção de conhecimentos estratégicos, gerando valor para as partes interessadas. É sabido que, a preservação de uma identidade institucional prevê a constituição do seu próprio lugar de memória, onde a matéria-prima que se torna mais importante nesse processo é a informação.

O Instituto de Tecnologia de Pernambuco – Itep, criado em 1942 pelo interventor Agamenon Magalhães para dar assistência tecnológica às atividades de Engenharia Civil no Estado é hoje um centro de referência regional na oferta de soluções tecnológicas e visa à modernização e o desenvolvimento sustentável de Pernambuco e da Região Nordeste do Brasil. Considerado um dos centros tecnológicos

mais importantes do país, nos seus 71 anos de história vem desenvolvendo um trabalho de memória que busca como resultado identificar os processos vivenciados pela instituição, no intuito de despertar a conscientização em torno da importância de preservar a memória institucional na constituição de um lugar de memória.

Em 2012, a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI, indicou como melhor prática de gestão do Instituto de Tecnologia de Pernambuco, o setor Memória Técnica. Sendo assim, encontrar-se-á neste trabalho a boa prática como forma de contribuir para a gestão de conhecimento.

2 A Memória Técnica como Prática de Gestão do Conhecimento – O Caso do Instituto de Tecnologia de Pernambuco

Trabalhar com a memória de uma empresa é trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes que se reconhecem como tais e, assim, constroem as identidades individuais e a coletiva - imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição (FONTANELLI, 2005, p. 11). A prática de gestão que tem como base a preservação e proteção da memória é relevante para os processos de tomada de decisão, sobretudo por contribuir com diversas áreas. Uma instituição precisa construir alicerces necessários para estabelecer uma cultura de gestão do conhecimento, como importante medida para tornar suas práticas organizacionais mais eficazes. Pollak (1989) vem colaborar para essas questões quando menciona que a memória é a operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. Relaciona-se com a preservação do patrimônio:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (...) A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p. 9)

As práticas de GC que envolvem a memória vêm ganhando respaldo nas instituições, isso porque “a memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar” (BOSI, 1994, p. 68). Com base nessa capacidade que as instituições podem desenvolver no quesito de inovação e desenvolvimento, é bom lembrar que no final do século XX, empresas começaram a utilizar o conceito “organizações que aprendem”, entendendo que, uma organização que aprende, incluindo os indivíduos que dela fazem parte, é capaz de desenvolver capacidade de adaptação e mudança (ROBBINS, 1999). Essa capacidade de aprendizagem requer uma compreensão das experiências passadas e das presentes para constituir um futuro com vistas à inovação e desenvolvimento. No entanto, isso só é possível quando a instituição se preocupa com sua memória, permitindo a aplicação de novas práticas voltadas à reutilização e compartilhamento do conhecimento.

As práticas de GC realizadas pelo Itep buscam trazer maiores benefícios, como: otimização de esforços, redução de retrabalho, além de prevenir a perda de informações e de conhecimentos gerados na instituição.

Com vistas a contribuir também para a construção de uma memória organizacional, nota-se que:

- Evitando a perda de capital intelectual, permiti-se a exploração e reutilização de experiências adquiridas nos projetos passados, bem como diminui a repetição de erros;
- Cooperando para a melhoria da circulação e comunicação da informação na empresa, facilita-se a integração do “saber fazer” de diferentes unidades da organização e conseqüentemente a melhoria nos processos de aprendizagem individual e coletivo. Sobretudo, colaborando com a inovação e desenvolvimento de produtos e serviços.

A implantação dessa *Prática de Gestão* que privilegia a memória da instituição visa contribuir para o fortalecimento de uma responsabilidade histórica empresarial, conceito muitas vezes utilizado como um diferencial no mercado por tratar de um conceito sistêmico, onde as instituições entendem a memória institucional como peça para estratégia de administração e comunicação.

Atuam nesse processo, um bibliotecário, um historiador e alunos de Gestão da Informação. Num período de 1 ano e 8 meses, o trabalho foi mencionado pela primeira vez no relatório de gestão do Itep e encaminhado à Abipti que avalia as instituições de pesquisa tecnológica e de inovação através dos critérios de: Liderança; Estratégias e Planos; Resultados; Clientes; Sociedade; Informações e Conhecimento; Pessoas; e Processos. Após avaliação do relatório e visita à instituição, os avaliadores da Abipti, destacaram a partir do Critério 5 – Informações e Conhecimento, item 5.2 –

Ativos intangíveis e conhecimentos organizacional, as atividades desenvolvidas pela Memória Técnica como boas práticas de gestão em 2012, convidando para apresentar essas práticas no Seminário Em Busca da Excelência na Gestão – Ciclo 2013 realizado na sede da Embrapa-Brasília/DF.

2.1 Principais indicadores que demonstram os resultados dessa prática no Itep

- Realização do Seminário Memória das Organizações: entre o discurso e a prática, com vistas a trocar ideias de práticas com outras instituições locais;
- Participação da equipe em seminários e cursos locais e nacionais que abordam a temática;
- Gestão do conhecimento nos ambientes internos da empresa- desenvolvendo trabalhos em dois laboratórios inicialmente;
- I Concurso de Fotografias;
- Participação no Library 2.0 - the future of libraries in the digital age (apresentando o trabalho do Itep para diversos participantes americanos e espanhóis);
- Produção de artigos científicos no âmbito nacional e internacional, de modo a disseminar o trabalho desenvolvido: 11º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD ; XXXV Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação – ENEBD 2012

- Produção de um e-book como resultado do Seminário Memória das Organizações;
- Vídeo Institucional – realizado pelo Centro Tecnológico da Cultura Digital;
- Capítulo de livro sobre memória na editora Interciência.

3 Práticas de Gestão do Conhecimento Aplicadas à Memória Institucional

É sabido que algumas práticas de gestão do conhecimento podem complementar os trabalhos de preservação e compartilhamento do conhecimento no que se refere a prática de memória institucional. Algumas iniciativas de gestão do conhecimento como Lições Aprendidas, Melhores Práticas, Comunidades de Práticas, Narrativas de experiência que integradas às atividades da memória organizacional permitem captar, registrar, preservar e compartilhar o conhecimento gerado.

- Lições Aprendidas - sendo uma das práticas mais eficientes de gestão do conhecimento, as lições aprendidas têm como base a transferência e a reutilização do conhecimento já assimilado anteriormente;
- Melhores Práticas ou Benchmarking - dizem respeito às práticas realizadas em outra situação e que surtiram efeito positivo, nas quais poderiam ser adaptadas na situação atual, como também, às atividades realizadas por outras Instituições, que deram ou estão dando certo que podem ser perfeitamente aplicadas na Instituição.

- Comunidades de prática - tem como objetivo exercer o compartilhamento de conhecimento dentro de um ambiente corporativo. As Comunidades de Práticas se dão com a criação de seminários, reuniões, palestras, discussões acerca de um determinado tema de interesse da Instituição;
- Narrativas de experiência - essa ferramenta de Gestão do Conhecimento muito se assemelha a lições aprendidas. Portanto, destaca-se a importância do armazenamento de informações a partir de registros sonoros ou audiovisuais, através de gravações de vídeos ou de áudio armazenando a narrativa das atividades realizadas pela instituição.

Portanto, relatar e gerir as experiências se torna uma ferramenta valiosa para inovação e novos conhecimentos.

4 Algumas reflexões

Cada vez mais, o ambiente globalizado vem exigindo que cada instituição constitua uma estrutura de organização, de modo a apresentar práticas de gestão com experiências socialmente significativas, que revelem uma continuidade dos seus trabalhos, de modo a garantir uma perspectiva de futuro para a empresa e para aqueles que a fazem.

Como objeto de análise diante de ambientes competitivos numa empresa, a gestão do conhecimento aliada à memória é uma abordagem nova quanto à forma de percebê-la como um ativo intangível que precisa ser administrado na gestão do conhecimento organizacional. A partir do momento que a empresa possibilita processos

que envolvem memória e gestão do conhecimento, se dissemina e se preserva recursos de conhecimento, otimizando esforços que tornam as práticas mais dinâmicas, impedindo retrabalhos.

Portanto, ressalta-se que, dar maior importância ao intelecto das pessoas do que aos bens tangíveis torna-se uma tendência atual de mercado aplicada nas Instituições que desejam manter uma vantagem competitiva e garantir a otimização dos seus processos internos. A melhor maneira de garantir que os bens intangíveis, como o conhecimento, é com a implantação de práticas que visem a Gestão do Conhecimento, que consiste na troca e facilitação do acesso, gerenciamento e disseminação do conhecimento entre os colaboradores e toda a Instituição.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 15 abr. 2012.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária. 2005. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli>. Acesso em: 20 fev. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HEMEROTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: UM CASO DE FENÔMENO SOCIAL DO ESQUECIMENTO

Tony Bernardino de Macedo*

Resumo:

Temos como objeto de estudo o fenômeno social do esquecimento, termo empreendido durante o processo de pesquisa, entendemos por este fenômeno a não concretização do fluxo informacional, uma vez que instituições memorialistas não promovendo acesso e uso da informação/memória da qual elas são detentoras estão exercendo a prática do esquecimento. O que pretendemos aqui é discutir esta prática sob a perspectiva da Ciência da Informação. Entendemos que o campo de estudo desta ciência é o fluxo informacional (coleta, processamento, organização e acesso da informação), no entanto, em alguns momentos esse fluxo não é concretizado, o acesso não é realizado, ocorrendo o fenômeno social do esquecimento. Apontamos como um exemplo deste fenômeno o caso da hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR), cujo acervo é formado por jornais raros do século XIX e início do século passado. Diante do tema proposto optamos por estruturar a o trabalho em quatro polos tendo como referência o modelo de investigação quadripolar concebido por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete. Trata-se de uma dinâmica de pesquisa resultante de uma interação entre quatro polos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico. Dessa forma, nossa pesquisa foi de natureza teórica, dentre os vários objetivos desse tipo de pesquisa podemos citar a contribuição inédita aos conceitos teóricos de determinado campo de estudo. Nossa pesquisa foi, quanto aos fins, uma pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa tem como característica principal a familiarização do pesquisador com um objeto pouco ou nunca explorado. Para a coleta de dados fizemos uso da pesquisa documental na biblioteca e no arquivo da FDR. Temos como objetivo diagnosticar, avaliar analisar e identificar os processos e os agentes causadores do fenômeno estudado a fim de entender sua expressão e contribuir para que casos semelhantes não se repitam no futuro.

Palavras-chave: fenômeno social do esquecimento; ciência da informação; memória coletiva; preservação da memória.

HEMEROTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: UM CASO DE FENÔMENO SOCIAL DO ESQUECIMENTO

Tony Bernardino de Macedo*

1 Introdução

Toda uma gigantesca ação de solidariedade aos órgãos encarregados da defesa, preservação e ampliação do nosso acervo cultural, quer se refira a monumentos e documentos, conjuntos arquiteturais, estatuários e urbanísticos, sítios, ou cidades, telas e livros, partituras e manuscritos, precisa ser deflagrada, mobilizando o povo e conscientizando-o a fim de que o Brasil não se transforme numa grande nação historicamente desmemoriada, sem uma lembrança sequer de seu magnífico passado a oferecer às desoladas gerações vindouras. Ou só capaz de oferecer-lhes a recordação de nossa vileza – a de termos consentido na derrocada dos valores patrimoniais do espírito brasileiro, crime que ficará para sempre sem remissão.
(OLIVEIRA, 1991, p.157)

252

Três são as características gerais que constituem a razão da existência da Ciência da Informação (CI), escreveu Saracevic (1996, p.42). O autor aponta a estreita ligação da Ciência da Informação (CI) à tecnologia da informação, a qual está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade pós-industrial ou era da informação. Outra característica é a participação da CI na evolução da sociedade da informação. *A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte*

* Bibliotecário do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Pernambuco. Mestre em Ciência da Informação Pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Marketing pela Universidade de Pernambuco.

dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia, escreveu Saracevic. A última característica descrita pelo autor é o caráter interdisciplinar desta ciência.

A evolução das relações interdisciplinares da Ciência da Informação diz respeito a sua origem relacionada à Biblioteconomia e à Documentação. Posterior à origem da CI, Saracevic (1995), acrescenta outras disciplinas tais como a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva e a Comunicação. Essas disciplinas contribuíram ou ainda contribuem para a compreensão do objeto informação (BORKO, 1968; WERSIG, 1975; SARACEVIC, 1995; LE COADIC, 2004).

No curso desta disciplina “mutante” (SARACEVIC, 1996, p.6) muitas foram, ainda, as relações interdisciplinares encontradas no caminho. Para a elaboração deste trabalho, essa característica da Ciência da informação foi de muita importância e muito bem-vinda, uma vez que trabalhamos também com conceitos emprestados de outras disciplinas, mas que fundamentaram nossa pesquisa.

Trata-se de trabalho interdisciplinar que buscou estudar o “fenômeno social do esquecimento”. O termo foi empregado durante a nossa pesquisa, para designar o processo de obscuridade e perda do patrimônio custodiado por instituições memorialísticas¹. O fenômeno foi objeto de estudos de historiadores como Fernando Bâez (2006) em sua *História universal da destruição dos livros*. Nesta obra, o autor usa o termo *memoricídio* para a prática da destruição de bibliotecas em diversos contextos. Pretendemos discutir nesta dissertação os desdobramentos deste fenômeno social sob a perspectiva da Ciência da Informação. Entendemos que o campo de estudo da Ciência da Informação é o fluxo informacional (coleta, processamento, organização e acesso da informação) (CAPURRO, 2003; LE COADIC, 2004; MALHEIRO, 2006), no entanto, em alguns momentos esse fluxo não é, por razões diversas, concretizado. O acesso não

¹ Termo sugerido por Armando Malheiro (2006) para denominar instituições legitimadas (arquivos, bibliotecas, museus).

é realizado, resultando em uma das faces do que denominamos de fenômeno social do esquecimento.

Para estudar este fenômeno, tomamos como estudo de caso, o exemplo da Hemeroteca² da Faculdade de Direito do Recife, cujo acervo é formado por jornais do século XIX e início do século passado. Para este fim tentamos traçar um percurso, da origem deste local ao dia em que os documentos ali guardados foram encontrados em adiantado estado de degradação.

Atentamos para a circunstância de que o ocorrido na citada hemeroteca, não é um fato isolado. A escolha prende-se ao fato de o caso ser típico e representativo do fenômeno que buscamos estudar. O fenômeno da incúria, em relação ao patrimônio memorial no Brasil vem de longa data, como ilustra Rubens Borba de Moraes (2006, p.25).

Os conventos estão vazios, **as bibliotecas e os arquivos estão abandonados** por falta de quem cuide deles. A excelente biblioteca dos franciscanos no Rio de Janeiro ficou abandonada, entregue aos cupins e às goteiras no telhado do convento (grifo nosso).

Báez (2006, p.307) elenca as diferentes formas de destruição deste objeto revolucionário, o livro. Intitulado *Entre inimigos naturais e legais*, o autor relata um episódio que para este momento introdutório é de grande valia e elucidação:

Numa carta a um discípulo de Petrarca, chamado Francisco de Fiana, datada ao que parece de 1416, Cincius Romanus relata como durante uma viagem ao mosteiro de São Gall, na Alemanha, encontrou na torre da igreja incontáveis livros mantidos como prisioneiros e a biblioteca descuidada e infestada de poeira, vermes,

² Hemeroteca é uma coleção de jornais e periódicos situada, em geral, numa seção separada dos livros e outros documentos da biblioteca. Fonte: GIL, Beatriz Massa de; RAY, Trautam; GOY, Peter. **Diccionario técnico de biblioteconomia**. México: Trillas, 1973. p.99.

fuligem, e todas as coisas relacionadas com a destruição dos livros.

A destruição da hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife foi conhecida pelo público quando jornais de grande circulação do estado de Pernambuco estamparam manchetes como: *Acervo raro entregue aos cupins*³ ou *Acervo por pouco não vira pó*⁴. O acervo da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife mostrado naqueles jornais era a repetição da história citada por Báez.

O que sobrou da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, agonizava dentro de uma sala quente e úmida, onde toda espécie de insetos, como traças e cupins, desempenhava silenciosamente o seu trabalho. A memória estava sendo negligenciada pela instituição responsável por sua custódia.

Em 2008, deu-se início a um trabalho de desinfestação e acondicionamento da coleção da Hemeroteca. O projeto foi intitulado: *Resgate documental de jornais raros: trabalhos de desinfestação, inventário e acondicionamento do acervo da Hemeroteca*. Tal projeto fez parte da campanha “O Direito passa por aqui”, cujo objetivo era a reestruturação da Faculdade de Direito do Recife, tendo sido este financiado pelo Ministério da Justiça. Deste projeto resultou um catálogo que reunia um inventário do acervo que sobreviveu á incúria, composto por aproximadamente 40 títulos de jornais impressos em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

2 Breve história da imprensa pernambucana

³ ALVES, C. Acervo raro entregue aos cupins. **Jornal do Commercio**, Recife 26 nov.2006. Cidades.

⁴ ALVES, C. Acervo por pouco não vira pó. **Jornal do Commercio**, Recife 17ago. 2008. Cidades. p.3

*Depois de uma procelosa tempestade, Noturna sombra, e sibilante
vento, Traz a manhã serena claridade. Esperança do porto salvamento.*
(CAMÕES, 1975, p.31)

Os versos de *Os Lusíadas* de Luis de Camões que usamos como epígrafe também ilustraram a capa do primeiro jornal pernambucano e o terceiro do Brasil: trata-se da *Aurora Pernambucana*, fundado em 27 de março de 1821. Em formato de 25 x 17cm, com quatro páginas, em papel de linho e impresso na Oficina do *Trem Nacional de Pernambuco*, no Recife. Embora oficialmente este tenha sido o primeiro jornal a circular em Pernambuco, o nosso Estado é apontado como precursor da arte da tipografia no Brasil (CARVALHO, 1908; SODRÉ, 1996; NASCIMENTO, 1968; MARTINS, 2002; HALLEWELL, 2005).

Enquanto que já existia no México, desde 1539, no Perú, em 1585, e nos actuaes Estados-Unidos, em 1638, só após a transmigração da família real portugueza foi, a 13 de maio de 1808, inaugurada no Rio de Janeiro a *Imprensa Regia*, primeira typographia regular que possuímos. (CARVALHO, 1908, p.15)

É sob o signo do oficialismo e com atraso de três séculos que se inaugura a imprensa no Brasil, em 1808. A administração colonial portuguesa impede a tipografia e o jornalismo até a chegada de D. João VI. Em maio, instala as oficinas da Impressão Regia e, em setembro, faz circular a gazeta do Rio de janeiro. (BAHIA, 2009, p.17)

Os versos de Camões estampados na primeira página do *Aurora Pernambucana* são de grande lucidez e concentram em quatro pequenos versos a luta da província de Pernambuco em imprimir suas ideias, *antes da serena claridade*, Pernambuco atravessou *procelosa tempestade* na tentativa de aqui se instalar uma oficina tipográfica.

Antes do decreto de 12 de maio de 1808, o qual criou no Rio de Janeiro a *Imprensa Régia*, houve algumas tentativas de imprensa no Brasil, muitas delas em solo pernambucano. Alfredo de Carvalho (1908) aponta a presença dos jesuítas no Brasil para uma suposta implantação em Pernambuco de uma tipografia, *e tendo a Companhia de Jesus, no século XVII instalado prelos nas possessões portuguesas da Africa occidental, como Loanda e S. Salvador, a antiga capital do Congo...* Porém, como lastima o autor *nenhuma prova material da sua existência, única capaz de produzir a demonstração cabal de semelhante enunciado, foi até hoje encontrada.* (p.17).

Finda a esperança de uma tipografia em Pernambuco trazida pelos jesuítas, recaiu sobre o período holandês (1630-1654) a “responsabilidade” da imprensa em Pernambuco. *Conhecida a particular predileção do governador geral pelas sciencias e artes, é naturalissimo supôr que, sob os seus auspícios, também se procurasse transportar à nova colonia a imprensa* (Carvalho, 1908, p.17). De acordo com Afonso D’Escragnoille Taunay (1936, p.17), depois de muitas negociações entre Pernambuco e Holanda, foi enviado o tipógrafo Pieter Janson, para encarregar-se da impressão no Recife. Infelizmente, este veio a falecer em 3 de agosto de 1643, antes de realizar seu trabalho. Hallewell (2005, p. 86) acrescenta:

Nessa altura, a pessoa que, segundo mais se empenhou em instalar um prelo na colônia, o Governador Mauricio de Nassau, havia partido (maio de 1643) e os holandeses estavam sofrendo tão severas pressões militares que não tinham tempo para se preocuparem com tais problemas.

O motivo da suspeita de uma tipografia em Pernambuco no período holandês foi um folheto datado de 1647 trazendo a indicação “*gedruckt in Brasilien op’t Reciffin de Bree-Bijl*” (Impresso, no Brasil, no Recife). Como mostram alguns estudiosos do assunto, o folheto não foi impresso no Brasil, menos ainda no Recife.

Não falta quem creia que a imprensa chegou a ser introduzida no Recife durante o tempo do domínio

hollandez, fundou-se que um ou dous folhetos desse tempo se dizem ahi impressos. Porém os bons criticos e bibliobhilos hollandezes quea este respeito consultamos, propenderam a crer que essas publicações foram clandestinas e esurias, e que não sahiram o Recife se não da Hollanda... (Visconde de porto Seguro APUD Costa, 1891, p.26)

Costa (1891, p.4) acrescenta:

A pressunção de que houve uma typographia em pernambuco em meados do século XVII, firmada pela existncia de um pamphleto escripto em hollandez que se dis impresso no Recife no ano de 1647, desapareceu completamente à luz da crítica e da historia.

José Hygino Duarte Pereira (1883), após analisar o conteúdo do panfleto intitulado bolsa do Brasil, concluiu:

Si se tivesse introduzido a imprensa na capital do Brazil Hollandez, durante os oito annos do governo de Nassau, é extraordinário que o seu panegyrista Barleus não commemorasse um facto tão honroso para este principe amigo das artes de das letras.

258

O estudo ao qual tivemos acesso e que apresenta informação mais atual sobre o assunto está no trabalho de Laurence Hallewell (2005) *O livro no Brasil*. O autor afirma ser falso o colofão que traz a informação “*gedruckt in Brasilien op’t Reciffin de Bree-Bijl*” (Impresso, no Brasil, no Recife), na verdade este colofão era uma tentativa de proteger o impressor, informa o autor (p.86).

Diante dos fatos expostos podemos ir adiante certos de que durante o período holandês não houve impressão em Pernambuco. Outra suspeita irá ser apresentada no ano de 1706 *É certo que tivemos uma imprensa em 1706, aproximadamente, apparecida em Pernambuco, outra que, surgiu no Rio de Janeiro sob a direção de*

*Isidoro da Fonseca, no anno de 1747. Afirmou Barbosa Lima Sobrinho (1922, p.83), entusiasta Francisco Augusto Pereira da Costa (1891, p.26) escreve: *Todavia cabe ao Estado de Pernambuco a posse da tipografia no Brasil.**

Alfredo de Carvalho (1908, p.28) nos relata que em 1706 foi estabelecida uma pequena tipografia no Recife, a qual se limitava a impressão de letras de câmbio e breves orações devotas. Esta tipografia, segundo Carvalho, fora tolerada pelo então governador de Pernambuco Francisco de Castro Moraes, mas que não passou despercebida à vigilância cerrada da Corte Portuguesa, que ao saber de tal tipografia impôs a ordem régia de 8 de junho de 1706.

Desta sorte foi inutilizada a obscura typographia, primeira que laborou em Pernambuco e em todo o Brasil; da sua existencia ephemera é testemunho único o documento ordenando a sua suppressão, não tendo chegado até nós um só dos seus modestos productos. (COSTA, 1908, p.28)

Mais uma tentativa ou suposta iniciação de uma oficina de tipografia no Recife é vista com certa incredulidade por especialistas no assunto. Desta suposta tipografia de 1706, como nos relatou Pereira da Costa, não chegou até nós nenhum dos seus modestos produtos; seja por falta de prova material ou mesmo desencontro de informações, essas iniciativas são vistas com ressalva e menos ufanismo por autores como Sodrê (1966, p.20):

Essa iniciativa pioneira tem significação meramente cronológica, pois não teve nenhuma função efetiva, nem a suspensão de sua atividade despertou atenção. Até mesmo as informações a respeito, numa época em que os fatos insólitos mereciam registro burocrático rigoroso, são escassas.

Wilson Martins (1996, p.302-303) também coloca em dúvida toda esta história envolvendo a suposta tipografia no Recife de 1706. Martins aponta uma

possível falha na transcrição de datas feita por Pereira da Costa (1908, p.28): este teria baseado seu relato em uma ordem de 1747 endereçada ao governador do Rio de Janeiro, ordem que se referia às atividades tipográficas de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro. A ordem alegava que:

Não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, onde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis ao mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da inquisição e do [...] Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir nem correrem obras. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1928, p.121)

Serafim Leite *apud* Hallewell (2005, p.88) afirma em seu *Artes e Oficinas dos Jesuítas no Brasil* ter visto alguns trabalhos desta tipografia recifense; Leite afirma ainda que esteve de posse de alguns deles e identifica o tipografo com sendo um jesuíta de nome Antônio da Costa. Todavia, ainda é incerta a existência desta tipografia.

Não se sabe de nenhuma iniciativa tomada quer pelas autoridades da colônia, quer pelas ordens religiosas, para introduzira imprensa no Brasil. Não existe por enquanto, nenhuma prova ou indício da existência de prelo até o momento em que Isidoro da Fonseca instala no rio de Janeiro uma pequena tipografia em 1747, que chamou de ‘segunda oficina’ querendo significar que possuía uma primeira em Portugal. (MORAES, 2006, p. 69)

Diferentemente do ocorrido com a suposta tipografia instalada no Recife no período holandês, onde pesquisadores encerraram a questão negando a existência da tipografia naquele período, a tipografia de 1706 ainda levanta dúvida e ainda não há um consenso entre pesquisadores sobre o assunto. Concluímos essa fase com as palavras de Hallewell (2005, p.88) que também não dá por encerrado o assunto:

O mínimo que se pode dizer é que, se de fato houve alguma prensa de impressão no Brasil nessa época, então a cidade do Recife parece ter sido o local mais provável. Embora ainda pequeno, o Recife era a única verdadeira cidade além da capital, Salvador, e nesse período era mais próspero e revelava maior independência de espírito em relação às autoridades de Lisboa.

Usaremos como ponte os dizeres de Hallwell quando se refere ao Recife do início do século XVII como sendo um local de maior prosperidade e de espírito de independência, para chegarmos à história da imprensa pernambucana do século XIX.

Destruída a suposição da existência da imprensa em Pernambuco no século XVII, proibida a que se instalou no princípio do século XVIII, surge então o século XIX quando depois de quase quatro séculos de sua descoberta foi ela introduzida em Pernambuco. (COSTA, 1891, p.28)

No século XIX, tivemos notícias efetivas da imprensa em Pernambuco quando o negociante Ricardo Fernandes Catanho, pretendendo estabelecer uma tipografia no Recife, redigiu um pedido de licença em 1815 ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. A licença só chegaria um ano depois. Tendo o governador concedido a licença para o funcionamento legal da tipografia em Pernambuco, esta não irá funcionar de imediato por não haver pessoal com habilidade suficiente na arte da tipografia no Recife. A tipografia passa a funcionar em 1817, juntamente com o rompimento da Revolução Pernambucana proclamada no dia 6 de março daquele ano. No dia 28 de março, começa a laborar como o nome de “*Oficina Tipográfica da República Restaurada de Pernambuco*”.

A tipografia era redigida por um impressor inglês, James Plincher, e, segundo dizem, operada por um marinho francês e dois frades brasileiros: o envolvimento

do clero foi um traço significativo das duas revoltas ocorridas em Pernambuco, no começo do século XIX. (HALLEWELL, 2005, p.186)

A *Oficina Tipográfica da República Restaurada de Pernambuco* serviu de veículo condutor dos ideais da Revolução Pernambucana, seu primeiro impresso intitulado de “*Preciso*” era uma apologia ao movimento emancipacionista, escrita em 10 de março foi colocada no prelo no dia 28 do mesmo mês, segue um trecho:

Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustissima e gloriosissima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos seis do corrente mez de Março, em que o generoso esforço dos nossos patriotas exterminou daquella parte do Brasil o monstro da tyrannia real. (CARVALHO,1908, p.33)

Este escripto, comprehendendo todo o movimento da revolução de 6 a 10 de Março, consta de um avulso infolio, com uma folha de impressão, foi elaborado pelo venerando martyr José Luiz de Mendonça, e contém esta declaração final: “na Off. Typ. Da Republica de Pernambuco 2.” Vez restaurada. – 1817. (COSTA, 1891, p.30)

A Revolução Pernambucana tinha como líderes Domingos Martins, Antônio Cruz e os padres João Ribeiro e Miguelinho. Os pernambucanos revoltosos eram a favor do regime republicano. Inspirados por ideais iluministas e pela revolução francesa, reivindicavam, *a priori*, diminuir os impostos cobrados pelo regime de Dom João VI, abolir os títulos de nobreza, e o direito à liberdade de imprensa. O governo provisório instalado em Pernambuco teve representantes do exército, do clero, da justiça. O movimento buscou apoio nas províncias mais próximas da região Norte e Nordeste, mas sem o apoio popular, este foi vencido pelas tropas militares enviadas por Dom João VI. O governo provisório durou 75 dias e alguns líderes, como Teotônio

Jorge, padre Souza Tenório, Antônio Henriques e José de Barros Lima, foram capturados e condenados à morte, culminando no fim da Revolução Pernambucana. (TAVARES, 1917)

Debellada a revolução e restaurada a monarchia baixou em 15 de Setembro de 1817 um aviso firmado pelo ministro Thomaz antonio de Villa Nova Portugal, dirigindo ao governador Luiz do Rego Barreto, no qual se lê que “ tomando o governo em consideração o infame abuso que se fez na officina typographica em Pernambuco, houve por bem cessar a licença que concedeu por Aviso de 9 de Novembro de 1816 para o seu estabelecimento” – ordenado dest’art ao governador – “ que a mandasse fechar e remetesse o seu material para o Rio de Janeiro.(COSTA, 1891,p. 31)

O então novo governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, não teve pressa em cumprir tal ordem, pois só em 1819 é que o material foi embarcado para o Rio de Janeiro. Segundo Costa (1891, p.32) o governador pernambucano tão teria enviado todo o material da imprensa republicana de 1817 para o Rio de Janeiro, *deixando ficar depositado no Trem, uma boa porção de typos*, diz o autor, esperando uma nova oportunidade para estabelecer uma nova tipografia.

No ano de 1820, teve inicio a Revolução Liberal do Porto, este movimento que colocava em pauta, entre outras questões, o absolutismo em todos os domínios portugueses. No Recife, o governador Luís do Rego Barreto, com a intenção de manter a sua autoridade, percebeu que precisava de uma oficina de impressão. Assim, o governador ordenou a construção de um prelo de madeira nas dependências da Oficina de trem de Pernambuco, *e lançando mão dos typos da imprensa republicana de 1817, como é corrente, começou ella a trabalhar em Março de 1821 (COSTA, 1891, p.32).*

Por motivos óbvios, a oficina tipográfica recebeu o nome de *Officina do Trem de Pernambuco*. Diferentemente da oficina de 1817, a Oficina do Trem tinha sua produção voltada para as várias proclamações e panfletos favoráveis ao governo da capitania. Em 27 de março, estava sendo publicado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, genro do governador, o primeiro jornal “oficial” de Pernambuco, o *Aurora Pernambucana*.

Embora tenha sido uma espécie de jornal oficial, onde se publicava atos do governo, o *Aurora Pernambucana* foi *um marco indelével e solenne que assignala a epocha em que entre nós começou a existir a liberdade de imprensa* (COSTA, 1891, p.33).

Em outubro de 1821, uma junta governativa presidida por Gervásio Pires Ferreira, conquistou o controle da capitania. Luís do Rego Barreto, juntamente com o seu genro, voltam para Portugal, colocando fim na curta carreira do *Aurora Pernambucana*.

A junta provisória resolveu então estabelecer uma tipografia regular, agora sob a denominação de *Officina do Trem Nacional de Pernambuco*, em fevereiro do ano seguinte (1822) passa-se a chamar de *Typographia Nacional*. São desta tipografia os primeiros números do periódico *Sagarrega e Relator Verdadeiro* (CARVALHO, 1908, p.38). Merecem também citação os periódicos *O Maribondo* que começou a circular em 25 de março de 1822, primeiro periódico republicano que houve no Brasil, *Sentinella da Liberdade*, também republicano, redigido por Cypriano Barata. (COSTA, 1891, p.36).

Segundo (COSTA, 1891, p.36) a *Typografia Nacional* durou pouco tempo. O governo teria, através de edital, feito uma concorrência pública para a venda da tipografia. Manoel Clemente do Rego Cavalcante, Felipe Mena Calado da Fonseca e James Pinches, passaram a ser os novos proprietários da *Tipografia Nacional*, que passou a chamar-se *Cavalcante & Companhia*. Podemos destacar deste período a

publicação do periódico *Gazeta Pernambucana*, que fortemente atacava o governo. A tipografia durou pouco mais de um ano: Mena Calado deixa a sociedade, os demais sócios não conseguem liquidar a dívida e, dessa forma, a tipografia volta a pertencer ao governo.

Nesse mesmo tempo, como nos conta Hallwell (2005, p.186) outro impressor havia começado a trabalhar na cidade: Antonio José de Miranda Falcão, que passa a ser o novo gerente da *Typographia Nacional Pernambucana*. O nome de Falcão é de grande referência quando tratamos da imprensa pernambucana. A tipografia do qual era gerente foi responsável pela publicação do *Typhis Pernambucano*, o jornal de Frei Caneca, o principal veículo da Confederação do Equador.

Contida a Revolução do Equador com a entrada dos imperialistas no Recife, em 17 de setembro de 1824, Frei Caneca, redator do *Typhis Pernambucano*, foi morto, e a José de Miranda Falcão coube a prisão.

Por esse tempo, acabava Antônio José Miranda Falcão de sair da prisão a que o arrastaram as suas idéias políticas e a sua adesão ao movimento republicano de 1824, e entrando em negociação com o governador fez aquisição da typographia, e começou a trabalhar sob a firma social de Miranda & C. (COSTA, 1891, p.40)

265

Em 7 de novembro de 1825, a *Miranda & C.* já estava instalada à rua Direita n. 267 e de lá saiu o primeiro número do jornal diário de mais longa duração de toda a América Latina, o *Diário de Pernambuco*.

A imprensa periódica pernambucana passa a desenvolver-se rapidamente e logo teremos diversas casas tipográficas produzindo não apenas periódicos, mas também livros. Destacamos a *Pinheiro, Faria & Cia.* Primeira tipografia de Olinda, instalada na rua do Amparo n. 22, em 1831. *Uma officina typographica, que laborou por espaço de vinte meses, dando à luz vários livros, folhetos e periódicos*

(CARVALHO, 1908, p.43). Em 1833 a *Pinheiro, faria e Cia.* Mudou-se para o Recife, que havia se tornado a capital da província.

Depois de Olinda, outras localidades passaram a possuir tipografias: Nazaré da Mata, Vitória de Santo Antão e Escada estão entre elas.

Em meados de 1874, fundou-se em Escada a *Typographia Commercial*. De acordo com Carvalho (1901,p.51) de lá saíram alguns materiais bibliográficos editados pelo jurista e filósofo Tobias Barreto.

Em meados de 1874, fundou-se na Escada, a Rua da Cadeia, n. 22, a *Typographia Commercial*, que laborou até 1881, publicando, além de alguns avulsos da lavra do notável jurista e filósofo Tobias Barreto de Menezes, o seu opúsculo *Ein offner Brief na die Deutsche Presse*, os periódicos *Um signo dos Tempos*, *Devaneio Literário*, *a Comarca da Escada*, *O Desabuso*, *O Escadense*, *A Igualdade contra a hypocrisia* e *O martello*, e a revista mensal *Estudos Allemães*. (CARVALHO, 1908, p.51)

O legado histórico da imprensa pernambucana é vasto e estar intimamente ligado a fatos da história de Pernambuco, como a presença dos holandeses, a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador. Através da pontuação de episódios históricos da imprensa em Pernambuco, buscamos ilustrar a importância da mesma e salientar sua atitude vanguardista e vocação como veículo comunicativo e rica fonte histórica.

3 A Faculdade de Direito do Recife: sua trajetória

Até o ano de 1827 era da Universidade de Coimbra em Portugal que saía a maioria dos Bacharéis em Direito no Brasil. E assim ocorreu durante o período colonial no nosso país. As colônias espanholas, diferentemente, já possuíam em seu território

algumas universidades, as primeiras da América Latina. Olivio (2000, p.54) afirma que: *Em 1553 foi inaugurada a Universidade do México, com as Faculdades de Filosofia, Cânones/Direito, Teologia. Depois surgiram as Universidades de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile) e Córdoba (Argentina).*

As primeiras incursões no ensino superior no Brasil foram feitas pelos jesuítas. *Por sua vez, ministravam-se nos conventos dos jesuítas carmelitas e franciscanos, aulas de nível universitário, para uso exclusivo dos padres e seminaristas.* (BOVE, 2006, p119). Não é estranho o fato de que o primeiro curso jurídico no Brasil tenha sido instalado em terreno católico.

Bove (2006) nos diz que de forma transversa e irônica devemos a incursão do Brasil no ensino superior a Napoleão. Segundo o autor, se não houvesse a invasão das tropas de Napoleão em Portugal, a Família Real não teria vindo se refugiar no Brasil e a história tomaria outro rumo. De fato, o que sabemos é que com a chegada da família Real houve, de certa forma, progresso em diversos setores como, por exemplo, a impressão régia. Bove (2006,p. 120) nos aponta que instituições foram impulsionadas pela chegada da família real ao Brasil: *foram criadas as médicas-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro, respectivamente, em 18 de fevereiro de 1808 e 02 de abril do mesmo ano.**

No entanto, em relação aos cursos jurídicos, ainda era na Universidade de Coimbra onde se formava a elite intelectual brasileira.

Em Coimbra, a formação em Direito era um processo de socialização destinado a criar um senso de lealdade e obediência ao rei. É bastante significativo que,

* É importante ressaltar que ainda neste período não se pode considera as duas Escolas de cirurgia como uma Faculdade genuinamente brasileira, pois os diplomas ainda eram emitidos de Lisboa. “De posse do certificado, o aluno era submetido ao exame e caso fosse aprovado, os documentos eram encaminhados a Lisboa, que expedia o diploma mediante o pagamento dos emolumentos.”Disponível

em:<<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escirba.htm>>

durante os trezentos anos em que o Brasil foi colônia de Portugal, Coimbra fosse a única Faculdade de Direito dentro do império português. Todos os magistrados do império, tivesse ele nascido nas colônias ou no continente, passavam pelo currículo daquela escola e bebiam seu conhecimento em Direito e na arte de governar naquela fonte. (OLIVIO, 2006, p.56)

Com a constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, a qual assegurava a criação de “colégios e universidades”, o que não veio a ocorrer, nos casos dos cursos jurídicos. Apenas em 11 de agosto de 1827 foram criados os primeiros cursos jurídicos do Brasil, por decreto da Assembléia Nacional, sancionada pelo imperador Dom Pedro I. Após muitos empates políticos, ficou acertado que duas escolas cobririam todo o território brasileiro. Uma em Olinda, que atenderia a população do norte do país e, a outra em São Paulo que atenderia a população do sul.

O Curso de *Sciencias juridicas e sociaes* entrou em funcionamento em 15 de maio de 1828 no mosteiro de São Bento, Olinda. Em 1854 a sede do curso foi transferida para o Recife. De acordo com o Decreto de número 1386 de 18 de abril de 1854, que assim previa em seu artigo primeiro: *os actuaes Cursos Juridicos serão constituídos em Faculdades de Direito; designando-se cada huma pelo nome da cidade, em que tem, ou possa ter assento. Dessa forma, o Curso de Sciencias juridicas e sociaes* passa a ser denominado Faculdade de Direito do Recife. *É só a partir de então que se pode pensar em uma produção original e na existência de um verdadeiro centro criador de ideias e aglutinador de intelectuais engajados com os problemas de seu tempo e de seu país* (SCHWARCZ, 2005, p.146).

No Recife, agora já denominada Faculdade de Direito do Recife (FDR), a faculdade foi instalada em um casarão em estado de ruína no Largo do Hospício,

apelidado de “pardieiro” pelos alunos da instituição, de acordo com Veiga (1981, p.230).

O atual prédio da Faculdade do Recife, um suntuoso palácio situado na Praça Adolfo Cirne, foi inaugurado em 1912. O prédio, cujo projeto arquitetônico foi assinado pelo arquiteto Frances Gustave Varin, tem 3.600 metros quadrados e uma área amplamente jardina.

Reconhecendo o valor cultural e artístico da Faculdade de Direito do Recife, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN realizou em 06 de agosto de 1980, o tombamento do prédio.

A FDR foi um centro de inovação intelectual e diversos movimentos e ideias surgiram daquele centro jurídico. Um desses movimentos, internacionalmente conhecido, foi a *Escola do Recife*. Movimento científico, literário e filosófico que tinha como figuras centrais Tobias Barreto e Sílvio Romero. Wilson Martins em *História da Inteligência Brasileira* refere-se à Escola do Recife: *O certo é que a Escola do Recife estava claramente inaugurando uma nova idade no pensamento brasileiro*. Bevilaqua (1927), sucintamente descreve o que foi a este movimento:

Escola do Recife o brilhante movimento intellectual, que teve por teatro a cidade do Recife, que foi, primeiramente, poético, depois, critico e filosofico, e, por fim, jurídico, sendo em todos elles, figura preponderante Tobias Barreto, razão pela qual Espencer Vampré se inclinaria, attendendo, particularmente, á ultima phase, a preferir a denominação de Escola de Tobias.

Ferreira nos conta que a FDR *é um micromodelo das tensões sociais, consciente, sofrida como a própria macrossociedade*. O autor alerta que a Faculdade *nunca deve ficar impassível, porém integrada nas aspirações do desenvolvimento cultural do país* (1994, p.151).

3.1 Guardando memórias: a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife

Para melhor entendermos e nos situarmos, é necessário escrever sobre o local que abriga a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, ou seja, a Biblioteca. A trajetória deste local está logicamente atrelada a da FDR. Muitos foram os percalços enfrentados por este setor da Faculdade de Direito do Recife.

Como escrevemos anteriormente na história sobre a imprensa pernambucana, Olinda veio ter sua primeira tipografia no ano de 1831, a *Pinheiro, Faria & Cia*. Primeira tipografia de Olinda, instalada na rua do Amparo n. 22, em 1831. *Uma officina typographica, que laborou por espaço de vinte meses, dando à luz vários livros, folhetos e periódicos* (CARVALHO, 1908, p.43). É bem verdade, nos conta o autor, que a tipografia também funcionava como livraria; já era um bom começo para uma cidade que enfim possuía um curso jurídico.

Não encontramos, todavia, relação direta entre estes dois fatos. Carvalho (1908) nos conta que se publicava livro, mas não nos indica que tipo de livros ali eram publicados. O que de fato sabemos é que o curso jurídico que se instalara em Olinda precisava também de uma biblioteca que atendesse a necessidade informacional dos alunos daquela instituição.

O primeiro diretor interino do *curso de sciencias juridicas e sociaes de Olinda*, Lourenço José Ribeiro, nos conta Veiga (1984, p.99), já apresentava inquietação ao fato do novo curso não contar com uma biblioteca. O autor nos diz que ainda em 1828, o diretor teria enviado um ofício ao poder central com as seguintes indagações: *Não há livraria pública na Província e muito menos em poder de particulares a quem se compre livros*. Segundo Veiga, Lourenço José Ribeiro ainda enviaria outro ofício enfatizando a importância de uma biblioteca para atender aos alunos do recém curso.

Em 7 de dezembro de 1830, por um decreto imperial, é criada a Biblioteca Pública de Olinda, destinada a servir ao curso jurídico que naquela cidade acabara de se instalar. Gláucio Veiga (1984, p.99) nos aponta onde seria instalada a biblioteca, de acordo com o decreto: *destinar-se-á a parte da casa dos Benedictinos, que for necessária, ou o antigo Palacete do Governo*. No entanto, coube ao Convento de São Francisco o endereço da Biblioteca Pública de Olinda, como foi denominada. Do ano de sua criação até os dias atuais, a Biblioteca passou por outras moradas.

Em 1854 a curso jurídico passou a funcionar no Recife, a faculdade mal instalada nas dependências de um casarão em ruínas do Largo do Hospício, coube à biblioteca uma sala no edifício destinado ao Colégio das Artes (FONSECA, 1959). É neste ano que a FDR recebe por duas vezes a visita do Imperador Dom Pedro II. Em uma das visitas o Imperador foi ver pessoalmente a biblioteca e relatou o seguinte: *tem bons livros novos, porém, muito pouco próprios dum curso de direito e das matérias preparatórias e bastante alfarrábios de teologia talvez vindos dalgum convento* (PEDRO II, 1954, p.150)

Em 1884 é transferida, depois de muitas reclamações, para o convento do Carmo. Neste período a biblioteca é alvo de inúmeras críticas, que iam do seu acervo inadequado ao curso jurídico à sua localização, distante da Faculdade.

Na Memória Histórica⁵ do ano de 1884, elaborado pelo professor João José Pinto Júnior, o qual se refere à biblioteca com as seguintes palavras: *São as bibliothecas o repositório da sciencia e por isso em todos os paizes têm ellas as portas accessíveis a qualquer espécie de leitores*. E continua o autor: *A desta Faculdade, destinada especialmente aos lentes ou professores e aos alumnos, nem tem o valor que lhe dá o seu nome, nem se acha ao alcance de seus leitores especiais* (1885, p.26).

⁵ Memória histórica é uma espécie de relatório elaborados por professores, no qual continha todos o ocorridos na Faculdade de Direito do Recife naquele ano.

Edson Nery da Fonseca (1959) afirmou que os estudantes preferiam frequentar as bibliotecas do Gabinete Português de Leitura e a biblioteca Provincial a irem à da Faculdade de Direito do Recife. As outras possuíam maior conforto em relação à da Faculdade de Direito, além de serem, na época, de mais fácil acesso.

Do convento dos carmelitas a biblioteca só saiu para o seu atual endereço, a Praça Adolfo Cirne, onde foi construído um prédio para a Faculdade de Direito do Recife em 1912. Sobre este fato, o *Jornal Pequeno* na edição do dia 21 de julho de 1912, publicou as seguintes palavras:

Como Biblioteca Jurídica, acordes reivindicam todos os que a conhecem como a primeira do Brasil. Ali figuram obras de valor inestimável, repertórios completos da ciência do direito criminal, comercial, civil, em suma de todas as disciplinas jurídicas. O mobiliário é suntuoso e rico correspondendo à grandeza e majestade do edifício. Todo ele foi fornecido pela casa *Maple* de Londres e encomendado pelo ex-diretor Dr. Joaquim Tavares de Melo Barreto (Diretor em 1897-1911) a quem se deve o gosto apurado e de todo esse material, bem como a magnífica instalação elétrica montada pela casa *Böockmann & Cia* desta praça. As estantes de aço (sistema adotado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) e com capacidade para 40 mil livros, o dobro do que possui atualmente a Biblioteca.

Terminamos nosso relato sobre a biblioteca da FDR com esta notícia do *Jornal Pequeno*, o qual traduz um momento impar na história dessa rica biblioteca. Sabemos que as poucas linhas dedicadas a contar a trajetória de uma biblioteca de uma das mais antigas Faculdades do país são poucas; todavia, são suficientes para o nosso propósito, o estudo de caso da Hemeroteca da FDR.

4 Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife: dias de esquecimento

Na introdução desta dissertação fizemos uso das palavras de Báez (2006, p.307) o qual relatou um episódio de *memoricídio* - termo utilizado por Báez para a prática de destruição do livro:

Numa carta a um discípulo de Petrarca, chamado Francisco de Fiana, datada ao que parece de 1416, Cincius Romanus relata como durante uma viagem ao mosteiro de São Gall, na Alemanha, encontrou na torre da igreja incontáveis livros mantidos como prisioneiros e a biblioteca descuidada e infestada de poeira, vermes, fuligem, e todas as coisas relacionadas com a destruição dos livros.

Relatos de informação sobre a destruição do registro do conhecimento estão atrelados à prática dual que tanto protege quanto destrói a memória, em tempos e espaços distintos da humanidade. Assim a história do conhecimento também é a história da dualidade entre memória e esquecimento. As bibliotecas, os livros, foram alvo da fúria humana. Do incêndio da biblioteca de Alexandria ao romance distópico de ficção científica *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury (1920-2012), passando por atos isolados e poucos revelados do nosso tempo.

A respeito da incúria em relação à memória, Antônio Gonçalves Dias (1853) nos apresenta um documento revelador. O mesmo foi incumbido pelo governo imperial de apresentar um relatório sobre a situação dos escritos no estado do Maranhão e também de examinar os estabelecimentos de ensino daquela região. *Era a primeira d'essas comissões colligir todos os documentos concernentes à historia do paiz, que por ventura existissem nas bibliotecas e arquivos dos mosteiros e das repartições publicas (p.370)*. O resultado desta primeira comissão reforçou nossa pesquisa. Segue um dos relatos feito pelo autor quando de sua visita ao Convento de Santo Antônio:

Quanto á parte litteraria, é o Convento de Santo Antonio que mais avulta, contendo uma bibliotheca de quase 2,000 volumes; **mas por negligencia, acham-se muitos, quase todos, damnificados a ponto de não poderem servir.** Estão arrumados em sete ou oito estantes sem ordem alguma e collocados em uma sala incommoda para o estudo, por ser vivamente ferida pelo sol, sem uma mesa de estudo, sem uma cadeira, sem um castiçal, entre Internas de varões quebrados e paramentos da igreja, que já para nenhum uso prestam. (p. 371, grifo nosso)

Em outro momento no mesmo documento, Dias nos apresenta a situação de um cartório por ele visitado:

Em virtude da carta regia de 11 de Junho de 1761, os seus papeis e livros foram confinados aos cuidados do bispo diocesano. Este destino tiveram tambem em Maranhão, mas com grandes extravios; **acresce o estrago do tempo à negligencia dos homens,**e por tal fôrma que em 1831, fazendo-se um exame nesses papaeis, por ordem do então presidente o Sr. Candido Jose de Araujo Vianna, cujo nome se acha ligado a não poucas tentativas de mehoramento e reformas n'esta provincia, não se acharam senão mil volumes, e esses completamente destruidos (p. 374, grifo nosso).

Existe na secretaria do governo um officio d'aquella camara datado de 15 de Março de 1840, em que se diz que um fulano Antonio José Couto Pinheiro, por alcunha o Malagueta, da partida dos rebeldes, que se apossaram d'aquella cidade, **estragou livros, papeis, correspondencias...**(p.375, grifo nosso).

O relatório de Antonio Gonçalves Dias está repleto de exemplos de práticas que atentam contra a preservação do patrimônio escrito. Apresentamos o seguinte trecho, pois ele em muito se assemelha ao nosso estudo de caso na Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife:

Em tempos mais proximos, sendo preciso reparar-se a casa da camara, foram os livros transferido para uma casa de sobrado, mas de telha vã, e arrumados contra a parede. A humidade e a chuva que lhes cahia de uma gotteira, arrastando consigo cal e barro da parede damnificaram muitos d'esses papeis, tornando empastados, illegiveis e perdidos. (p.378)

A situação da Hemeroteca da FDR iniciou-se de forma semelhante ao registrado por Gonçalves Dias no trecho acima, ou seja, pela transferência da Hemeroteca do seu local de origem. Mas optamos por narrar essa história a partir do momento em que tivemos contato com ela. Tomamos conhecimento da situação da Hemeroteca da FDR através de matérias de jornais de grande circulação do estado de Pernambuco que estamparam manchetes com as seguintes informações:

A coleção de jornais antigos da Biblioteca da faculdade de Direito do Recife, que vem sendo devorada por insetos, receberá tratamento nobre. Convênio para recuperar o acervo será assinado entre Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Instituto para o Desenvolvimento de Tecnologia em Documentos e Gestão do Conhecimento. (Jornal *co Commercio*, 2004)

No entanto, o convênio não saiu do papel e a Hemeroteca continuou em estado agonizante. Novamente, através da imprensa, tivemos notícias da Hemeroteca. Dois anos depois da primeira matéria surge outra, ainda mais alarmante: *Acervo raro entregue aos cupins*:

Jornais raros pertencentes à biblioteca da Faculdade de Direito do Recife estão sendo devorados por cupins [...] Amontoados numa sala do anexo II da faculdade, na Rua do Hospício, no Centro, os exemplares encontram-se numa situação deplorável. (ALVES, 2006)

Da academia vem outra informação, esta em um tom de “denúncia”, Galindo (2006,p.7) desabafa:

Quantos acervos como o ameaçadíssimo acervo da Faculdade de Direito se perdem, vai-se embora parte da identidade que nos faz nação. Que fazer para chamar a atenção dos nossos dirigentes para o tamanho da ameaça que paira sobre este patrimônio e, para a necessidade estratégica de preservar a memória? Que dirão no futuro nossos descendentes, da nossa irresponsabilidade com o que lhes foi confiado? Certamente não dirão nada, pois nossa prática iconoclasta memorizada, terá apagado também o registro de nossa passagem!

Acervo por pouco não vira pó, estampou o Jornal do Commercio (JC) (ALVES, 2008, p.17). *As publicações históricas, amontoadas numa sala do anexo II da Faculdade de direito do Recife, enfim, vão ser recuperados, após quase dez anos de espera*, destaca o JC. O acervo da Hemeroteca da FDR mostrado nas manchetes destes jornais e no artigo de Galindo (2006) era a repetição da história citada por Báez. As imagens seguintes ilustram melhor a nossa fala:



FIGURA 1 – fotografia do interior da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Prof^o Marcos Galindo.



FIGURA 2 – fotografia do interior da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Prof^o Marcos Galindo.



FIGURA 3 – fotografia do interior da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Prof^o Marcos Galindo.

O que sobrou da Hemeroteca da FDR agonizava, como vemos nas fotografias, dentro de uma sala quente e úmida, onde toda a espécie de insetos, como traças e cupins, desempenhava silenciosamente o seu trabalho. A memória estava sendo negligenciada pelos homens responsáveis por sua guarda.

Embora as notícias tenham chegado ao grande público no ano de 2006, a tragédia da Hemeroteca iniciou-se no ano de 1992. A nossa busca por informações sobre o fato ocorrido nos levou a percorrer o arquivo e a biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, a fim de reconstruir a trajetória da “Hemeroteca esquecida”.

Inicialmente, utilizamos a técnica de levantamento bibliográfico, na tentativa de descobrir em que momento da trajetória da biblioteca da FDR foi criada a seção Hemeroteca. Dessa forma, recorremos às obras referências que dizem respeito a história da Faculdade de Direito do Recife⁶. Embora os trabalhos citados tragam vasta

⁶ As obras consultadas foram: *História da Faculdade de Direito do Recife* de Clóvis Bevilacqua; *História das ideias da Faculdade de Direito do Recife* de autoria de Glaucio Veiga e *História da Faculdade de Direito no Recife* de Pinto Ferreira.

informação sobre a biblioteca da FDR, informação alguma foi encontrada a respeito da Hemeroteca.

Outra fonte para a nossa pesquisa bibliográfica foram as *Memórias Históricas*, relatórios realizados por professores da FDR, apontando todos os acontecimentos ocorridos na Faculdade durante determinado ano. Tivemos acesso a todas as *Memórias Históricas* do acervo da biblioteca da FDR do século XIX. As *Memórias Históricas* vão do ano de 1864 a 1884; do século passado apenas uma: a de 1903.

Algo similar aconteceu com as pesquisas que fizemos nos livros sobre a história da FDR, ou seja, pouca ou nenhuma informação relevante sobre a Hemeroteca. Apenas na *Memória Histórica* de 1877 redigida pelo Dr. Joaquim Corrêa de Araujo que encontramos uma passagem não sobre a Hemeroteca, mas sobre jornais: *A Biblioteca não tem senão livros velhos e nem ao menos assigna-se para Ella uma revista ou jornal dos muitos que se publicam e que podem interessar ao estudo das matérias que se ensinam na Faculdade.* (1877,p.15, nosso grifo).

Sem contentamento com o resultado obtido nas fontes anteriores fomos em busca daqueles que contaram a história da imprensa pernambucana. Nos delimitamos às duas principais obras sobre o assunto.⁷

Não foi preciso folhear a volumosa obra de Luis do Nascimento ou o referencial trabalho de Alfredo de Carvalho para encontrar uma informação sobre a Hemeroteca da FDR pois os dois autores, ao apontarem as fontes de pesquisa para a elaboração de seus trabalhos, citam a biblioteca da FDR como fonte consultada:

Em compensação, coube-nos explorar opulentas jazidas de materiais, ainda virgem de qualquer investigação, onde colhemos farta mésse de elementos inéditos [...] Das bibliotecas da **Faculdade de Direito do Recife**, do

⁷ : *Annaes da imprensa periódica pernambucana* de Alfredo de Carvalho e *História da imprensa de Pernambuco* de Luis do Nascimento.

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e do Gabinete Portuguez de leitura de Pernambuco...” (CARVALHO, 1908, p.9, grifo nosso)

Espécie de quartel-general, de lá me erguia para visitar, por exemplo, a biblioteca do gabinete Portugues de Leitura, a do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, a do Arquivo Público estadual, a da **Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco**, o arquivo do Diário de Pernambuco, a Biblioteca do DPHAN no Recife, o arquivo da associação comercial... (NASCIMENTO, 1968, p13, grifo nosso)

Embora, os autores não mencionem o setor da biblioteca onde realizaram a pesquisa, deixam claro que existiu na FDR, um espaço reservado para a guarda de jornais, ou seja, uma Hemeroteca. Os dois exemplos citados acima sugerem que a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife já esteve entre as principais instituições para a realização da pesquisa histórica.

Partimos da pouca informação que obtivemos na pesquisa bibliográfica, à pesquisa documental no arquivo da FDR. Os documentos administrativos lá encontrados (ofícios, relatórios) nos levaram para o ano de 1992, e nos revelaram de que forma se deu o ápice do abandono deste setor da biblioteca. Os documentos pesquisados vão do ano de 1992 e se estendem até o ano de 2006.

5 Considerações acerca do Fenômeno Social do Esquecimento

O caso ocorrido na Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, onde parte do seu acervo formado por jornais raros do século XIX foi devorada por cupins e outras pragas devoradoras do papel foi o ponto inicial para esta dissertação. No entanto,

a incúria com os registros da memória humana acompanha toda a história da humanidade. São vários os momentos na história da civilização em que livros e bibliotecas são destruídos de maneiras distintas e com objetivos diversos. Báez (2006, p.24) na *História universal da destruição dos livros* escreveu que esta prática tem a intenção de aniquilar a memória *que encerra, isto é, o patrimônio de ideias de uma cultura inteira*. O autor denominou a prática da destruição de livros e bibliotecas de *memoricídio*.

No entanto, vimos a repetição deste ato como a manifestação de um comportamento humano categorizável e para fins deste trabalho denominaremos de *Fenômeno social do esquecimento*.

No caminho até aqui percorrido em busca de conceitos este é, por duas razões, o que maior influência tem sobre esta dissertação. A primeira razão diz respeito ao fato de que o *Fenômeno social do esquecimento* é o nosso objeto de estudo, a segunda é o fato deste conceito ter sido desenvolvido no decorrer da elaboração desta dissertação, através das conversas realizadas nos encontros de orientação.

Dessa forma, buscamos traçar uma linha de raciocínio partindo do que é a Ciência da Informação, iniciando assim a construção do conceito mencionado. Assim sendo, selecionamos algumas perspectivas do que é Ciência da Informação na visão de diversos autores. A seguinte definição é sugerida por Shera (1977, p.265):

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para o máximo de acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação.

Similar a definição de Shera foi a de Borko:

é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam

seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua **acessibilidade e uso**. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação... Ela tem tanto um componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços. (1968, p.3, nosso grifo)

Saracevic nos diz que Ciência da informação é *um campo que voltado à pesquisa científica e à prática profissional e que trata dos problemas da comunicação dos conhecimentos na sociedade, no contexto de usos e necessidades das informações sociais, institucionais e/ou individuais.*(1995, p.2)

Le Coadic (2004, p.25) nos diz que Ciência da Informação tem por objetivo *o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso.*

As definições que apresentamos acima reafirmam que a Ciência da Informação tem como maior preocupação o fluxo informacional de sua gênese ao seu uso. Neste caso, atentamos para o uso da informação, etapa final, de acordo com as definições apresentadas, do fluxo informacional.

Quando dissertamos sobre o conceito de memória escrevemos que, de acordo, com Halbwachs (1925), Leroi-Gourhan (1965) e Yates (2007) o acesso à memória nas sociedades baseadas na oralidade era realizada através de pessoas guardiãs da memória, geralmente anciões responsáveis pela transmissão do conhecimento. Por outro lado, nas sociedades baseadas na escrita, a memória exteriorizada (informação registrada em suportes diversos) geralmente é preservada em instituições memorialísticas (Arquivos, Bibliotecas, Museus) com a finalidade de ser transmitida e conservada. Sugerimos que estamos diante de um fluxo informacional,

onde o que se pretende transmitir é a memória exteriorizada (informação registrada). Le Goff (1996, p.433) escreve o seguinte sobre suporte da memória e sua importância:

A outra forma de memória ligada a escrita é o documento, escrito num suporte especialmente destinado à escrita [...] neste tipo de documento a escrita tem duas funções principais, uma delas é o armazenamento de informações, que permite comunicar, através do tempo e do espaço, e fornecer ao homem um processo de marcação, memorização e registro.

O pensamento do historiador Jacques Le Goff, embora invoque a ideia de pretérito como sugeriu Galindo (2011, p.7) ao tratar de memória, nos encoraja a sugerir que informação e memória confundem-se quando esta é aplicada à Ciência da Informação.

Arquivos, bibliotecas, museus são instituições memorialísticas responsáveis pela conservação e divulgação dos registros da memória. Porém esses lugares são vulneráveis a aspectos econômicos, à racionalidade administrativa, à inovação tecnológica e à disputa ideológica que muitas vezes colocam em risco sua própria existência. Não é difícil identificar casos onde os argumentos utilizados na política de gestão da informação são destituídos de qualquer reflexão sobre a questão da memória (OLIVEIRA, 2010).

Essa vulnerabilidade das instituições memorialísticas compromete em alguns momentos, como no caso da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, o fluxo informacional, ou seja, alguma etapa deste fluxo não é realizada, geralmente as etapas finais de acesso e uso. Neste momento, acreditamos que o não acesso e uso dos registros do conhecimento humano causam o que chamamos de *Fenômeno social do esquecimento*.

O estudo deste fenômeno aplicado à Ciência da Informação deve levar à uma reflexão sobre a função social dos profissionais da informação na preservação,

divulgação, acesso e uso da memória coletiva. Wersig e Neveling (1975) advogam como objetivo da Ciência da Informação, sua responsabilidade social na transferência do conhecimento para aqueles que necessitam. Entendemos que essa responsabilidade pressupõe o acesso assíncrono à informação, ou seja: informações geradas no passado disponibilizadas no presente, permitindo novas utilizações e a construção de novos conhecimentos, agora ou no futuro.(OLIVEIRA, 2010).

Da mesma forma, Le Goff (1996, p.477) nos chama a atenção para a importância da nossa função no acesso à memória coletiva: *Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.* Incluímos também na lista desses profissionais os arquivistas, bibliotecários e museólogos. E sobre a importância da memória, concluímos com as palavras do Historiador Fernando Báez (2012) *Não há identidade sem memória. Se nós não nos lembramos quem somos, então não sabemos o que somos.*

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. Acervo raro entregue aos cupins. **Jornal do Commercio**, Recife 26 nov.2006. Cidades, p. 5
- ALVES, C. Acervo por pouco não vira pó. **Jornal do Commercio**, Recife 17ago. 2008. Cidades. p.3.
- ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v.50, 1928. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_050_1928.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012.
- BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros:** das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

- BEVILAQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Livraria Francisco Alves, 1927.
- BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/39023567/Information-Science-What-is-It>>. Acesso em: 21 fev. 2012.
- BAHIA, Juarez. **História da imprensa brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- BEVILAQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Livraria Francisco Alves, 1927.
- BORGES, J. L. **Ficções**. Tradução de: Carlos Nejar. São Paulo: Abril, 1972.
- BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/39023567/Information-Science-What-is-It>>. Acesso em: 21 fev. 2012.
- BOVE, Luiz Antonio. Uma visão história do ensino jurídico no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v.3, n.3, 2006. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/RFD/article/viewFile/508/506>>. Acesso em: 19 abr. 2012.
- BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Biblioteca azul, 2012.
- CAMÕES, L. de. **Os lusíadas**. Ed. organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 1974.
- CARVALHO, A. **Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908: dados históricos e bibliográficos**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908.
- CAPURRO, R. What is information science for? A philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. **Conceptions of Library and Information Science**. London: Taylor Graham, 1992, p. 82-96. Disponível em: <<http://www.capurro.de/tampere91.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2012.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.37, p. 343-411, 2003a. Disponível em: <<http://www.capurro.de/infoconcept.html>>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- COSTA, Augusto Pereira da. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. **Revista do Instituto Archaeologico e geographico pernambucano**, Recife: Typographia de F. P. Boulitreau, 1981, p.4-50.

DIAS, Antônio Gonçalves. Exames dos mosteiros e repartições públicas para a coleção dos documentos históricos reativos ao Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853, p.370-384.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

CONVÊNIO salva jornais raros : termo para recuperar o acervo de jornais antigos da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife será assinado entre a Universidade Federal de Pernambuco e o IDGC. **Jornal do Commercio**, Cidades, 18 de abril de 2004, p.3.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. Resgate documental de jornais raros: trabalhos de higienização, inventário e acondicionamento do acervo da Hemeroteca/Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Recife: UFPE, 2009.

FONSECA, Edson Nery da. **Bibliotecas e bibliotecários da província**. Rio de Janeiro:Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação, 1959.

FONSECA, Edson Nery da. O curso de Biblioteconomia e suas origens. **Revista Arte e Comunicação**. Recife, v.1, n.3, p.21-24, 1995.

GALINDO, Marcos. **O domínio da memória: em busca de uma epistemologia específica**. 2011. No prelo.

GALINDO, Marcos. Tragédia da memória. **Massangana**, Recife. FUNDAJ, Ano 1, n. 2, p.29- 31, 2006.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio. (Orgs). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Editora Massangana, 2009. p. 251-264

GALINDO, Marcos. Tecnologia e Memória. **Revista de Estudos Brasileiros da USP (IEB)**, n,50, p.179-190, 2010.

GALINDO, Marcos. Os sistemas memoriais e as redes da memória. SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 2, 2012, São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, SESC-SP, 2012a.

GALINDO, Marcos. **Memória e cultura partilhada**. 2012. No prelo.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006. Tradução: Laís Teles Benoir.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**. Lisboa: Edições 70, 1965.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto editor, 1922.

MALHEIRO, Armando.; RIBEIRO, Fernanda. Perspectivar a avaliação como operação metodológica o âmbito da Ciência da Informação. IN: CONGRESSO ISKO – INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION, 9., 2009, Valência,Espanha. **Anais...** Valência, Espanha, 2009. Disponível em: <<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/30085/2/amalheiroperspectivar000109276.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2012.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1999.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda. **Das “Ciências” Documentais á Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

MALHEIRO, Armando. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Edições afrontamentos, 2006.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da informação**. Recife: Néctar, 2011.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: História do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: ática, 2002.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1977.

MORAES, R. B. Tentativas de estabelecimento de tipografias. In: _____. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: imprensa Universitária, Universidade federal de Pernambuco, 1968.

OLIVEIRA, Franklin. **Morte da memória nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 1991.

OLIVEIRA, Elaine Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 194p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

OLIVIO, Luís Carlos Cancellier de. Origens históricas do ensino jurídico brasileiro in: RODRIGUES, Horácio Waderley. **Ensino jurídico Para Que(m)?**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000. p. 58.

PEDRO II, Imperador do Brasil. **Viagem a Pernambuco em 1859**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1952. 150p.

PEREIRA, José Higino Duarte. 1883. Advertencia. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco**, n.28, 1883.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/530/482>>. Acesso em: 14 jul.2012.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

SHERA, Jesse H. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6. n.1, p. 9-12, 1977. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1564/1179>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

TAVARES, Francisco Muniz.; LIMA, Oliveira. **Historia da revolução de Pernambuco de 1817**. 3.ed. Recife: Typ. Industrial, 1917.

VEIGA, Gláucio. **História das idéias da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1981, v. 4.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interesting to information science. **Information Scientist**, v.9, n.4, p. 127-140, 1975.

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (ISERJ): UM OLHAR SOBRE AS COLEÇÕES DE ENSINO

Vânia Maria Siqueira Alves*

Adriana Conti de Rezende**

Maria Amélia Gomes Souza Reis***

Resumo:

O presente texto faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento que identifica e estuda alguns museus escolares no Brasil, focalizando especificamente o período contemporâneo. O objeto do estudo refere-se às coleções de ensino do Museu de História Natural do Instituto Superior de Educação, ISERJ na cidade do Rio de Janeiro. Constituído de coleções científicas e de ensino, o museu pode ser interpretado e compreendido como um “museu escolar”. O trabalho propõe uma perspectiva interdisciplinar entre a História da Educação, História das Ciências e a Museologia. Pretende-se ainda tecer relações entre a composição das coleções de ensino e ações prescritas para aplicação do método de ensino intuitivo. Além das publicações específicas da História da Educação e Museologia, utilizou-se como fontes de pesquisa neste estudo as publicações referentes ao ISERJ, o blog do instituto e documentação existente no Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB) do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

289

* Graduada em História, Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra e Doutoranda em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT. E-mail: vaniamaria.siq@gmail.com. Financiamento FAPERJ.

** Licenciada em Biologia (Licenciatura e Bacharelado em Ecologia), Mestre em Ciência Ambiental, vínculo institucional FAETEC/ISERJ. E-mail: adriconti@gmail.com

*** Orientadora, Professora Doutora Maria Amélia Gomes de Souza Reis. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Coordenadora Núcleo Inter(trans)disciplinar de Educação, Sexualidade, Saúde e Cultura(s)- NIESC/PROETNO/NEXUS&SEXUS Membro Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX- CEIS 20/Universidade de Coimbra. E-mail: asouzareis@hotmail.com

Palavras-chave: Museu de História Natural; Instituto Superior de Educação (ISERJ); coleções de ensino; museu escolar.

**MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DO INSTITUTO SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (ISERJ): UM OLHAR SOBRE AS
COLEÇÕES DE ENSINO**

Vânia Maria Siqueira Alves *

Adriana Conti de Rezende **

Maria Amélia Gomes Souza Reis ***

O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ

O Museu de História Natural do ISERJ funciona na sala 313 do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Durante alguns anos, esse museu esteve desativado, tendo retomado seu

290

* Graduada em História, Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra e Doutoranda em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT. E-mail: vaniamaria.siq@gmail.com. Financiamento FAPERJ.

** Licenciada em Biologia (Licenciatura e Bacharelado em Ecologia), Mestre em Ciência Ambiental, vínculo institucional FAETEC/ISERJ. E-mail: adriconti@gmail.com

*** Orientadora, Professora Doutora Maria Amélia Gomes de Souza Reis. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Coordenadora Núcleo Inter(trans)disciplinar de Educação, Sexualidade, Saúde e Cultura(s)- NIESC/PROETNO/NEXUS&SEXUS Membro Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX- CEIS 20/Universidade de Coimbra. E-mail: asouzareis@hotmail.com

funcionamento em outubro de 2012. Para compreender a história do museu é preciso articulá-la à história do ISERJ.

O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, ao longo de sua existência recebeu várias designações e mudanças de endereço até se instalar em definitivo, em 1930, em um prédio em estilo neoclássico colonial, na Tijuca (zona norte).

Fundado em 1880, com o intuito de formar professores¹, vinculado ao Ministério do Império, começou a funcionar nas dependências do Colégio Pedro II, sob a designação de Escola Normal da Corte (1880-1889), sendo transferido em 1888 para o edifício da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco e nesse mesmo ano para a Escola Rivadávia Correia. Em 1914, foi transferida para a Escola Estácio de Sá e posteriormente para a Escola Pedro Varela, onde se manteve até 1930, quando se mudou para o edifício próprio. De 1890 a 1892, sob a designação de Escola Normal da Capital Federal, esteve vinculada ao Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e posteriormente à Prefeitura do Distrito Federal, como Escola Normal do Distrito Federal (1892-1932).

¹ Oferecimento de ensino gratuito, para ambos os sexos (em unidades separadas), e compreendendo dois cursos - de Ciências e Letras e de Artes.



Figura 1: Aspecto interno do prédio do Instituto Superior de Educação – ISERJ. Fonte: http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=352. Acesso: 29/09/2013.



Figura 2: Aspecto interno do prédio do ISERJ. Fonte: <http://iserj.net/> Acesso: 29/09/2013

Ainda vinculada à Prefeitura do Distrito Federal, em 1932, a Escola Normal transforma-se em Instituto de Educação, designação mantida até 1960. Para Santos, Lima, Queiroz (2012), esse é um dos momentos mais importantes, pois, foi na década de 1930, no vanguardismo do movimento escolanovista², é que se criou o desenho institucional propriamente dito, agregando num só local, o espaço profissional de formação de professores em nível superior à escola laboratório pedagógico – cursos formadores de orientadores e administradores escolares, escola secundária, Jardim de Infância e Primário. Considerada a primeira escola de educação de nível universitário do Brasil, a Escola de Professores do Instituto de Educação (1932 -1938) foi retirada do instituto e articulada à Universidade do Distrito Federal, em 1935.

A partir de 1940, o Instituto de Educação voltou a oferecer cursos de formação de professores primários em nível médio. Em 1946, o Ensino Normal do Instituto de Educação passou à subordinação direta da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal e posteriormente, ao Estado da Guanabara, recebendo a designação de Instituto de Educação do Estado da Guanabara (1960-1975). Após a fusão do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1974, a Secretaria foi reestruturada e criou os Centros Regionais de Educação, Cultura e Trabalho e o

² Movimento escolanovista é apontado por muitos estudiosos como o mais vigoroso movimento de renovação da educação depois da criação da escola pública burguesa. A teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança. Considerando a educação como processo e não produto, fundamentava o ato pedagógico na ação, na atividade da criança. No entanto, essa teoria foi proposta em outros momentos anteriormente, mas, só no início do século XX tomou forma concreta e teve consequências importantes sobre os sistemas educacionais (GADOTTI, 2013).

Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro (1975-1997), vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro. O Instituto passou a ser sede desse centro, coexistindo como unidade experimental do CREC/RJ. A partir de 1997, sob a designação de Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - ISERJ - foi transferido para o âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, ficando submetido ao regime de cogestão da SEE e SECT (AQUINO, 2010).

O complexo do ISERJ foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC)³ e da cidade do Rio do Rio de Janeiro (SEDREPHAC). Compõe-se de mais de cem salas de aulas e diversificados espaços culturais – teatro, anfiteatro, laboratórios, Museu de História Natural, Centro de Memória, biblioteca, ginásio, parque aquático, quadra de esportes e outros. Com uma população média de 4700 pessoas (568 servidores, 3519 alunos da educação básica, 628 do ensino superior), oferece ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação, educação básica em todas as modalidades, educação profissional e Educação de Jovens e Adultos – EJA (AQUINO, 2010).

Santos (2012) destaca o caráter de vanguarda da instituição com a abertura de um Museu de História Natural, usado para a prática da interdisciplinaridade e a implantação de laboratórios de química, física e de psicologia (o primeiro do país), entre outros projetos pedagógicos. Destaca ainda o início da TV educativa no Brasil

³ De acordo com informações desse órgão, esse edifício é o que melhor simboliza, no patrimônio arquitetônico fluminense, o estilo neocolonial em voga nos decênios de 1920 a 1940. Edifício projetado por Angelo Bruhns e José Cortez em 1927, apropria-se de elementos do vocabulário ornamental barroquizante da arquitetura colonial das Américas.

nessa escola, com a produção de 50 filmes por um grupo de normalistas, que foram veiculados na antiga TV Continental, na década de 60. O ISERJ conta também com parte do espólio do *Pedagogium*⁴, doada após extinção desse órgão em 1919.

O *Pedagogium* compreendia dezessete seções: mobília escolar, planos, fotografias de escolas e colégios; gabinete de física; gabinete de história natural, coleções tecnológicas; museus escolares; laboratórios de química; biblioteca fixa; sala de leitura; material frobeliano; biblioteca circulante (empréstimo de obras aos professores para leitura em domicílio); cursos práticos e conferências; exposição dos trabalhos clássicos de alunos e professores; material para o ensino de geografia; galeria histórica; material de desenho; material para ensino de trabalhos manuais; exposição de trabalhos didáticos de autores nacionais e estrangeiros; revista pedagógica; material de ginástica; jardim escolar (BASTOS, 2005, p126).

Como se pode perceber, o acervo desse órgão era bastante variado. Além de exposição permanente, exposições escolares anuais, o *Pedagogium* ministrava cursos e conferências que versavam sobre métodos de ensino e sobre ciências matemáticas,

⁴ A partir da participação do Brasil em exposições universais na segunda metade do século XIX, onde figurava também material de ensino, a preocupação das elites brasileiras com as questões educacionais e com a exteriorização do avanço realizado nesse sentido é evidenciada em dois eventos em 1881: a Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional e a Exposição Industrial, organizada pela Associação Industrial Preparatória à Exposição Continental de Buenos Aires, onde foi incluída uma seção sobre instrução pública. Como resultado dessa última exposição, nasceu o projeto de criação de um Museu Escolar Nacional, sujeito ao Ministério do Império. Com a Proclamação da República, o Museu Escolar foi extinto e criado o *Pedagogium*, um centro de informações e exposição sobre todas as realizações da educação primária e secundária no Brasil e exterior, voltado especialmente à formação dos professores.

físicas e história natural, objetivando melhoria no desempenho dos programas escolares modernos.

A preocupação com a salvaguarda da memória institucional é recente. Até 2005, parte do patrimônio institucional encontrava-se dispersa em diferentes e variadas salas do prédio do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. A partir da iniciativa individual de Heloisa Helena Meirelles dos Santos⁵, com o apoio da direção do ISERJ, foi criado em 2005 o Centro de Memória Institucional (CEMI). Arquivos de vários setores foram recebidos e ou integrados ao CEMI, como é o caso do Museu de Equipamentos e Instrumentos Escolares e o Museu de História Natural. Também papéis e objetos recolhidos das caçambas de lixo do ISERJ, ao longo dos anos, por funcionários e professores da escola que os levaram para suas casas, no intuito de proteger algo que consideravam de importância e arquivos pessoais e materiais de servidores, ex- alunos e ex-professores, como cadernos, provas, trabalhos e fotos de alunos, uniformes com seus itens de adorno (abotoaduras e placas) foram incorporados ao acervo (SANTOS, 2012).

Ciente de constituir um patrimônio vivo da educação brasileira, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-ISERJ, de 2012, ratificou o compromisso de efetivar o ISERJ, em sua integralidade e nacionalidade, como um Centro de Memória da Educação Brasileira – CMEB. Para isso, tem assumido práticas administrativas e pedagógico-curriculares de preservação e conservação no âmbito da educação patrimonial de todo seu campus, para além da existência isolada de espaços de acervo e referência do patrimônio historicamente constituído.

⁵ Criou e dirigiu o CEMI até janeiro de 2012.

Como exemplos destes espaços, podemos citar: Salas de Obras Raras e Memória no Pavilhão Cecília Meirelles, Sala 110-A de Arquivo Geral, Sala 224-B do Centro de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Projeto Memória do ISERJ – PROMEMO), Salão Nobre (200), Sala da Congregação Lourenço Filho (300) e Sala 313 do Museu de História Natural, os quatro últimos no prédio central do *campus* ISERJ (SANTOS, LIMA, QUEIROZ, 2012).

Nesse contexto, o Museu de História Natural⁶ e suas coleções de ensino passam a ser alvo de um novo olhar e ações no sentido de reestruturação para funcionamento.

Coleções de ensino e a instituição do Museu Escolar no Brasil

O século XIX é representado na literatura ocidental como a “era dos museus”. No Brasil, esse florescer destaca-se no final desse século, os anos 1890, e não ficando restrito à atuação de instituições museológicas de grande porte, um formato mais simples, os “museus escolares” constituíram-se na viragem do século XIX.

Os museus escolares e pedagógicos foram um fenômeno ocidental, não sendo específico do Brasil e remonta às grandes exposições universais do século XIX destinadas em sua maioria a mostrar o progresso técnico vivenciado pelas potências industriais. A mostra de material de ensino⁷, nessas exposições nacionais e

⁶ De acordo como Regimento oficial de 2007, o museu de História Natural é um setor independente.

⁷ Os fabricantes e os editores de materiais escolares eram relativamente pequenos perante as demais categorias (BASTOS, 2005).

internacionais, foi um importante estímulo e impulso à criação de museus de educação, que, inicialmente voltavam-se para servir aos educadores, sendo abertos posteriormente aos alunos e ao grande público. Associando-se à formação dos professores e, em muitos casos, à construção dos sistemas educativos nacionais, a ideia de um museu escolar e/ou museu pedagógico ganhou força em diferentes partes do mundo e, a partir da década de 1870, inseriu-se na representação da modernidade educacional brasileira (BASTOS, 2005).

Sob distintas designações, dois tipos de museus de educação - o escolar e o pedagógico - foram criados no século XIX no mundo ocidental como prescrição do ensino por aspectos, também denominado de método intuitivo ou lições de coisas.

O museu escolar é “categoria de museu desenvolvido pela escola, dentro de uma ótica pedagógica e notadamente, no século XIX, no quadro do desenvolvimento do método lições de coisas” (DESVALÉES. MAIRESSE, 2011, p. 632). Ancorados nas tradições empiristas de entendimento dos processos de produção e elaboração mental dos conhecimentos, sobretudo do educador Pestalozzi, os defensores do chamado “método intuitivo” prescreviam a observação, como etapa primeira e insubstituível da aprendizagem humana. Para isso, defendiam a observação das coisas, dos objetos, da natureza, do fenômeno e a educação dos sentidos nos processos de instrução escolar.

Tal etapa inicia-se pelas “lições de coisas”, momento em que o professor deve criar as condições para que os alunos possam ver, sentir, observar os objetos. Podia-se realizar tal procedimento utilizando-se dos objetos escolares ou dos objetos levados para a escola (caneta, carteira, mesa, pedras, madeiras, tecidos...), ou realizando visitas e excursões à circunvizinhança da

escola, ou, ainda, possibilitando aos alunos o acesso a gravuras diversas, que tanto poderiam estar nos próprios livros, de “lições de coisas” ou de outros conteúdos, ou em cartazes especialmente produzidos para o trabalho com o método (FARIA, 2010, p. 143)

A discussão sobre a pertinência e a forma de se trabalhar com o método intuitivo na escola brasileira atravessou o final do século XIX, perdurando até a década de 1930. A aplicação do método ocasionou mudanças nas representações da escola e no ato de ensinar. Entre as propostas e ações para a aplicação do método intuitivo ou lições de coisas, têm-se a prescrição de criação dos museus escolares, a criação do Pedagogium – um centro propulsor de reformas e melhoramentos pedagógicos -, investimentos tecnológicos na Escola Normal da Capital Federal, realização de congressos da instrução, entre outros.

O método intuitivo aparece indicado pela primeira vez em 1879, na legislação criada por Carlos Leôncio de Carvalho, tematizando a necessidade da constituição de bibliotecas e museus pedagógicos nos lugares onde existissem escolas normais. Rui Barbosa, baseando-se no relatório do presidente do museu pedagógico de S. Petersburgo, W. de Kokhowski, ao Congresso Internacional de Bruxelas em 1880, retoma essa proposta pouco tempo depois, em 1882, propondo três estabelecimentos:

- a) coleções escolares, formadas pela administração, mestres e alunos;
- b) museus escolares, instituídos em cada distrito, reunindo material de ensino intuitivo que exceder os recursos naturais de cada escola;

- c) Museu Pedagógico Nacional, destinado à instrução em todos os graus. (VIDAL, 1999, p. 110)

No Congresso da Instrução (1882 – 1883), reafirmando a importância dos museus e bibliotecas nas escolas primárias, o convidado, Manoel José Pereira Frazão, emitiu parecer destacando a novidade dessas instituições no Brasil e no exterior e distinguindo os museus entre pedagógico e escolar. O primeiro definiu como “coleções de objetos relativos ao ensino, metodicamente dispostos de modo a ser estudados “pelos professores. (...)”. Quanto ao museu escolar, denominava “uma reunião metódica de coleções de objetos comuns e usuais, destinadas a “auxiliar o professor no ensino das diversas matérias do programa escolar. (...)” (VIDAL, 1999, p. 110).

Resumidamente, pode-se dizer que as coleções dos museus escolares eram constituídas por materiais diversos para facilitar a aprendizagem e se encontravam, em geral, nas escolas em um espaço específico ou em algum armário e o museu pedagógico tratava da guarda de artefatos ligados à educação e à formação de professores (VIDAL, 1999).

Frente à expansão da escolarização primária e das propostas de inovações no ensino, uma indústria escolar começou a florescer na segunda metade do século XIX. Livros, mobiliário escolar, equipamentos de laboratórios, dentre muitos outros objetos encontraram espaço nesse mercado em crescimento. A empresa francesa Maison Deyrolle, criada em 1831 por Jean-Baptiste Deyrolle, começou a editar suas pranchas escolares, o *Musée Scolaire Deyrolle*, em 1861, sob a administração do naturalista Emile Deyrolle. O governo tornou-se o principal comprador desse material. Na década

de 1890, as pranchas chegaram ao Brasil. (VIDAL, 2009, p. 10-11). Para a adaptação e produção de matérias e murais destinados às escolas foram criadas no Brasil duas instituições denominadas também de museus escolares: um mantido por Menezes Vieira, que se associou à empresa francesa que viria a dirigir o futuro Pedagogium, e outro, por Tobias Leite. Também o Museu Nacional se encarregará mais tarde da produção de material destinado a escolas.

Pode-se dizer que a constituição dos museus escolares do século XIX não se deu apenas com materiais adquiridos na comunidade escolar; deu-se também com a circulação de materiais nacionais e internacionais que foram distribuídos às escolas. Os museus escolares constituíam-se de coleções de objetos e quadros murais a serem utilizados como “recursos didáticos ao ensino elementar das ciências naturais, principalmente, mas também da história e do que modernamente denominamos de geografia humana” (VIDAL, 2009, p.8).

Em 1883, foi criado no Brasil o Museu Escolar Nacional, centralizando o que foi produzido e desenvolvido no campo da educação, especialmente a primária. Com a Proclamação da República, esse museu foi extinto, sendo criado o Pedagogium (1890 - 1919), que tinha entre suas funções e objetivos, a organização de Museus Escolares e pedagógicos, ao que parece, não obtiveram êxito (BASTOS, 2005).

Extinto em 1919, a ideia expressa no Pedagogium não morreu. Em 1937, foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia. Em 1938, foi instalado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde Pública, retomando, de certa forma, as funções do Pedagogium – publicações, pesquisas, estudos e aperfeiçoamento do magistério (BASTOS, 2005).

Carrillo, Colleldemont, Martí e Torrentes (2011) analisam a evolução dos museus de educação no mundo ocidental, a partir da delimitação cinco períodos caracterizados por sua maior ou menor presença.

1. Antecedentes (1850 – 1878): primeiras exposições sobre materiais e métodos educativos, incipientes coleções educativas.
2. Período de efervescência (1878 – 1931): abertura generalizada de museus de educação escolar, continuidade dos museus escolares, como exposição de meios didáticos.
3. Período de crise e revitalização (1931 – 1986):
 - 3.1: 1931-1945: Degradação dos projetos museológicos em contextos políticos estáveis e fechamento dos museus de educação em contextos instáveis ou ditatoriais.
 - 3.2: 1945 – 1960: Destruturização das instituições.
 - 3.3: 1960 – 1972: Incidência de iniciativas pontuais.
 - 3.4: 1972 – 1986: Início da recuperação de atividades museológicas sobre o patrimônio educativo.
4. Período de expansão (1986 – atualidade): Abertura e reorientação dos projetos museológicos, com tendência a musealizar a memória educativa, criação de redes de museus, surgimento dos museus virtuais.

A evolução dos museus escolares no Brasil articula-se aos períodos caracterizados anteriormente. Com o declínio do modelo de “escola normal” em meados do século XX, alguns museus desapareceram e outros ressignificaram suas funções, passando a ser Museu da História da Educação (LINARES, s/d).

O movimento de criação de museus ligados à história da educação escolar foi retomado a partir dos anos 1970, no contexto do surgimento explosivo dos museus no final do século XX (FELGUEIRAS, 2005, p. 97). Concomitante a esse movimento, a educação ganhou relevo e a massificação impôs transformações nos sistemas de ensino nos anos de 1960 e 1970 por toda a Europa. Esse cenário abriu espaço para a história da educação e consequente necessidade de preservação da herança educativa.

A consciência da mudança levou a um cuidado particular com a constituição de coleções, guarda de espólios e também à criação de novos museus da educação. (...)

Os museus aparecem como os lugares privilegiados para a recolha, conservação, estudo e exposição desses artefatos do passado educacional (FELGUEIRAS, 2011, p. 74 – 75).

A partir dos anos 1990, assistiu-se a um movimento de criação de museus de educação, em especial museus escolares em diferentes partes do mundo ocidental. “Atualmente coexistem modelos que têm suas origens nos primeiros projetos museológicos, modelos que têm experimentado variações profundas em seus fundamentos e modelos de nova definição” (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ E TORRENTES, 2011, P. 26).

O que resta dos antigos museus escolares e gabinetes de história natural dos antigos liceus e escolas normais é, ainda hoje, pouco conhecido, embora, sua importância seja crescentemente reconhecida pela história da educação e por estudiosos do patrimônio científico. Desconhece-se, em larga medida, o patrimônio científico que existe nas escolas de educação básica brasileiras.

O Museu de História Natural do Instituto Superior de Educação - ISERJ - e suas coleções

O museu de História Natural do ISERJ (MHN/ISERJ), o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), antigo CEMI, Sala de Obras Raras e Memória, o Arquivo Geral, constituem como espaço de salvaguarda do patrimônio histórico da instituição. Tais espaços têm como finalidade reunir, catalogar, preservar e difundir o acervo e as coleções diversas da instituição. “O acervo do CEMI é constituído de um século de documentos ali depositados, desde a criação da Escola Normal da Corte, em 1880” (SANTOS, 2012).

Após um longo período de esquecimento, entre 2005 e 2008 foi desenvolvido um projeto de revitalização do Museu, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, FAPERJ. A sala sofreu uma reforma e a coleção passou por um processo de “restauro”. Entretanto, não foram encontrados o inventário e os registros da coleção ou do processo de restauração.

Em 2011, o Museu teve reiniciado mais uma vez o processo de revitalização de seu acervo e de reinserção do espaço nas atividades pedagógicas da instituição, com a criação do cargo de Coordenador do Museu de História Natural. Assumida a coordenação pela professora Adriana Conti de Rezende (uma das autoras deste trabalho), iniciou-se um extenso trabalho de inventário da coleção para fins de registro, catalogação, organização e conservação do acervo.

O Museu de História Natural ocupa uma sala inteira no 3º andar do prédio principal, com armários de jacarandá espelhados por vidro bisotado nos quais parte do acervo de história natural está acondicionada.

Em linhas gerais, a coleção do Museu de História Natural do ISERJ é constituída por:

- Instrumentos científicos, como microscópios monoculares da marca Zeiss;
- Pranchas murais feitas de papel cartonado procedentes do Museu Escolar *Le Fils D'Émile Deyrolle* (fig. 3);
- Coleção embriológica de modelos de cera provenientes da Alemanha, alguns de meados do século XIX (fig. 4);
- Modelos de medula e mesencéfalo de recém-nascido feitos de cera, datados de 1901;
- Coleção entomológica com espécimes de 1927 a 1936, oferta do Prof. Adhemar da Costa;
- Coleção zoológica (maior parte de vertebrados) contendo diversos exemplares taxidermizados, alguns mumificados, outros em meio líquido e esqueletos calcáreos;
- Coleção paleontológica (fósseis);
- Coleção geológica (muitos exemplares de procedência alemã);
- Coleção botânica contendo frutos e sementes secos e modelos em madeira;
- Xiloteca;

- Coleção de anatomia humana contendo três esqueletos humanos, modelos em gesso e em madeira e amostras fixadas em meio líquido.

A maioria dos espécimens dessas coleções não está identificada quanto à taxionomia, origem geográfica ou data de aquisição, comprometendo sua utilização para estes fins. No entanto, uma atenta observação das coleções, procurando marcas de uso, inscrições, gravações ou etiquetas permite encontrar dados sobre sua origem. É necessário recuperar informações para a organização da documentação das coleções.

Como já visto anteriormente, entre outras medidas, os museus escolares e instituição de gabinetes de história natural constituíram uma estratégia para desenvolver um ensino intuitivo e concreto nas escolas brasileiras, sendo uma preocupação dos órgãos de governo ligados à Instrução.

Segundo informações contidas no periódico “Arquivos do Instituto de Educação”, de 1964, o Museu Pedagógico de História Natural é composto de parte do espólio do Pedagogium (SANTOS, 2009). O museu possui coleções pertinentes ao método intuitivo (cartazes parietais, artefatos) comprados na Europa, especialmente na Alemanha e pranchas murais cartonadas do século XIX, da França, produzidas pela Deyrolle para as crianças pequenas em diferentes períodos da vida institucional. Possui também esqueletos articulados produzidos pela mesma empresa, muito tempo depois, já então designada *Les Fils d'Émile Deyrolle*.



Figura 3: Pranchas murais de sala de aula produzidas pela Maison Deyrolle, França encontradas no ISERJ. Fonte: <http://cemiiserj.blogspot.com.br/2011/07/maison-deyrolle-e-educacao-brasileira.html> Acesso: 29/09/2013.



Figura 4: Modelos embriológicos em cera. Foto: Adriana Conti de Rezende (maio de 2013).

Até o final do século XIX, as coleções didáticas e quadros murais eram importados de diferentes países da Europa e adaptadas no Brasil. A partir do século XX, coleções começaram a ser produzidas no Brasil pelo Museu Nacional. A partir de 1919, o Museu Nacional produziu coleções didáticas e confeccionou mapas murais, destinados aos estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, em todo o país, com o objetivo de divulgar as riquezas naturais do Brasil, popularizar a cultura natural brasileira e contribuir para o desenvolvimento das Ciências Naturais (MUSEU NACIONAL, 1920, p. 49 apud SILY, P.5).

Em pesquisa realizada, Syly (2012) conseguiu localizar um exemplar desses mapas murais no Centro Institucional de Memória (CEMI), do ISERJ, junto a, inúmeros, mapas murais, de origem europeia e americana, produzidos no início do século XX.

Também nos anos 1920, o Museu Nacional foi indicado para, em colaboração com o Conselho Superior de Ensino, incentivar e ampliar a criação dos museus escolares e gabinetes de História Natural, este primeiro com a função de auxiliar mais diretamente em sua organização, imprimindo-lhes uma orientação científica, tendo, ao mesmo tempo valor prático, filosófico e pedagógico. Sugere, ainda, que os mapas murais, em confecção, deveriam servir para complementar as coleções, compondo os museus escolares (SILY, 2012).

A coleção do museu do ISERJ revela um conjunto de diferentes ‘fornecedores’ que indiciam, por um lado, aquisições comerciais, mas também, doações por parte de instituições de investigação, como o Pedagogium e o Museu Nacional.

Considerações Finais

O que resta dos antigos museus escolares e gabinetes de história natural dos antigos liceus e escolas normais é, ainda hoje, pouco conhecido, embora sua importância seja crescentemente reconhecida pela história da educação e por estudiosos do patrimônio científico. Ao que parece, as coleções de ensino ainda não são consideradas acervo museológico ou patrimônio da educação.

O problema da ausência de documentação é evidente e imediato ao tratar das coleções do museu do ISERJ. O estudo das coleções de ensino é uma tarefa complexa face à falta de um levantamento sistemático desse patrimônio. Desconhece-se, em larga medida, o patrimônio, sobretudo as coleções de ensino, que existe nas escolas de educação básica brasileiras. “Torna-se assim, cada vez mais urgente, conhecer o que existe. Inventariar é o primeiro e decisivo passo para se conhecer, divulgar e estudar esse patrimônio” (FELGUEIRAS, 2005).

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Itajuara Sampaio Viena. *Gestão Democrática e Escola Nova*. Universidade Cândido Mendes, Pós-Graduação Lato-Sensu, Rio de Janeiro, 2010
- BASTOS, Maria Helena Camara. *A Educação como espetáculo* In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** Vol. II – Século XIX Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 67-92, jan./abr. 2011

_____. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa, **Pro-Posições**, S. Paulo, 16, 1 (46), (2005), pp. 87-102.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

LINARES, M^a CRISTINA: "Museos Pedagógicos - Museos Escolares - Museos de Historia de la Educación". In: http://estatico.buenosaires.gov.ar/areas/educacion/programas/me/pdf/museos_pedagogicos_%20museos_escolares_museos_de_historia_de_educacion.pdf Acesso: 20/5/2012.

SANTOS, H. H. Meirelles dos. A Congregação da Escola Normal da Corte. Anais... V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: SBHE/UFS, 2008. Cd.

_____. Pelos vapores do progresso: a implantação dos gabinetes de Física e Química na Escola Normal. Anais... IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana (Rio de Janeiro, Brasil, novembro de 2010).

SANTOS, Sandra Regina Pinto dos. LIMA, Denise Calasans da Gama. QUEIROZ, Monica de Ladeira. Patrimônio ISERJ: território vivo. Rio de Janeiro, 2012, Disponível em <http://iserjnet/patrimonio-iserj-territorio-vivo> Acesso: 29/09/2013.

SILY, Paulo Rogério Marques. Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935) / Paulo Rogério Marques Sily. – 2012. 399 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

_____. Práticas educativas do Museu Nacional do Rio de Janeiro no início do século XX. - Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008 Disponível em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/551.pdf. Acesso: 20/09/2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX In VIDAL, Diana Gonçalves. SOUZA. Maria Cecília Cortez de Souza. *A memória e a sombra: A escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. As viagens, os viajantes _ tantas espécies deles! Os desafios da pesquisa em história comparada da educação. *VII Seminário Temático A Matemática Moderna nas Escolas do Brasil e de Portugal: estudos históricos comparativos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2009 Disponível em http://www.smmfloripa.ufsc.br/pesquisa_historia_da_educacao.pdf Acesso em 29/09/2013.

